

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

VANESSA DO NASCIMENTO FONSECA

“PRECISAMOS FALAR COM OS HOMENS?”: UMA ANÁLISE DOS EFEITOS DA  
COLONIALIDADE NAS ESTRATÉGIAS DE TRANSFORMAÇÃO DAS  
MASCULINIDADES

Niterói  
2019

VANESSA DO NASCIMENTO FONSECA

“PRECISAMOS FALAR COM OS HOMENS?”: UMA ANÁLISE DOS EFEITOS DA  
COLONIALIDADE NAS ESTRATÉGIAS DE TRANSFORMAÇÃO DAS  
MASCULINIDADES

Tese apresentada ao Programa de  
Pós-Graduação em Psicologia, como  
requisito parcial para o título de  
Doutor em Psicologia. Área de  
concentração: Estudos da  
Subjetividade.

Orientadora:  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Katia Faria de Aguiar

Niterói  
2019

F676p Fonseca, Vanessa do Nascimento  
Precisamos falar com os homens? : Uma análise dos efeitos da colonialidade nas estratégias de transformação das masculinidades / Vanessa do Nascimento Fonseca ; Katia Faria de Aguiar, orientador. Niterói, 2019.  
264 f.

Tese (doutorado)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22409/PPGP.2019.d.05361997790>

1. Masculinidade (Psicologia). 2. Psicologia Social. 3. Política Internacional. 4. Projeto Social. 5. Produção intelectual. I. Faria de Aguiar, Katia, orientador. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Psicologia. III. Título.

CDD -

VANESSA DO NASCIMENTO FONSECA

“PRECISAMOS FALAR COM OS HOMENS?”: UMA ANÁLISE DOS EFEITOS DA COLONIALIDADE NAS ESTRATÉGIAS DE TRANSFORMAÇÃO DAS MASCULINIDADES

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, como requisito parcial para o título de Doutor em Psicologia. Área de concentração: Estudos da Subjetividade.

Aprovada em 28 de agosto de 2019.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Katia Faria de Aguiar (Orientadora) - UFF

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Márcia Oliveira Moraes - UFF

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Amana Mattos - UERJ

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Angela Aparecida Donini - UNIRIO

---

Prof Dr Marcos Antonio Ferreira do Nascimento - IFF/Fiocruz

Niterói  
2019

## AGRADECIMENTOS

Uma ideia na cabeça e um lápis na mão, ou um computador. Não foi bem assim que funcionou. Colocar as ideias no papel não acompanha a velocidade da memória, nem os deslocamentos que aconteceram nos encontros com o coletivo de pesquisa que chamamos de *Errantes*, e com as amigas e amigos todos que me acompanharam ao longo desse processo. Escrever não foi um ato solitário. O resultado desse trabalho conta com importantes contribuições de quem me leu, das amigas e amigos que se interessaram em me ouvir, das oportunidades de contribuir com os trabalhos de minhas companheiras e meus companheiros e de uma série de espaços de diálogos que tive a chance de participar. O apoio não foi apenas no desenrolar do pensamento. Os afetos e a rede de cuidados que me cercou foi ingrediente fundamental na escrita.

Agradeço a Katia por sua parceria, afeto e pelo jeito respeitoso com que dialogou sobre meu trabalho. Sua atenção transbordou a preocupação com o texto, que não é resultado de direções que me foram dadas, mas de um exercício de pensamento cuidadoso, regado a tardes afetivas.

Agradeço às amigadas e parcerias inspiradoras de Gabriel, Luciana e Raphaella (em ordem alfabética), que se dispuseram, animadamente, a pensar juntos e a revisar com carinho o meu texto. Ao Leandro, pelas contribuições fundamentais, afetivas e intelectuais, desde o projeto. Também não esqueço a leitura atenta aos detalhes de Luisa e Alice, nem as interessantes interrogações e sugestões de Diana, Felipe, Félix, Juliana, Luisa, Viviane, Nilson, Adriana, Camilas e Sônia. Sou grata também às colegas que fizeram parte da turma de 2015 do PPG de Psicologia de UFF, por suas contribuições feitas nas disciplinas que tivemos a chance de partilhar. Agradeço à Laura e à Frances pela tradução do resumo.

Às professoras do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFF, agradeço principalmente à Luisa, que não mediu esforços em me apoiar em todos os trâmites burocráticos da vida acadêmica, e à Márcia e Cláudia, que sempre me acolheram de braços abertos em suas disciplinas, onde tive a chance de me aproximar de teorias que foram fundamentais para o meu trabalho.

Agradeço à Conceição Nogueira e a Liliana Rodrigues, por seu acolhimento amável na Universidade do Porto, e por partilharem comigo não apenas uma quantidade

imensa de referências bibliográficas, mas seus conhecimentos e impressões como mulheres atuantes em movimentos para a inclusão dos homens no debates de gênero. Aos companheiros de trabalho em Portugal, Luciana, Luan, Fernanda e Débora, também deixo aqui meu reconhecimento pela importância das parceiras, informações, debates sobre trabalhos e, sobretudo, o ombro amigo em momentos políticos muito adversos, presenciados a distância. Lara, Isabel, Tatiana e Anas também foram fundamentais ao longo dos seis meses atribulados de estudos, burocracias e caos político.

Agradeço a paciência e receptividade da banca, que não foi escolhida por acaso. À Márcia e Cláudia, pelos motivos já expressos e por se desafiarem a pensar junto comigo. Ao Marcos, pelos ensinamentos ao longo de tantos anos, pela aposta e pela generosidade com que me convoca a trabalhar junto. À Amana, pela lista de parcerias e pela partilha de novas perspectivas na luta feminista. À Angela, pelas contribuições sempre sensatas nos espaços de diálogos que pudemos dividir. Ao Gabriel, pela parceria na aposta ético-política de trabalho e de vida.

Ao Marcos, Christine, Marcio, Isadora, Gabriela, Fabio, Ana, Amanda, Danielle, Letícia e Mohara que me acompanham e me inspiram no enfrentamento do patriarcado, envolvendo os homens. À Gilmara, Andreza, Kelly, Rogério, Samuel, Verônica e aos demais que foram parte do projeto JPGE, pela aposta na parceria que se estende por mais de uma década.

Às diversas mulheres, lideranças que compõem a *Rede de Comunidades Saudáveis*, por terem me ensinado o feminismo exercido no cotidiano, bem como outras maneiras de produzir conhecimento e saúde. À Ana Paula, Katia, Wanda, Socorro, Mary, Danielle, Carla, Daniella, Geisa, Rogéria, Anne, Roberta e Juliana por terem ajudado a construir minha relação com o trabalho comunitário, além de terem me mostrado que a labuta pode ser realizada com humor. Ao Fabian, muito obrigada pelos incentivos, amizade, pelas invenções conjuntas de projetos e revisões de inglês. Sou grata também pelas parcerias e inspirações recebidas via Grupo Assessor da Sociedade Civil à ONU Mulheres, das militantes e estudiosas feministas à equipe muito ativa, afetuosa e disposta ao diálogo.

Agradeço às pessoas que tornaram meus dias mais leves ao longo do processo de escrita. Mel, desde seu nascimento, foi uma das que adoçou os quatro anos de gestação desse trabalho. Sou grata as diversas famílias das quais faço parte: à família de Santa, ninguém solta a mão de ninguém, amigas queridas, tretíssimas, circular, ao povo da

crítica. À Laura agradeço os colos, as risadas, as viagens. À Lili, a dança e a força. Ao Rodrigo, os ouvidos, as questões e o olhar. À Maria Alice, o acolhimento. À Irene, o cuidado de mãe II, o ouvido atento, a influencia no trabalho com educação popular. Às mulheres de Caxias, que me receberam de forma entusiasmada e me inspiraram com suas histórias de alegria e resistências tecidas por trás dos panos.

À minha mãe, agradeço porque nem sei o que em mim não tem ela. À tia Luisa, que me apontou caminhos e me disse que eu podia. À Júnia, pelas muitas mulheres que cabem dentro dela e me ensinaram a enxergar a diversidade feminina. À Ieda, mãe alternativa na infância. Ao Luizinho, os incentivos diários ao estudo e o carinho. À Clarissa, Victor, Isabela e Helena, por me permitirem amar. Ao Diogo, pela generosidade e cumplicidade desde a infância. Ao meu pai, pela aposta na minha independência.

## RESUMO

A problemática central deste trabalho são as masculinidades. Analiso o modo como as masculinidades têm sido objeto de intervenções internacionais, escolha que se justifica pela relevância e urgência do desmonte das relações de dominação patriarcais, que não podem ser analisadas fora de sua trama colonial-capitalística neoliberal e da cisheterossexualidade compulsória. A análise se debruça sobre a experiência de onze anos no trabalho de consultoria em abordagens e intervenções para o envolvimento de homens na promoção da equidade de gênero, em países da América Latina e África. Os materiais gerados e coletados em processos de formação, com financiamentos e metodologias desenvolvidas por organizações do Norte Global, são colocados em análise a partir das contribuições dos estudos interseccionais e decoloniais, que vão ao encontro da problematização das lacunas e generalizações abusivas de um saber que identifica os homens e as masculinidades brancas e cisheterossexuais como universais, apontando para a necessidade da exploração das interconexões globais e suas articulações com o patriarcado, o racismo e a manutenção da colonialidade do poder. Nas intervenções com homens, a crítica às relações de gênero demanda ir além daquela empreendida pelos precursores desses debates, apontando para atravessamentos de outras hierarquias de poder. Os resultados sugerem que não é apenas pelo comportamento e atitudes individuais e privadas, ou pela proposição de políticas públicas que sustentem tais mudanças, que promoveremos deslocamentos substanciais nas relações de poder. As consequências das masculinidades no mundo vão além das pautas estritamente consideradas de gênero.

Palavras-chave: Masculinidades. Teorias de Gênero. Intervenções sociais. Patriarcado.

## ABSTRACT

The central problem area of this work is masculinities. I analyze the way masculinities have been the object of international interventions, a choice that is justified by the relevance and urgency of the dismantling of patriarchal relations of domination, which cannot be analyzed outside of their neoliberal colonial-capitalistic plot and compulsory cisheterosexuality. The analysis focuses on the experience of eleven years of advisory work on approaches and interventions of men's involvement in promoting gender equity in Latin American and African countries. The materials generated and collected in training processes, with funding and methodologies developed by organizations from the Global North, are analyzed based on the contributions of intersectional and decolonial studies, which address the problematization of gaps and abusive generalizations of knowledge that identifies white and cisheterosexual men and masculinities as universal, pointing to the need to explore global interconnections and their articulations with patriarchy, racism and the maintenance of coloniality of power. In interventions with men, the critique of gender relations demands to go beyond that undertaken by the precursors of these debates, pointing to crossings of other power hierarchies. The results suggest that it is not only by individual and private behavior and attitudes, or by proposing public policies that support such changes, that we will promote substantial shifts in power relations. The consequences of masculinities in the world go beyond strictly gendered guidelines.

Keywords: Masculinities. Gender theories. Social interventions. Patriarchate.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO I: MASCULINIDADES: CONTORNOS DE UM CAMPO DE PESQUISA E INTERVENÇÕES.....	19
1.1. Entre homens e masculinidades.....	24
1.2. De pró-direitos dos homens à pró-feministas: perspectivas transformadoras das masculinidades em análise.....	28
1.3. “Por que a equidade de gênero é boa para todos – homens incluídos”: Argumentos para envolver os homens.....	41
1.4. A inclusão dos homens no enfrentamento das desigualdades de gêneros: da luta das mulheres às recomendações da ONU.....	47
1.5. Teorias de mudança dando forma às transformações de masculinidades..	54
1.6. O Marketing Social e a construção de modelos de homens.....	61
1.7. Sobre o exercício de pensamento e de escrita.....	67
CAPÍTULO II: PARA UMA ANÁLISE CRÍTICA DAS RELAÇÕES DE PODER NOS PROJETOS DE TRANSFORMAÇÃO DAS MASCULINIDADES.....	77
2.1. Transformações de masculinidades do Norte para o Sul.....	78
2.2. Precisamos falar com os homens sobre gênero?: uma análise a partir das opressões e das resistências das mulheres.....	101
2.2.1. A luta das mulheres, gênero e patriarcado.....	108
2.3. A inclusão individualizada e utilitarista dos homens: uma análise dos debates sobre custos e benefícios das masculinidades.....	119
CAPÍTULO III: A INDIVIDUALIDADE NAS INTERVENÇÕES SOCIAIS: UM OLHAR DAS FORMAS PARA AS FORÇAS QUE AS INSTITUI.....	134
3.1. A universalização da individualidade nas demandas para os projetos de desconstrução de masculinidades.....	136

3.2. Das camadas e suas relações de causa e efeito bidirecionais à ecologia das formas e das forças.....	156
CAPÍTULO IV – TEMPO, TEXTURAS, LUGARES E TENSÕES NO INTERIOR DOS GRUPOS.....	174
4.1. Intervenções comunitárias no Rio de Janeiro: muito além das transformações das masculinidades.....	174
4.1.1. Mergulhos no caos e as dores das transformações.....	189
4.1.2. O corpo é movimento e criação.....	192
4.1.3. Gênero, existência e resistência.....	200
4.1.4. Transformação é processo.....	204
4.1.5. A formação como acompanhar processos, ocupar as encruzilhadas, fazer amarras frouxas.....	206
4.2. Alianças e partilha de experiências que atravessam as fronteiras.....	209
4.3. Uma feminista falando com os homens.....	223
CONSIDERAÇÕES FINAIS: PARA DAR ADEUS AO HERÓI.....	235
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	248

## INTRODUÇÃO

A pergunta que intitula a tese já foi feita por muitas feministas e, em 2016, tornou-se mote do documentário parte da campanha global *ElesPorElas (HeForShe)*, de iniciativa da ONU Mulheres. Ao discutirem o objeto das lutas feminista, autoras como bell hooks, Heleieth Saffioti e Nikki van der Gaag afirmam não apenas que o feminismo não é contra os homens – mas contra o machismo e o patriarcado –, como consideram que, como membros de uma sociedade que precisa se ver livre de um sistema que a rege, os homens devem ser participantes das transformações que necessitam ser engendradas. Respondo de antemão, com essas autoras, que a resposta à pergunta do título é sim. Mas isso não é suficiente. A questão que se desenrola na tese é como os homens tem se envolvido nesse debate e quais os efeitos desse envolvimento.

Já na década de 1970, empurrados pelos questionamentos promovidos pelos movimentos de mulheres e gays e por mudanças sociais impulsionadas a partir do pós-guerra, grupos de homens começaram a se articular, principalmente nos Estados Unidos, para discutirem seus lugares nos processos de reestruturação social que aconteciam no momento. É nessa época ainda, que os estudos das masculinidades começam a pôr em questão a natureza dos modos de ser homem – brancos, heterossexuais e adultos –, abrindo espaço para a discussão de transformações nas masculinidades, a partir de uma crítica aos seus efeitos na vida não apenas de mulheres, mas de homens também. Desse modo, as masculinidades e suas reconfigurações tornam-se mote dos grupos de homens que começavam a se reunir. Foi na década de 1990, no entanto, com as conferências internacionais patrocinadas pelas Nações Unidas, que ofereceram particular atenção às questões de gênero, que o debate sobre a transformação das masculinidades se enrobusteceu e passou a atravessar uma série de projetos internacionais relacionados ao desenvolvimento e à saúde, sobretudo à prevenção da aids.

A partir de então, teorias de mudança foram criadas como forma de sistematizar e comprovar as transformações necessárias às justificativas de apoio financeiro e disseminação de intervenções com homens em diferentes países. Em 2007, a Organização Mundial de Saúde – OMS publica uma classificação de programas relacionados à saúde que envolvem meninos e homens, qualificando-os conforme sua capacidade de interpelar o gênero, variando de exploradores a transformadores, o que ratifica a importância que a transformação das masculinidades alcançou na arena

mundial de apoio aos projetos. Esse cenário é apresentado no primeiro capítulo deste texto.

A transformação humana tem despertado o interesse da educação, do marketing, da psicologia e dos movimentos sociais desde a fundação dessas áreas de conhecimento. A educação se divide entre raras propostas de “um campo científico-crítico-emancipatório das diferenças”<sup>1</sup> e aquelas que investem na adequação dos corpos indisciplinados à vida em sociedade, na transformação das crianças em homens e mulheres “civilizados”, capazes de se comportar e participar de forma coerente das sociedades atravessadas por valores liberais modernos. O marketing oferece modelos com estilos de vida que precisam colar para que seus produtos sejam comprados, a partir da hipótese de que consumimos para nos parecermos com os sujeitos ideais da propaganda. A psicologia tem produzido teorias que dialogam com os interesses das áreas em seus projetos transformativos de indivíduos inadequados.

Em sua constituição como campo de conhecimento científico na modernidade, ao partir da indagação sobre o que forma os sujeitos, a psicologia buscou transformar os seres humanos, controlá-los para sua melhor adaptação aos ideais das sociedades modernas. A compreensão sobre a formação dos sujeitos foi buscada já nos primeiros anos de formação da área, com os estudos sobre a infância e a formação da psicologia do desenvolvimento. Animada pelas metodologias científicas do projeto moderno, pelo desenvolvimento da filosofia racional, do empirismo, pela introdução das máquinas e do cálculo pela revolução industrial, bem como o aumento da expectativa de vida dos indivíduos, a psicologia cultivou a perspectiva de que os seres humanos não estariam mais a sabor dos acontecimentos, de que nossos comportamentos poderiam ser condicionados a partir de técnicas clínicas, educativas, institucionais e políticas. O intuito de criação de um sujeito baseado nos ideais modernos estimulou a produção das técnicas definidoras dessas condutas. Concebeu-se assim, um sujeito idealizado e naturalizado pelos preceitos de objetividade da ciência moderna, sem que nos perguntássemos as condições de possibilidade políticas para a existência desse ser humano ideal, em que a palavra homem era usada como sinônimo.

"Dê-me uma dúzia de crianças saudáveis, bem formadas, e meu próprio mundo especificado para criá-los e eu vou garantir a tomar qualquer uma ao

---

<sup>1</sup> Expressão utilizada por Marlise Matos (2012, p.47) que emprego para me referir a uma prática emancipatória crítica às liberais, que não analisam cautelosamente as bases sobre as quais são constituídas as referências que legitimam os indivíduos que devem ser emancipados.

acaso e treiná-lo para se transformar em qualquer tipo de especialista que eu selecione - advogado, médico, artista, comerciante-chefe, e, sim, mesmo mendigo e ladrão, independentemente dos seus talentos, inclinações, tendências, habilidades, vocações e raça de seus antepassados. eu vou além dos meus fatos e eu admito isso, mas tem o defensores do contrário e eles foram fazendo isso por muitos milhares de anos” (WATSON, 1930).

Mesmo após anos e críticas à citação de Watson, a preocupação com a adequação das condutas dos sujeitos aos princípios das sociedades modernas atravessa diferentes perspectivas da psicologia e dos trabalhos sociais que se inspiram nos conhecimentos gerados por esta área na comprovação do potencial transformador de suas ações. O cientificismo na análise das condutas humanas combinou com a necessidade de avaliação dos investimentos em educação, saúde e demais projetos sociais. O projeto comportamental-individual é dominante nas faculdades de psicologia de países europeus e nos Estados Unidos, cujas produções, principalmente anglófonas, influenciam a matéria em quase todo o globo. Nas teorias que embasam as transformações de masculinidades, por meio de avaliações e escopos metodológicos replicáveis, a influência desta vertente psicológica tem sido significativa. Resultados mensuráveis de mudanças sociais, especialmente em curto espaço de tempo, são priorizados por agências interessadas em apoiá-los.

Gênero, em oposição ao sexo, é definido em publicações de apoio ao envolvimento dos homens nesse tema, como relacionado às formas pelas quais homens e mulheres são socializados, refletindo-se em seus papéis, comportamentos e relações<sup>2</sup>. As normas associadas ao masculino envolvem expectativas como assumir riscos, agüentar a dor e ser provedor, na busca de se tornar um homem de “verdade” (WHO, 2007 p. 7). Com base nesses pressupostos e em pesquisas realizadas por organizações não governamentais que demonstravam os efeitos do gênero na saúde, no desenvolvimento e na prevenção de violência, as transformações nas masculinidades foram compreendidas como necessárias e deram o tom do engajamento masculino no enfrentamento das desigualdades de gênero. A criação de instrumentos que pudessem comprovar o impacto das intervenções com homens em mudanças de atitudes e

---

<sup>2</sup> Refiro-me a definições encontradas em publicações de organizações não governamentais encontradas no site da Aliança MenEngage, disponível em <http://menengage.org/resource/>, acessado em 26 de julho de 2019. Destaco os cadernos produzidos para o Projeto ACQUIRE, coordenado por EngenderHealth e Promundo (2008), que une exercícios e recomendações para o engajamento de homens em questões de gênero, de projetos realizados no Brasil, Botswana, Ghana, Índia, Quênia, África do Sul, Swazilândia, Tanzânia e Uganda.

comportamentos<sup>3</sup> machistas contribuíram também para dar destaque a projetos de engajamento masculinos em sua transformação. Desse modo, destaco que o que tem sido considerado transformador de gênero está relacionado, sobretudo, à crítica às atitudes e comportamentos machistas.

Com base na comprovação das intervenções transformadoras das masculinidades e sua relação com maior uso de preservativos, além da redução de casos de violência, por exemplo, não foi difícil que adaptações de metodologias avaliadas, criadas por organizações da sociedade civil da Europa Ocidental e Estados Unidos, se espalhassem globalmente, especialmente em um momento em que ações para desenvolvimento local e prevenção de aids se internacionalizavam com apoio de agências de cooperação exterior dos países do Atlântico Norte.

Com vistas a atrair os homens para o debate sobre suas masculinidades, vários estudiosos e organizações, incluindo as Nações Unidas, que serão citados principalmente nos dois primeiros capítulos, empenharam-se em se destacar os prejuízos das normas de gênero para os homens, refletidos em sua saúde, em sua relação conjugal, aproximação dos filhos e no fato de serem alvos de violências. Tais autores têm denunciado ainda a pouca atenção dada às necessidades e demandas masculinas relativas à saúde, cuidado dos filhos e relações afetivas. Trabalhar enfatizando as alterações positivas na vida também dos homens, quando estão empenhados em mudanças no gênero, tem sido recomendação comum para que tais mudanças façam sentido para os grupos masculinos.

As desigualdades de gênero têm sido visibilizadas por meio de uma série de dados a respeito da sobrecarga de trabalho feminina, menores salários, ausência em espaços de decisão, problemas relacionados à saúde sexual e reprodutiva, abortos inseguros, feminicídios e outras violências. Crenças machistas entre os homens a respeito de como deveriam agir têm sido verificadas e possuem relação direta com tais desigualdades<sup>4</sup>, de fato. As opressões de gênero, no entanto, inclusive seus reflexos na

---

<sup>3</sup> A relação entre atitude e comportamento tem sido cara à psicologia social (LIMA e D'AMORIM, 1986). Conceito que se complexificou ao longo dos anos, as atitudes indicam disposições comportamentais com base em afetos pró ou contra determinados objetos. Os estudos das atitudes e dos comportamentos têm subsidiado análises de mudança sociais, bem como têm sido utilizadas por estratégias de marketing. Com base na criação de escalas, a mensuração de atitudes tem servido para atestar o impacto de projetos sociais, inclusive os transformadores de gênero.

<sup>4</sup> Dados mais detalhados sobre as desigualdades de gênero serão apresentados no primeiro capítulo. Por hora, indico o relatório quantitativo da pesquisa *ElesPorElas* de iniciativa da ONU Mulheres, lançado em 2016. Disponível em <http://www.onumulheres.org.br/wp->

vida dos homens, não se resumem a comportamentos machistas ou aos problemas individuais. A violência de gênero, os obstáculos enfrentados no cuidado com a saúde e a desvalorização do trabalho de manutenção da vida são estruturantes das sociedades patriarcais, em sua articulação com regimes políticos e econômicos. Requer a observação crítica da sobreposição política de determinados grupos sociais.

O machismo se refere a comportamentos e condutas que fazem parte do patriarcado. O patriarcado, a partir das experiências plurais e comunitárias de mulheres engajadas em lutas feministas, é definido como um regime que abrange todas as opressões e violências sob as quais vivem a humanidade e a natureza (PAREDES, 2016), uma vez que o machismo não se sustenta no sistema patriarcal, sem estar articulado a racismo, ao neoliberalismo, e ao capitalismo colonial. Trata-se de uma reiterada ação de drenagem e expropriação das energias criativas das mulheres, amalgamada com o capitalismo, a colonialidade (GUTIÉRREZ AGUILAR, 2018) e a cisheterossexualidade<sup>5</sup> compulsória. Esse sistema, assim, vai além da simples dominação masculina ou do modo como os homens se comportam. Está articulado às explorações e expropriações sustentadas por artifícios que legitimam a partir de onde devemos posicionar para definir os rumos do mundo. Essa perspectiva é importante também para os homens, uma vez que os modelos alternativos construídos para inspirar mudanças nas masculinidades, que têm ganhado visibilidade, baseiam-se nas experiências heterossexuais brancas cisgêneras, e não nas masculinidades negras, homossexuais e transgêneras, que sempre foram desviantes dos moldes hegemônicos. Nesse sentido, posiciono-me ao lado de bell hooks, quando reivindica transformações que ponham fim ao sistema patriarcal, diferente de pensadoras feministas reformistas que, ao enfatizarem a igualdade de gênero, “queriam alterar o sistema existente para que mulheres tivessem mais direitos” (HOOKS, 2019, p. 21).

Os trabalhos de transformação das masculinidades, com foco, sobretudo, nos comportamentos e atitudes, alinham-se à perspectiva feminista liberal moderna. Tal

---

[content/uploads/2018/04/Relatorio\\_UNU\\_ElesporElas\\_PesquisaQuantitativa2016.pdf](content/uploads/2018/04/Relatorio_UNU_ElesporElas_PesquisaQuantitativa2016.pdf) . Acesso em 20 de julho de 2019. A Pesquisa Internacional sobre Homens e Equidade de Gênero (IMAGES) também apresenta dados a respeito de crenças machistas entre os homens, que têm impacto direto nas desigualdades de gênero. Disponível em <https://promundo.org.br/programas/pesquisa-internacional-sobre-homens-e-equidade-de-genero/>. Acesso em 20 de julho de 2019.

<sup>5</sup> O termo heterossexualidade compulsória foi utilizado por Butler em *Problemas de Gênero*, para tratar do regime das normas de gênero. Cisheterossexualidade é a junção de cisgeneridade e heterossexualidade. É expressão bastante usada pelo movimento de transgêneros e travestis. A palavra cisgêneridade indica a conformidade de expressão com o gênero designado no nascimento. O termo ganhou uso a partir de críticas ao uso da palavra “normal” para a indicação de pessoas não transgêneras.

linha parece bem atender à operacionalidade das demandas de financiamento por parte de organizações que se fiam na noção liberal de direitos humanos. O foco do feminismo liberal está na igualdade de direitos, a partir da compreensão de que homens e mulheres possuem as mesmas capacidades intelectuais. Dadas as mesmas oportunidades, homens e mulheres poderão atingir seu potencial e alcançar os mesmos postos. Atribui-se grande importância à racionalidade para a obtenção da autonomia moral e política. A linguagem do individualismo e da liberação é mais importante do que a da emancipação<sup>6</sup> e do coletivismo. Segundo Gaby Weiner (1994), para os liberais, a ignorância é a principal causa da iniquidade de gênero, de modo que o esforço de reverter o quadro desigual de gênero se dá, principalmente, pela oferta de conhecimentos que se considera relevante para a participação social de homens e mulheres. Julieta Paredes (2017), no entanto, têm sido eloqüente ao marcar o quanto o foco no machismo tem distraído nossa atenção para as capturas coloniais neoliberais.

Muitas das autoras feministas, que serão apresentadas aqui, têm chamado a atenção para a necessidade de revisão de práticas colonizadoras na produção de conhecimentos e intervenções sobre gênero. Tem sido urgente levar em conta a multiplicidade de relações de opressão que se articulam às relações de gênero, para que se construa a coalização das lutas, em que as contradições e complexidades são ingredientes que não estão ausentes. Não apenas em projetos de cooperação internacional, as diferenças culturais e regionais são abissais, mas as masculinidades negras, homossexuais e transgêneras têm apontado os limites para as ações focadas apenas no gênero.

Sem desconsiderar a possibilidade de existência de opressões contra mulheres na história pré-colonial, podemos dizer que, por meio do regime colonial-capitalístico<sup>7</sup> as desigualdades de gênero tiveram “sucesso” em sua exportação. Entretanto, ganharam contornos diferentes em cada trama, de modo que as saídas encontradas não são generalizáveis, não podem ser globais, sob o risco de reproduzirem os mesmos procedimentos normativos que se impuseram sobre a diversidade e o caráter mutante dos processos de produção de subjetividade, típicos das sociedades modernas coloniais capitalísticas. É preciso desconstruir os mecanismos normativos que consistem em

---

<sup>6</sup> Emancipação aqui não tem o sentido de independência, de um atributo interno ao sujeito, mas de apropriação de nossas capacidades criativas de existência, que inclui a rede da qual fazemos parte. Esse debate terá continuação nos capítulos III e IV.

<sup>7</sup> Expressão utilizada por Sueli Rolnik (2018) que será discutida em mais detalhes no terceiro capítulo.

eleger um eixo norteador da condição humana, sem assumir sua qualidade de fabricado, uma vez que, ao não se reconhecerem como forjados, impõem seu poder. Desse modo, é importante nos perguntarmos quem orienta as demandas e as práticas por transformações nas masculinidades, além de quais são os efeitos de tais práticas. O objetivo não é definir quem pode ou não fomentar práticas que visam à emancipação social, mas localizar as implicações<sup>8</sup>, as fontes que sustentam a produção de saberes e seus efeitos, com vistas ao desmonte de assimetrias que interferem no próprio processo emancipatório das singularidades.

Diante desta perspectiva, é que analiso como as masculinidades têm sido objeto de intervenções internacionais, escolha que se justifica, portanto, pela relevância e urgência do desmonte das relações de dominação patriarcais, que não podem ser analisadas fora de sua trama colonial-capitalística neoliberal e da cisheterossexualidade compulsória. A análise se debruça sobre a experiência de onze anos no trabalho de consultorias em abordagens e intervenções para o envolvimento de homens na promoção da equidade de gênero, em países da América Latina e África. Os materiais gerados e coletados em processos de formação, com financiamentos e metodologias desenvolvidas por organizações do Norte Global, são colocados em análise a partir das contribuições dos estudos interseccionais e decoloniais, que vão ao encontro da problematização das lacunas e generalizações abusivas de um saber que identifica os homens e as masculinidades brancas e cisheterossexuais como universais, apontando para a necessidade da exploração das interconexões globais e suas articulações com o patriarcado, o racismo e a manutenção da colonialidade do poder. Nas intervenções com homens para a transformação das masculinidades, a crítica às relações de gênero demanda ir além daquela empreendida pelos precursores desses debates, apontando para atravessamentos de outras hierarquias de poder. Os resultados sugerem que não é apenas pelo comportamento e atitudes individuais e privadas, ou pela proposição de políticas públicas que sustentem tais mudanças, que promoveremos deslocamentos substanciais nas relações de poder. As consequências das masculinidades no mundo vão além das pautas estritamente consideradas de gênero.

---

<sup>8</sup> Implicação aqui, a partir dos debates relacionados à pesquisa-intervenção, diz respeito a observarmos as forças que nos tomam, é colocar em questão o que nos atravessa, para conseguirmos nos livrar de nossos enrijecimentos subjetivos. Não tem a ver com opinião.

Longe de dar uma resposta conclusiva à questão de como transformar as masculinidades, questiono as fórmulas simplistas. Aposto nas multiplicidades de saídas que são dadas no cotidiano das práticas, por meio da relação entre o que as constituem. É na existência, no cotidiano, no que comumente é invisibilizado, que podemos encontrar modos criativos de resistência. É na vida corrente que a diversidade de formas surge para as masculinidades homossexuais, transgêneras e negras, tal como será debatido no quarto capítulo.

As tensões, as instabilidades, os fluxos, os desvios, as desobediências não escapavam ao acompanhamento dos processos de intervenção e formação desenvolvidos com a finalidade de engajar os homens nas questões de gênero. Intervenções aqui, tem o sentido de vir entre as forças, mergulhar nas relações, para fazer desdobrá-las. A complexidade observada nos encontros com os grupos não cabia nos relatórios, instrumentos de avaliação, cadernos de ferramentas e campanhas que seguiam parâmetros universalizantes de comportamentos e fórmulas replicáveis globalmente. No atendimento às exigências da velocidade neoliberal, crescia-se a demanda por apresentação de técnicas eficientes e replicáveis.

O que é transformar masculinidades, algo que em si é plural? Quais são os parâmetros que tem definido os rumos de tal transformação? “A realidade pós-colonial do gênero não pode ser capturada por modelos generalizados de um ser homem [manhood] ‘moderno’ versus ‘tradicional’” (CONNELL, 2016, p. 33). É essa complexidade que busco abordar aqui, muitas vezes embaçada por iniciativas de apoio internacional que visam desafiar o tempo, a sensibilidade e a manifestação da vida, para colocar em prática suas concepções de justiça e humanidade.

## CAPÍTULO I - MASCULINIDADES: CONTORNOS DE UM CAMPO DE PESQUISA E INTERVENÇÕES

Em *A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade* (2013), Margareth Rago nos faz testemunhar a importante introdução de outros modos de pensar e de viver pelo feminismo. Esses outros modos incluem a organização do espaço, do cotidiano, a produção científica, a formulação das políticas públicas, as relações corporais, subjetivas, amorosas e sexuais, segundo a autora. A participação das mulheres na vida política, econômica e cultural alcançou novos sentidos com o estabelecimento de novas fronteiras entre o que era considerado público e privado. Margareth considera que todas essas conquistas não apenas contribuíram para uma profunda alteração da imagem que as mulheres têm de si, como produziu um processo de feminização da cultura masculina, em que ideias, temas, valores, práticas e comportamentos foram incorporados e ajudaram a deslocar ideais de racionalidade e objetividade. As feministas puseram acento às incertezas que permeiam as análises dos processos de produção de subjetividades, afirmando os lugares políticos e as relações de poder mantidas por uma suposta neutralidade e centralidade do humano no homem.

O olhar otimista para essas conquistas não nos faz desconsiderar, no entanto, o longo caminho de luta que ainda precisa ser traçado. Cotidianamente, o noticiário nos alerta sobre as inúmeras violências e outras injustiças vividas por mulheres. Globalmente, as mulheres recebem em média menos 23% do que os homens, segundo estudo publicado pela Organização Internacional do Trabalho, em 2016<sup>9</sup>. O mesmo estudo aponta que as mulheres trabalham em média 2,5 vezes mais do que os homens em tarefas domésticas e atividades não remuneradas. A Organização Mundial de Saúde estimou em 2018 que, em média, 22 milhões de abortos são realizados anualmente no mundo, sem as medidas adequadas de saúde, e 47 mil mulheres morrem em decorrência disso<sup>10</sup>. Em relação à violência de gênero<sup>11</sup>, nas Américas, 29,8% das mulheres sofre de violência física e/ou sexual exercida por seus parceiros. Uma em cada quatro mulheres

---

<sup>9</sup> Oficina Internacional del Trabajo. Las Mujeres en el trabajo: Tendencias de 2016. – Ginebra: OIT, 2016. Acessado em 25 de março de 2019. Disponível em: [http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms\\_483214.pdf](http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_483214.pdf).

<sup>10</sup> Disponível em: <https://www.who.int/en/news-room/fact-sheets/detail/preventing-unsafe-abortion>. Acessado em 25 de março de 2019.

<sup>11</sup> Dados divulgados pela ONU Mulheres, por meio de sua campanha “O valente não é violento”, através do link: <http://www.ovalentenaoviolento.org.br/artigo/73/Dados-sobre-violencia-contras-mulheres-e-meninas>. Acessado em 11 de abril de 2017.

sofre de violência física ou sexual durante a gravidez. A primeira experiência sexual de aproximadamente 30% as mulheres foi forçada. A *ActionAid*, organização internacional de combate à pobreza no mundo, coordenou um levantamento de dados sobre assédio sexual em 2016, em que demonstrou que 79% das mulheres que vivem em cidades da Índia, 75% no Reino Unido e 86% dentre as brasileiras, ouvidas pelo estudo, já sofreram assédio em público em suas cidades. Feminicídios e outras violências contra as mulheres ainda preenchem jornais e denúncias divulgadas em redes sociais<sup>12</sup>. Desse modo, mundialmente, mulheres organizadas expressam a variedade de lutas que precisam ser ouvidas para nos darmos conta da dimensão e complexidade do problema.

A luta contra os efeitos do gênero não é apenas uma luta das mulheres. É uma luta de toda a sociedade (HOOKS, 2019a). Raewyn Connell (2016) pondera que por serem preteridas pelos padrões sociais vigentes, a luta pela igualdade entre homens e mulheres foi inserida por mulheres. A nós caberia, portanto, reivindicar as reparações. Mas os homens estão necessariamente envolvidos, uma vez que é urgente uma profunda transformação institucional, além de mudanças na vida cotidiana e de condutas, para que promovamos relações sociais mais justas. Ademais, segundo a autora, os homens controlam a maior parte dos recursos úteis à implementação das reivindicações femininas, desde os meios econômicos, políticos, culturais e de coerção.

De fato, nas últimas décadas, os homens começaram a ser incluídos na pauta de gênero de diversas maneiras, na produção de estudos sobre as masculinidades e na criação de intervenções que visam envolvê-los na construção de novos modos de ser homem. A década de 1970 tem sido marcada por pesquisadores das masculinidades

---

<sup>12</sup> Esses são apenas alguns exemplos de dados que têm servido para que feministas, ativistas do campo dos direitos humanos, da saúde e do desenvolvimento justifiquem a necessidade de mudanças em políticas públicas e a captação de recursos para a criação de intervenções que promovam mudanças que minimizem os efeitos das normas de gênero. Os estudos de gênero compreendem um arcabouço analítico-crítico das relações de poder, em que os efeitos danosos das normas de gênero para toda a sociedade tem oferecido as bases para sua desconstrução. Por ideologia, entendo-a no sentido mais restrito, e não apenas como um conjunto de ideias. Utilizo a definição de Marilena Chauí, em que “ideologia é um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (ideias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar e como devem valorizar, o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer. Ela é, portanto, um corpo explicativo (representações) e prático (normas, regras, preceitos) de caráter prescritivo, normativo e regulador, cuja função é dar aos membros de uma sociedade dividida em classes uma explicação racional para as diferenças sociais, políticas e culturais, sem jamais atribuir tais diferenças à divisão da sociedade de classes, a partir das divisões na esfera da produção. Pelo contrário, a função das ideologias é a de apagar as diferenças, como as de classes, e de fornecer aos membros da sociedade o sentimento da identidade social, encontrando certos referenciais identificadores de todos e para todos, como, por exemplo, a Humanidade, a Liberdade, a Igualdade, a Nação, ou o Estado” (Chauí, 2001, PP. 108-109). Podemos pensar o sistema cisheteronormativo como uma ideologia. Mas a interrogação crítica desse sistema, não.

como a consagradora desse campo de estudos (MEDRADO DANTAS, 1997; HEILBORN e CARRARA, 1998; PEASE, 2000; OLIVEIRA, 2004; RODRÍGUEZ e VÁZQUEZ, 2008). Antes desse período, artigos como *The Gang* (1927) ou *Street Corner Society* (1943), que estudavam universos masculinos, estavam mais preocupados com a questão do desajuste social (OLIVEIRA, 2004), do que com a construção da masculinidade como componente das relações desiguais de gênero.

Ainda no campo da psicologia e da sociologia, Connell e Messerschmidt (2013) alegam que, antes mesmo do movimento de liberação feminina ocupar essas áreas de conhecimento, já existia uma quantidade de literatura que reconhecia a “natureza social das masculinidades e as possibilidades de transformação da conduta dos homens” (CONNELL e MESSERSCHMIDT, 2013, p 243). Os autores, no entanto, confirmam que é na década de 1970, o momento de explosão de estudos em que se torna mais nítida a crítica às normas que definem o masculino como fonte de opressão sobre as mulheres. O que é novidade nas pesquisas feitas a partir desse período, portanto, é pensar os homens “como sujeitos de gênero, agentes de um espaço de desigualdade em que a universalidade do masculino como símbolo da pessoa humana foi sendo crescentemente contestada” (ABOIM, 2018, p.11).

Ainda, é preciso fazer a ressalva de que marcar o início dos estudos dos homens e das masculinidades não significa que estes não fossem onipresentes nas ciências sociais e humanas, da política à psicologia, também como objetos de estudo. Tal como sugere Sofia Aboim (2018), é um equívoco afirmar que a sociologia clássica não estava interessada nos homens. Tal interesse, no entanto, concentrava-se na associação dos homens, sobretudo brancos e adultos, à representação universal da espécie humana ou na busca mesmo por legitimar sua dominação sobre as mulheres (ABOIM, 2018). Em mais uma armadilha do patriarcado, o homem branco foi, durante muito tempo, tratado exclusiva ou principalmente como sinônimo de ser humano (CARBALLO, 2017), cujas especificidades serviram de eixos para a compreensão da espécie, sobre os quais padrões de normalidade foram forjados. Assim, não havia interesse pela desconstrução dos modos de ser masculinos. Ao contrário, o empenho em analisar os homens e as masculinidades, “foi o de legitimar a alegada superioridade de um modelo de homem branco, no comando do desígnio imperialista subjacente ao projeto europeu de modernidade” (ABOIM, 2018, p. 12). Já as mulheres e os povos colonizados, tratados

como outros desse masculino branco, foram controlados e dissecados com a finalidade da construção de sua condição subalterna (CONNELL, 2009).

Em 1975, o artigo de Gayle Rubin, *A circulação de mulheres: notas sobre a 'economia política' do sexo*<sup>13</sup>, sem ter o objetivo explícito de discutir os papéis masculinos, é citado como um dos primeiros a questionar tanto a própria compreensão de mulher, quanto a de homem, enquanto categorias dadas e universais (OLIVEIRA, 2004; ASSIS CLÍMACO, 2009). O contexto de efervescência dos movimentos de identidade no qual estava inserido o trabalho de Rubin, atravessado pelo debate pós-estruturalista, permitiu o surgimento de uma via distinta das perspectivas sociológicas hegemônicas (marxismo, funcionalismo, estruturalismo), em que foi possível a crítica à naturalização dos comportamentos e à legitimação das diferenças de poder que beneficiam os homens em detrimento das mulheres (OLIVEIRA, 2004). Foi nesse contexto que o questionamento das próprias identidades atravessou as ciências sociais e humanas e influenciou estudos e movimentos feminista, gay, antirracistas e pós-coloniais (PETERSEN, 2003).

O reacendimento do movimento feminista no pós-guerra e a possibilidade de mulheres de classe média, européias e estadunidenses, sobretudo, ocuparem espaços para além do doméstico, balançaram papéis considerados tradicionalmente naturais, possibilitando também um olhar sobre os homens nas relações de gênero. Se antes, os mecanismos sociais que possibilitam privilégios<sup>14</sup> aos homens eram invisíveis, como o são para todos os que por estes mecanismos são favorecidos, a participação feminina em áreas antes exclusivamente masculinas fez com que os homens prestassem atenção na produção social de seus papéis e seus efeitos e, assim, começassem a discutir mudanças

---

<sup>13</sup> O título original era *The straightmind*.

<sup>14</sup> Desde já, é importante mencionar que privilégio não é simplesmente um direito. De acordo com o Dicionário Online de Português privilégio seria um direito, vantagem ou imunidades especiais gozadas por uma pessoa e/ou grupo de pessoas em detrimento das demais (disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/busca?id=la1dQ>. Acessado em 12 de abril de 2017). No caso dos homens, podemos listar privilégios diversos, que têm sido cada vez mais denunciados por meio de campanhas, manifestações em redes sociais, programas e políticas sociais: 1- cometer violências contra suas parceiras sem serem questionados ou interditados – enquanto violências que acometem toda a sociedade são duramente punidas ou, pelo menos, são alvo de indignação, a violência contra mulheres durante muito tempo foi invisível e ainda o é, tal como mostram os dados citados no segundo capítulo –; 2- distribuição de tarefas em casa; 3- detenção do poder econômico, que faz com que mulheres sejam dependentes e fiquem a mercê dos desejos masculinos; 4- maior representação política; 5- legitimidade para ocupar cargos de poder em instituições e empresas; 6- ser criado para dominar os códigos sociais de poder; 7- ter maior liberdade para caminhar nas ruas, sem risco de violência sexual, inclusive ser importunado por assediadores.

que acompanhassem as alcançadas pelas mulheres (OLIVEIRA, 2004), ou que os reajustasse nas tramas reconfiguradas do gênero, ocasionadas pela mobilização feminista.

A produção de conhecimento a respeito do que faz “os homens serem homens” proporcionou uma série de perspectivas e formas de abordá-los, em que impulsionar as transformações de subjetividade foi um dos correlatos dos saberes em torno desse grupo. A preocupação em como engajar os homens, atores privilegiados nas relações de gênero, na crítica às relações de dominação estabelecidas com as mulheres fundamentou e fomentou programas de ação com homens, sob distintos eixos temáticos e enfoques (RODRÍGUEZ e VÁZQUEZ, 2008). Entre trabalhos dessa produção, a associação entre transformação das masculinidades e redução das taxas de infecção pelo HIV, prevenção de violências contra as mulheres e melhorias na saúde reprodutiva, atraiu a atenção de organismos de cooperação multilateral, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), que possuem linhas de financiamento destinadas a esses assuntos. Tais agências demonstraram particular interesse no estímulo à criação de medidas de intervenção com homens, favorecendo o financiamento de projetos que buscavam transformar padrões nocivos de masculinidades e alcançar maiores resultados nos temas citados. Tornou-se comum, assim, o discurso de que as transformações das masculinidades, a partir da sensibilização dos homens a respeito dos efeitos do gênero, trariam benefícios para toda a sociedade.

Desse modo, destaco que os esforços relativos aos estudos das masculinidades não se detiveram apenas a decifrar como os homens se constroem como homens, mas propunham a desestabilização das assimetrias entre gêneros (RODRÍGUEZ e VÁZQUEZ, 2008) que produzem conseqüências para a saúde e o desenvolvimento da população, por meio de linhas de financiamento internacionais. A discussão em torno das masculinidades e as relações estabelecidas entre a mudança de conduta dos homens e avanços em diferentes áreas sociais, fez proliferar projetos sociais para engajamento masculinos relacionados aos eixos temáticos vinculados às lutas feministas, tais como saúde sexual e reprodutiva, cuidado parental, desenvolvimento social e econômico, prevenção da aids e violência de gênero.

Meu interesse se debruça sobre a análise das práticas de formação e engajamento dos homens que visam à transformação de gênero, fomentadas por meio de

financiamentos de agências internacionais para sua disseminação em diversos países. Nesse capítulo, descrevo alguns dos movimentos sociais e estudos que produziram e influenciaram perspectivas de formação e intervenção com homens e que oferecem um cenário ao trabalho de adaptação de metodologias de transformação das normas de gênero com homens em países da América Latina e África.

### 1.1. Entre homens e masculinidades

Se consultarmos o dicionário Michaelis on-line<sup>15</sup>, masculinidade é definida como “atributo de masculino ou másculo”, palavra que por sua vez define o que é “relativo do sexo masculino ou animal macho”, “com características próprias do homem, vigoroso, viril”. Carlos Serra, autor moçambicano, em sua introdução para o livro *O que é masculinidade?* (2018), conceitua o termo, relacionando-o à força, virilidade, “com bíceps, palavra guerreira que atravessa a história como se entidade natural, indiscutível e definitiva” (SERRA, 2018, p. 7). Se em vez de apenas atributos, trabalhássemos em uma definição de masculinidade, esta corresponderia ao “conjunto de atributos pelos quais o homem acredita ser *unidireccionalmente* macho, forte e corajoso” (SERRA, 2018, p. 7, grifos meus). Tais qualidades aparecem quase automaticamente em exercícios de grupo em que os participantes são solicitados a listar características relativas aos homens ou ao masculino. Invariavelmente, ouço ou encontro em meus relatórios desses exercícios, listas de características semelhantes a essas. Faz parte de um repertório comum que estruturou as relações e os discursos de gênero em diferentes países, embora não atribuído a todos os homens, nem partilhado por todos os homens em seu cotidiano.

Masculinidade tem sido o aspecto de caracterização dos homens enquanto tal. É habitual ouvirmos que homens que escapam a alguns dos padrões de masculinidades difundidos não são homens. Diz-se que “homossexual não é homem”, por exemplo, porque lhes falta um dos atributos essenciais relacionados a uma ideia hegemônica<sup>16</sup> de

---

<sup>15</sup> <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/masculinidade/> Consultado em 14 de fevereiro de 2019.

<sup>16</sup> O estudo das masculinidades permitiu que se estudasse a relação dos homens entre si e não apenas em relação às mulheres. Ao pensar a relação entre os homens, Connell (1987) cunhou o conceito de masculinidades hegemônicas, cúmplices e subordinadas. De inspiração gramsciana, o conceito se refere à imposição, por um grupo dominante, de uma definição específica para as masculinidades. Masculinidade hegemônica pode ser definida, segundo Connell (1987), como a configuração de práticas de gênero

masculinidade: gostar de mulher. Assim, a relação entre homens e masculinidades sempre foi estreita, em que esta expressão de vida, a masculina, foi considerada atributo principal do que é ser homem. Entretanto, é importante marcar, como o fez Connell<sup>17</sup>, que masculinidades e homens não são termos equivalentes, pois masculinidade se refere à posição do homem na ordem do gênero.

Com os estudos dos homens, seus atributos ganharam facetas plurais. Tal relação, entre homens e masculinidades, foi considerada arbitrária, descolada de uma natureza ou essência, o que foi fundamental para que propostas de transformações pudessem ser mobilizadas. Ser homem não é da ordem da natureza, nem está necessariamente associado ao masculino, cuja definição também não é única na sociedade. Assim, a pluralidade das masculinidades foi central para este campo de estudos e possibilitou pensar as transformações possíveis e necessárias aos homens.

Não estou a propor, nesse momento, que se faça uma distinção entre um aspecto material (os homens) ou simbólico (as masculinidades). Embora essa relação tenha atravessado trabalhos de enfrentamento às opressões de gênero com homens, ao se concentrarem na convocação de homens (sujeitos com pênis) a transformar ou criar novas masculinidades, sugiro que os estudos das masculinidades complexificaram os dois conceitos. Nem é mais fixa a relação entre homens e masculinidades, nem as ideias de homem ou masculinidade podem ser definidas de forma única e totalizadora, respeitando-se as problemáticas sociais diversas. Por exemplo, homens transgêneros.

---

relacionadas aos homens, que reforçam a legitimidade do patriarcado, garantindo a subordinação das mulheres e a posição dominante dos homens. Assim, para a autora, hegemonia é uma relação historicamente móvel. Quando as condições para a defesa do patriarcado mudam, novos grupos podem construir novas hegemonias. A masculinidade hegemônica não se assume como normal, no sentido estatístico, numérico, mas é normativa (CONNELL e MESSERSCHMIDT, 2013). Embora os conceitos ainda sirvam de referência para muitos estudos (foi citado em centenas de artigos segundo a própria Connell em seu trabalho com Messerschmidt), foi alvo de grande criticismo. Uma das críticas mais contundentes foi a de Christine Beasley, no artigo “Rethinking Hegemonic Masculinity in a Globalizing World” (2008). Sofia Aboim (2018, p. 28) considera que “a relação complexa entre homens (sujeitos) e masculinidades convocou um aceso debate crítico que interpela diretamente a noção de masculinidade hegemônica, afirmando-se, com elevado grau de concordância, que as vias dos ‘homens reais’ só muito dificilmente se encaixariam em tal modelo”. Outra crítica ao conceito reside em sua utilidade analítica (Azevedo, 2012). Segundo Maria de Fátima Paz Alves (2005), o reconhecimento de que nenhum homem corresponderia totalmente ao modelo hegemônico de masculinidade permite a conclusão de que todos os homens seriam em alguma medida subordinados. No entanto, a crítica a subordinação masculina é muito difícil de ser postulada, uma vez que estas continuam a ser dominantes em relação às mulheres. Connell e Messerschmidt (2013) respondem a tais críticas no artigo “Masculinidade hegemônica: repensando o conceito”, afirmando o conceito de masculinidade como fundamental, uma vez que seu uso não é reificadora, nem essencialista. Descartam, no entanto, concepções iniciais de gênero e o tratamento unidimensional dado à hierarquia, dados nas formulações iniciais do tema.

<sup>17</sup> Connell, R em [http://www.raewynconnell.net/p/masculinities\\_20.html](http://www.raewynconnell.net/p/masculinities_20.html). Acesso em 20 de agosto de 2018.

Em que medida o corpo torna esses homens homens? Não é mais apenas o corpo que define o gênero, nem a masculinidade necessariamente. Existe um processo de auto-nomeação que transita por outros vieses, além do corpo. Tais vieses colocam questões para as teorias e intervenções que convidam os homens a promoverem equidade de gênero por meio da transformação de masculinidades, como as que serão descritas aqui. Que homens são esses? Quem está de fora?

Outro exemplo da dissolução entre homens e masculinidades são as “feminilidades masculinas”, quando mulheres que se apropriam de uma masculinidade para exercerem uma profissão (CONNELL e MESSERSCHMIDT, 2013), ou tal como expressas pelo trabalho de Judith Jack Halberstam (1998), *Female Masculinity*, em que a autora defende que não há possibilidade de compreensão da extensão das masculinidades sem a análise de como as mulheres também a exercem. Halberstam (1998) sugere que a masculinidade é mais transgressiva e complexa quando desligada de um corpo masculino, sobretudo branco e heterossexual, abrindo caminhos para o estudo das masculinidades sem os homens, ou seja, as masculinidades exercidas por mulheres.

Muitos autores têm sido responsáveis pela classificação desses estudos em distintas correntes de pensamento. Raewyn Connell (1997), autora que tem produzido detalhadas revisões de pesquisas sobre masculinidades, identifica quatro abordagens: 1) essencialista, que se baseia em uma ideia universal de masculinidade, principalmente a partir de estudos psicanalíticos; 2) das ciências sociais positivistas, interessadas na definição dos homens a partir de padrões de vida, que expressariam o que os homens “realmente são”, através de pressupostos supostamente objetivos e neutros; 3) das definições normativas, que concebem os homens a partir de modelos a serem seguidos; 4) semióticas, que definem a masculinidade por meio de um sistema de diferença simbólica, em que não podem ser analisadas formas das relações de gênero. Já Valdés e Olavarria (1997) diferenciam seis vertentes principais nos estudos das masculinidades: 1) conservadora, que defende a natureza dos papéis tradicionalmente vistos como masculinos, como o de provedor, civilizador e politicamente dominante. 2) pró-feminista, que concebe de forma crítica os privilégios masculinos; 3) a perspectiva dos direitos dos homens (*men's rights*), que considera que as masculinidades tal como têm sido concebidas são altamente danosas para os homens 4) espiritual, cuja principal vertente foi o movimento mitopoético, em que o masculino é admitido como derivado

de padrões inconscientes profundos manifestados por meio de mitos, rituais e lendas que precisam ser revistas; 5) socialista, que estabelece relações entre o controle dos meios de produção e as masculinidades; 6) de grupos específicos (negros, homossexuais, grupos étnicos), que põe ênfase à variedade de experiências masculinas, com base na crítica a universalidade do modelo de homem branco. Oliveira (2005), por sua vez, põe ênfase nas categorias vitimárias ou críticas.

Nessa tese, não tenho a intenção de esgotar as análises de abordagens que foram elaboradas pelos estudos das masculinidades, uma vez que os autores aqui citados já o fizeram extensamente. A brevíssima apresentação desse campo de estudos sugere que a problematização dos modos de ser homem abriu um terreno internacional de intervenções com os homens, que visou transformar os efeitos danosos de determinadas concepções de masculinidades, ao mesmo tempo em que assinalaram aspectos da complexidade desse campo. Mais recentemente, muitas dessas intervenções se referem às transformações do que são consideradas masculinidades tóxicas<sup>18</sup>. A complexidade e diversidade dos estudos das masculinidades se reverberam também no plano das intervenções.

---

<sup>18</sup> Muitas organizações tem adotado esse conceito em suas campanhas. A expressão surgiu a partir de críticas ao conceito de masculinidade hegemônica. Segundo artigo publicado por Maria Confort no site da organização Geledés, masculinidade tóxica se refere a uma descrição estreita e repressiva da masculinidade, associada a violência, status, sexo e agressão. São os ideais masculinos que produzem efeitos danosos para a vida de homens e mulheres. Do artigo “Você sabe o que é masculinidade tóxica?”. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/voce-sabe-o-que-e-masculinidade-toxica/>. Acessado em 17 de junho de 2019.

## **1.2. De pró-direitos dos homens a pró-feministas: perspectivas transformadoras das masculinidades em análise**

Afirmar o protagonismo dos movimentos dos grupos minoritários<sup>19</sup> (feminista, LGBTQI+, negro) na abertura de um caminho para que os homens repensassem quem são, não significa que os mesmos tenham necessariamente ouvido tais grupos e que este tenha sido o principal fator de sensibilização dos homens em ações para sua própria transformação. Kimmel (1986) argumenta que o século XX foi marcado por uma crise das masculinidades e que dois fatores foram preponderantes na instauração de tal crise<sup>20</sup>. O primeiro deles diz respeito à modernização da sociedade ocidental, caracterizada pelo fechamento das fronteiras, industrialização, urbanização e aumento das burocracias, o que resultou no declínio da força física para a realização de determinadas tarefas. Inclui-se também o fato de que muitos rapazes cresciam separados de seus pais nas classes médias brancas, o que provocou medo de uma “feminização” da sociedade entre os homens dessas camadas. O segundo fator foi o crescimento do movimento feminista organizado. Essas duas condições fizeram com que homens brancos e de classe média, sentissem ameaçada sua posição de poder em relação às mulheres, bem como percebessem atacados alguns dos sentidos que sustentam uma ideia de masculinidade hegemônica. Podemos acrescentar a estas reflexões que tais sentimentos de ameaça dos quais trata Kimmel se referem a estudos relativos a homens europeus e estadunidenses. Incluo ainda que é razoável afirmar que o medo de perda do poder não se dirigia apenas às mulheres, mas também aos homens negros e homossexuais, representantes de outros movimentos que punham em cheque modelos dominantes de ser homem. Assim, não foi apenas pela convicção da necessidade de um mundo anti-sexista que os homens se mobilizaram a repensar seu lugar na sociedade, mas também pelos incômodos gerados com as novas configurações sociais e reivindicação das mulheres.

---

<sup>19</sup> O termo minoritário se refere aos grupos que não representam o modelo ao qual é preciso estar conforme (DELEUZE, 2013).

<sup>20</sup> Ou da percepção e um novo discurso sobre tal crise, uma vez que Oliveira (2004) aponta que as narrativas sobre crise das masculinidades remontam a outras épocas. No século XVIII, por exemplo, formulou-se a noção de uma degradação geral dos valores morais, incluindo a inadequação de determinados comportamentos masculinos, na França e na Inglaterra. Na virada do século XIX para o XX, o surgimento de reuniões gays e de um movimento de mulheres suscitou temores da população (OLIVEIRA, 2004).

Por outro lado, existe um histórico de apoios pontuais de homens à igualdade entre homens e mulheres (CONNELL, 2016). No século XIX, Said Ahman Khan (Índia) e John Stuart Mill (Grã-Bretanha) são exemplos de intelectuais que defenderam a emancipação da mulher. Juan Bautista Cubié, funcionário da Real Biblioteca do Palácio de Oriente, em Madri, lançou no século XVIII o livro “Em defesa das mulheres das calúnias dos homens: com um catálogo das espanholas que mais se destacaram nas Ciências e nas Armas” (editado em 2012 pela Unesp). Ferdinand-Valère Fanneau de La Cour, filho de Alexandre Dumas, toma a noção médica de feminismo, criada em 1871, como uma forma de qualificar os homens solidários ao movimento de mulheres em sua luta por igualdade política<sup>21</sup>. No Brasil, a participação de homens nas lutas pelos direitos das mulheres entre a segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX também tem sido lembrada (AZEVEDO, 2012; AZEVEDO, MEDRADO e Lyra, 2018). No entanto, para além dos limites de tais apoios pontuais em subverter a relação masculino-feminino pelos recursos intelectuais e materiais de seu tempo, foi a partir da década de 1970 que se constituíram as ações mais robustas, capazes de influenciar marcos internacionais dos direitos humanos, formar alianças intercontinentais e disseminar globalmente intervenções sociais com homens. As formações e intervenções que analiso nesse trabalho se constituíram em clara relação com os movimentos mais recentes de transformações das masculinidades.

Em entrevista para o canal *The red pill*, Messner<sup>22</sup> explica que o início do debate sobre gênero com homens foi marcado pela análise sobre a relação entre os privilégios e os custos das normas de gênero para os homens. Mesmo comprometidos com questões relacionadas à crítica ao patriarcado, houve uma tendência entre os homens a enxergar e se mobilizar em torno de questões que os afetava também. Nesse sentido, é comum nos discursos dos homens que apóiam o feminismo, o uso de argumentos sobre os benefícios que a construção da equidade de gênero também lhes proporciona. Dados a esse respeito têm sido divulgados para a sensibilização de outros homens na busca pela equidade com as mulheres, tal como veremos adiante. Os trabalhos de psicoterapeutas a cerca do sofrimento dos homens, nas décadas de 1980 e 1990, quando o número de

---

<sup>21</sup> Segundo o artigo intitulado *Féminisme amnésique*, de Paul Beatriz Preciado para o jornal *Liberatió*n. Disponível em: [https://www.liberation.fr/france/2014/05/09/feminisme-amnesique\\_1014052](https://www.liberation.fr/france/2014/05/09/feminisme-amnesique_1014052). Acesso em 24 de junho de 2019

<sup>22</sup> Messner, M. How did the Men’s Rights Movement Beginning? Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4EZWAKdzk8E>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2019.

divórcios havia aumentado em comparação a períodos anteriores e os homens precisavam lidar com questões de custódia dos filhos e pensão para as mulheres, também contribuíram para a criação de discursos que relacionavam os benefícios masculinos com a transformação das masculinidades. Assim, percebemos que grupos de homens críticos às masculinidades hegemônicas buscavam se equilibrar entre duas posições: entre os privilégios que os homens possuem na sociedade patriarcal e o fato de homens também serem afetados pelas normas de gênero, que inclui não poderem demonstrar sua dor, não terem a guarda das crianças na maioria das vezes e sofrerem com a violência urbana, por exemplo.

Este cenário é apresentado na literatura a respeito dos movimentos de homens engajados na discussão sobre masculinidades, em que são descritos diversos grupos e diferentes maneiras de sub-classificar as abordagens de mobilização dos homens, após as mudanças promovidas pelos movimentos feministas e LGBTQI+. Faço uma ressalva, no entanto, de que as respostas à intitulada “crise das masculinidades” não foi apenas de críticas às masculinidades. Houve grupos que reagiram de forma negativa às mudanças promovidas na vida de homens e de mulheres. Tais grupos conservadores são muitas vezes tipificados como “antifeministas” ou “masculinistas”.

No entanto, dentre as perspectivas mais alinhadas às críticas promovidas pelas teorias de gênero que propõe transformações nas masculinidades, são comuns análises que incluem nessa linha, os liberacionistas, o movimento mitopoético e o antissexista – esses últimos posteriormente chamados de pró-feministas. As correntes críticas das normas de gênero variavam entre a proposição de formas de crescimento pessoal – principalmente no caso do movimento mitopoético – e abordagens mais analíticas que, a exemplo dos estudos sobre a mulher, se orientam a partir de matrizes teóricas diversas, como o marxismo e a psicanálise (GOMARIZ, 1992; MESSNER, 1997 e PEASE, 2000). Era comum a organização autônoma em torno de grupos de conscientização com homens (*consciousness-raising groups*).

Discorrer sobre os diferentes vieses aqui, mais alinhados às críticas às normas de gênero nas intervenções com homens, tem como finalidade situar o campo de trabalho e explicitar sua complexidade, heranças, convergências e divergências com as intervenções e formações analisadas por mim. Além disso, são os grupos de homens críticos às formas como as masculinidades foram construídas que angariaram apoio e

foram incorporados às políticas e convenções internacionais que tocaram o campo do gênero.

Diferente de uma orientação explicitamente conservadora<sup>23</sup>, que preza por “manter a hegemonia masculina como algo socialmente legítimo” (OLIVEIRA, 2004, p 150), os grupos pelos direitos dos homens buscam por transformações nas masculinidades que possam reduzir os danos dos comportamentos tradicionais de gênero para os homens, como a dificuldade de expressão das emoções (MESSNER, 1997). Os grupos conservador, todavia, semelhante ao que testemunhamos atualmente com os debates sobre “ideologia de gênero”, reagem às conquistas femininas, tendo como base um essencialismo biológico e cultural, em que as diferenças de gênero são interpretadas como resultantes da anatomia sexual, e a posição de domínio dos homens é justificada pelas tarefas que desempenham (OLIVEIRA, 2014). Já os grupos pelos direitos dos homens se inspiram nas conquistas femininas para olhar as mazelas que afetam também os homens. De acordo com Messner (1997), a questão que mobilizou esses homens foi: o que isso tem a ver conosco? Mas a resposta foi equiparar-se às mulheres em relação às opressões de gênero, propondo mudanças nas masculinidades que se restringiam a solucionar injustiças e a dor masculina.

O foco principal dos grupos pró-direitos dos homens foi expandir as definições de masculinidades para incluir a expressão de emoções, muitas vezes, não autorizadas aos homens, como a possibilidade de chorar e ter medo. Havia o enfrentamento claro das formas em que a socialização dos homens os induz ao sucesso e a competição, ofuscando suas habilidades emocionais e de relacionamentos<sup>24</sup>. Muitos dos

---

<sup>23</sup> Raewyn Connell, em seu artigo “Change among the Gatekeepers: Men, Masculinities, and Gender Equality in the Global Arena” de 2005, republicado em “Gênero em Tempos Reais”, de 2016, declara que os grupos de homens explicitamente reacionários, embora existissem, não exerceram muita influência. Mais relevantes na manutenção das desigualdades de gênero seriam as instituições em que os interesses dos homens são indiretamente promovidos (partidos conservadores, igrejas, movimentos nacionalistas e pró-família). De fato, os principais obstáculos das mulheres na defesa de seus direitos sempre foram essas instituições, que defendiam o *status quo*, sem declararem explicitamente a soberania masculina. Atualmente, no entanto, temos presenciado a força de grupos que atacam abertamente as reivindicações das mulheres ou às mulheres diretamente. Em todo o caso, meu interesse consiste na análise de grupos capazes de mobilizar apoio de organizações de defesa dos direitos humanos e de promoção da saúde e desenvolvimento. Os discursos que reconhecem os custos das normas de gênero para os homens, no que diz respeito à ausência de laços paternos afetivos, a dificuldade de expressar as emoções, por serem vítimas de violência urbana e por terem menor expectativa de vida, têm força e conseguem angariar fundo junto a organizações dessa natureza.

<sup>24</sup> O filme “The mask you live in” (A máscara em que você vive), lançado em 2015, expressa com clareza, sob a análise de especialistas e acadêmicos da sociologia e da psicologia social cognitivista estadunidense, a necessidade de homens e meninos esconderem seus sentimentos e fragilidade para se

idealizadores desses grupos eram psicólogos que utilizavam as teorias dos papéis sexuais, desenvolvidas entre 1950-1970, para mostrar que, ao contrário de uma raiz biológica, os comportamentos masculinos e femininos eram socialmente inscritos (MESSNER, 1997). Connell (1987) argumenta que a teoria dos comportamentos sexuais que influenciou o movimento de liberação dos homens se baseou em uma psicologia individualizada do gênero, em vez de promover análises institucionais<sup>25</sup>, com foco nas relações de poder. A opressão de gênero era, portanto, percebida como atuando igualmente sobre homens e mulheres, produzindo uma falsa ideia de simetria, de modo que o trabalho consistia em liberar cada indivíduo das manifestações sociais repressoras, sem analisar as desigualdades e responsabilidades na manutenção das relações de poder.

Um dos argumentos do movimento liberacionista masculino é o de que o movimento feminista, ao culpar os homens pelas relações de opressão de gênero, tratou as mulheres como vítimas, eximindo-as de sua responsabilidade e capacidade de mudar sua condição. Assim, os liberacionistas afirmavam que o movimento feminista produziu o próprio desempoderamento das mulheres<sup>26</sup> (PEASE, 2000). Embora a produção feminista crítica aos possíveis lugares de vítima nas opressões de gênero seja extensa e complexa, marcando a superficialidade e a injustiça das análises dos homens liberacionistas a respeito da posição do movimento feminista, muitos autores consideram que o movimento liberacionista dos homens produziu desafios às ações dos homens pró-feministas, principalmente no início desse movimento, em suas concepções de culpa, vitimização e cumplicidade feminina nas relações patriarcais. Outro posicionamento do movimento pelos direitos dos homens, de acordo com Pease (2000) é o de que um homem não pode ser responsável pelo mau comportamento de outro.

A essencialização dos homens como maus foi uma das preocupações assinaladas pelos liberacionistas masculinos em sua crítica aos homens pró-feministas, de acordo com as análises de Pease (2000). Além disso, segundo o autor, argumentava-se ser mais

---

adequarem aos ideais do homem estadunidense. O documentário está disponível por meio do link <http://therepresentationproject.org/film/the-mask-you-live-in-film/>. Acessado em 19 de junho de 2019.

<sup>25</sup> Connell não se refere aqui ao movimento da Análise Institucional criado por Guattari. Embora as referências da Análise Institucional sejam caras ao meu trabalho de apresentar as complexidades envolvidas nas ações de formação-intervenção que visam à desconstrução das opressões, nesse momento, ao citar a autora australiana, refiro-me a preocupação com as instituições de modo geral, para os processos de produção de subjetividade.

<sup>26</sup> Essa crítica tem sido observada por mim, nas intervenções em que participei para convocar homens a se juntarem a movimentos pró-igualdade de gênero. Em um evento organizado por uma rede de homens em formação, um participante indagou sobre o papel das mulheres também na transformação das relações e no gênero e criticou o que considerou vitimismo feminino.

produtivo entender as razões pelas quais os homens se comportam como tal do que condená-los por seu comportamento. A alegação era de que nunca se viu alguém mudar de maneira construtiva ao ser culpado, envergonhado ou auto-odiado. Havia a premissa de que nenhuma abordagem ética poderia ser criada caso os homens fossem tratados como culpados e impelidos a pedir perdão. A mudança seria, portanto, falsa.

Com isso, Pease (2000) menciona que era comum que autores liberacionistas masculinos ressaltassem a diferença entre culpa e responsabilidade. Nessa ótica, culpa estaria relacionada a reclamar que alguém voltasse ao passado e o transformasse, o que seria infrutífero ou mesmo impossível. Nos dicionários Oxford<sup>27</sup> e Michaelis<sup>28</sup>, por outro lado, a distinção entre culpa e responsabilidade é tênue, há grande conexão entre os conceitos. Culpa estaria ligada ao reconhecimento da responsabilidade de alguém na causa de algum dano. Responsabilidade compreenderia a obrigatoriedade de responder pelos próprios atos. Considerando tais definições, Pease (2000), que se assume como pró-feminista, critica o excesso de culpabilização ou responsabilização dos homens, que, segundo ele, interferiria na proposição de mudanças, além de legitimar uma moral. No entanto, acredita que é justamente porque as acusações usam standards morais que podem influenciar comportamentos e contribuir para pôr fim às opressões. Pease (2000) sugere que a abordagem moral ou a vergonha reintegrativa preveniria crime e violência, enfatizando a utilidade da persuasão do homem a internalizar uma aversão a opressão para ter orgulho de respeitar os direitos das mulheres.

Em outra crítica ao movimento pelos direitos dos homens, a respeito de seu discurso da igual responsabilidade das mulheres na manutenção do patriarcado, Pease (2000) avalia como legítimo se perguntar sobre a contribuição/ complacência dos oprimidos, mas apenas quando a parte dos opressores estiver sido profunda e honestamente examinada, o que ainda necessita de um longo caminho. No caso do movimento de liberação masculina a ênfase na mutualidade da violência doméstica os afasta dessa jornada. Ou seja, pouco contribuem para um equilíbrio na balança do gênero ou uma crítica do poder masculino<sup>29</sup>.

---

<sup>27</sup> <https://en.oxforddictionaries.com/>. Consultado em 22 de fevereiro de 2019.

<sup>28</sup> <https://michaelis.uol.com.br/>. Consultado em 22 de fevereiro de 2019.

<sup>29</sup> A literatura feminista discorre sobre a internalização das opressões pelos grupos oprimidos, o que não significa responsabilizar tais grupos por sua situação. A afirmação de que existe machismo entre as mulheres ou que mulheres contribuem para a manutenção do patriarcado não é consenso entre as feministas. Os grupos com menos poder, justamente por esse motivo, não criaram os sistemas sociais nos quais vivem. Embora mulheres reproduzam discursos que colocam mulheres em posição de inferioridade

Outro dos movimentos mais citados pelos estudiosos da história do engajamento dos homens na promoção da equidade de gênero é o Mitopoético (MESSNER, 1997; PEASE, 2000; OLIVEIRA, 2004; CONNELL, 2005. 2016; AZEVEDO, 2012). O início de tal movimento é assinalado por marcos importantes, em que uma das cenas mais emblemáticas foi a entrevista dos dois poetas de referência principal, Robert Bly e Keith Thompson, em 1982. Em tal entrevista, Bly afirma que um dos problemas da sociedade ocidental é privar os homens de rituais de passagem. Essa seria uma das razões pelas quais os homens teriam dificuldade de acessar seu lado masculino. O movimento mitopoético, no entanto, apenas foi nomeado dessa maneira em 1986, por Shepherd Bliss, e na década de 1990, nos Estados Unidos, o livro de autoria de Robert Bly (s/a), de título *Iron John*, tornou-se *bestseller* e publicação de referência principal para o movimento. Assim, o movimento Mitopoético ganhou o discurso popular, embora não tenha sido o único, nem o primeiro movimento organizado por homens relacionados às questões de gênero.

Em *Iron John* e em obras subsequentes, Bly elabora sua abordagem mítica, sob clara influência da psicologia arquetípica de Jung. A abordagem mítica, afirma Bly (s/d), não busca retomar o domínio dos homens sobre as mulheres, tampouco se opõe ao movimento feminista, mas por meio da expressão positiva dos mitos que constituíram a formação humana, tal abordagem visa retomar aspectos importantes da iniciação masculina que foram suplantados pela revolução industrial. Aqui, não se apela para razões biológicas e evolutivas das características masculinas, mas se concebe modelos inscritos no inconsciente coletivo, que podem ser desvendados por meio da mitologia antiga, das lendas e das fábulas. O movimento, que também visa transformação, tem como premissa que os homens mudarão quando se curarem, a partir do resgate do orgulho de serem homens, pelo reconhecimento de suas dores e abusos. A principal recomendação do movimento mitopoético é para que os homens “busquem atingir um estado de equilíbrio e maturidade, a partir da harmonização de seus comportamentos com os arquétipos típicos da masculinidade” (OLIVEIRA, 2004, p. 161). Um dos grupos mais conhecidos, que pôs em prática as teorias mitopoéticas, foi *Men Envolvement Network*, fundado na década de 1990. Nos grupos, havia a convocação do

---

em relação aos homens, para um grupo de feministas o patriarcado foi edificado com rótulos e conceitos criados por uma elite intelectual masculina branca.

espírito masculino e a conexão com o homem universal, numa busca pela essência masculina.

Os primeiros grupos de homens antissexistas surgem já em 1975 (WELZER-LANG, 2001). Alguns anos mais tarde, esses grupos foram definidos como pró-feministas, termo adotado consensualmente entre homens e mulheres em 1996, em um colóquio no Quebec. Os pró-feministas se reconhecem como sendo socialmente construídos como homens e devem problematizar sua opressão sobre mulheres, bem como a alienação dos homens de sua própria dor. Embora reconheça que a divisão entre o movimento pró-direitos dos homens e o movimento antissexista não fosse explícita ou clara no princípio, Messner (1997) afirma que na metade da década de 1970, entretanto, com a crítica das mulheres ao movimento de liberação dos homens, alguns grupos mudaram o discurso da ênfase nos custos das masculinidades para os homens ao foco no modo como os homens adquirem poder e privilégio na sociedade patriarcal. Assim, os grupos pró-feministas tentam confrontar a dominação internalizada, cientes de seus privilégios e de como a socialização masculina legitima comportamentos opressores (PEASE, 2000). Para este intento, buscam evidências de como os homens podem se tornar aliados na luta para transformar as relações de gênero mais profundamente.

Messner (1997) classifica os grupos pró-feministas do início em dois tipos: radical e socialista. O discurso dos homens pró-feministas radicais se caracteriza pela noção de que o sexismo é um sistema da supremacia masculina – patriarcado –, mais do que atitudes e valores que os homens aprendem. Nesse sistema, homens, como um grupo, dominam as mulheres, em que o abuso sexual e outras formas de violência são vistos como formas extremas da dominação masculina sobre as mulheres. Desse modo, em lugar da liberação dos homens, os pró-feministas radicais criaram práticas antissexistas concentradas em questões relacionadas às violências de gênero, principalmente sexual. A “Campanha do Laço branco”<sup>30</sup> é classificada por Messner

---

<sup>30</sup> A Campanha do Laço Branco (*White Ribbon Campaign*) é um dos maiores exemplos de ativismo pró-igualdade de gênero no mundo. A campanha surgiu no Canadá após Marc Lépine, um sujeito inconformado com a aprovação de mulheres na escola politécnica de engenharia, invadir a instituição, matar quatorze mulheres, além de ferir outras dez. O episódio ficou conhecido como o “Massacre de Montreal” e mobilizou a opinião pública, inclusive um grupo de homens que teve a intenção de mostrar que se alguns não se conformam com as conquistas femininas, outros a apoiam. A campanha do Laço Branco tornou-se internacional em seu foco na educação de meninos e homens (Connell, 2016). Mais informações sobre a campanha podem ser acessadas por meio de: <https://www.whiteribbon.ca/> ou <http://lacobrancobrasil.blogspot.com/p/nossa-historico.html>. Acesso em 22 de junho de 2019.

como pró-feminista radical, embora não encontremos nenhuma menção a esse posicionamento no site da campanha ou entre seus co-fundadores.

Uma das críticas elaboradas por Messner (1997) aos grupos pró-feministas radicais se dirige à ênfase dada à violência na análise do patriarcado, o que ocasionaria, segundo o autor, um debate bastante simplificado de como práticas antissexistas deveriam ser criadas. Messner considera ainda que o foco que o discurso dos homens feministas oferece às instituições políticas e organizações sociais é também fator limitador por duas razões: o destaque quase que exclusivo na crítica aos privilégios e a quase total falta de olhar para as consequências das masculinidades para os homens contribuem para que os militantes desse movimento sejam vistos como altruístas em relação às mulheres. Nesse sentido, o debate proposto por esse movimento contribuiria para que os homens que o incorporam sejam vistos como generosos ou benevolentes, como se o fato de estarem dispostos a promover relações mais justas, não violentas e realizar tarefas vistas como femininas fosse digno de mérito maior do que o das mulheres que as desempenham. Outra fonte de críticas diz respeito à universalização dos homens, característica dessa vertente, o que obscureceria a compreensão de como outros sistemas de opressão (raça, classe) atuam e obrigam grupos de homens marginalizados a pagarem os dividendos do patriarcado (CONNELL, 2005). Além disso, a sexualidade masculina é vista quase exclusivamente como a corporificação do poder, enquanto a feminina seria subordinada, fortalecendo uma posição essencialista da diferença de gênero. Tais críticas são semelhantes às críticas que receberam também as pautas do feminismo radical.

Por sua vez, os grupos intitulados pró-feministas socialistas tiveram grande influência das feministas dessa vertente política. O braço acadêmico desse movimento foi a *Men's Studies Association*<sup>31</sup>, com um jornal chamado *Masculinities*. Apesar de ter sido fundada em 1991, suas raízes remontam ao início da década de 1980, quando um pequeno grupo de estudiosos estadunidenses formou o *Men's Studies Task Group (MSTG) of the National Organization for Men (NOM)*. Dentre tais estudiosos, encontra-se Martin Acker, Shepherd Bliss, Harry Brod, Sam Femiano, Martin Fiebert, e Mike Messner, autor de *Politics of masculinities: Men in movements* (1997), uma das principais referências utilizadas aqui para discorrer sobre o movimento de homens

---

<sup>31</sup> Informações sobre a associação estão disponíveis em: [https://mensstudies.org/?page\\_id=5](https://mensstudies.org/?page_id=5). Acessado em 21 de junho de 2019.

críticos às masculinidades. A NOM foi rebatizada para *[National] Organization for Changing Men* (NOCM) e em seguida para *National Organization for Men Against Sexism* (NOMAS), que se tornou a *Men's Studies Association* (MSA).

Nos Estados Unidos, principalmente, um fator apontado como limitante desta perspectiva foi a inabilidade de converter discurso teórico em ação política efetiva (MESSNER, 1997). Resumidamente, apesar de o feminismo socialista eleger o Estado como arena de luta para questões como pagamento equânime entre homens e mulheres, ou licença parental, a cena política americana deixou pouco espaço para estratégias que vão além do discurso individualizado e centrado na esfera privada do feminismo liberal. Ainda, a proporção de trabalhadores sindicalizados, sobretudo mulheres, é muito baixa nos EUA. Tais desafios não se aplicam as democracias parlamentares da Austrália, Gran Bretanha, França e países escandinavos.

As críticas feitas aos grupos de homens antissexistas foram diversas e originadas de diferentes fontes. Os militantes de esquerda criticaram a composição classe-média dos homens que compunham tais movimentos, bem como sua preocupação principal ligada à esfera privada. O movimento LGBTQI+ marcou a relutância dos grupos de homens antissexistas em confrontarem sua homofobia. Feministas criticaram tais grupos, considerando-os mais uma forma de união entre homens, o que fortaleceria o patriarcado. Apesar das ressalvas, os grupos antissexistas foram também considerados espaços importantes por inúmeros homens, para a compreensão de seu próprio comportamento sexista e desenvolvimento de suporte emocional. Giddens, em *A Transformação da Intimidade* (1993), sinalizava que, se por um lado os homens têm sido incapazes de construir narrativas de si que os permita reordenar a esfera de sua vida pessoal, por outro lado, os grupos de conscientização masculinos têm oferecido boas oportunidades para que os homens alcancem esse intento.

As preocupações a respeito dos efeitos das masculinidades têm gerado intervenções para mudanças de condutas dos homens em países tão diversos quanto o Canadá, Índia, Alemanha, África do Sul (CONNELL, 2016). Países da América Latina também têm sido berços de referências importantes na produção de tais intervenções. No México, por exemplo, nomes como Matthew C. Gutmann (2017), Juan Guillermo Figueroa (2014), Juan Carlos Ramírez Rodríguez e José Carlos Cervantes Ríos (2013) têm elaborado importantes estudos que discutem formas de transformação social em que os homens possam estar envolvidos na promoção de maior justiça de gênero. Os estudos

de Gutmann (2017) ainda nos oferecem evidências sobre como dinâmicas políticas e econômicas globais estão integradas à vida de grupos de homens em comunidades pobres do México. Os estudos sobre masculinidades estadunidenses, no entanto, foram os primeiros a impulsionar uma série de práticas que envolveram os homens no debate sobre os efeitos de seus modos de ser em suas relações com as mulheres. Badinter (1993) atribui essa situação ao fato de o feminismo estadunidense ser mais radical e poderoso do que na França onde, segundo a autora, o fato de a violência masculina ser menor faz com que o problema da masculinidade seja percebido com menos acuidade, embora atormente a homens e mulheres francesas<sup>32</sup>.

Uma das características marcantes dos trabalhos sobre masculinidades nos Estados Unidos é seu foco nas mudanças individuais. Muitos dos grupos fundados a partir das abordagens apresentadas neste capítulo possuem caráter terapêutico. A interferência em aspectos individuais da subjetividade masculina se deve ainda ao fato de a psicologia social estadunidense ter sido a disciplina que mais produziu textos acerca dos estudos dos homens, segundo Berenice Bento (2012). Semelhante à possibilidade de expressão da literatura de auto-ajuda, noto ainda que o terreno de intervenções com homens na transformação das masculinidades nos Estados Unidos foi favorecido por um conjunto de práticas engendrado pela cultura anglo-saxã, “através das quais as pessoas procuram descobrir, cultivar e empregar seus supostos recursos internos e transformar a subjetividade, visando conseguir uma determinada posição individual” (RÜDIGER, 2010, p. 8). A relação internacional dos Estados Unidos com a exportação de bens, conhecimentos e tecnologias, inclusive sociais, bem como sua posição privilegiada na gestão e controle de recursos de projetos de desenvolvimento social e promoção da saúde facilitaram a influência principalmente de pesquisadores-militantes desse país – entre outros da cultura anglo-saxã – na produção de discursos, práticas e políticas localizadas em diversas partes do globo. Na próxima seção, é possível observar como um grupo de homens notáveis dos estudos das masculinidades do Norte contribuiu para acordos e convenções internacionais que recomendam a

---

<sup>32</sup> Dados coletados para a Organização Pan Americana de Saúde (2019) revelam que nos Estados Unidos, que cerca de 37% das mulheres já sofreu violência física ou sexual alguma vez na vida (BOTT et al, 2009). 6,6% dentre as mulheres entrevistadas havia sofrido violência de seus parceiros nos últimos doze meses. Na França, o Jornal o Globo divulgou, acerca dos protestos contra a violência de gênero, que 250 mulheres são violadas por dia. Em 216, 123 mulheres foram mortas por seus parceiros ou ex-parceiros no país europeu. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/milhares-de-mulheres-protestam-contraviolencia-de-genero-em-cidades-da-europa-23258402>. Acessado em 20 de julho de 2019.

inclusão dos homens nas políticas públicas e intervenções para a promoção da equidade de gênero. Veremos também como financiamentos destinados a prevenção e cuidado da aids, promoção de saúde reprodutiva e prevenção de violências oportunizou um campo de trabalhos com homens na transformação das masculinidades.

A produção de evidências sobre o alcance de resultados positivos tais como na promoção da saúde, desenvolvimento social, prevenção de violência e crescimento econômico, agiu como fermento na ampliação de um campo internacional de envolvimento de homens na promoção da equidade de gênero. Muitos pesquisadores se apressaram em demonstrar os impactos das intervenções com homens e meninos na transformação das masculinidades, criando instrumentos de verificação, indicadores e teorias de mudança que ajudaram a divulgar a importância da criação de abordagens para o envolvimento dos homens nas ações para a equidade de gênero. Boa parte de tais instrumentos de verificação se concentra na avaliação de mudanças individuais de atitudes e comportamentos machistas. Connell (2016) nos apresenta inúmeros exemplos documentados da capacidade de homens e meninos sustentarem a igualdade. A autora afirma que uma série de pesquisas em educação e psicologia na Austrália demonstram que é possível ensinar meninos a terem flexibilidade face aos estereótipos de gênero.

Gary Barker (2011), doutor em psicologia do desenvolvimento, co-fundador da Aliança Internacional *MenEngage*, afirma ter investido sua carreira no desenho de metodologias de intervenção e de estudos internacionais de produção de dados e avaliação do impacto da transformação das masculinidades. O autor defende o financiamento e a avaliação rigorosa de abordagens bem desenhadas que comprovem transformações nos homens. Em um artigo escrito com Dean Peacock (PEACOCK e BARKER, 2012), os autores citam alguns dos principais resultados dos projetos que se baseiam em modelos de transformação de masculinidades, que incluem os homens a partir de uma abordagem positiva – em que os homens são vistos como soluções e não apenas obstáculos. Segundo os autores, na Nicarágua, um estudo com aproximadamente 150 homens que participaram de oficinas sobre masculinidade e equidade de gênero revelou impacto positivo no uso da violência, relações sexuais, responsabilidade parental e atividades domésticas. Em uma iniciativa da África do Sul, os homens participantes relataram ter diminuído o número de parceiras, aumentado o uso de preservativos e usado menor quantidade de drogas. Ainda na África do Sul, participantes da campanha *One Men Can*, nas semanas seguintes, relataram tomar

providencias em relação à violência em sua comunidade, 25% acessou voluntariamente os serviços de testagem ao HIV e 61% relatou ter aumentado o uso de preservativos. Tais dados tem sido divulgados no intuito de ampliar os investimentos no trabalho com homens que demonstrem mudanças visíveis de comportamento e atitudes machistas.

Pathfinder, organização fundada nos Estados Unidos que capta e distribui recursos para projetos sociais ligados à saúde sexual e reprodutiva, apresenta uma coletânea<sup>33</sup>, destinada a trabalhadores sociais de “países em desenvolvimento”<sup>34</sup>, que resume abordagens e resultados de diversos programas do mundo que visam alcançar homens jovens na promoção da saúde reprodutiva. Os programas relacionados à saúde reprodutiva com homens jovens são oriundos de países variados e possuem inúmeras abordagens: Aconselhamento e educação em saúde (*Family Planning Association*, Grenada); seminários, oficinas e livros de bolso (*The Africa Region Boys Scout*, em oito países do continente); esporte como uma forma de entrada para tratar de temas ligados à saúde sexual e reprodutiva (*The Mathare Youth Sports*, Kenya); campanhas em bares e ruas (*Indonesia*); programas de formação com homens jovens pares ou disseminadores de informação (*Gente Joven*, MEXFAM – México; *Strengthening Male Involvement*, Namibia; Red Cross e Scout Association, Gana); clínicas acolhedoras para homens jovens (PROFAMILIA, Colombia e República Dominicana); marketing social para uso de preservativo (Benin e Uganda). Esses são apenas alguns dos exemplos de programas que receberam recursos internacionais com a finalidade de aplicar abordagens para o envolvimento de homens e meninos em temas cujos efeitos das desigualdades de gênero se mostram presentes.

A produção de ferramentas e de evidências sobre sua eficácia na transformação de atitudes machistas, no entanto, não é suficiente para a compreensão das razões que levariam os homens a se engajar em projetos para a equidade de gênero e transformar seus comportamentos (CONNELL, 2016). Desse modo, a produção de pesquisas sobre possíveis motivações dos homens a promoverem mudanças em suas vidas também tem sido mobilizada.

---

<sup>33</sup> Pathfinder. **Reaching Young Men with Reproductive Health Programs**. In Focus Series (s/d). Disponível em: <https://www.pathfinder.org/publication-series/focus-youth-adolescent-reproductive-health-briefs/>. Acessado em 22 de junho de 2019.

<sup>34</sup> Segundo informações colhidas no site citado.

### 1.3. “Por que a equidade de gênero é boa para todos? – homens incluídos”<sup>35</sup>: Argumentos para o envolvimento dos homens

Micheal Kimmel, professor da Universidade de Nova Iorque e personalidade notável nos estudos das masculinidades, defende que os homens façam parte das ações de promoção da equidade de gênero. A partir da narrativa de sua própria experiência, o professor costuma iniciar suas palestras<sup>36</sup>, reconhecendo que ter um gênero não é, entretanto, percebido pelos mesmos. Sua própria descoberta como sujeito portador de gênero aconteceu em uma reunião de estudos com duas de suas colegas, uma mulher negra e outra branca, quando foi indagado sobre o que vê no espelho no momento em que se olha. A mulher branca disse enxergar uma mulher, enquanto a mulher negra disse ver uma mulher negra. Foi então, que Kimmel percebeu que ser homem e ser branco era algo que lhe era invisível. Ele era um ser humano apenas.

Nas sociedades ocidentais capitalistas coloniais modernas, os grupos que detém o poder – como os homens, os brancos, os heterossexuais, os cisgêneros e os mais abastados financeiramente – raramente se mobilizaram no questionamento de como suas identidades são forjadas. Suas categorias de pertença são compreendidas como pontos centrais na definição do ser humano. Ou seja, ser branco, homem, adulto, com integridade das funcionalidades corporais, por exemplo, são consideradas condições ideais ou naturais de humanidade. Tais marcadores de pertencimento dificilmente são percebidos como construções sociais, contribuindo para a invisibilidade no que diz respeito à aquisição de privilégios desses grupos. É nesse sentido, que Micheal Kimmel, sustenta que o privilégio é invisível para quem o tem. Os homens não pensam sobre seu gênero da mesma forma que as mulheres são convocadas cotidianamente a fazê-lo. Pessoas brancas também não são lembradas de sua raça com a mesma frequência que pessoas negras o são. Por isso, os movimentos que propõem mudança nas relações sociais, costumam ter início a partir dos grupos que mais sofrem opressões. Desse modo, tornar seu gênero visível para os homens é o primeiro passo para engajá-los na promoção da equidade com as mulheres e pessoas que se identificam com outros gêneros.

---

<sup>35</sup> Título da palestra proferida por Micheal Kimmel para o Ted Talk, em tradução livre de *Why Gender Equality Is Good for Everyone — Men Included*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7n9IOH0NvyY>. Acesso em 09 de abril de 2019.

<sup>36</sup> Refiro-me à palestra para o *Ted Talk*, à palestra para o *2nd MenEngage Global Symposium*, 2014, e à *The International Conference on Masculinities: Engaging Men and Boys in Gender Equality*, 2015.

O fato de terem mais poder, segundo Kimmel, faz com que os homens sejam peça fundamental na pauta do gênero. Como privilegiados, podem ser ouvidos como solidários a uma causa válida, não apenas como quem está buscando “vantagens”. O reconhecimento de que a voz dos homens é mais ouvida – portanto necessária – têm sido mote para a mobilização de recursos para intervenções com homens por uma série de organizações da sociedade civil (FONSECA, 2014). As Nações Unidas também têm apostado nesta fórmula. A campanha *ElesPorElas* (HeForShe), coordenada pela ONU Mulheres, “é um esforço global para envolver homens e meninos na remoção das barreiras sociais e culturais que impedem as mulheres de atingir seu potencial”<sup>37</sup>. A organização divulga que “a voz dos homens é poderosa para difundir para o mundo inteiro que a igualdade para todas as mulheres e meninas é uma causa de toda a humanidade”<sup>38</sup>.

No entanto, Kimmel também enfatiza a importância de os homens perceberem que os alcances na equidade com as mulheres os afeta positivamente, como uma forma de angariar adeptos para a causa do gênero. Empresários, por exemplo, podem ser convencidos, o professor da Universidade de Nova Iorque, com estimativas de maiores lucros em empresas mais equânimes. Falar de aumento da qualidade das relações sexuais com suas parceiras, maior felicidade e satisfação e, conseqüentemente, produtividade superior, é capaz de abrir portas para que os homens sejam estimulados a promover mudanças em direção da equidade com as mulheres, de acordo com o conferencista. Uma vez que a linguagem empresarial e masculina está afinada à lógica do lucro, discutir o envolvimento dos homens por esse caminho tem sido estratégica.

Micheal Kimmel, considerado pró-feminista socialista, não deixa de reconhecer em sua produção acadêmica, como a masculinidade branca foi se constituindo como violenta. É de sua autoria o livro *Angry White Men* (2013), em que produz uma importante análise dos homens brancos e de seu poder, muitas vezes, exercido por meio de violência. A análise do poder masculino, no entanto, tem estado conjugada, não apenas por Kimmel, à preocupação em afirmar os benefícios do feminismo inclusive para os homens, como uma maneira de mobilizá-los na realização de mudanças nas relações de gênero. Por meio de dados sobre vantagens individuais, traduzidas em

---

<sup>37</sup> ONU Mulheres. Acessível por <http://www.onumulheres.org.br/elesporelas/>, em 09 de abril de 2019.

<sup>38</sup> Idem à 37.

relações mais equânimes com as parceiras, entre outras, o autor evidencia que questionar os próprios privilégios é bom para os homens também.

Por meio das pesquisas internacionais de avaliação de intervenções com homens em questões relacionadas ao gênero, Barker (2011) afirma que os homens oferecem maior apoio quando percebem que a equidade de gênero pode ser boa para eles também, tal como sugerem os dados sobre a experiência dos países escandinavos e do Canadá a respeito das licenças maternidade e paternidade. Resultados da pesquisa IMAGES<sup>39</sup> demonstram que homens que acreditam e vivem relações de gênero mais equânimes relatam maior satisfação e felicidade, assim como suas parceiras. Informações colhidas em três países (Índia, Brasil e Croácia) pelo estudo internacional confirmam que quando os homens que partilham as tarefas de cuidado, suas parceiras relatam vida sexual mais satisfatória também. Barker (2011) conclui que quanto mais falamos com os homens sobre esses benefícios, mais abertos eles se mostram a construir caminhos em prol da equidade de gênero. Assim, tratar de como os homens também podem se beneficiar da equidade de gênero tem sido recomendação de muitas publicações destinadas à criação de intervenções com homens.

Abordar os benefícios sociais, sem esquecer os masculinos, por meio da coleta de dados e resultados de pesquisas é esforço comumente demandado para o convencimento de potenciais apoiadores e representantes estratégicos de empresas e instituições públicas. É fato freqüente em ações de responsabilidade social, sejam ligadas a gênero ou a meio ambiente, que figuras chave de organizações públicas ou privadas consigam enxergar os ganhos produtivos de determinados projetos para que permitam investimento de tempo e de dinheiro em suas ações. Com os projetos para o envolvimento dos homens na equidade de gênero não era diferente. Nas intervenções diretas, exercícios de grupo estratégicos e mensagens de campanhas intentavam a abalar as relações de poder entre homens e mulheres por meio de mensagens que apresentavam perspectivas positivas de mudanças de suas atitudes e comportamentos para os homens.

O debate sobre os benefícios com as mudanças nas masculinidades acompanham o reconhecimento de que expressar-se como “verdadeiros homens” lhes traz custo.

---

<sup>39</sup> *The International Men and Gender Equality Survey – IMAGES*. Trata-se de um estudo comparativo realizado com homens e mulheres no Brasil, Chile, Índia, Croácia, México e Ruanda, coordenado pelo Instituto Promundo e ICRW (International Center for Research on Women). O estudo encontra-se disponível no site: <https://www.icrw.org/publications/international-men-and-gender-equality-survey-images/>. Acessado em 22 de junho de 2019.

Micheal Kaufman<sup>40</sup> (1995), autor influente nos estudos das masculinidades, considera as desigualdades entre os homens, suas “dores” e violência sofrida por aqueles que são reprovados quando não reproduzem os comportamentos de gênero esperados. Assim, o patriarcado não existiria apenas como desigualdades entre homens e mulheres, mas entre homens também. Kaufman (1995) afirma que para a maioria dos homens é impossível cumprir os requisitos dos ideais hegemônicos de masculinidades e buscar tal ideal custa bem caro. Para ser considerado homem, é necessário combater aspectos que os remeteriam às mulheres, tais como a supressão de toda uma gama de emoções, o prazer de cuidar dos outros, a receptividade, empatia e a compaixão (KAUFMAN, 1995). As emoções não desapareceriam, mas seriam freadas pelo controle e pela racionalidade necessários ao alcance desse ideal masculino. Desde pequenos, os homens começariam a descobrir que, para ser viril, é preciso sofrer. Segundo o autor, meninos se fechariam em uma couraça, incorporando, de uma vez por todas, a competição, onde a melhor defesa pode ser o ataque. Com base nessas condições, Kaufman (1995) introduz a ideia de que existe na vida dos homens uma combinação de poder e privilégios, dor e carência de poder. Isto não significa, segundo o autor, equipará-los às formas de subordinação feminina, mas o masculino é, contraditoriamente, submissão a um modelo de obtenção de privilégios e a experiência dos homens pode ser também uma fonte de alienação: de sua relação com os filhos, de suas potencialidades e dos desejos que escapam aos padrões de comportamento masculino esperado. Nesse sentido, o autor defende um movimento que supere as limitações de duas das vertentes do movimento pela transformação das masculinidades tratadas aqui, o movimento mitopoético e movimento pró-feminista. A tendência mitopoética, com sua ênfase na dor dos homens, e o movimento pró-feminista, com foco nos privilégios masculinos, segundo autor, ignoram “não só o significado de toda a experiência masculina em uma sociedade dominada pelos homens, mas também a relação crucial entre o poder e a dor dos homens” (KAUFMAN, 1995, p.17). Kaufman sugere, desse modo, que o ponto de partida deveria ser desafiar a centralidade do poder masculino, reconhecendo também

---

<sup>40</sup> Micheal Kaufman é apresentado como escritor, assessor e palestrante, cujas abordagens inovadoras para envolver homens e meninos na promoção da igualdade de gênero e transformar a vida dos homens o levaram ao redor do mundo nas últimas quatro décadas. Ele trabalhou extensivamente com as Nações Unidas e com governos, organizações não-governamentais, corporações, sindicatos e universidades. É co-fundador da campanha do Laço Branco para o engajamento de homens no fim da violência contra mulheres. Micheal Kaufman tem servido como referência para a construção de diversas abordagens para o engajamento de meninos e homens na promoção da equidade de gênero. Informações disponíveis em <https://michaelkaufman.com/about/>. Consulta feita em 02 de abril de 2019.

que este poder é a causa do mal estar e confusão sentida pelos homens, além de homofobia.

Mesmo reconhecendo-se pró-feminista, Kaufman (1995) problematiza o termo por sugerir que, ainda que visto como fundamental, o apoio dos homens ao feminismo dificulta a análise do papel masculino na abordagem do machismo. Nesse sentido, segundo o autor,

se incluímos uma análise do impacto de uma sociedade dominada pelos homens entre os próprios homens, então o projeto se transforma não só em pró-feminista como em algo que é antissexista (no sentido que as ideias e práticas sexistas afetam a homens e mulheres, ainda que de forma diferenciada), antipatriarcal e antimasculinista (mas sempre claramente masculino-afirmativo, assim como feminino-afirmativo) (KAUFMAN, 1995, p 18).

Assim, o debate sobre privilégios e custos se situa em um conjunto de reflexões que vão além de mera estratégia de atração e convencimento de homens a participarem de formações e intervenções para a transformação de masculinidades, em que destacar os ganhos dos homens com tal transformação serviria ao propósito de seu envolvimento. Diz respeito também a pensar o lugar dos homens como sujeitos do feminismo ou dos problemas de gênero.

O termo pró-feminista, em vez de homens feministas, é sugerido por muitas feministas, embora sua utilização não seja unânime entre as mulheres. Ainda que se considere que o feminismo traga ganhos para toda a sociedade, não caberia aos homens pautar suas estratégias de luta, a despeito de não se adequarem aos padrões normativos do gênero. Mesmo que o feminismo seja definido como uma luta antimachista ou antissexista, o movimento de mulheres entende que tal luta se pauta no enfrentamento da opressão das mulheres pelo patriarcado. Mariana Azevedo (2012), no entanto, faz uma análise detalhada de situações e teorias que envolvem a participação dos homens no movimento feminista, em sua dissertação “Homens feministas: a emergência de um sujeito político entre fronteiras contingentes”. Mariana afirma que, se no início do movimento feminista havia ações isoladas de apoio masculino, hoje, grupos de homens têm reivindicado uma identidade política feminista, o que demonstra como a relação entre homens e movimento feminista tem se complexificado. Usar o termo pró-feminista para os homens seria apenas uma forma de preservar certa zona de conforto em relação ao movimento feminista, segundo a autora, uma vez que o movimento

produziu teorias que desafiaram a rigidez identitária por meio de suas críticas à relação *sexo versus* gênero.

Não tenho a pretensão de solucionar as questões terminológicas nesse momento, mas visio expor a complexidade das forças que atravessam as intervenções com homens a respeito de sua inserção nas questões de gênero. Essas são certamente questões que precisam ser disputadas em muitas esferas, principalmente pela falta de representatividade feminina em assuntos que são de nosso interesse direto, como o direito ao aborto seguro, creches, melhores condições de trabalho. A sub-representação das mulheres, principalmente negras, torna invisíveis as opressões que lhes são dirigidas por serem mulheres e negras. É preciso garantir a expressão de sua voz na análise de tais opressões, que ganham contornos próprios em suas experiências cotidianas. Por outro lado, os homens têm restringido seu papel a pensar o exercício de suas masculinidades, ou seja, seu lugar nas questões de gênero. Entretanto, como veremos adiante, nos debates e nas práticas, mesmo assumindo-se pró-feministas, a reflexão sobre sua relação de dominação tem sido relegada ao segundo plano, a partir da perspectiva de que as normas de gênero também lhes afeta.

Desse modo, o que defendo é que mesmo considerando que as normas de gênero produzam capturas nos processos de produção de subjetividade masculinos e femininos, seu efeito é assimétrico, o que requer que os grupos dominantes, ao repensarem suas posições, o devam fazer por meio de uma escuta sensível dos grupos comumente não representados. Os homens têm limitado o seu trabalho a pensarem sobre si, entre si, sem ouvir as mulheres e os efeitos de seus lugares privilegiados sobre elas. Assim, pensar seu lugar de dominação com vistas a se desfazer dele, não pode ser feito com base apenas em suas dores e alegrias, mas requer olhar para lugares ofuscados pelas posições que eles assumem. Além disso, o debate sobre o modo como homens devem interpelar o gênero, por meio da análise dos custos para si, tem se ancorado em uma perspectiva individualizada das saídas buscadas, não atenta as linhas que se costuram na confecção do patriarcado, tal como será abordado no terceiro capítulo. Restringe-se a comportamentos machistas e seus efeitos, de modo a produzir análises apenas das relações diretas de homens com suas parceiras e não das relações de gênero inseridas no regime cisheteropatriarcal-colonial-capitalístico.

A inclusão dos homens no apoio ao feminismo foi proporcionado pelas teorias críticas ao sistema *sexo versus* gênero, elaboradas pelo próprio movimento feminista.

Como visto, a emergência da categoria de gênero, com sua ênfase na necessidade de superar a dicotomia entre masculino e feminino, permitiu que os homens fossem incluídos nas análises dos efeitos sobre as normas de gênero nas masculinidades. Passou-se a “analisar a construção social do feminino e masculino atentando para as formas pelas quais os sujeitos se constituem” (SCOTT, 1998, p.485). De fato, segundo Margareth Arilha (2010), a entrada do novo arcabouço do gênero permitiu a ampliação da análise e formulação para âmbitos mais amplos das políticas. O discurso do gênero fez com que os homens também fossem incorporados em uma perspectiva da igualdade e da equidade da ONU.

#### **1.4. A inclusão dos homens no enfrentamento das desigualdades de gêneros: da luta das mulheres às recomendações da ONU**

Embora a igualdade de gênero seja um princípio legal e internacional desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, com apoio popular em muitos países, a ideia de que os homens tenham um papel em relação a este princípio é bastante recente (CONNELL, 2016). Segundo Margareth Arilha (2010), em seu livro “Nações Unidas, população e gênero: homens em perspectiva”, a inclusão dos homens, embora até então incipiente, foi possível a partir de determinadas condições, que incluem flexões no conceito de gênero, muitas vezes tratado como sinônimo de mulheres. O debate sobre gênero havia ampliado no movimento feminista, a concepção de que os homens também eram construídos pelas normas de gênero patriarcais, além de estarem implicados diretamente com os atos de violência contra as mulheres e terem maior poder de decisão, o que impactaria o cuidado com a saúde sexual e reprodutiva. Assim, a transformação dos aspectos prejudiciais das masculinidades passou a ser um horizonte de vários trabalhos associados a temas da saúde e desenvolvimento.

Nos anos 1980, o surgimento da AIDS levantou questões em relação à eficácia das ações preventivas caso não fossem discutidas as relações de subordinação às quais mulheres e gays estavam submetidos. Com isso, houve uma crescente oportunidade de financiamentos de pesquisas e intervenções voltadas para o conhecimento dos homens e alteração de seus comportamentos (HEILBORN e CARRARA, 1998). Organizações da sociedade civil e institutos de pesquisa se apressaram em produzir estudos que

correlacionavam transformação nas relações de gênero, inclusive das masculinidades, a resultados positivos no enfrentamento e cuidado da aids, gerando o interesse no suporte às intervenções com homens. Connell (2016) afirma que os melhores trabalhos etnográficos sobre masculinidades, sexualidade e violência foram desenvolvidos na África, Austrália e América Latina, como uma reação à crise instaurada pela epidemia de aids, muitas vezes, patrocinados por agências internacionais.

A descoberta da aids, provocada por um vírus até então desconhecido, que inicialmente gerou conseqüências desastrosas sobretudo para a classe média, mobilizou respostas políticas e sociais vindas de diversos setores da sociedade, tais como organizações não-governamentais, movimentos identitários (homossexuais, feministas, negros), grupos religiosos, empresas privadas e organizações filantrópicas (FONSECA, 2004). A participação da sociedade civil no enfrentamento da epidemia foi facilitada por um expressivo apoio de organismos internacionais, através do financiamento de Organizações da Sociedade Civil ou as conhecidas Organizações Não Governamentais (VILLELA, 1999). O apoio de organizações internacionais, como a OPAS, OMS, UNAIDS, USAID, Fundação Ford e Banco Mundial, foi crucial para a produção de respostas integradas, entre iniciativas locais, nacionais e até mesmo internacionais (PARKER, GALVÃO e BESSA, 1999).

A dinâmica econômica internacional, com a necessidade de viagens e intercâmbios e o conseqüente receio de que o vírus se espalhasse, mobilizou fundos para intervenções nos diferentes países (CONNELL, 2016). Tal apoio financeiro foi dirigido principalmente a programas de formação e intervenções que visavam à educação e à mudança de comportamentos que interferiam na consumação de relações sexuais seguras. A ausência dos homens nos serviços de saúde e a dificuldade de acessá-los para a oferta de preservativos e informações sobre sexo sem risco motivaram o interesse de contatá-los por organizações não governamentais e movimentos sociais.

As indicações proporcionadas por pesquisas relacionadas às masculinidades, como a de que os homens têm maior poder de decisão a respeito do uso ou não do preservativo e não buscam informações confiáveis sobre sexualidade por receio de parecerem inexperientes, transformou-os em público de interesse das ações educativas para a prevenção. Se, por um lado, precisamos reconhecer que os trabalhos que têm como foco a saúde sexual e reprodutiva ou, de modo geral, o gênero, ainda se destinam majoritariamente às mulheres – justamente porque gênero permanece como sinônimo de

mulheres no imaginário geral –, por outro lado, as organizações e movimentos que se propuseram a trabalhar com homens puderam encontrar um campo favorável de suporte financeiro e de partilha de práticas entre diferentes países, como é o caso de EngenderHealth, Promundo entre outras organizações. Desse modo, os financiamentos destinados às ações para o enfrentamento da epidemia de aids favoreceram a construção de uma série de práticas que relacionavam o machismo a disseminação do vírus. Essa fonte de recursos, principalmente captada por ativistas do Norte Global, contribuiu para a realização de projetos sociais para o engajamento de homens nos países em que os dados de contaminação pelo HIV eram mais alarmantes, sobretudo no continente africano. Os materiais educativos e campanhas com os quais trabalhei em projetos para o engajamento dos homens no enfrentamento da aids, desenvolvidos nesse continente, foram produzidos com recursos da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional – USAID, entre outros organismos distribuidores de recursos com este fim.

Nos anos 1980, outro campo de intervenções internacionais sobre masculinidades foi aberto por meio dos debates sobre globalização e desenvolvimento. De acordo com Connell (2016), a ideologia e a política neoliberal da década de 1970 guiaram a expansão do comércio internacional e, de certo modo, padronizaram políticas de diferentes países. Os estudos sobre globalização ganharam força, inclusive entre estudiosas do feminismo, preocupadas em documentar o impacto das políticas internacionais na vida das mulheres. No final dos anos 1990, tal preocupação também ganhou força nas pesquisas sobre masculinidades, explorando sua relevância para as políticas públicas para o desenvolvimento econômico e social. Connell (2016) explica que, a partir desse período, as agências internacionais estavam buscando transformar essas noções em discurso político generalizado. Agências das Nações Unidas (Organização Internacional do Trabalho, Programa Global para a AIDS e o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher) coordenaram de forma integrada uma discussão internacional sobre o papel dos homens e meninos no avanço da igualdade de gênero, o que resultou em um documento adotado na Comissão da ONU sobre a Situação das Mulheres (CSW), em 2004.

Margareth Arilha (2010) não deixa de mencionar que o sistema das Nações Unidas, como criador de discursos e abordagens para questões relativas a direitos humanos e desenvolvimento social, tem representado um grande influenciador de

políticas e programas governamentais e não governamentais para o envolvimento dos homens na promoção da equidade de gênero. Tal influencia inclui ainda o impulso financeiro de projetos por parte de organizações da sociedade civil com atuação internacional, o que torna as iniciativas engendradas por meio dos mecanismos da ONU extremamente relevantes na conexão internacional dos projetos que visam interferir nas masculinidades.

Antes de 2004, outros importantes eventos são assinalados como fundamentais na inclusão dos homens na conquista da igualdade de gênero. A Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento de 1994, no Cairo, e a IV Conferência Mundial sobre a Mulher em Beijing, em 1995, são apontadas como marcos fundamentais na inclusão de um papel masculino nas ações relacionadas aos direitos sexuais e reprodutivos e prevenção de violência contra mulheres (de KEIJZER, 2004; OLIVEIRA, 2004). Tais conferências são catalíticas na expansão das ações para transformações de gênero propostas pelos movimentos feministas, além de serem consideradas marcos na inclusão dos homens na luta pela equidade de gênero. Com forte presença do movimento feminista, considerava-se que, uma vez que os homens são os que mais cometem violência contra as mulheres e lhes cabe também maior poder de decisão, engajá-los nas ações para controle populacional e prevenção de violência de gênero seria tática fundamental. Entretanto, diferente de eventos anteriores, em que os homens eram vistos como obstáculos implícitos ou explícitos na luta das mulheres pela equidade de gênero, as conferências de Cairo e Beijing enfatizam o papel dos homens como parte da solução para os problemas de gênero.

Por trás dos processos de inclusão dos homens em temas antes dirigidos exclusivamente às mulheres, uma mudança de natureza epistemológica havia se apresentado (CONNELL, 2016). Nos debates sobre o desenvolvimento, tal mudança pode ser observada mais claramente, segundo Connell (2016), quando o discurso se converte de “mulheres e desenvolvimento” para “gênero e desenvolvimento”. A passagem de uma abordagem Mulheres e Desenvolvimento (MED) para Gênero e Desenvolvimento (GAD) é apontada por autores como Chant e Gutman (2000) e Greig, Kimmel e Lang (2000) como a propiciadora do aparecimento da problemática masculina. Segundo Arilha (2010), o modelo GAD deveria agir sobre a atuação de mulheres e homens nos processos de desenvolvimento, uma vez que, por se tratar de

relações de gênero, não se pode restringir à análise a situação das mulheres, sob risco de se deixar de lado o aspecto dinâmico da construção das masculinidades e feminilidades.

Os trabalhos de Kimmel, junto com o de outros autores, como Micheal Kaufman, “fazem parte de um notável grupo de ‘homens’ que funcionam como uma referência do Norte sobre masculinidades” (ARILHA, 2010). Tais estudiosos das masculinidades, além de contribuírem para publicações das Nações Unidas, orientaram documentos e manuais educativos para o envolvimento dos homens na equidade de gênero e colaboram com uma aliança internacional para engajamento dos homens na promoção da equidade de gênero, a *MenEngage Aliance*<sup>41</sup>.

Em 2000, Micheal Kimmel foi um dos autores de um influente estudo do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento- PNUD, intitulado *Men, masculinities and development: broadening our work towards gender equality* (Greig, Kimmel e Lang, 2000), resultado do grupo de trabalho *UN Men’s Group for Gender Equality* (Grupo de Homens das Nações Unidas para Equidade e Gênero). Tal grupo de trabalho estava vinculado ao programa de Gênero e Desenvolvimento do PNUD, cujo eixo central é as questões de desenvolvimento. O documento indicava a necessidade de foco também nos homens, além das mulheres, na incorporação de uma perspectiva de gênero para os programas voltados ao desenvolvimento, trazendo para o centro do debate a ideia de masculinidades. Para a consideração da visão dos homens na abordagem de gênero, o estudo mencionado sinalizou algumas questões, de acordo com Margareth Arilha (2010):

Em que medida podem os homens ser envolvidos na transformação das desigualdades de gênero que atualmente os privilegiam? Em que medida os programas devem trabalhar com os homens, dado a existência de poucos recursos para o trabalho com as mulheres? Quais as maneiras nas quais os programas de gênero podem trabalhar com os homens, de modo a alcançar as metas de igualdade de gênero? Como pode a política de masculinidade assistir programas de gênero para engajar o homem como agente potencial de transformação, sem comprometer os compromissos de avanço da mulher? (ARILHA, 2010, p 167-168).

O documento do PNUD, segundo Arilha (2010), apresenta uma dobra a visões limitantes do masculino e do gênero. Antes disso, outras agências da ONU, como o

---

<sup>41</sup> A aliança *MenEngage* é composta por centenas de organizações não governamentais, agências da Organização das Nações Unidas – ONU e dezenas de redes de países diversos das várias regiões do globo, que juntas, buscam afirmar a necessidade de envolver homens, adultos e jovens, no alcance da justiça de gênero, bem como construir campo de práticas em torno dessa questão. Informações disponíveis em <http://menengage.org/>. Acessado em 25 de junho de 2019.

Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, a partir de seus temas, haviam publicado em 1997 documentos que traziam uma participação masculina meramente instrumental, como parte importante na vida das crianças, ou para o alcance da paz, respectivamente.

Outro momento de inflexão foi empreendido em 2000, pela campanha “Os homens fazem a diferença” do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS – *UNAIDS*. Visando obter respostas de governos nacionais à epidemia de HIV/aids, com adoção de um enfoque modificado sobre os homens, o diretor executivo da UNAIDS de então, Peter Piot, anunciava que chegara “o momento de começar a considerar os homens não como um problema, mas como parte da solução” (PIOT, 2000, apud ARILHA, 2010), aventando a possibilidade de os homens adotarem papéis mais positivos.

Peacock e Barker (2014) atribuem a gradual sofisticação do discurso sobre o alcance da equidade de gênero com a participação dos homens ao crescente compromisso de agências das Nações Unidas com esse tema. Além do tão citado impacto das conferências de Cairo (1994) e Beijing (1995), os autores indicam a Cúpula para o Desenvolvimento Social (*The World Summit on Social Development*) de 1995 e sua revisão em 2000, a 26ª Sessão Especial da Assembléia Geral sobre HIV/aids de 2001, o Plano de Ação para Mulheres, Meninas, Equidade de Gênero e HIV de 2009 do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS) e as Comissões da ONU sobre a Situação da Mulher (CSW) de 2004 e de 2009. Na mais recente comissão, foi reconhecida a capacidade de homens e meninos de terem um papel ativo em mudanças de atitudes, relacionamentos, bem como tomar decisões que são fundamentais para a promoção da equidade de gênero e promoção integral dos direitos das mulheres. No chamado para ação, indica-se assegurar que homens e meninos acessem a programas que os chamem a partilha de responsabilidades com as mulheres<sup>42</sup>.

Ainda na década de 2000, outra publicação de autoria de Sylvia Chant and Matthew Gutmann, *Mainstreaming Men into Gender and Development: Debates, Reflections, and Experiences* (Integrando homens em Gênero e Desenvolvimento: Debates, reflexões e experiências), punha novas questões ao envolvimento dos homens

---

<sup>42</sup> *Commission on the Status of Women. Report on the fifty-third session (2-13 March 2009)*. Disponível em <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N09/283/98/PDF/N0928398.pdf?OpenElement>. Acesso em 24 de junho de 2019.

nas abordagens de gênero dos programas relacionados ao desenvolvimento. Os autores enfatizam que, como categoria humana, os homens sempre estiveram envolvidos, foram consultados, obedecidos e desobedecidos em questões de desenvolvimento, incluindo prevenção de violência e promoção da saúde. Entretanto, ressaltam a necessidade de percebê-los como atravessados pelo gênero. Ao fazerem isso, chamam a atenção para a ausência de homens nos debates sobre a temática, geralmente trazida pelas mulheres, em defesa de seus próprios interesses. Sugerem então, que os homens participem das análises de gênero, com e para as mulheres, criando um acordo justo para todos os envolvidos no campo das intervenções em desenvolvimento. Com isso, os homens passariam de “obstáculos a colaboradores”, contribuindo para uma perspectiva positiva do gênero para eles, além das mulheres.

Margareth Arilha (2010) nota que os autores e estudiosos referidos das masculinidades que colaboraram com os processos de envolvimento para a inclusão dos homens nas recomendações da ONU, à diferença do movimento feminista, não correspondem a organizações de base. Enquanto que a contribuição de feministas e de estudiosas do gênero é alimentada por grupos de mulheres em um permanente intercâmbio entre teoria e prática, colaboradores masculinos são provenientes de institutos de pesquisa ou outras organizações acadêmicas. Tais características, somadas à natureza dos recursos aplicados aos trabalhos com homens, possivelmente foram responsáveis por um tom mais tecnicista às práticas de engajamento masculino. Enquanto o movimento feminista se constituiu na luta política para mudanças estruturas no exercício do patriarcado, o movimento masculino se concentrou em transformações pessoais e na celebração da diversidade de experiências masculinas (PEASE, 2000; CORNWALL, EDSTRÖM E GREIG, 2011).

Em suma, os marcos e os documentos citados, que introduziram as masculinidades nos debates sobre questões antes pensadas como relativas às mulheres, foram impulsionados por algumas condições de sua época: as teorias de gênero, em que o trabalho de Gale Rubin foi fundamental; mobilização em torno da epidemia de aids e a possibilidade de recurso descentralizados para a criação de intervenções, sobretudo de prevenção, pela sociedade civil; e uma nova forma de integração das políticas internacionais, fomentada pelo neoliberalismo e os discursos sobre globalização, que alocou recursos para promover o desenvolvimento social e econômico em várias partes

do globo. Richard Parker<sup>43</sup> inclui o debate sobre direitos humanos na década de 1990, como uma das grandes características da época e que atravessou os discursos e as lutas relacionadas aos vários temas. Muitas organizações afirmam a perspectiva dos direitos humanos como princípio<sup>44</sup> de seus projetos de engajamento dos homens na promoção da equidade de gênero, uma vez que seu fortalecimento foi conjugado também ao crescente compromisso das Nações Unidas com a participação dos homens nas conquistas relacionadas à igualdade de gênero. Desse modo, graças a esse cenário e a recursos de organizações internacionais e agências bilaterais, foi possível a elaboração de diversas abordagens de enfrentamento aos efeitos do gênero com homens, espalhadas globalmente.

### **1.5. Teorias de mudança dando forma às transformações de masculinidades**

Como uma forma de controlar e garantir a boa aplicação dos recursos destinados às diferentes organizações, escopos avaliáveis, com explicações claras sobre mudanças, foram demandados para facilitar a análise da relação custo-impacto dos projetos. A capacidade de difusão, divulgação e alcance quantitativo das ações são fatores levados em conta, de modo que os projetos demonstrem claramente e de forma simples as relações de causa e efeito, bem como apliquem resultados mensuráveis.

Teorias de mudança<sup>45</sup> passaram a ser requisitas por agências de fomento européias e estadunidenses interessadas em projetos que pudessem gerar comprovações mais claras e divulgáveis a prazo curto. Houve um esforço para que as ações fossem organizadas em escopos com etapas bem definidas e resultados previsíveis, com preferência dos quantitativos. Por disporem de instrumentos de avaliação sobre transformações, comportamentos, crenças e atitudes passaram a ser alvo dos projetos

---

<sup>43</sup> Em palestra para o “III Seminário Gênero Ameaça(n)do: tecendo potências democráticas de garantia dos Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos”, que aconteceu na Universidade Estadual do Rio de Janeiro, no dia 28 de fevereiro de 2019. Informações disponíveis em <http://gepsid.com.br/iii-seminario-genero-ameacando/>. Acesso em 25 de junho de 2019.

<sup>44</sup> A Aliança *MenEngage* tem como um de seus princípios a perspectiva dos direitos humanos, tal como afirma em sua lista de princípios, disponível em <http://menengage.org/about-us/our-core-principles/>. Acesso em 25 de junho de 2019.

<sup>45</sup> “Teoria de mudança” é exatamente o termo usado por ONGs internacionais e agências de fomento de projetos sociais. É um escopo teórico, normalmente esquematizado, que ilustra as razões para determinada mudança acontecer, os caminhos e os resultados esperados. Tem sido usado em substituição ao marco lógico.

que visavam mudanças. Uma vez que se constatava que determinados padrões de comportamento masculinos eram responsáveis por práticas que favoreciam a ausência de cuidado com a saúde, a transmissão do HIV, infecções sexualmente transmissíveis, práticas violentas, entre outros fatores, a importância da construção e promoção de modelos alternativos à concepção dominante de masculinidade se tornou um consenso (RODRÍGUEZ, 2008; RODRÍGUEZ e RÍOS, 2013). Muitas são as publicações que discorrem sobre formas de promover as transformações nas masculinidades, necessárias aos alcances de resultados na área da saúde, desenvolvimento e direitos humanos<sup>46</sup>.

Em 2007, a Organização Mundial de Saúde (OMS) publicou uma compilação de intervenções com homens em diferentes áreas da saúde, que incluem saúde sexual e reprodutiva, prevenção e cuidado do HIV/aids e prevenção de violência. Tal revisão classificou as abordagens de gênero dos programas que investigou, em quatro categoriais com base em um continuum de trabalhos relacionados à saúde e sexualidade que abordam normas de gênero, apresentado por Gupta (2000), na 13ª Conferência Internacional de AIDS em Durban - África do Sul.

As quatro categorias presentes no continuum foram estabelecidas de acordo com sua capacidade de se dirigir às relações de gênero e promover impacto na mudança de atitudes e comportamentos. Os programas com homens e meninos foram então, classificados como negativos, neutros, sensíveis ou transformadores. Nessa perspectiva, os negativos reforçariam as normas de gênero. Em um exemplo desse caso, podemos imaginar as estratégias de marketing tradicional, que fazem uso de estereótipos e normas sociais para vender um produto ou alcançar determinado resultado. Os programas neutros, ao tratarem de qualquer tema, não distinguiriam papéis masculinos ou femininos, nem colocariam em questão os desejos e comportamentos de homens e mulheres. Já os programas sensíveis reconheceriam os efeitos das normas de gênero na desigualdade entre homens e mulheres, mas não se empenham em uma transformação desses papéis. Por fim, uma abordagem transformadora é aquela que inclui um debate sobre a construção das masculinidades de forma deliberada, além de pôr em análise

---

<sup>46</sup> O site da Aliança *MenEngage* (<http://menengage.org/>) concentra um grande número de publicações de variadas organizações não governamentais, que discorrem sobre como promover transformações nas masculinidades. O Promundo, organização co-fundadora da aliança, trabalhou em parceria com diversas organizações na elaboração de publicações que visam servir como referência para a implementação de intervenções de impacto avaliável em mudanças de comportamentos e atitudes machistas. Tais publicações estão disponíveis em <https://promundo.org.br/recursos/?tipo=materiais-educativos>.

práticas institucionais e normas sociais, que contribuem para a iniquidade e a vulnerabilidade de homens e mulheres à violência e às outras questões de saúde.

As estratégias transformadoras de gênero foram as consideradas mais eficazes e sustentáveis no alcance dos resultados relacionados à prevenção de violência e promoção da saúde sexual e reprodutiva pela revisão realizada pela OMS (2007), em que a transformação das masculinidades estão incluídas como pré-requisito de uma perspectiva de gênero relacional.

Apesar da descrição das estratégias necessárias para que cada programa seja classificado como negativo, neutro, sensível e transformador no que diz respeito a sua abordagem do gênero, a identificação em uma ou outra posição depende, sobretudo, dos resultados alcançados. No caso dos trabalhos considerados transformadores de gênero, as mudanças nas atitudes e comportamentos têm servido como indicação principal de tal mudança:

[...] Uma análise recente confirmou que os programas que aplicaram uma abordagem transformadora de gênero foram os que, presumivelmente, puderam melhor levar a mudanças de atitudes e comportamentos (incluindo o comportamento em relação à saúde) por parte de homens e mulheres, ao contrário de programas que não demonstraram tentativas explícitas para enfrentar e desafiar as normas de gênero (PROMUNDO e MENGENGAGE, s/d, p. 14).

Escala de mudanças de comportamentos e atitudes<sup>47</sup> têm sido utilizadas com vistas a medir o potencial transformador das ações que são fomentadas. A Escala de Equidade de Gênero para homens - GEM<sup>48</sup> tem sido usada para medir o alcance das intervenções na transformação dos homens no que diz respeito às mudanças de atitudes

---

<sup>47</sup> Trata-se de uma Escala Likert, uma das metodologias mais populares em pesquisa de opinião e marketing. Também é muito comum na avaliação de empresas. É uma escala psicométrica, aplicada em formato de questionário, em que o entrevistado é convidado a responder sobre seu grau de concordância com determinada afirmação. Por exemplo, “existem momentos em que uma mulher merece apanhar” ou “a equipe de vendas presta excelente trabalho”. Dentre as opções de resposta estão: 1) discordo totalmente, 2) discordo, 3) indiferente (ou neutro), 4) concordo e 5) concordo totalmente. Foi desenvolvida nos Estados Unidos na década de 30, por Rensis Likert.

<sup>48</sup> A Escala de Equidade de Gênero para homens - GEM é uma escala Likert, desenvolvida pelo Programa Horizons (parceria entre USAID e Population Council) e pelo Instituto Promundo para dimensionar atitudes em relação às masculinidades e às normas de gênero relacionadas às relações sexuais e íntimas, promoção da saúde sexual e reprodutiva e à prevenção de doenças, violência contra parceiras, entre outros temas. Informações sobre a escala podem ser encontradas em diversos materiais do Promundo e da Aliança MenEngage, pelo site: [www.promundo.org.br](http://www.promundo.org.br). Martín-Baró criou escala com afirmações também relacionadas a estereótipos sobre comportamentos masculinos e femininos, na década de 1980, para averiguar o machismo em El Salvador, de acordo com informações colhidas no curso “Introdução à obra de Ignacio Martín-Baró: História, conceitos e projeto ético-político”, ministrado por Fernando Lacerda Júnior, realizado no Laboratório de História e Memória da Psicologia Clio- Psyché, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, entre os dias 06 e 10 de maio de 2019. Informações disponíveis em [http://www.cliopsyche.uerj.br/?page\\_id=356](http://www.cliopsyche.uerj.br/?page_id=356).

e comportamentos relacionados às normas de gênero. Desse modo, os projetos transformadores de gênero teriam como fim a promoção de atitudes e comportamentos considerados respeitosos e equânimes. São exemplos dessas atitudes: considerar que um casal deve decidir junto se quer ter filho, que homens e mulheres possam propor o uso do preservativo, que uma gravidez é responsabilidade do futuro pai e da futura mãe, que é importante saber o que a parceria gosta numa relação sexual, que é importante que um homem tenha um amigo para falar de seus problemas, entre outras questões. Os 35 itens da escala GEM original foram validados por meio de testes estatísticos e pesquisas sobre normas de gênero que interferem na equidade entre homens e mulheres.

Fundamentado por análises dos projetos considerados transformadores, o relatório da OMS (2007) apontou que o sucesso das intervenções com homens se baseava em alguns pontos-chave, tais como: uso de mensagens positivas; estímulo a reflexões sobre os custos das masculinidades hegemônicas para homens e mulheres; um escopo teórico baseado em evidências – com o uso de pesquisas de levantamento de necessidades; desenvolvimento de uma teoria de mudança consistente, por meio da realização de monitoramento e avaliação; reconhecimento da diversidade de experiências masculinas; uso de abordagem ecológica, estendida aos diversos fatores que dão forma aos papéis e relações de gênero; e o uso de estratégias variadas de mudança – educação e mobilização comunitária, mídia, *advocacy* e desenvolvimento de políticas.

A abordagem ecológica diz respeito à inclusão dos diferentes níveis que operam sobre comportamentos e atitudes pertinentes ao gênero e tem sido utilizada em diferentes materiais de referência para o engajamento masculino na promoção da equidade de gênero, em forma de uma matriz de trabalho, nomeada “modelo ecológico”. O modelo ecológico é uma ferramenta que mapeia múltiplas camadas de ações para organizações interessadas em promover mudanças nas relações de gênero. Essa ferramenta ratifica a importância de se trabalhar com indivíduos, grupos, comunidades, instituições diversas e estruturas políticas para a garantia de uma abordagem transformadora de gênero. Dessa maneira, de acordo com Promundo e MenEngage (s/d) pode ser um instrumento útil para explicar os possíveis impactos na transformação de comportamentos e atitudes de gênero, além de identificar fatores que possam promover ou limitar o potencial de sucesso nos programas. Assim, o modelo ecológico tem cumprido o papel de teoria de mudança por parte de algumas

organizações, e serviu como referência para a disseminação do trabalho de envolvimento dos homens em questões de saúde e desenvolvimento, entre parceria com organizações não governamentais em diferentes países: Brasil, Botswana, Ghana, Índia, Quênia, África do Sul, Swazilândia, Tanzânia e Uganda<sup>49</sup>. O terceiro capítulo analisa de forma mais minuciosa o modelo ecológico.

O esforço para responder às recomendações de práticas transformadoras de gênero, sobretudo das masculinidades, com o fim de alcançar resultados nas áreas da saúde e desenvolvimento, gerou uma série de estudos e publicações que serviram de referência para intervenções e formações para o engajamento dos homens na equidade de gênero em diversos países, principalmente do Sul Global. Entre 2006 e 2016, atuei como consultora para intervenções e formações para o engajamento de homens na equidade de gênero, com base nos relatórios, cadernos de recomendações e manuais elaborados nesse contexto. As intervenções e formações consistiam, principalmente, em adaptar e oferecer para grupos e organizações locais as metodologias avaliadas e testadas para engajamento de homens pela equidade de gênero, com base nas teorias de mudança desenvolvidas, com destaque no modelo ecológico.

Nas publicações que oferecem ferramentas para o trabalho de envolvimento masculino em questões de gênero, com base no modelo ecológico, constata-se que uma única organização ou movimento dificilmente abrangeria todas as áreas de influência na produção das normas de gênero. Entretanto, são oferecidas pistas sobre o que fazer em cada instância. Resumidamente, podemos citar como exemplos de trabalho no nível individual, exercícios de grupo ou outras atividades que ajudem aos homens a compreender como as normas de gênero influenciam suas relações familiares e também lhes é prejudicial. As ações em nível individual, de acordo com o que consta nas publicações, devem auxiliar o desenvolvimento de habilidades que levem a comportamentos mais saudáveis e equânimes. No nível comunitário, campanhas e exercícios de grupo devem sugerir práticas de comportamentos mais saudáveis e equânimes entre homens e mulheres. Observar atitudes e ações de outros homens da comunidade poderia apoiar e manter as transformações individuais. Nas instituições (referem-se aos serviços sociais, de saúde e educação), sugere-se como importante, educar os prestadores de serviços sobre os efeitos das normas de gênero, para que os

---

<sup>49</sup> As informações foram extraídas dos próprios materiais, que se encontram disponíveis em: <http://promundo.org.br/recursos/page/4/?tipo=materiais-educativos>. Acesso em 06 de julho de 2017.

profissionais possam tomar em conta as necessidades específicas dos homens e engajá-los no apoio ao cuidado com a saúde por parte de suas parceiras, ou, no caso da escola, que desigualdades de gênero sejam questionadas nos materiais educativos. Em relação às práticas organizacionais, devem ser adotadas regras e procedimentos capazes de apoiar os esforços na transformação de comportamentos não equânimes de gênero. A esfera familiar não foi esquecida, em que seus membros devem ser educados para o reconhecimento dos benefícios derivados de relações mais equânimes, e para que possam promover saúde e equidade em seu núcleo familiar. Finalmente, no âmbito político e social, afirma-se a necessidade de serem desenvolvidas leis que estabeleçam sanções para as iniquidades de gênero, bem como possam reforçar o “engajamento positivo” dos homens. Exercícios de grupo, campanhas comunitárias e nacionais, políticas, leis e formação de profissionais são, assim, exemplos de práticas que promoveriam a obtenção desses resultados em cada camada (PROMUNDO e MENENGAGE, s/d).

A proposta de transformação de gênero nos diferentes níveis descritos pelo modelo ecológico se baseia em uma abordagem considerada “positiva”, em que o envolvimento dos homens no questionamento do machismo se dá de forma afirmativa e propositiva e não apenas pela negação ou condenação de determinadas práticas masculinas. Ou seja, considera-se importante não apenas criticar os homens sem abrir espaço para o debate sobre possibilidades de repensar seus comportamentos opressores. É importante gerar espaço para respostas mais saudáveis e proveitosas para as relações. Par tal, as reflexões e campanhas põem ênfase nos custos das normas de gênero para os homens e os benefícios de mudar comportamentos machistas.

Como mencionado em outras passagens dessa tese, como no discurso de Micheal Kimmel, ponderar os benefícios da equidade para os homens tem sido uma via de envolvê-los em mudanças nas masculinidades. Assim, o reconhecimento das vantagens de deixar comportamentos machistas, está baseado no estímulo a comportamentos e atitudes alternativos às “masculinidades hegemônicas”, ou atualmente, chamadas de “tóxicas”, para homens e mulheres. Ser homem (manhood) não é definido pelo número de parceiros sexuais, pelo uso de violência contra mulheres ou homens, por quanta dor se pode suportar, pelo exercício de poder sobre os outros ou pela orientação sexual, tal como nos discursos tradicionais sobre as masculinidades e que geram efeitos negativos. Ser homem seria, então, definido pela construção de

relações baseadas no respeito e na igualdade, por posicionamentos e falas contra a violência, por ter a força para pedir ajuda, pela tomada de decisão e poder compartilhado e pela capacidade de respeitar a diversidade e os direitos daqueles que o rodeiam<sup>50</sup>. Dentre, então, os benefícios de ser um homem “que dialoga”, “que é flexível”, “que assume seu papel na reprodução e no cuidado com os filhos”, “que partilha de decisões” e “que possui relações que tenham como base o respeito”, são citados: o “auto-respeito”, “maior responsabilidade”, “espírito de pertencimento”, “oportunidade de promover irmandade”, “uma forma de contribuir para a comunidade”, “maior conhecimento de assuntos sociais”, “uma chance para aprender a tratar as mulheres”, “definição clara dos papéis na família e na comunidade”, “uma chance para falar sobre medos e para saber que os homens podem ser vítimas”, “uma chance para discutir os papéis de pais”, “oportunidade para o questionamento de valores tradicionais que apoiam abusos”, “ajudar outros homens a serem parceiros mais equânimes”, além dos benefícios relacionados ao que chamam de uma estrutura ecológica, como “mobilização de membros da comunidade” e “influenciar a legislação política” (PROJECTO ACQUIRE/ ENGENDERHEALTH e PROMUNDO, 2008, p. 34).

A campanha “ElesPorElas” de iniciativa da ONU Mulheres usou a metáfora da “caixa dos homens”, expressa por “uma receita cultural de como os homens devem ser, agir, sentir e falar” na divulgação do relatório da pesquisa qualitativa “Precisamos falar com os homens?: uma jornada pela igualdade de gênero” (2016)<sup>51</sup>. De acordo com a caixa, um homem deve ser heterossexual, fisicamente apto, corajoso, forte, no controle, ativo, sexualmente experiente, prontidão sexual, fala firme, não demonstra emoções, sabe se defender, não chora, sexualmente impositivo, trabalhador, provedor, não comete erros, não desiste, agüenta o tranco, competitivo, bem sucedido, dominante em relação à mulher. Desse modo, por meio de suas caixas, os homens viveriam em “uma prisão cultural que limita a ação e expressão dos homens e meninos, gerando tensões que passam a fazer parte da realidade masculina”<sup>52</sup>. Os dados divulgados pelo infográfico

---

<sup>50</sup> A Aliança *MenEngage* estabelece essas características entre suas crenças a respeito de “ser homem”. Disponível em <http://menengage.org/about-us/what-we-believe/>. Acessado em 24 de junho de 2019.

<sup>51</sup> Informações disponíveis no infográfico de divulgação da pesquisa qualitativa “Precisamos falar com os homens?” de iniciativa da ONU Mulheres. O infográfico está disponível em [https://www.jornalnh.com.br/conteudo/2018/04/blogs/cotidiano/questao\\_de\\_genero/2259900-a-caixa-dos-homens.html](https://www.jornalnh.com.br/conteudo/2018/04/blogs/cotidiano/questao_de_genero/2259900-a-caixa-dos-homens.html). A pesquisa qualitativa encontra-se disponível em: [https://issuu.com/onumulheresbrasil/docs/relat\\_rio\\_onu\\_eles\\_por\\_elas\\_pesqui](https://issuu.com/onumulheresbrasil/docs/relat_rio_onu_eles_por_elas_pesqui). Acesso em 26 de junho de 2019.

<sup>52</sup> Idem à 51.

informam que 56,5% dos homens gostaria de ter uma relação mais próxima com os amigos, expressando mais afeto e podendo falar sobre sentimentos e dúvidas. 77% dos homens se preocupam com a aparência mas não falam sobre isso. A maioria dos homens entrevistados assumiu já ter aumentado uma história para ser aceita ou impressionarem alguém. 54% gostaria de ter mais liberdade para explorar hobbies, talentos e opções de carreira pouco usuais, sem serem julgados como frouxos ou pouco ambiciosos. 44% dos homens sentem pressão por serem responsáveis pelo sustento da casa, mas não falam sobre isso. 45% gostaria de explorar mais a sexualidade em relacionamentos casuais ou estáveis, mas não fazem pelo medo de serem julgados por isso<sup>53</sup>. O modelo de masculinidade atual é tóxico, perpetua o machismo, e marca a vida de heterossexuais, homossexuais, trans, negros, pardos e brancos, segundo a ONU Mulheres (2016). “Menina, maricas, gay, bebezão, bicha, covarde, esquisito, filho da mamãe, nerd, frouxo, fracote” são xingamentos em que características associadas ao feminino, à homossexualidade ou às deficiências físicas são tomadas como pejorativas. Ofender a um homem é associá-lo a tudo que é considerado “outro”.

## **1.6. O Marketing Social e a construção de modelos de homens**

A oferta de alternativas aos modelos hegemônicos de masculinidades se desenha também com a intenção de fazer concorrência com os retratos de homens presentes nos comerciais e propagandas, que utilizam de enunciados ou interpretações a respeito do que seria um “homem de verdade”, ou “agir como homem”, buscando identificações para a venda de determinados produtos. Compreendendo que o marketing se valeu mais da “venda” de estilos de vida do que divulgou os atributos de seus produtos para disseminá-los, uma das formas de buscar influenciar os comportamentos masculinos se baseia na concepção de marketing social, em que estilos de vida alternativos às masculinidades hegemônicas são divulgados no intuito de produzir resultados positivos nos cuidados com a saúde e na prevenção de violências de gênero.

O tema das masculinidades e os diferentes modos de ser homem, pouco a pouco, tornaram-se atrativos não apenas para as instituições acadêmicas, mas também para os

---

<sup>53</sup>Informações disponíveis em <http://www.onumulheres.org.br/destaques/precisamosfalarcomoshomens/>. Acesso em 26 de junho de 2019.

meios de comunicação, além de ser tópico usual de reuniões de organismos internacionais e razão da criação de organizações não governamentais preocupadas com a equidade de gênero (SEFFNER e GERRA, 2014). Seffner e Gerra (2014) não nos deixam esquecer também das instituições religiosas, educativas, dos serviços sociais e de saúde. Cada uma dessas instâncias, segundo os autores, atua na configuração de discursos permeados por “verdades” sobre as masculinidades e contribuem para uma intensa produção de modos diversos de ser dos homens. Além disso, representam uma “disputa política por legitimar ou desvalorizar determinadas formas de ser homem através de argumentos médicos, psicológicos, religiosos ou políticos, entre outros” (SEFFNER e GERRA, 2014, p. 211).

Na publicidade, tradicionalmente, as campanhas são pautadas na representação de determinados modelos masculinos: aventureiros, esportivos, executivos, espertos e aqueles para quem não faltam lindas mulheres, como nas propagandas de cerveja, cigarro e desodorante. Recentemente, presenciamos uma disputa mais explícita sobre os modelos de homem propagados a partir do caso do desodorante *Old Spice*, que, com uma aparente nostalgia do machismo tradicional, convoca os homens a serem “homens homens”, valorizando o poder masculino como sinônimo de destruição e força física. Os selos do desodorante reproduzem expressões machistas antigas, como “cabra-macho”. Outras marcas, no entanto, têm buscado deixar estereótipos de lado para apostar em diferentes perfis de homens, como o desodorante *Axe*. A marca quer quebrar o paradigma dos homens fortes e que esbanjam “masculinidade”, presentes nas diversas propagandas de produtos para a higiene masculina, para celebrar a diversidade de homens<sup>54</sup>. Observa-se assim, uma competição por mercado pautada também na concorrência entre subjetividades masculinas.

Apostando em um contraponto à produção de discursos sobre “ser homem” das propagandas midiáticas tradicionais, o marketing social implica em tornar “certos comportamentos e estilos de vida mais atraentes a um determinado público, enfatizando suas vantagens e desvantagens” (UNFPA e PROMUNDO, 2007, p. 68). É uma forma de campanha social que teve início nas ações de saúde pública, em que, diferente do método tradicional das campanhas da área, concentradas apenas em informar as pessoas sobre comportamentos que contribuem para a infecção por determinadas doenças,

---

<sup>54</sup> Informação disponível em: <http://exame.abril.com.br/marketing/axe-lanca-campanha-para-todos-os-tipos-de-homens/>. Acesso em 22 de junho de 2017.

passou a se basear no reconhecimento de que os comportamentos são influenciados pela percepção do que é “normal” ou “típico”. Se frequentemente a mídia “vende” a ideia de um “homem de verdade”, sustentada em “comportamentos de risco”, tais como beber em excesso ou ter um grande número de mulheres, considera-se importante que as campanhas sociais promovam significados mais “positivos” do que é ser homem (UNFPA e PROMUNDO, 2007).

Em uma revisão de literatura sobre os componentes do marketing social em campanhas que focam a violência contra a mulher<sup>55</sup>, Donovan e Vlais (2005), afirmam que, assim como o marketing é composto por uma série de componentes de mídia (anúncios, promoções, publicidades, etc), o marketing social também o é. O marketing social é, portanto, a aplicação dos conceitos e ferramentas do marketing comercial no alcance de metas socialmente desejáveis. A comunicação, a sociologia e a psicologia – para a análise das atitudes, valores e de processos de tomada de decisão do consumidor – são disciplinas que compõem a base do marketing tradicional. O marketing social toma de empréstimo o uso dessas áreas de conhecimento também, relacionando-as ao bem-estar da comunidade, à promoção da saúde e à sustentabilidade ambiental, por exemplo.

Os fundamentos do marketing, incluindo pesquisas e promoções, são orientados para o consumidor. É indispensável que a publicidade seja motivadora e o produto seja atrativo e acessível. A troca entre o "comprador" (o público de interesse) e o "vendedor" (o serviço oferecido) é a ação base do marketing, de modo que uma condição necessária (mas não suficiente) no marketing social é que seja oferecido às pessoas algo de seu interesse em troca do comportamento recomendado (DONOVAN e VLAIS, 2005).

Campanhas que atuam positivamente e propositivamente são consideradas indispensáveis para despertar a atenção e a simpatia dos homens para a causa. Compreende-se que a ação pela repressão ou negação dos modos de ser masculinos pode afugentar os homens. Pode-se afirmar que, assim como no modo de operação capitalista, a criação de campanhas parte do princípio de que a produção de subjetividades é uma maneira eficaz de realizar os ajustes para que as engrenagens funcionem do modo planejado. No marketing social, diferente da obtenção de lucro com a venda de um produto, a preocupação seria “nobre”: utilizar os mesmos processos

---

<sup>55</sup> Disponível no site da Aliança *MenEngage*, em: [http://menengage.org/wp-content/uploads/2014/06/VicHealth\\_Social\\_marketing\\_on\\_VAW.pdf](http://menengage.org/wp-content/uploads/2014/06/VicHealth_Social_marketing_on_VAW.pdf). Acesso em 22 de junho de 2017.

maquímicos do neoliberalismo para resolver problemas que afligem a determinada camada da população. No caso dos trabalhados relacionados ao gênero, a solução se baseia na transformação das masculinidades.

O processo de criação das campanhas de marketing social segue um passo a passo, que inclui o público de interesse na definição dos canais mais acessíveis e fontes de influencia do grupo que se deseja alcançar. Desse modo, um levantamento inicial de necessidades da comunidade e o engajamento de pessoas locais busca garantir a conquista de uma maior audiência para a mudança almejada: a transformação dos homens. A ênfase na divulgação de “estilos de vida” é elemento importante das campanhas (PROMUNDO, CULTURASALUD e REDMAS, 2015, p. 186), de modo que participantes locais em seu processo de criação ajudam na compreensão de quais modelos serão capazes de atrair a atenção do público de interesse. A pesquisa sobre comportamentos e interesses típicos de cada meio social põe em prática a ideia de que os homens não fazem parte apenas de uma solução para um problema de desigualdade com as mulheres. Devem ser eles mesmos os interessados nas transformações produzidas. Dessa forma, considera-se importante a participação dos homens nas etapas de desenho e elaboração de mensagens, uma vez que “o marketing social envolve a realização de determinados comportamentos e estilos de vida mais atraentes para o público, com particular ênfase nos benefícios e vantagens” (PROMUNDO, CULTURASALUD e REDMAS, 2015, pp 186-187). Desse modo, recomenda-se que:

Para desenvolver uma campanha de marketing social é importante primeiro entender as normas culturais que apoiam e contribuem para determinado comportamento subjacente. Grande parte do comportamento das pessoas é influenciado pelo que é “normal” ou “típico”, ou seja, acreditam no que a maioria dos seus colegas acreditam. No entanto, muitas pessoas, em especial os/as jovens, muitas vezes, confundem comportamento típico com atitudes de seus pares. Por exemplo, os jovens podem acreditar que a maioria de seus pares estão envolvidos em comportamento de risco tais como beber em excesso, quando a maioria dos casos seus pares não o fazem. Muitas vezes esses mal entendidos são alimentados pela mídia ou pelas normas sociais sobre o que faz um homem considerado “real” – o que, por sua vez, podem motivar os jovens a participar destes comportamentos. Nesse sentido, é importante que as campanhas abordem ideias rígidas ou mal comunicadas. As pessoas podem ter um comportamento típico e também podem promover outras normas mais positivas para os homens sobre a paternidade (PROMUNDO, CULTURASALUD e REDMAS, 2015, pp 186-187).

A passagem acima deixa explícita a influência de determinada “perspectiva de gênero” no embasamento das mudanças propostas pelos materiais. A noção de norma social tem aparecido nas publicações como fundamental na compreensão e na

transformação de gênero, ou seja, das “formas pelas quais somos socializados para nos comportar, agir e vestir para sermos homens ou mulheres [...] como esses papéis, normalmente estereotipados, são reforçados, interiorizados e ensinados” (ENGENDERHEALTH e PROMUNDO, 2008, p. 11). Em uma busca com a palavra “norma”, no site da aliança *MenEngage*, não é difícil constatar a importância desse termo como medida para a transformação das masculinidades. Dentre 98 documentos encontrados<sup>56</sup>, com pistas e experiências sobre a transformação de normas sociais, destaco: *Engaging men and boys in social norms transformation as a means to achieving Agenda 2030 and the SDGs*; *Engaging Men, Changing Gender Norms: Directions for Gender-Transformative Action*; *Sports and the Making of Men: Transforming Gender Norms on the Playing Field*; *Gender Norms: A Key to Improving Life Outcomes in At-Risk Populations*; *Measuring Attitudes toward Gender Norms among Young Men in Brazil*<sup>57</sup>, entre divulgação de oficinas para a transformação de gênero e diálogos on-line.

Em 2016, foi organizada uma formação<sup>58</sup> pelo *Gender Violence and Health Centre (GVHC) of the London School of Hygiene and Tropical Medicine (LSHTM)* que visou dar consistência à definição de normas sociais nos projetos de transformação de gênero, desenvolvidos pelo Promundo, internacionalmente. Com base na formação, podemos concluir que o que se refere às normas de gênero no caderno sobre paternidade e cuidado diz respeito às regras sociais para homens e mulheres que acreditamos serem seguidas por nossos pares e que, por conseguinte, imaginamos que esperam que a sigamos também. Muitas dessas regras, comportamentos ou atitudes que acreditamos serem típicos para os homens, seriam reforçadas pela mídia tradicional, por meio de uma associação entre um produto e modelos atraentes de ser homem. Tais modelos reproduziriam a ideia do que é ser normal para determinado grupo. Com base nessa forma de funcionamento das normas sociais, o objetivo dos projetos transformadores das masculinidades seria criar outras crenças, saudáveis e equânimes, sobre o que é ser

---

<sup>56</sup> Pesquisa realizada em 10 de agosto de 2017.

<sup>57</sup> Em uma tradução livre: “Envolvendo homens e meninos na transformação das normas sociais como forma de alcançar a Agenda 2030 e os SDGs”; “Engajando os homens, mudando as normas de gênero: orientações para ação de gênero-transformativa”; “Esportes e Fazer-se Homem: transformando as normas de gênero no campo de futebol”; “Normas de gênero: uma chave para melhorar os resultados da vida das populações em risco”; “Medindo atitudes em relação às normas de gênero entre homens jovens no Brasil”

<sup>58</sup> A formação foi de dois dias, oferecida ao Instituto Promundo pelo Gender Violence and Health Centre (GVHC) of the London School of Hygiene and Tropical Medicine (LSHTM), com o objetivo de dar consistência ao debate sobre transformação normas sociais do Instituto Promundo e redigir um projeto em parceria, com este fim, no Brasil.

um homem normal ou típico, por meio de campanhas de marketing social, exercícios de grupo, e as demais intervenções listadas nas apresentações do modelo ecológico.

Concluindo com as campanhas de marketing social, o cenário das intervenções com homens apresentadas nesse capítulo indicam que a redefinição de normas, comportamentos e atitudes machistas têm sido o principal objeto dos projetos que visam engajar homens em relações mais equânimes com as mulheres. As evidências da viabilidade de tais transformações entre os homens têm sido demonstradas por escalas que avaliam noções a respeito de como homens e mulheres devem ser e agir. Com base em teorias de mudança que afirmam a necessidade de transformações nas diferentes camadas que compõem a sociedade, busca-se modificar concepções de profissionais e de políticas públicas a respeito das masculinidades. Nesse sentido, observo que, em muitos dos projetos, mesmo que a intervenção se dirija às políticas públicas, a perspectiva continua a relacionar gênero às características e práticas individuais de homens e mulheres. A crítica a analogia entre gênero e mulher não ultrapassou a correlação reduzida entre gênero e papéis sociais/ comportamentos/ estereótipos. Os discursos sobre gênero como relacional se resumem a relação entre homens e mulheres, de modo que a interferência no patriarcado também se reduz a uma crítica simplificada ao machismo. A concentração na questão dos custos ou dos privilégios para que os homens estejam convencidos da necessidade de seu envolvimento no debate sobre gênero é reflexo da atenção resumida a características individuais do gênero.

O reducionismo do gênero aos aspectos individuais e, por conseguinte, do patriarcado ao gênero, têm sido apontado por diversas autoras as quais mencionarei mais adiante. Os efeitos de tal reducionismo têm sido observados em muitos dos debates e defesas de práticas para a transformação das masculinidades. Desse modo, no presente trabalho, retomo as intervenções para o engajamento de homens na equidade de gênero em países da África e América Latina das quais fiz parte, visando por em análise a complexidade de forças que atravessam tais práticas, bem como explorar diferentes possibilidades de enfrentamento dos efeitos do cisheteropatriarcado<sup>59</sup>.

---

<sup>59</sup> Em alguns momentos usarei esta expressão para dar ênfase a junto do patriarcado com a cisheterossexualidade compulsória. Em momentos em que me referir aos argumentos de algumas autoras, mantereí a palavra patriarcado, se assim, o for usada por tais autoras. A palavra também patriarcado também poderá ser utilizada sem os prefixos cis e hetero em situações específicas.

### 1.7. Sobre o exercício de pensamento e a escrita

As questões que movem esse trabalho de tese emergiram de minha experiência profissional no campo de intervenções e formações para o engajamento de homens na promoção da equidade de gênero. Por onze anos, atuei na realização de pesquisas, produção, testagem e adaptação internacional de metodologias com esta finalidade, que incluíam a criação de jogos, literatura, exercícios de grupo e campanhas de marketing social. O contexto internacional do engajamento de homens na promoção da equidade de gênero – estudos sobre masculinidades, marcos que afirmavam a importância do envolvimento dos homens em tais questões, grupos e organizações que discutem os custos e privilégios dos homens em relação ao gênero, alianças entre esses grupos, além de financiamentos de projetos ligados à área da saúde e prevenção de violências que atestavam melhores resultados a partir da transformação das masculinidades – abriu a possibilidade de criação e partilha de ferramentas para o envolvimento de homens na crítica às normas de gênero em diferentes países.

Como parte de uma organização co-fundadora de uma aliança internacional para o engajamento de homens na promoção de justiça de gênero e direitos humanos<sup>60</sup>, fui convidada a realizar consultorias para a adaptação de metodologias consideradas transformadoras das masculinidades em países da América Latina (Peru, Paraguai, Bolívia, Nicarágua, Guatemala, El Salvador e Honduras, além do Brasil) e da África (Moçambique, Mali e Costa do Marfim). A encomenda, desse modo, era “como transformar os homens para o alcance de melhores resultados em saúde e direitos humanos, especificamente no que diz respeito à igualdade de gênero?”. O trabalho de assessoria a esta questão era realizado através de formações que visavam adaptar ferramentas elaboradas e avaliadas por meio de escalas de atitudes e comportamentos equânimes de gênero com homens.

O desafio colocado pela demanda de adaptação de técnicas de mudanças de comportamentos masculinos em diferentes países gerou a produção de notas e diários de campo que foram usados nas reflexões que dão corpo a esta tese. Assim, o conteúdo analisado nesta pesquisa é composto por informações e dados gerados entre os anos de 2005 e 2017, apoiando-se em documentos que tinham a finalidade de subsidiar as

---

<sup>60</sup> Mais informações sobre a aliança se encontram em seu website: <http://menengage.org/>. Consultado em 12 de junho de 2019.

formações (projetos de pesquisa e intervenção, manuais, cartilhas, folhetos, relatórios técnicos, cartazes e outros materiais de campanhas) e documentos de registro de trabalho, de diálogos com representantes de ações para o envolvimento dos homens na equidade de gênero, reuniões e apresentações em colóquios internacionais<sup>61</sup>, artigos e coletâneas de livros sobre experiências de intervenções com homens.

Formada pelas pesquisas-participantes na área da psicologia social, as intervenções realizadas ao longo de meu trabalho no campo do gênero não estavam separadas da produção de analisadores que faziam operar as práticas com os grupos. As técnicas de registro e coleta de dados da abordagem etnográfica sempre estiveram presentes nas intervenções realizadas por mim. A partir da ideia de que as atitudes e comportamentos humanos só podem ser pensados no contexto (VICTORA, KANAUTH e HASSEN, 2000), a etnografia demanda a manutenção de um diário de registros em que o pesquisador mapeia os acontecimentos do campo regularmente. As reações, os conflitos, os afetos, os cenários, as paisagens, os movimentos, os relatos, tudo o que o pesquisador ouviu e viveu deve ser descrito para ser analisado posteriormente e dar forma a novos mapeamentos dos processos em campo. Não se trata apenas do relato de opiniões ou da interpretação dos fatos, mas é importante que o diário de campo descreva os acontecimentos em sua processualidade, em seu movimento.

Com base nesses preceitos, os registros abriam espaço para novos mergulhos e variação de perspectivas das experiências vividas e compartilhadas com o grupo, sem encobrir os “tensionamentos de um movimento que se inscreve em uma realidade complexa e multireferencializada” (AGUIAR e ROCHA, 2007, p. 651). Novas intervenções eram planejadas com os grupos trabalhados a partir dos diários de campo, além de facilitar a produção de narrativas para serem compartilhadas com agências financiadoras e organizações parceiras. Dessa maneira, o trabalho gerou um volume de anotações sobre acontecimentos, capaz de evocar novas indagações por meio de diálogos com interlocutores diferentes.

---

<sup>61</sup> Refiro-me aos seguintes eventos: Simpósio Global Engajando Homens e Meninos pela Igualdade de Gênero, 2009, Rio de Janeiro; 2º Simpósio Global MenEngage 2014 – Homens e Meninos por Justiça de Gênero, New Delhi-Índia; V Colóquio Internacional de Estudos sobre Homens e Masculinidades – Patriarcado no século XXI, mudanças e resistências, Santiago, 2015; VI Colóquio Internacional de Estudos sobre Homens e Masculinidades – Masculinidades frente às dinâmicas de poder/resistência contemporâneas, Recife, 2017.

A avaliação de impacto por meio de escalas que mensuravam alterações em atitudes e comportamentos associados às normas de gênero era, assim, acompanhada pelo registro das desestabilizações e contradições dos processos de formação e de intervenção com os diferentes grupos com os quais trabalhei. Do mesmo modo, as intervenções que faziam parte do programa de formação ganhavam configurações que deslocavam os planos previstos. As mudanças de comportamentos e atitudes perdiam a centralidade nos trabalhos com os grupos, atravessados por uma multiplicidade de questões e relações de poder para além do gênero que, naquele momento, não encontrava referências que nos ajudasse a dar visibilidade e a desdobrá-las. O acúmulo de encomendas, registros, acontecimentos e materiais gerados nesses processos de formação incitaram, então, o desejo de mergulhar novamente nessa experiência de trabalho e pensar sobre ela a partir de novos olhares.

O trabalho de tese se inscreve, assim, no tempo tão adiado de parar e pensar sobre as práticas que constituíram minha luta no campo feminista, seus desafios e complexidades. Tempo que coincidiu, por um lado, com uma série de retrocessos políticos no campo dos direitos humanos, sobretudo do gênero, e reações conservadoras aos movimentos emancipatórios. Por outro lado, aconteceu concomitante a expansão do acesso a abordagens e a feminismos contra-hegemônicos, bem como a ampliação da diversidade de movimentos de mulheres no Brasil. Todos esses fatores movimentaram as questões e reflexões levantadas ao longo da escrita dessas linhas, alterando os recortes e os sentidos oferecidos aos acontecimentos postos em análise. Não se tratava mais de pensar como os homens podiam ser transformados, como eu tentava entender no início, mas que práticas, tensões e relações de poder são invisibilizadas quando o alcance e o conteúdo das transformações subjetivas são estabelecidos de antemão e não efeitos imprevisíveis dos processos acompanhados.

A transformação do existente não se limita à criação de condições ou meios adequados à realização de um potencial, mas se refere a uma micropolítica que implica o intensivo, o plano dos processos de constituição de realidades, que abre o atual à pluralidade das formas de existência e qualifica a transformação enquanto criação de possíveis (ROCHA e AGUIAR, 2003).

Era desse modo que as transformações se apresentavam para mim em campo, como processos que se desvelavam sem previsão ou controle, frutos de uma realidade móvel, a todo tempo em processo de construção, com múltiplas entradas possíveis de interrogação das práticas, tal como expressam Katia Aguiar e Marisa Rocha (2007).

Ao longo da pesquisa iniciada para a tese, entendi que o exercício de pensamento sobre as práticas realizadas para o engajamento de homens na transformação de suas masculinidades não se daria sobre a realização de novas intervenções que buscassem responder a um conjunto de questões formuladas a partir de hipóteses ou mesmo lacunas deixadas pela experiência nesse campo de trabalho. Tampouco, entrevistas com companheiras e companheiros que realizam intervenções com homens esgotariam as questões que mais reverberavam sobre os processos por mim registrados nesse ofício. Quanto mais eu me aproximava de novas leituras sobre os feminismos interseccionais e decoloniais e sobre micropolítica, mais sentia a necessidade de voltar à memória de meus processos de trabalho para o envolvimento dos homens em questões de gênero. As leituras se conectavam imediatamente com minhas indagações sobre o campo, de modo que a memória representa o conteúdo principal de meu exercício de pensamento.

É importante marcar, no entanto, que minha entrada para o programa de pós-graduação em psicologia, que se dá em agosto de 2015, não cessou minha participação em intervenções com homens no tema do gênero, nem em reuniões e eventos nacionais e internacionais sobre estudos dos homens e masculinidades. Tais eventos também possibilitaram conversas sobre meu trabalho com parceiros do Sul e do Norte Global, que apresentaram diversos laços com meu campo problemático. Essas conversas, registradas com a autorização desses companheiros, bem como as notas de discussões em congressos e seminários, ajudaram a realçar alguns traços das memórias cartografadas aqui.

A memória a que me refiro diz respeito à memória escrita e guardada e à memória que encontra a escrita e faz reverberar novas questões a partir das condições do presente, deslocando a escrita do passado. Os registros, ao ganharem novos recortes e composições para caberem nos limites da tese, adquiriam novas nuances e problemática, a partir do movimento do pensamento, conjugado às possibilidades de análise oferecidas pelas diferentes autoras das quais me aproximava. A aproximação entre as referências bibliográficas e a experiência narrada, no entanto, não é de qualquer comprovação da verdade ou tentativa de universalidade dos fatos, mas de busca de sintonia e apoio na produção de sentidos comuns. Meu compromisso é, portanto, com “um conhecimento afinado à ressonância, não à dicotomia” (HARAWAY, 1995, p.29).

Nesse sentido, não se trata de uma avaliação de intervenções para a transformação das masculinidades, nem de buscar discursos que corroborem ou refutem uma hipótese. Trata-se de mirar a multiplicidade de eventos que atravessam tais intervenções, expandir o campo de análise desses processos e denunciar reducionismos cujos efeitos se definem pela expansão de território de quem dita os rumos do mundo. Tal multiplicidade, embora mencionada superficialmente nas entrelinhas dos discursos que partilham técnicas para o engajamento de homens na promoção da equidade de gênero, não tem ganhado forma, nem sentido nos projetos que tangem as masculinidades. Assim, ainda que em notas de rodapé, alguns dos nomes de relevância no trabalho de engajamento dos homens em questões de gênero afirmem que campanhas e outras intervenções sejam apenas ferramentas e não finalidade do trabalho<sup>62</sup>, tais ferramentas têm ocupado lugar de centralidade nas ações que visam influenciar organizações de diferentes países, no enfrentamento dos efeitos dos modos como as masculinidades se configuraram ao redor do globo. Financiadores e ativistas, que lideram articulações internacionais de engajamento de homens, advogam pela criação de abordagens de eficácia comprovada para sua disseminação em diferentes países, desconsiderando relações de poder articuladas aos saberes cuja centralidade (que produz a ideia de neutralidade) ofusca suas condições de possibilidade e efeitos.

Concentrar as análises sobre práticas de engajamento de homens em questões de gênero, na capacidade de universalização e disseminação das abordagens consideradas transformadoras das masculinidades, oculta toda a acumulação histórica de forças, temporalidades, processualidades e saídas criativas características dos movimentos sociais que rompem com as capturas do regime colonial-capitalístico. Se o patriarcado, em articulação com tal regime, ao contrário do que se pensou, não é uma derrota pré-histórica do gênero feminino, mas “uma reiterada ação de drenagem de nossas energias, mediante separação e expropriação de nossas criações” (GUTIÉRREZ, 2018, p. 38), não é inverossímil pressupor que seu enfrentamento deva partir de uma crítica às separações que instaura entre a vida em seu acontecimento e os conhecimentos que alienam a existência de suas conexões com as forças nos cercam.

---

<sup>62</sup> No artigo *From “MenEngaged” to Men – and woman – being enraged*, para a revista *Voice Male: the magazine for changing men* (fall 2014, v. 18, n. 64), Gary Barker afirma aplaudir a campanha HeforShe (ElesporElas) da ONU Mulheres, em seu intuito de convocar bilhões de homens para o apoio a igualdade de gênero. No entanto, considera que o ativismo online e a mídia social são apenas ferramentas, e os homens precisam ser convocados às ruas. Declara também a necessidade de financiamento para abordagens avaliadas que buscam encorajar a participação dos homens nesta causa.

É por meio da memória das intervenções e formações realizadas por mim, da cartografia da processualidade que permeia tais práticas, que busco, nesta pesquisa, equivocadamente a centralidade das ferramentas geradoras de transformação de masculinidades. Era na memória da experiência que eu encontrava elementos que faziam desdobrar o pensamento. Eram também questões não refletidas da experiência que reverberavam e se conectavam ao pensamento de autoras que cruzaram meu percurso de doutoramento. Por essa razão, este é o recurso que dá corpo às minhas análises.

A centralidade da experiência como fonte de pensamento aqui, não tem a intenção de representar “prova incontestável” (SCOTT, 1998, p. 301) dos acontecimentos. Analisar fatos que apenas eu vivenciei não tem a intenção de torná-los irrefutáveis. Antes, se constitui como plano no qual se inscrevem a heterogeneidade das forças que atuam nos encontros, os deslocamentos produzidos pelos corpos, a interseccionalidade das lutas e das formas de opressão que se atualizam em determinados momentos, uma vez que os desafios da pesquisa interseccional que, segundo Conceição Nogueira (2016), estão relacionados a que categorias de pertença eleger nos cruzamentos analíticos, ganham outros contornos quando, na mobilidade da experiência, são tais categorias que se deixam revelar.

A cartografia da memória dessa experiência surge como possibilidade distinta dos retratos que estabilizam os acontecimentos. Acontecimentos são movimentos, são processualidades. Nesse sentido, destaco que, quando me refiro à multiplicidade de eventos que produzem e deslocam os acontecimentos, não tenho a intenção de contabilizá-los, de rastreá-los no sentido de cobrir a totalidade dos processos. Tenho sobretudo, o intuito de contradizer os reducionismos simplistas das técnicas que seguem os impulsos homogeneizadores e solidificadores das subjetividades. Tais impulsos ajudam a responder aos interesses de financiamento e expansão de determinados projetos sociais, mas não acompanham a dinâmica que é própria dos processos subjetivos.

O traçado de uma cartografia acompanha os movimentos de transformação de uma paisagem (ROLNIK, 2007). É no próprio acontecer que as linhas são puxadas daqui e dali (BARROS e BRASIL, 1992). Não existe a pretensão de verdade, nem de universalidade. O que há por todos os lados são intensidades buscando expressão e, assim, a cartografia vai acompanhar os movimentos que compõe uma realidade.

Movimentos que são produzidos nos múltiplos encontros de cada um e de todos em um processo de grupo. É também nesse movimento que o cartógrafo se constitui, modificando e sendo modificado pelos encontros.

As encomendas, os encontros com os grupos em formação e com ativistas-pesquisadores internacionais, fizeram-me por em análise as condições de possibilidade das abordagens e das ferramentas que embasavam as minhas práticas para o envolvimento de homens em questões de gênero. Desse modo, o traçado da cartografia desses encontros foi o que me levou ao primeiro capítulo, que busca situar os discursos e os eventos que tornaram possível a formação de alianças e projetos internacionais para o engajamento de homens na equidade de gênero e a produção de técnicas e metodologias partilhadas entre tais organizações, campo em que eu estava localizada.

A raça, a origem geográfica, o gênero, a faixa etária, as habilidades físicas são fatores que certamente influenciaram as visões e as relações entre formadores/pesquisadores e formandos/pesquisados, pois as características da pesquisadora/formadora ou pesquisador/formador produzem ou não cumplicidade com o público de interesse; rendem depoimentos baseados em como tal público nos vêem (SHUCMAN, 2014). Em muitas cenas, esses marcadores de pertencimento aparecem como analisadores importantes dos caminhos que foram tomados nos encontros e nos processos de transformação subjetiva; são fonte de acolhimento, estranhamentos ou questionamentos por parte dos envolvidos nos processos de formação e intervenção, gerando desdobramentos importantes em tais processos. No entanto, localizar pressupõe um olhar atento para as tramas de poder que estamos situados, fundamentalmente nossa implicação com a instituição de um saber (PAULON e ROMANGNOLI, 2010). Por meio das críticas aos lugares de saber, endossadas pela pesquisa-intervenção, considero que o pesquisador deve ser arrancado de qualquer estabilidade pré-suposta: seja do conhecimento, seja de sua identidade. Precisa ter abertura para criar zonas de indagações e desestabilizações que possam favorecer o coletivo aflorar. A branquidade<sup>63</sup>, a masculinidade e o Norte Global ganharam uma centralidade na

---

<sup>63</sup> Uso o termo branquidade para expressar a evocação por indivíduos brancos da condição única de ser humano e, portanto, do direito a manutenção de seu privilégio. Assim, refere-se à tentativa de adequação de todos na sociedade ao ideal branco, de forma acrítica. Tal conceito é usado em diferenciação à branquitude, que se refere a um momento em que o indivíduo branco alcança certo grau de consciência de seu privilégio e se dispõe a questioná-lo. Seria uma fase de superação da branquidade. Para uma exploração maior dessas definições, veja Ruth Frankenberg (2005) e Edith Piza (2005).

produção de conhecimento cujas marcas de como foram forjadas enquanto lugares hegemônicos foram escondidas. Assim sendo, a localização de nossos posicionamentos não se reduz a indicar o ponto em que nos situamos, mas seguir os rastros do que nos fez nos posicionar de tal maneira, contribuindo para olhar nossos lugares como construções cuja centralidade foi forjada. Uma vez reconhecido seu processo de fabricação por artifícios que disfarçam sua arbitrariedade, deslocamos a centralidade de nossos posicionamentos. Outros saberes, outros modos de vida, podem assim, ser criados.

As epistemologias feministas também influenciaram minhas análises das práticas para transformação das masculinidades. Dentre elas, cito a perspectiva interseccional, que têm ampliado a análise da localização do pesquisador em campo, bem como as reflexões sobre os efeitos dos lugares dos propositores de projetos internacionais de promoção de direitos humanos, dentre os quais incluo os do campo do gênero. Reconhecida como um paradigma de pesquisa, a teoria da interseccionalidade dá nome a um compromisso teórico e político, com mais ênfase a uma matriz de opressão/ privilégio (NOGUEIRA, 2017). Fruto de uma crítica das mulheres negras ao feminismo liberal e a universalização das mulheres, uma análise interseccional captura, por exemplo, como diferentes níveis de discriminação criam oportunidades, benefícios sociais e materiais para aqueles que gozam de estatutos normativos não marginalizados, como homens brancos, heterossexuais, de classe alta (NOGUEIRA, 2017), de modo a colocar a questão também sobre os como são formados os lugares de privilégio – muitas vezes naturalizados e não percebidos – em projetos que reivindicam a justiça social.

Em articulação com os debates do feminismo decolonial, as ferramentas propostas pela teoria da interseccionalidade nos permite produzir questões analisadoras das metodologias de pesquisa, formação e intervenção para a equidade de gênero com homens, uma vez que considera os diferentes contextos e histórias deste grupo, bem como reconhece que as tecnologias produzidas no Norte Global não devem pressupor ou partir de um modelo de ser humano universal. Tal pressuposição cria indicadores e metas difíceis de serem alcançadas pelos sujeitos, além de tornarem invisíveis suas histórias. Mantém o domínio das técnicas nas mãos dos mesmos.

Os efeitos da centralidade de determinadas marcas, que se expressam nas relações de poder, surgem como pistas para o mapeamento dos processos que garantem as assimetrias. Na prática com os homens para o debate de seu papel na promoção da

equidade de gênero, tais efeitos se materializavam em conflitos, distribuição desigual de recursos, espaços de fala, silenciamentos, invisibilização da multiplicidade de eventos em campo. Esses efeitos não se reduziam as condições que atribuíram lugar de domínio às masculinidades. Não há como falar da possibilidade de transformar masculinidades sem localizar não apenas o quanto tais masculinidades foram construídas, mas como foi erguido o campo de produção de saberes sobre os processos de transformação de masculinidades. A edificação desse campo de conhecimento definiu rumos e tentativas de apagamentos.

A partir do reconhecimento de que a neutralidade foi forjada em meio à centralidade de determinadas técnicas de produção de conhecimento, nenhuma luta social pode prescindir da localização de si mesmo no campo de forças que estabelecem parâmetros para o curso da sociedade, uma vez que a produção de conhecimento tem consequências morais, éticas e políticas. Desse modo, “posicionar-se é uma prática chave metodologicamente e responsável politicamente” (HARAWAY, 1995, p. 27). Localizar-se, posicionar-se, analisar sua implicação, tem aqui o sentido de refazer os caminhos, as experiências e as marcas que produziram nosso lugar nas relações e nossos direcionamentos de olhar. Ciências são tecnologias, que são modos de vida, ordens sociais, práticas de visualização. “São práticas habilidosas” (HARAWAY, 1995, p. 28). Os lugares tidos como neutros têm urgência em ter sua história analisada para que uma mudança de lente de tais práticas de visualização seja possível. As críticas aos lugares de poder devem prescindir de qualquer relativismo e tolerância. Não se trata de tolerar o outro, considerado diferente a partir dos lugares tomados como imparciais. É necessário afirmar a parcialidade de cada lugar para que seja possível que a diversidade e a multiplicidade sejam expressas.

É nesse sentido que teço uma crítica aos lugares de saber/ poder que definiram os processos de engajamento dos homens na promoção da equidade de gênero. Uma suposta neutralidade das ferramentas teóricas e de avaliação, por meio de técnicas de verificação de sua eficácia, embasava os discursos que intentavam a aprovação de projetos para o engajamento dos homens. Seus efeitos são claros em relação a quem coordena os recursos materiais e discursivos.

O trabalho de cartografia das práticas remete ainda a atenção às relações com as interlocutoras e os interlocutores. Pensando com Luciana Franco (2016), tenho aqui o desafio de como cuidar da relação de confiança com as pessoas que me apoiarão nesse

trabalho de pesquisa do qual se espera que se torne público, uma vez que suas histórias e opiniões servirão de enredo para esta empreitada. As interlocutoras e os interlocutores deste trabalho não são sujeitos/objetos de pesquisa, mas são participantes das cartografias dos trabalhos em que fui também partícipe. São também referências consonantes ou dissonantes ao que será alinhavado nessa coletânea de ideias. Isto posto, com exceção de Gilmara e Andreza – que tiveram a chance de ler o que citei sobre elas –, ou as citações que se baseiam em obras publicadas, os nomes de todas as outras interlocutoras e interlocutores serão preservados ou trocados, para garantir a confidencialidade de sua identidade.

A respeito da organização escrita do texto, as linhas que tecem a cartografia da memória servem para localizar os movimentos que engendraram as análises entremeadas com autoras e autores que tem produzido reflexões que se cruzam com os temas desse trabalho. Dessa forma, é comum que as memórias introduzam os capítulos e seções da tese. Sua escrita em *itálico* indica a construção do campo problemático por meio dos registros refeitos, embora, a memória da experiência vivida se interponha às análises feitas, e vice-versa.

## **CAPÍTULO II: PARA UMA ANÁLISE CRÍTICA DAS RELAÇÕES DE PODER NOS PROJETOS DE TRANSFORMAÇÃO DAS MASCULINIDADES**

“O machismo favorece sempre os homens?” A pergunta feita por Heleieth Saffioti (2015, p. 37), já foi respondida mais diretamente por várias autoras. Glória Anzaldúa (2005), Angela Davis (2018), Bell hooks (2019), Nikki van der Gaag (2014), Raewyn Connell (2016) reconhecem que os homens têm um preço a pagar no patriarcado. As normas de gênero, tal como se configuram em nosso cisheteropatriarcado-colonial-capitalístico, agem na tentativa de capturar nossas possibilidades de produzir existências singulares, afastando-nos da relação com os meios que atuam nos processos de produção das subjetividades. Com isso, dão-nos a impressão de que subjetividades são caracterizadas por identidades fixas, encerrando-nos dentro das fronteiras que nos nomeiam, produzindo, de fato, efeitos prejudiciais nas vidas de todas as pessoas, que, por acreditarem na força das fronteiras, deixam de observar as linhas de fuga para situações que nos empurram rotineiramente contra os muros. Ocorre, no entanto, que algumas pessoas encontram mais dificuldades em caber nas bordas que lhes foram circunscritas, e tais fronteiras identitárias marcam contatos entre zonas assimétricas, produzindo efeitos bastante diversos, de modo que precisamos estar atentas a como as fronteiras são marcadas e as forças que atuam sobre elas, por dentro e por fora, deslocando-as, reconfigurando-as.

Nesse capítulo, discorro sobre como a questão das relações de gênero ultrapassou o problema do machismo nos debates dos movimentos feministas, e de que maneira isso tem sido assimilado – ou ignorado – pelos projetos de transformação das masculinidades em uma arena internacional, em que a concentração em mudanças de comportamentos e atitudes machistas nos homens tem roubado a atenção às relações de poder e às tensões que compõem os processos de produção de subjetividade.

## 2.1. Transformações de masculinidades do Norte para o Sul

*Durante onze anos, fui consultora para intervenções e formações sobre o engajamento de homens na equidade de gênero, no Brasil e outros países da América Latina e África, a partir de uma organização reconhecida internacionalmente na produção de metodologias com esta finalidade. As intervenções com as quais eu trabalhava eram consideradas transformadoras de gênero. As encomendas de trabalho giravam em torno de duas questões: como envolver os homens na produção da igualdade de gênero? Como transformar masculinidades? A transformação das masculinidades era concebida como condição para que a equidade de gênero fosse alcançada.*

*As intervenções e formações com homens para sua transformação estavam associadas a projetos com temas específicos: prevenção e cuidado da aids, saúde sexual e reprodutiva, estímulo ao cuidado paterno e prevenção de violência. Esses assuntos, que competem a toda a sociedade, foram tradicionalmente acreditados como de responsabilidade das mulheres. No entanto, muitos autores mostravam a associação entre determinados comportamentos masculinos e os efeitos na área de saúde, segurança e desenvolvimento social. A Organização Mundial de Saúde (2007) classificou programas de saúde de acordo com sua abordagem de gênero. Os projetos considerados transformadores foram os avaliados como mais eficientes na obtenção da saúde, o que abriu espaço para exigências da comprovação de tal capacidade de mudanças nas masculinidades. Meu trabalho de intervenção e formação para a adaptação de tais metodologias em diferentes países deveria seguir os arcabouços de mudança debatidos, principalmente, entre importantes referências internacionais que estavam à frente do debate do envolvimento dos homens na promoção da equidade de gênero, alimentando dados, protocolos e cartas de princípios das Nações Unidas ou de alianças continentais e nacionais de organizações engajadas nesse objetivo.*

*Como ativista e estudiosa do tema do envolvimento dos homens na equidade de gênero, conheci de perto muitas das referências internacionais dos movimentos e das pesquisas sobre as masculinidades, sobretudo da Europa, Estados Unidos e Canadá. A organização que eu representava era co-fundadora de uma aliança internacional para engajamento dos homens na equidade de gênero. Como parte de tal organização, assisti a muitas reuniões de trabalho dessa aliança internacional, colóquios e simpósios*

*organizados pelas instituições que a integravam. Sentia, no entanto, que no contato com os homens do Norte, representantes das mudanças nas masculinidades, havia pouco espaço para mulheres como eu.*

*Eu era gentilmente tratada. Nunca ouvi nenhuma menção a minha feminilidade como limitadora da minha capacidade profissional, nunca sofri assédio. Eu não sentia os sinais do machismo comumente abordados. No entanto, dirigiam-se a mim com os protocolos dos etnógrafos, que declaram a importância do conhecimento do outro, como o diferente, o fascinante por ser exótico. Eu parecia ser a informante sobre o machismo dos homens brasileiros de favela. As perguntas me eram feitas a esse respeito, para que pudesse encaixar as respostas em seus esquemas teóricos, corroborando-os, exemplificando-os, ou os desenvolvendo. Eu não sentia que era tratada como estudiosa do tema do gênero. Não ignoro que havia opressão internalizada<sup>64</sup> por mim, como mulher, jovem, lusofalante, latino-americana (branca entre nós, apenas latina para os do Norte), diante de homens mais velhos, brancos, do Norte, falantes nativos do inglês. Esse pode ser um dado da relação. Mas, como me indagou uma pesquisadora de renome no campo dos estudos de gênero, que partilhava comigo os mesmos sentimentos de impotência nos encontros com o grupo em questão: não caberia também aos que ocupam os lugares privilegiados tomar em consideração as opressões internalizadas? Não seriam nos encontros que tal opressão se revigora?*

*Com os homens do Sul, era possível amizade. Era possível uma relação em que me sentia capaz de desenvolver meus pensamentos a respeito do trabalho com os homens. Em conversas nos intervalos dos eventos internacionais sobre homens e equidade de gênero, ouvia que eram comuns os sentimento de não pertencimento e não poder influenciar as decisões sobre os caminhos da aliança para o engajamento de homens pela equidade de gênero. Não que não tivessem direito a palavra ou ao voto. As reuniões eram planejadas para que suas opiniões fossem coletadas. Entretanto, os moldes nos quais o diálogo aconteceria eram estabelecidos de antemão, a partir dos financiamentos, das negociações entre os que compõem o núcleo duro da gestão e os*

---

<sup>64</sup> Quando uma pessoa internaliza as opressões que lhes são dirigidas por conta de seus marcadores de pertença, como raça e etnia ou gênero. Patricia Hill Collins (2000) menciona o conceito em *Black Feminist Thought*, quando aponta que, na literatura de mulheres negras, é recorrente o retrato de uma série de maneiras em que as mulheres experienciam a opressão internalizada. Também ficou bastando conhecido nas redes sociais um experimento estadunidense em que crianças negras, ao serem apresentadas a duas opções de bonecas, respondiam que preferiam brincar com bonecas brancas, porque as negras eram feias. No meu caso, refiro-me a opressão internalizada por gênero e regionalidade, principalmente.

*que podem apoiar financeiramente os debates. Ao por em prática as resoluções conjuntas, uma série de micro decisões são necessárias para dar cabo dos projetos, e dão novos contornos aos rumos dos trabalhos, configurando outros limites aos processos de decisão em assembléia. Quando perguntado por mim sobre os processos de decisão da aliança, um representante europeu explicou: “nada mais justo que os que conseguem o financiamento decidam sobre os acontecimentos”. Justiça nos parecia, entretanto, quebrar barreiras espessas entre os países para que as saídas criadas fossem diferentes. Em diálogos com outros companheiros latinos, diretamente envolvidos em ações da aliança, parecia-nos haver pouco esforço ou pouca compreensão por parte dos gestores do Norte, sobre como os processos participativos podem ser postos em prática. A perspectiva da “educação popular”, divulgada como referência para os trabalhos de envolvimento masculino, soava como retórica em atividades que prezavam pela reprodução de comportamentos considerados de antemão mais equânimes.*

*Os companheiros do Sul Global me contavam que seu engajamento como homens no tema do gênero surgiu a partir de seu contato com o movimento de mulheres. Os do Norte Global apresentavam narrativas de inserção na temática via academia. Para esses, eram pesquisas e situações com os homens que os fizeram chegar a conclusões sobre transformações necessárias nas masculinidades. Era também o acesso direto ao movimento de homens já consolidado, bem como a aproximação com o discurso sobre a necessidade de financiar ações de inclusão dos homens na equidade de gênero proferido pelas agências internacionais, que os fazia ingressar na causa. Seu repertório era afiado à linguagem da prospecção, recheado de dados que expressavam a necessidade de financiamentos de metodologias de eficácia comprovada para as transformações das masculinidades.*

*Eu observava que um atrativo para o comprometimento dos homens com a pauta da equidade de gênero era também a abertura de um campo de trabalho. Na formação de uma rede de homens para a equidade de gênero, percebia que trabalhar com um tema de vanguarda para os homens, viajar para apresentar suas ações, estar presente em espaços sociais e políticos de relevância, ter certa visibilidade e conseguir financiamentos para projetos era bastante convidativo, além da aposta no mérito da causa. Nada diferente de quem faz qualquer escolha de ofício. Não há nenhum problema em transformar o próprio trabalho na luta por um mundo melhor. Nada mais*

*adequado. Talvez a questão estivesse no esvaziamento da luta de suas tensões, de sua complexidade, da necessidade de revisão constante de nossos lugares de poder e glória, por uma tentativa de emoldurar aspectos da vida nas páginas dos projetos realizáveis em prazo curto, de interesse de financiadores sedentos por quantidade e fórmulas replicáveis.*

*Para mim, as questões de gênero reverberavam desde a infância. Na universidade, descobri os estudos de gênero, freqüentando as rodas de debates feministas e em intervenções com mulheres de uma cooperativa de catadoras de lixo do maior aterro sanitário do Brasil. As reuniões feministas apresentavam a complexidade das saídas políticas do movimento e suas contradições. O trabalho com as catadoras e os catadores impunham uma série de questões: como lidar com a recusa do trabalho? O que fazer quando a preocupação não era com o machismo ou com a saúde sexual, mas com a sobrevivência, a vida em comunidade, lidar com as disputas de território, fugir das disputas entre polícia e tráfico, evitar se submeter às regras empresariais e governamentais da transformação de um lixão em aterro sanitário? Como responder aos financiadores que esperavam resultados com indicadores claros de melhora do cuidado com a saúde sexual e reprodutiva, como uso de preservativos, de contraceptivos ou idas aos postos de saúde? De qualquer forma, os protocolos eram bem flexíveis. Bastava que as intervenções fossem narradas em diários de campo bem detalhados. Em formação pelos princípios das pesquisas participantes e da educação popular, interessava-nos o que ia além dos indicadores estabelecidos previamente. Os conflitos eram o recheio dos encontros e davam o tom das intervenções.*

*Quando me deparei com o início das consultorias para o envolvimento de homens na promoção da equidade de gênero, havia manuais a adaptar, as mudanças sociais eram pensadas por modelos bem estruturados, as transformações de gênero se limitavam a mudanças de comportamentos e atitudes, a resultados esperados e se recomendava o controle de interferências no campo para que as ações fossem medidas. Embates eram desconsiderados. Eram estadunidenses os fundos e os protocolos que apoiavam esses trabalhos com homens, no Brasil ou nos outros países em que adaptações das intervenções eram feitas. Eu tinha que aprender a linguagem dessa captação de recursos e converter os resultados e intervenções de um projeto em replicáveis em escala.*

*As questões políticas eram analisadores nas intervenções criadas mais ao Sul do Equador. Aqui, não me refiro às ações de “advocacy”, conceito desenvolvido para definir a influência de políticas públicas, publicado nos manuais como importantes para sustentar as mudanças nas masculinidades. A partir das recomendações presentes na linha desse conceito, tratava-se de atuar em uma camada diferente da estrutura social (as políticas públicas), para alcançar mais homens e fazer com que, por exemplo, sua participação no cuidado das crianças, debatida nos grupos, fossem apoiadas pela licença paternidade. O agir político nos trabalhos com as pesquisas participantes, dizia respeito a olhar para o campo de disputas e torná-lo parte fundamental da ação realizada. As disputas não precisavam ser neutralizadas ou vencidas pelo convencimento do outro, para caber em protocolos que poderiam servir de modelos para a replicação de novos projetos.*

*O agir político, problematizador, que foca nas disputas e tensões, parecia monótono e equivocado nas reuniões de trabalho que visavam definir estratégias internacionais para o envolvimento dos homens nas questões de gênero. Na negociação dos projetos, era como se isso excluísse o trabalho rigoroso. Rigor e competência pareciam estar associados a resultados precisos, neutros e concisos. Havia coisas que gostaríamos de narrar e pensar sobre nossas práticas, que não cabiam nos formulários ou na configuração direta dos encontros. Era-nos necessário mais tempo para contar os efeitos e suas condições de possibilidade. Assim, eu notava diferenças nos modos de pensar as produções de conhecimento sobre as intervenções, estabelecidos de forma hierárquica. Percebi certa desigualdade epistêmica.*

*Era também na minha prática que desigualdades apareciam, a partir dos privilégios de meus lugares de pertencimento. O que legitimava a minha presença em Moçambique, Costa do Marfim, Mali e tantos outros países, como especialista no envolvimento de homens na equidade de gênero? O que fazer quando me diziam que a violência de gênero em casa não é uma questão para as mulheres em Mali, e sim a excisão do clitóris? Quem criava os pressupostos para a criação dos materiais com os quais eu trabalhava? A partir de onde eram estabelecidos os critérios para os homens transformados? Por que os países não têm as mesmas chances de concorrência? Por que sou tratada tão cordialmente por homens desses países, enquanto suas colegas mulheres ficam constrangidas em falar na sua frente? Essas eram questões que interferiam nas relações, produziam assimetrias. Portanto, não poderiam estar*

*ignoradas nos desafios e razões que definiam o envolvimento dos homens na promoção da equidade de gênero.*

*Muitas eram as contradições nas transformações de gênero eram apresentadas pelos homens do Norte que lideravam as práticas no tema. Figuras renomadas foram acusadas de assédio ou de se apropriarem dos conhecimentos de seus subalternos. Por que, apesar de narrarem a importância de as mulheres serem ouvidas, havia poucas mulheres nos lugares de destaque nos eventos que organizavam? Como conseguiam partilhar as tarefas paternas se alguns viajavam a maior parte do tempo? Os recursos que tinham para partilhar as tarefas de cuidado com pessoas além de suas esposas, não deveriam deixar de ser computados nos debates que se resumiam a divisão das tarefas domésticas. As condições não eram as mesmas para todos os homens. As transformações de masculinidades debatidas, resumidas à perspectiva liberal – com foco na maior participação dos homens heterossexuais nas divisões de espaço doméstico, ou a modelos de comportamento individual –, não eram suficientes para dar conta das opressões perpetradas pelos homens que visavam alcançar, nem davam visibilidade para as injustiças que determinados homens – homossexuais e negros – sofriam.*

*Não eram apenas as contradições não abordadas entre discursos progressistas e atitudes opressoras o que chamava minha atenção. Os desafios para a partilha de experiências nos projetos de envolvimento de homens pela equidade de gênero e para a definição de premissas para o movimento internacional, os financiamentos mediados por organizações do Norte Global para a adaptação de conteúdos de fórmulas prontas no Sul, os conflitos e as linhas de fuga encontradas nas práticas para lidar com as relações de poder das ações internacionais, sugeriam-me que quaisquer movimentos de mudanças não podem ignorar as relações coloniais entre os diferentes países do globo.*

*Essa história reverbera e se desdobra nos demais capítulos.*

Estudos sobre masculinidades na África do Sul, desenvolvidos na década de 1990 demonstraram como “uma cultura do gênero é criada e transformada numa relação com a economia internacional e com o sistema político do império” (CONNELL, 2016, p 94). Fato também bastante conhecido pelo movimento feminista e as teorias pós-coloniais e decoloniais, o patriarcado possui uma dimensão internacional. Os processos colonizadores espalharam a dicotomia hierárquica dos gêneros que, encoberta por uma

“missão civilizatória”, serviu para “o acesso brutal aos corpos das pessoas pela exploração inimaginável, violenta violação sexual, controle da reprodução e um horror sistemático” (LUGONES, 2019, p. 360). Segundo Maria Lugones, a colonialidade do gênero ainda persiste na intersecção gênero/classe/raça, central para construção do sistema mundial capitalista de poder. É nessa dinâmica que consiste a dimensão internacional do gênero, que possui efeitos diversos a partir das configurações locais. Não se trata de homogeneização ou universalização dos problemas de gênero, mas do reconhecimento de que o patriarcado está articulado a um sistema colonial-capitalístico mundial que age na anulação das capacidades políticas dos povos e comunidades de assegurar a reprodução da vida coletiva (GUTIÉRREZ, 2018). A partilha da experiência é instrumento interessante na inspiração de resistências em diferentes contextos, em que os homens também devem ser convocados a pensar sobre sua participação nas relações de gênero. Mas é preciso assegurar sua disseminação por contágio e não pelas formas que legitimam os saberes que devem ser transmitidos e copiados.

A preocupação com os efeitos de projetos internacionais nas relações de poder entre diferentes culturas e regiões não é nova. Muitas autoras como, Jules Falquet (2008), Éric Fassin (2010) e Lila Abu-Lugoh (2012), entre outras, começaram a denunciar como algumas lutas humanitárias engendraram um trabalho civilizatório que prega a libertação de gênero em diversos países do Sul Global. Falquet (2013) e Fassin (2019), em mesas redondas em congressos sobre gênero no Brasil<sup>65</sup>, discutiram como a França, por exemplo, buscou criar uma identidade nacional que preza pela liberdade LGBTQI+ e das mulheres, para justificar sua dominação cultural sobre outros países. O véu foi tomado como um elemento dessa afirmação, em que seu uso foi proibido para as mulheres, nas instituições francesas. Com base nessa situação, Lila Abu-Lughod (2012), indaga-se sobre as razões de as mulheres livres na França não terem o direito de usar o véu, se a interdição ao uso do véu é pela liberdade dessas mulheres. Lila Abu-Lughod (2012) também tomou os discursos de salvação das mulheres muçulmanas para analisar as justificativas de intervenção no Afeganistão pelos Estados Unidos. Após a queda das

---

<sup>65</sup> Refiro-me à apresentação de Jules Falquet para o Fazendo Gênero 10: Desafios atuais do Feminismo, que aconteceu em 2013, na cidade de Florianópolis. Disponível em <http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/>. Acesso em 06 de julho de 2019. Eric Fassin fez críticas às políticas de direitos humanos, principalmente do governo Francês, nos seminários Gênero Ameaça(N)do I e II, que aconteceram em 2017 e 2019, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.clam.org.br/destaque/conteudo.asp?cod=12680> e <http://gepsid.com.br/iii-seminario-genero-ameacando/>. Acesso em 06 de julho de 2019.

Torres Gêmeas por ataque realizado por colisão com aviões, em 11 de setembro de 2001, Lila Abu-Lughod escreve que foi inundada por convites para responder a questões generalistas a respeito das “mulheres de cobertura” (ABU-LUGHOD, 2012, p. 452). A esse respeito a autora considera pertinente se perguntar

por que saber sobre a “cultura” da região e particularmente suas crenças religiosas e o tratamento dispensado às mulheres era mais urgente do que explorar a história e o desenvolvimento dos regimes repressivos na região e o papel dos Estados Unidos nessa história? (ABU-LUGHOD, 2012, p.453).

Esse interesse por explicações culturais solapa análises políticas e históricas necessárias ao exame das interconexões globais e suas relações de poder baseadas na divisão do mundo binariamente entre nós (o ocidente, o cristianismo) e os outros (o oriente, o islamismo). Não se trata de ignorar as diferenciações sociais e políticas, mas de olharmos para elas e nos interrogarmos sobre como foram constituídas, antes de qualquer movimento que façamos em direção a sua solução. Não se trata apenas de comportamentos e atitudes opressoras, mas do que os legitima como opressores. Que forças e que mecanismos os produziram dessa maneira?

Ideias prontas a respeito de como se vive melhor e quais são as bases que devem sustentar as relações de gênero tem servido para justificar invasões colonizadoras sob o pretexto de defesa dos direitos dos grupos minoritários. A revisão de tais ideias depende de uma crítica profunda à centralidade do Norte Global como perspectiva de produção de saberes. Tal centralidade foi a que também colocou às masculinidades e à branquidade como referências na fundação de critérios que legitimam os saberes, conforme será mais explorado aqui.

Não podemos mais perder de vista como essas interconexões globais coloniais modernas produzem discursos que afetam relações de gênero, raça, faixa etária, capacidades físicas, etc. Gênero é um marcador político, articulado a processos globais que garantem o domínio de alguns países sobre outros, com base na naturalização e valorização de determinados saberes, raças e capacidades individuais. Tal naturalização consiste em escolher determinados representantes humanos – homem branco europeu adulto com integridade de suas capacidades físicas – para produzir generalizações/universalizações sobre quem deveríamos ser, sem reconhecer a arbitrariedade de tal escolha. Desse modo, não podemos nos abster de realizar as análises dos efeitos de nossas relações coloniais no curso dos projetos de emancipação de gênero, principalmente realizados internacionalmente. Não é apenas a forma como significamos

as masculinidades que geram assimetrias nas relações sociais. Nossos especialismos, regionalismos e racismos contribuem para desequilíbrios nas relações constituídas para o enfrentamento das diferentes opressões. Isso não significa ignorar a responsabilidade dos países de poder colonial sobre os países explorados – nem dos homens em relação ao seu machismo – deixando nas mãos dos que foram devastados por políticas injustas, o papel exclusivo de resolver mazelas que são heranças do modo como determinados territórios do globo ampliaram suas relações internacionais. As injustiças e os sofrimentos existentes ao Sul merecem atenção e medidas que visem equilibrar os recursos financeiros. Mas precisamos pensar os limites da atuação dos países tradicionalmente colonizadores, que não pode se eximir de uma crítica constante de sua posição e história. Ainda, é indispensável acolher as desobediências às formas produzidas no Norte para projetos realizados no Sul. Se é a partir mesmo das formas que configuram os saberes – que elegem os indicadores de eficácia das ações sociais e indicam como tal eficácia deve ser demonstrada – que as disputas pela gestão dos recursos são definidas, precisamos mostrar a arbitrariedade dessas formas e que os resultados se devem mais às transgressões e às respostas locais que damos aos conflitos.

No enfrentamento das desigualdades de gênero, a linguagem dos investimentos é neoliberal, masculina e euro-estadunidense, além de os homens representarem fisicamente o perfil destinado aos negócios. Assim, possuem vantagens na aquisição de recursos. Homens falando para homens que investimentos de gênero são um bom negócio para eles também, têm sido observados nos discursos para o engajamento masculino, tal como visto no capítulo anterior. Desse modo, foram percebidos como uma ameaça para as mulheres que disputavam financiamentos para seus projetos de emancipação (ARILHA, 2010).

Ocorre que a linguagem masculina, especialmente proveniente dos países do Atlântico Norte, foi concebida em articulação com preceitos que determinam os valores de mercado internacional. A economia de tempo, os recortes dos aspectos que compõem a nossa existência, o empreendedorismo de si<sup>66</sup> e a criação de fórmulas simples e

---

<sup>66</sup> Em uma sociedade neoliberal que preza pelo desempenho e não mais pela obediência dos sujeitos, tornar-se empreendedor ou “empresário de si mesmo” (HAN, 2017, p. 23) é prerrogativa para a elevação da produtividade, sem responsabilizar empresários por condições dignas de trabalho. Com o intuito de aumentar a produtividade, o paradigma da disciplina foi substituído, segundo Han (2017), pelo do desempenho, por meio de um sistema positivo de poder, que evita os bloqueios que as proibições e negatividade dos deveres possa produzir. Tal esquema coloca ainda mais no indivíduo a responsabilidade por sua sobrevivência e cuidados – ou retoma as cobranças pelo trabalho de manutenção da vida realizado pelas mulheres, uma vez que os sujeitos precisam se distrair o menos possível para serem competitivos,

universais na análise das intervenções sociais com seres humanos são requisitados pelos que prezam pelo impacto quantitativo e facilitador da propaganda de seus investimentos. As intervenções individualizantes, segmentadas, e não as que prezam pela produção de laços, são priorizadas pela economia de seus processos, que responde bem à lógica neoliberal do desempenho<sup>67</sup>. A criatividade, tão estimulada nesse regime, é a que se restringe à inovação de ferramentas adequadas ao bom funcionamento de sua máquina e ao sucesso dos sujeitos nesse sistema. As direções tomadas pelos projetos sociais que operam nessa lógica têm sido a de prover os instrumentos para que os indivíduos excluídos possam se conformar bem aos processos políticos e econômicos vigentes, sem questioná-los, ou limitando sua crítica às relações que os impede de estarem adequados.

Os trabalhos de engajamento masculino na promoção da equidade de gênero têm sido impulsionados por financiamentos de instituições provenientes dos países com mais recursos econômicos. Assim, é preciso considerar que as ajudas de agências de financiamento internacionais são feitas a projetos que cobrem os preceitos considerados importantes por estas entidades (MISOCZKY, 2002). Muitas vezes, tais princípios são contraditórios às lutas dos movimentos sociais, por exemplo, agências que captam recursos de grandes empresas ou o Banco Mundial, representante da lógica neoliberal econômica, cujo principal preceito é fazer com que os cidadãos paguem pelos serviços que consomem. No caso das ações de prevenção à aids – que foram bastante estimuladas por esses recursos aqui no Brasil, e que também apoiaram ações transformadoras das masculinidades, como dito no segundo capítulo –, existem relatos de inúmeros danos sociais produzidos pelos financiamentos do Banco Mundial aos projetos dos governos (FONSECA, 2004). Na maior parte das vezes, no entanto, são organizações estadunidenses e européias, além de agências das Nações Unidas, de base liberal, nascidas com o propósito de implementar os princípios dos Direitos Humanos, mas pouco críticas aos sentidos restritos do humano cujo direito pretendem promover, bem como às estruturas que sustentam as relações de poder coloniais-capitalísticas

---

de acordo com análise feita por Flávia Biroli para reunião do grupo assessor da sociedade civil à ONU Mulheres. Os laços de cooperação ficam fragilizados e autonomia passa a ser concebida a partir do viés da independência, e não ligada às nossas possibilidades de gerir a vida, a partir de recursos encontrados no meio, que incluem os laços de cooperação.

<sup>67</sup> Uso o termo inspirada nas análises de Byung-Chul Han sobre sociedade do cansaço, em que o autor discorre sobre o paradigma do desempenho e suas capturas dos processos de produção de subjetividade pelo neoliberalismo.

neoliberais. A exemplo dessas questões, cito a experiência de alguns países no continente africano, em que as ações de prevenção e cuidado da aids a partir da transformação das masculinidades, financiadas pela Agência dos Estados Unidos para Desenvolvimento Internacional – USAID, deveriam seguir abordagem que estimulasse prioritariamente a abstinência e a fidelidade masculinas, em detrimento do uso do preservativo. Um suposto conservadorismo local era pretexto para que a agência estadunidense reforçasse seu próprio conservadorismo por meio de suas políticas de financiamento para o desenvolvimento em outros países.

A demonstração da aplicação eficiente dos fundos investidos é perfeitamente compreensível e necessária (CÂMARA, 2002). Entretanto, existe certa hegemonia das práticas a respeito de como tal demonstração deve ser feita. Há um grande esforço em adequar nossas críticas políticas às necessidades técnicas de demonstração de resultados, às relações de causa e efeito, às linhas bem desenhadas de cada passo a ser realizado e ao tempo que, raramente, se estende a um ano. No caso de projetos que envolvem a transformação de subjetividades, a previsão das novas crenças, atitudes e comportamentos em um ano tem comandado as práticas, pois podem ser melhor contabilizados. Raramente, com o público de interesse, há espaço para debates sobre os fins, apenas o levantamento dos meios mais eficazes de alcançá-lo. É nesse sentido, que o interesse do público está mais próximo do que é atraente, do que vai fazer com que uma determinada noção seja assimilada mais facilmente, e não, necessariamente, siga em direção a estimular um processo de análise das forças políticas que mantêm as relações de opressão. No caso das ações de transformação das masculinidades, muda-se o conteúdo, mas não se altera justamente o que é o nó das normas de gênero: o processo de normalização dos modos de ser, ou seja, a intransigência em relação às multiplicidades. São oferecidos modelos de homens transformados, em que o debate sobre os custos das masculinidades é usado como estratégia de convencimento dos homens a mudarem seus comportamentos. A violência de gênero é tratada como individual e não política<sup>68</sup>.

---

<sup>68</sup> A exemplo dessa questão, cito a análise de Verónica Gago (2018), sobre os episódios de feminicídio de Ciudad Juárez, no México. Para a autora, a violência tem sido tratada de modo a extrair a condição de sujeitos políticos das mulheres, reduzindo suas dores de forma sistemática a posição de vítimas a serem reparadas. Com os homens, o tripé “vítima-algoz-redentor” (GUTIÉRREZ, 2018, p.39) também tem sido reproduzido, por ações que se centram apenas em seus comportamentos, ignorando aspectos políticos, tal como veremos nos próximos capítulos.

As preocupações das agências de cooperação internacional se traduzem, invariavelmente, na criação de escopos normativos para serem replicados com “sucesso” – que significa mudanças individuais de comportamento – em escala global e tempo reduzido. Para tal, aceitam como suficientes as mudanças que possam ser verificadas por meio de números e sentenças discursivas, sucintas o máximo, para a divulgação dos resultados e métodos replicáveis. As experimentações não cabem. Não há lugar para a experiência ou o acompanhamento dos acontecimentos não previstos. O que cabe são as novidades técnicas capazes de replicação e comunicação em um *tweet*<sup>69</sup>, direto e rápido. Assim, o que interessa não é apenas falar a mesma língua (inglês), mas reproduzir o discurso dos saberes das ciências modernas, dos escopos individualizados e prescritivos para análise dos processos de produção e transformação de subjetividades, que pouco afetam as relações de poder que vão além do âmbito doméstico.

Teóricos pós-coloniais indicaram que as hierarquias de conhecimento e epistemologias produzem relações de poder entre, principalmente, o Norte Global e o Sul Global. Tais hierarquias se atualizam nas lutas emancipatórias que se internacionalizam por meio de projetos sociais, quando não põem em análise pressupostos que valorizam a estabilidade, a ordem e a regularidade. Os códigos hegemônicos de produção de saberes começam a ser assimilados desde muito cedo, de modo “que o universalismo, a linearidade, a verdade, o causalismo e os dualismos se constituem como eixos centrais na formação dos rituais escolares, atualizando-se através dos dispositivos do conhecimento científico” (ROCHA e AGUIAR, 1992, p. 89).

A partir das análises de Aníbal Quijano (2005), cunhadas por seu conceito de colonialidade do poder, podemos concluir que o lugar epistêmico de enunciação privilegiado dos países do Atlântico Norte-Occidental é sustentado por seus mecanismos de classificação dos seres humanos em inferiores e superiores, ou até mesmo em humanos e não humanos. Para o autor, as noções de raça, gênero e classe são instâncias centrais no sistema de dominação/exploração em que os “outros” são definidos a partir dos lugares de masculinidade, branquidade e determinadas condições sócio-econômicas. Não seria inverossímil incluir aqui, outras hierarquias que compõem a classificação dos seres humanos, tais como faixa etária e capacidades físicas e intelectuais. Os lugares de

---

<sup>69</sup> Em uma reunião de avaliação de um dos projetos com jovens que coordenava, uma colaboradora estadunidense sugeriu esta prática, de falar em uma frase direta e de impacto, tecnologia cada vez mais usada nas reuniões de projetos sociais em seu país.

subalternização em que são instalados esses “outros” lhes provêm os lugares de invisibilidade e desmerecimento de seus saberes, uma vez que escapam às margens de certa ideia de humanidade.

Assim, não se trata aqui nem de pensar uma “teoria da conspiração” dos trabalhadores sociais do Norte, nem de simples disputa geográfica, em que a finalidade é a preservação de uma essência cultural do Sul. Refiro-me a urgência de uma análise a respeito de como as fronteiras – regionais e do que é considerado humano – são forjadas e mantidas, operadas por um sistema que decide as condições de quem pertence ou têm o direito de transitar entre os diferentes lados. A crítica colocada se dirige às perspectivas do Norte, cuja centralidade e outros artifícios de dominação, acarretam na invisibilidade de seu caráter arbitrário. No caso da definição dos caminhos das transformações sociais, tal decisão ocorre a partir da produção de artifícios sobre como conhecimentos devem ser produzidos e que mudanças valem a pena ser contadas, fato que se atualiza na realização de projetos sociais mundo afora. Os objetivismos universalistas, homogeneizadores, redutivistas excluem o que se passa na experiência dos grupos, valorizando o que pode ser mensurado, reproduzido, encaixado em fórmulas sociais hegemônicas, que não se abrem aos processos de singularização. Os investimentos em projetos sociais e pesquisas produzem moldes formatados fora dos processos em que acontecem, além de criarem critérios que dificultam seu questionamento.

Os critérios estabelecidos e exportados pelo Norte – região então, tomada como o guia (o norte, norteador) do mundo –, sob pretexto de definir a vida, mais a mascaram e invisibilizam os fluxos e instabilidades que integram nossa existência. Nomear algo acabou por definir fronteiras rígidas para esse algo, não pelo processo de nomeação em si, mas pelos artifícios que lhe atribuem neutralidade/ naturalidade/ verdade. Trata-se, portanto, de exercitar o olhar para a lógica de produção de saberes e intervenções, forjadas no Norte, que garantiram como norma as masculinidades cisgêneras, a heterossexualidade, a endossexualidade<sup>70</sup>, a branquidade, a adulticidade e determinadas capacidades físicas. Mesmo que a intenção dos trabalhadores sociais não seja colada a expectativas imperialistas de exploração de bens e riquezas naturais de determinados países, cabe a reflexão sobre de que maneira as ações que promovemos se articulam a

---

<sup>70</sup> Diferencia-se de intersexualidade. Refere-se à definição clara das genitálias como masculinas ou femininas.

uma política global que renova suas táticas de colonialidade a cada oportunidade de ocupação dos que podem favorecer a manutenção da acumulação de riquezas do Norte Global. De que maneira a teia que coleta recursos de empresários e grandes investidores para ações de responsabilidade social, convencendo-os de que é um bom negócio, se conecta aos trabalhos que buscam engajar os homens nas ações de promoção da equidade de gênero e transformação de masculinidades? Como o domínio sobre os rumos das práticas de mudança social é mantido?

Parte da resposta a estas questões está na relação entre o cisheteropatriarcado e a produção de uma tecnologia de produção de verdades, em detrimento de outras práticas e saberes locais. Os saberes provenientes das ditas metrópoles mundiais assumiram status de verdade por meio de uma série de artifícios que privilegiaram uma referência na produção de conhecimentos, útil ao domínio colonial moderno. Não se trata mais, portanto, de uma imposição militar, jurídica e administrativa, característica dos domínios das metrópoles sobre as colônias, mas sim do efeito das conexões internacionais entre países, na “forma como o trabalho, o conhecimento, a autoridade e as relações intersubjetivas se articulam entre si através do mercado capitalista mundial e da ideia de raça”, segundo a concepção de colonialidade de Maldonado-Torres<sup>71</sup> (2007), em que eu acrescentaria as relações de gênero, a partir das críticas feministas à pouca atenção dada ao patriarcado nos estudos das Epistemologias do Sul. Tal colonialidade se mantém viva “nos manuais de aprendizagem, nos critérios para os trabalhos acadêmicos, na cultura, no senso comum, na autoimagem dos povos, nas aspirações dos sujeitos, e em tantos outros aspectos de nossa experiência moderna” (MALDONADO-TORRES, 2007, p.131). Ainda não estamos livres da colonialidade nos currículos e campanhas que embasam as ações de engajamento dos homens na transformação das masculinidades.

As abordagens que usamos para formular respostas aos problemas das opressões no mundo, não raro, enveredam para uma dependência epistemológica da Europa

---

<sup>71</sup> Aqui, parto da diferenciação que o autor faz entre colonialismo e colonialidade: “Colonialismo denota uma relação política e econômica, na qual a soberania de um povo reside no poder de outro povo ou nação e que constitui tal nação num império. Diferente desta ideia, a colonialidade se refere a um padrão de poder que emergiu como resultado do colonialismo moderno, porém, ao invés de estar limitado a uma relação formal de poder entre os povos ou nações, refere-se à forma como o trabalho, o conhecimento, a autoridade e as relações intersubjetivas se articulam entre si através do mercado capitalista mundial e da ideia de raça. Assim, ainda que o colonialismo tenha precedido à colonialidade, esta sobrevive após o fim do colonialismo” (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 131).

Ocidental e dos Estados Unidos (AKOTIRENE, 2019). A questão não é ser estadunidense ou europeu, mas diz respeito a uma tradição de pensamento e visão de mundo que se espalhou e se tornou hegemônica, criando artifícios de produção de verdade com base em normas que naturalizaram determinadas identidades (homem branco magro fisicamente capaz jovem-adulto) em detrimento de outras, analisadas a partir da perspectiva de “outro” e de “centro” (no caso, de Norte). Tal tradição de pensamento apaga tudo o que escapa aos seus processos purificadores da humanidade e nos fornece as lentes de compreensão do mundo. Na prática de nossas intervenções sociais, esse processo se traduz em quem tem o poder de determinar o que é um resultado válido ou não. Como partilhou Kimberlé Crenshaw,

O problema não é simplesmente que as mulheres que dominam o movimento de anti-violência são diferentes das mulheres de cor, mas que frequentemente têm poder para determinar seja através de recursos materiais ou retóricos, se as diferenças interseccionais de mulheres não-brancas serão incorporadas na formulação básica de políticas<sup>72</sup> (CRENSHAW, 1991, p. 1265).

Em minha pesquisa de mestrado, observei que grande parte dos desafios que precisávamos vencer no enfrentamento da aids estava relacionada às concepções que formamos sobre os sujeitos de nossas intervenções (FONSECA, 2004). Tais concepções – a despeito de inúmeros avanços críticos em abordagens para educação em saúde e direitos, incluindo as críticas de trabalhos em educação popular de base freireana – são ainda marcadas pela diferença de saberes, em que os conhecimentos profissionais/técnicos exercem domínio (VALLA, 2001; PASSARELLI, 2002). A revolução científica europeia do século XVI institucionalizou as formas de saber. Quanto mais restrito fosse seu objeto, mais legítimo seria o conhecimento (SANTOS, 2002). Dessa maneira, os conhecimentos científicos cercaram-se de fronteiras que não só organizavam os diversos campos responsáveis por uma disciplina do olhar, como também segregou as diversas formas de produção de saber que não seguiam seus critérios. A catalogação, a purificação, a separação entre natureza e sociedade, ciência e política, foram mecanismos criados pela ciência que serviram para referendar o modo mesmo do fazer científico. Os valores e ideais foram, supostamente, suprimidos desta forma de conhecer. Afetos, emoções e desejos, uma vez não podendo ser negados, foram contidos e confinados como garantia do exercício das ideias claras, do

---

<sup>72</sup>A tradução da citação foi feita por Carol Ribeiro. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/mapeando-as-margens-interseccionalidade-politicas-de-identidade-e-violencia-contra-mulheres-nao-brancas-de-kimberle-crenshaw%E2%80%8A-%E2%80%8Aparte-1-4/>. Acesso em 13 de maio de 2019.

pensamento correto e do cálculo exato (AGUIAR, 2012). E na medida em que avança uma nova racionalidade na modernidade,

o tempo passou a ser administrado a favor de certos métodos, com o objetivo de alcançar determinados fins. Segundo as regras, o sucesso seria alcançado contanto que fossem seguidos os passos acertados, num caminho previsível de progresso e desenvolvimento (AGUIAR, 2012, p. 61).

O modelo de conhecimento científico europeu criou uma fórmula global e totalitária de apreensão das coisas do mundo, que negou o caráter racional de todas as outras formas de conhecimento não pautadas por seus princípios e regras metodológicas. A emergência das ciências sociais no século XIX reforçou a tentativa de validar um modelo estreito de racionalidade (SANTOS, 2002). Supostamente puro, neutro, a produção deste conhecimento tornou-se incontestável, atribuindo poder aos representantes de tal saber científico. Assim, o que podemos observar é a produção de um novo mecanismo de dominação, pautado em razões científicas, cujo exercício de poder ficou mais difícil de ser desvendado, por conta das formas de legitimação de sua construção metodológica. Na prática, torna-se um desafio superar a noção de que “a crise de interpretação é nossa” (VALLA, 1996), e não dos grupos de interesse dos projetos sociais, uma vez que

o mero reconhecimento da existência de diferentes racionalidades não nos parece suficiente para desmontar o mito do progresso da razão unificadora. Ainda permanecemos inscritos, no exercício do pensamento, nos impasses próprios aos tensionamentos entre razão e paixão, entre o dever ser e o devir, impasses esses que também se fazem presentes nas lutas sociais (AGUIAR, 2012, p. 63).

A suposta neutralidade e objetividade desincorporada foi o que favoreceu a geopolítica do conhecimento<sup>73</sup>, em que o domínio, pelos europeus, da natureza, das mulheres e dos povos ditos não civilizados, foi institucionalizado como caminho ao progresso. Dessa maneira, como afirma Katia Aguiar (2012), fomos nomeados pela utilidade, semelhança e diferença binária (0-1, o negativo de um), por meio de cisões ainda mais aprofundadas entre natureza e cultura, feminino e masculino, racional e irracional. Os humanos foram divididos entre os que supostamente se aproximavam da ideia de natureza (mulheres, quilombolas, indígenas) e os que eram mais eficientes no exercício político e científico (homens, brancos, adultos, europeus). Nas questões de gênero, não apenas a racionalidade foi atribuída aos homens, como teve início uma incessante campanha contra parteiras e curandeiras das camadas populares urbanas

---

<sup>73</sup> Conceito trabalhado por Nelson Maldonado-Torres (2008), em *A topologia do Ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império e colonialidade*.

(CAMARGO Jr., 2003). A diversidade das formas de viver humanas foi submetida a modelos de expressão desejáveis e aceitáveis (AGUIAR, 2012). Para os dissidentes e não adaptados, couberam os rótulos, o designo de outro, a tutela, o adjetivo de exótico.

Segundo Raewyn Connell, “um dos enganos mais comuns das humanidades e das ciências biomédicas era tomar o homem como norma, como representante universal” (CONNELL, 2016, p.159). Assim, não só a forma de conhecimento preponderante era construída por homens, priorizando seus interesses, como estes foram tomados como referência humana, viraram o norte do Mundo. Então, mesmo que, com a elaboração de um método científico, a verdade tenha se deslocado de uma figura de poder, um padre ou rei (FOUCAULT, 1995), houve a falsa ideia de que todos teriam o direito e o dever de saber. Para exercer esse direito, no entanto, era necessário ser esclarecido, isto é, ter os meios de conhecer a verdade de forma objetiva e imparcial, seguindo os rituais científicos criados à figura masculina branca. Tal discurso criou em retórica, os ideais de igualdade da constituição iluminista, supondo que todos deveriam seguir os rituais do Norte de erudição e racionalidade científica.

O eurocentrismo, que conduz a análise dos direitos humanos e das leis nacionais, não apenas universalizou os sujeitos, como criou as condições de normalidade, as de pensamento e as de representação política. A tradição democrática das sociedades ocidentais se manteve pela relação estreita com a disciplina normalizadora dos seres humanos, uma vez que tal democracia se erigiu pela individualização uniformizada dos sujeitos. Nesse sentido, no liberalismo, para alcançar a liberdade é importante cumprir determinados requisitos. Os sujeitos de direitos nesse regime são “detentores de um certo número de liberdades e ligados por um certo poder que limita seu próprio exercício pela lei” (FOUCAULT, 2004, p. 54). Tal poder, segundo Foucault (2004, p. 54), é exercício “dentro de um esquema econômico de poder racional”.

Segundo Amana Mattos (2016), essa construção do conceito de liberdade pela filosofia e pelas teorias políticas liberais tem sido denunciada por diversas feministas. Tal conceito, ao delimitar critérios concebidos como universais, para que o sujeito possa ser efetivamente livre, exclui mulheres, pessoas de raças diferentes da branca, de etnias diversas, classes populares e loucos do acesso a valores como o da liberdade, que se encontram no escopo dos direitos humanos. Situações diversas são pensadas a partir de quadros comuns. Criamos fórmulas e dirigimos nosso olhar para situações de violações de direitos que são sofridas apenas pelos sujeitos para o qual os escopos

conceituais foram construídos. Em um exemplo claro, oferecido por Kimberlé Crenshaw (2002), a autora afirma que:

Embora a Declaração Universal garanta a aplicação dos direitos humanos sem distinção de gênero, no passado, os direitos das mulheres e as circunstâncias específicas em que essas sofrem abusos foram formulados como sendo diferentes dentro da visão clássica dos DDHH, portanto, marginais dentro de um regime que aspirava aplicação universal. Tal universalismo, entretanto, fundamenta-se na experiência dos homens” (CRENSHAW, 2002, p. 172).

Assim, de acordo com Crenshaw (2002), quando mulheres eram detidas, torturadas ou lhes eram negados direitos civis e políticos, como os homens, tais abusos eram percebidos como violações. Quando a mulher é violentada no âmbito doméstico ou alguma tradição lhe nega acesso à tomada de decisões, esta violência não é percebida como tal. Sua condição é invisível aos olhos de quem enxerga a partir das lentes do sujeito universal, facilmente localizado no gênero, na cor e na geografia global.

Nas intervenções no campo das masculinidades, os trabalhos em psicologia social têm proliferado (BENTO, 2012). Na associação entre financiamentos e o ativismo internacional para o engajamento dos homens na equidade de gênero, uma psicologia social cognitivista, comportamental e individualizada, tem dado contorno às ações, por meio de escopos de intervenções e estratégias de monitoramento e avaliação que simplificam e estabelecem previamente os alcances das transformações, sem deixar espaço para o exame do que escapa a tais escopos.

Também, desde meus estudos sobre práticas de prevenção à aids em comunidades, observo a predominância da aplicação de modelos comportamentais de educação, pautados na racionalidade médico-científica. A especificidade das ações que nasciam da vivência cotidiana dos atores envolvidos na causa da aids em cada comunidade, em meio a contextos variados e complexos, dificilmente conseguiam espaço dentro da lógica restrita e hierárquica das produções sobre saúde (FONSECA, 2004). Embora os trabalhos de grupos populares tivessem potencial para retirar das tecnociências a prerrogativa exclusiva de enunciar o que é eficiente como estratégia de prevenção, e as produções acadêmicas a respeito das ações de prevenção à aids tenham produzido críticas à hegemonia das propostas universalizantes do sanitarismo tradicional, a ideia de sucesso prático ainda coincidentes com a do controle técnico (AYRES, 2002), era dominante nos financiamentos de intervenções, por meio de ações cujo objetivo principal era a transmissão de informações, principalmente centradas na mudança individual de comportamentos não saudáveis (FONSECA, 2004). Tal lógica

esteve presente ainda, como vimos no capítulo anterior, nas propostas de transformação de masculinidades, em que, por meio do marketing social, estimular comportamentos saudáveis entre os homens era o foco principal. A ênfase na linguagem simples, ao invés do uso de expressões coloquiais, ou a discussão de estratégias de superação de problemas que partissem da visão de mundo do público de interesse, significava, muitas vezes, uma mera estratégia de convencimento (FONSECA, 2004), tal como expresso também nas estratégias de marketing.

Nas lutas internacionais contra as injustiças sociais diversas, o que inclui as alianças construídas para o engajamento dos homens na promoção da equidade de gênero, as soluções generalizantes em formas de leis, abordagens educativas, instrumentos de avaliação têm também dado o tom das propostas de transformação social, como descrito no segundo capítulo. A diversidade dos atores e dos problemas, mencionada de forma abstrata nos discursos, é solapada por direções muito bem definidas, por estudos, cálculos e testes anteriores. Na busca por corrigir as injustiças do patriarcado, com base em fórmulas que miram apenas os comportamentos machistas nas relações privadas, ignora-se que as práticas de opressão de gênero se articulam a forças que se institucionalizam em racismos, regionalismos e homofobia. Desse modo, a colonialidade do saber ou uma geopolítica do conhecimento, se atualiza em nossas lutas sociais.

Essa problemática não significa que tenhamos que abandonar nossas lutas. Mas no tocante a tais impasses, devemos apostar no exercício de rastreamento daquilo que precisamos nos livrar. Com que forças precisamos romper? Como romper com a lógica normalizadora que rege a política e as instituições ocidentais garantidoras de direitos? Aqui, o que se pretende é a redefinição das fronteiras que delimitam o que são as “zonas obscuras, aquelas atribuídas às paixões e identificadas como possíveis barbáries” (AGUIAR, 2012, p 63).

Essa neutralidade que universaliza e esconde a complexidade das forças que nos constitui é um engodo, ou um mito, de acordo com Grada Kilomba (2019). Como já mostrou Donna Haraway (1995), rigor e objetividade nada têm a ver com afastar as políticas, as histórias e os desejos que produziram determinado saber. A produção de saber é implicada, como também mostrou a ciência feminista. Assim, sucede que o dito progresso científico moderno capitalista colonial, ao buscar uma suposta neutralidade, mais afastou as diferentes sociedades de um saber acerca de si mesmas:

Quanto mais formalizada, rigorosa e quantitativa aparece uma ciência; quanto mais perde de vista as condições sociais de seu nascimento e desenvolvimento; quanto mais realiza o “corte epistemológico” e desconhece as relações entre gênese teórica e a gênese social dos conceitos, tanto mais seu rigor, tão elogiado pelos teóricos cientificistas, não é senão o oposto deste conhecimento (LOURAU, 1977, p 45, apud Rodrigues, 1991, p 47).

No rastro do afastamento da produção de saberes de aspectos que compõem a vida, está a elaboração de projetos sociais a partir de análises e produção de conhecimentos/informações sobre seus processos e resultados esperados. Assim, do mesmo modo que certa produção de conhecimento científico, ao se ocupar da estabilidade e da prescrição, articula-se a um exercício de poder moderno colonial capitalista, os projetos sociais e seus modos de produção de conhecimento também o farão, caso não lancem mão de uma perspectiva ético-política que coloque em análise nossos posicionamentos de verdade, junto com todos os envolvidos no processo.

Não se trata de jogar fora nossos conhecimentos e de mitificar os conhecimentos dos grupos com os quais trabalhamos. Trata-se de implodir os universalismos e analisar criticamente formas de organização do pensamento que impedem que as relações sejam pensadas em registros variados, que trata de “irracionalizar o pensamento de mulheres, como se as interpretações feministas não fossem nada mais do que fabricação da realidade, de ilusão, talvez até uma alucinação feminina” (KILOMBA, 2019, p. 55). Irracionalidade também atribuída ao pensamento negro ou dos povos do Sul, quando os feminismos, ou as demais lutas brancas, traçam seus processos emancipatórios pelas fórmulas produtoras de verdade institucionalizadas no Ocidente. É também no campo de nossas lutas sociais, atravessadas por diferentes relações de poder, que precisamos ficar atentos aos artifícios criados para a generalização de determinadas noções, pois, por exemplo, “a noção de sujeito independente liberal é uma ficção que se promove às custas do silenciamento e do apagamento de intensas redes de cuidados, trocas, colaboração e interdependência nos mais diversos níveis” (MATTOS et al, 2013, p. 374).

A disseminação dos padrões alternativos de masculinidades, embora relacionados diretamente com estatísticas que afligem às mulheres, caso não observe a complexidade das forças que atuam nas assimetrias entre os sujeitos, apenas trará os homens para a disputa do protagonismo nas transformações sociais que dizem respeito às relações de gênero. Ainda, arrisca-se a contribuir para a expansão dos modelos e das possibilidades de intervenção do Norte Global no Sul, tal como expresso anteriormente

pelas análises de Lila Abu-Lughod (2012), em que um processo civilizatório de gênero está alinhado a interesses econômicos internacionais.

Desse modo, o que proponho aqui é que as mudanças alavancadas por intervenções com homens na promoção da equidade de gênero não restrinjam seu foco na esfera das formas, das leis e dos comportamentos (macropolítica). Assim, como disse Lila Abu-Lughod (2012, p. 466) “não poderíamos deixar para trás os véus e as vocações para salvar os outros, e em lugar disso treinar nossa visão para formas de fazer do mundo um lugar mais justo?” Nossa produção de teorias de mudança e nossa necessidade de provar a eficácia de nossas intervenções para levá-las a escala, deixam de olhar para as forças de instituem as formas opressoras em sua integralidade e articulação, de modo que os mesmos grupos são mantidos no poder nos tratando apenas de forma mais cordial. Como brasileiras e brasileiros, sabemos que a cordialidade<sup>74</sup> nunca resolveu as marcas profundas da desigualdade em nossa sociedade. A inclusão de uma análise da complexidade de condições que geram respostas informais para os problemas vividos por determinados grupos é indispensável para intervenções que rompam com hierarquias entre todas as pessoas envolvidas. Para além (ou ao invés) das adequações aos esquemas propostos, mais importante é mirar as forças que podem gerar as insurgências, as desordens e as divergências.

Os homens brancos cisheterossexuais do Norte Global são favorecidos nos projetos de promoção da equidade de gênero, inclusive no Sul Global. Dominar as técnicas de mensuração e controle dos caminhos dos comportamentos humanos os beneficia de duas maneiras: atende às exigências de liberação de recursos e não afeta totalmente a lógica que lhes serve. As feministas têm apontado tais vantagens dos homens de forma acertada. O que tenho testemunhado é que mudanças são financiáveis ou encorajadas quando podem ser controladas e capazes de mudar algumas peças de lugar, sem que o jogo seja alterado. Como exemplo, temos o caso mencionado na passagem que introduz este subcapítulo, em que um representante europeu de trabalhos para a transformação das masculinidades afirma que o poder de decisão nos projetos conjuntos com organizações de vários países, cabe a quem capta os recursos – na maioria dos casos, a organização estadunidense. Em um segundo exemplo, um representante estadunidense de tais trabalhos reconhece a legitimidade da queixa de lideranças de

---

<sup>74</sup> Refiro-me ao “homem cordial” de Sérgio Buarque de Holanda, para quem a “Ilaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro” (HOLANDA, 2012, p. 52)

movimentos locais africanos, por não vencerem a concorrência de projetos para o engajamento de homens na equidade de gênero. Tais recursos foram para um conglomerado de organizações estadunidenses de alcance internacional, dentre as quais tal representante fazia parte. No entanto, o reconhecimento da legitimidade da reivindicação dos grupos locais é acompanhado da crença de que o conjunto de organizações estrangeiras possui maior capacidade para gerir, alcançar e sintetizar os resultados desejados. Não há questionamento a respeito das práticas que definem o controle dos recursos.

Não se trata de negar o direito dos homens de se redefinirem e de se articularem, nem a opressão de alguns grupos de homens. Mas existem dispositivos de poder que continuam atuando e garantindo privilégios não apenas diretamente associados às masculinidades, aos comportamentos e expressões que as definem. O alcance da autonomia<sup>75</sup> de homens e mulheres não acontecerá se não atentarmos para a relação entre as normas de gênero e a universalização das visões de mundo com base em referências estabelecidas a partir de um eixo naturalizado, ditador de normalidade, colado a maneira como a modernidade colonial produziu saberes e se sustenta até hoje.

A criação de linhas comuns para que o diálogo se estabeleça, é necessária. Serve inclusive para que as regras possam ser contestadas e o dissenso se estabeleça. O que defendo aqui não é a não criação de normas, mas que o processo de análise da produção das normas de gênero considere permanentemente o que possibilitou e os efeitos de nossas posições a respeito de como e para quê transformar as masculinidades, no caso dos projetos de promoção da equidade de gênero que analiso. Como nos orientou Katia Aguiar, “a gente não tem bola de cristal, tem é construção suada de um exercício ético-político que nos dá acesso às práticas com outras lentes, outras sensibilidades”. Assim, a luta libertária deve ser radicalização da crítica aos lugares de poder, e nossas relações com essas posições, que implica em não visibilizar a multiplicidade de forças que compõe os acontecimentos que produzem as subjetividades.

O debate sobre transformação de masculinidades, como efeitos dos estudos de gênero, que há quase cinco décadas tomaram como socialmente construídos os sentidos

---

<sup>75</sup> Utilizo o conceito de autonomia não como sinônimo de independência e emancipação individual, possibilitada por uma racionalidade coerente com os sistemas de decisões liberais, mas como a capacidade dos grupos e sistemas de criarem suas próprias leis e modos de vida, a partir dos atravessamentos cotidianos, por meio das conexões feitas pelo indivíduo para encontrar saídas para as adversidades. A autonomia aqui inclui as relações coletivas nos processos de invenção da vida. Guattari aborda o tema a partir da noção de uma “autonomia possível” (GUATTARI, 1985, p. 70).

de ser mulher e de ser homem, fundamentam-se na noção de que é a naturalização de certas normas, como as de gênero, o que garante que sejamos atravessadas e atravessados por elas, sem nos darmos conta de que é possível mudá-las. Assim, reforçar o caráter construído e não natural das normas de gênero, bem como seus efeitos nas relações de poder, é o que abriria caminho para que mudanças nas concepções sobre ser homem e mulher fossem impulsionadas. No entanto, tal como tenho apresentado aqui, o esforço para a transformação das normas nos projetos de engajamento masculino tem se restringido ao debate dos comportamentos tóxicos masculinos, com vistas a sua substituição por comportamentos alternativos, positivos, mais saudáveis. Por si só, tal recurso não é indício de um problema. A questão está em que medida a proposição de comportamentos considerados como alternativos ou mais saudáveis contribuem de fato para o desmonte do patriarcado e sua relação com os racismos, colonialidades, exploração econômica. De que maneira centrar o debate nesses aspectos encobrem conflitos importantes nos processos de transformação social?

Como defenderei mais adiante, a mudança não deveria estar apenas no conteúdo das normas, mas no próprio processo normatizador do gênero que, inserido no regime colonial-capitalístico moderno, captura a própria potência criadora da vida, buscando estabilizá-la por meio de regras homogeneizadoras dos seres humanos. Desse modo, inseridos nas disputas dos financiamentos dos projetos sociais, que valorizam resultados rápidos, replicáveis e de mensuração simples, o que deveria ser apenas uma das ferramentas que compõem os processos de reflexão para o enfrentamento das opressões de gênero – debater novas formas para as masculinidades –, acaba como o fim em si mesmo. Comportamentos masculinos transformados, estabelecidos a partir de parâmetros muito bem determinados pelos ativistas/ profissionais e agências financiadoras, é o que tem definido o foco das ações que visam à emancipação de homens e mulheres das amarras do gênero, sem que ponderemos as circunstâncias que produziram tais parâmetros, bem como os acontecimentos que atravessam os processos de mudança.

É possível, podemos falar a linguagem capitalista dos ganhos para convencer empresas a abrirem suas portas, além de financiadores a apoiarem nossos projetos de mudança. Os oprimidos aprendem a falar duas línguas: a sua própria e a língua visível dos grupos dominantes. Mas precisamos ir além, pois não apenas a disputa é injusta, como os espaços que acolhem a complexidade dos processos transformadores são

apertados. A mensuração de atitudes e comportamentos é um caminho na redução da sobrecarga e opressão feminina e pode convencer a agências de financiamento de trabalhos sociais. Entretanto, não é suficiente, nem a única coisa possível. Que histórias, saberes e práticas ignoramos quando nosso trabalho é convencer nossos interlocutores das mudanças que precisam ser implementadas?

## **2.2. Precisamos falar com os homens sobre gênero?: uma análise a partir das opressões e das lutas das mulheres**

Os homens, até mais que as mulheres, estão acorrentados aos papéis de gênero. As mulheres, ao menos, tiveram a coragem de romper com a sujeição. Apenas os homens gays tiveram a coragem de expor a mulher dentro deles, e de desafiar o modelo corrente de masculinidade. Tenho encontrado pouquíssimos homens heterossexuais educados e amáveis, os primeiros de uma nova estirpe, mas estão confusos, e enredados em comportamentos sexistas que ainda não conseguiram erradicar. Precisamos de uma nova masculinidade e o novo homem precisa de um movimento (ANZALDÚA, 2005, p. 711).

*Quando criança, eu era cercada de homens autoritários e mulheres que viviam situações de injustiça e violências psicológicas e morais. Tais mulheres tinham pleno conhecimento de suas circunstâncias. Em suas narrativas de vida, os caminhos possíveis para si foram avaliados e elas escolhiam estar ali. Em cada um dos caminhos que se apresentaram como viáveis, os obstáculos não eram poucos. Decidiam ficar em seus casamentos e, em ficando, criavam muitas saídas para que a vida fosse vivível com alguma alegria. Conheciam seus companheiros e quando e como podiam dobrá-los para que pudessem eventualmente afrouxar as amarras. Não eram mulheres submissas, mas sofriam inúmeras injustiças de seus maridos. Esses homens vociferavam com força, impunham regras que, me parecia, eles sequer entendiam. A incompreensão das normas que eles impunham como imaculáveis (era porque é o certo e ponto!) deixava transparecer a sua debilidade. Eram homens tristes, lamentáveis, e na miséria de sua vida, praticavam injustiças. Ao mesmo tempo, havia algo de belo, de sensível, que escapava em momentos de relaxamento.*

*As mulheres eram inspiração. Foram elas que me ensinaram os passos para a emancipação. Os homens, eu sentia desejo de transformar, de sacudi-los para fazer cair a ficha de quão abusivos e contraditórios eles eram, e fazer emergir o que havia de*

*sensibilidade dentro de si. Talvez, eles soubessem. Talvez, tivessem noção de que podiam ser homens diferentes e de que seus abusos lhes traziam alguns custos afetivos. Porém, não estavam dispostos a perder o controle sobre os corpos de suas esposas e crianças. Ou não sabiam como fazê-lo. Talvez, quisessem se enganar, imaginando que a imposição de sua vontade era garantia de respeito e admiração. Sob o manto de minha arrogância infantil e adolescente, tentava convencê-los, indagava-os. Nunca fui ouvida, nem tive resposta. Entretanto, trago esta cena como ilustração do que influenciou minhas escolhas profissionais.*

*Já nos estágios e pesquisas da graduação, não por coincidência, comecei a pesquisar as masculinidades e como os homens poderiam estar junto na definição de uma sociedade mais equânime. O que parecia ser desafiante na infância, a respeito da participação dos homens em uma sociedade mais justa, transformou-se em objeto de luta e vida profissional. Na universidade, a formação em estudos de gênero se baseava na participação em eventos e visitas às organizações feministas no Rio de Janeiro. Daí, extraía-se a fonte de pesquisa para o trabalho de intervenção com mulheres e homens de uma cooperativa de catadores de lixo do maior aterro sanitário do Brasil. Os conflitos e a complexidade das lutas por emancipação, seus diversos atravessamentos de poder, alimentaram minha formação como profissional neste campo. A atuação com as catadoras e catadores de lixo mostrou a complexidade de nossas práticas sociais na promoção da equidade de gênero, que incluem a impossibilidade de pensar o patriarcado separado do racismo, das forças econômicas e das hierarquias de saber.*

Mundialmente, inúmeros direitos relacionados às questões de gênero foram conquistados nas duas últimas décadas. No mês de setembro de 2018, a Suprema Corte indiana considerou a discriminação com base na orientação sexual uma violação dos direitos humanos e determinou que relações sexuais com pessoas do mesmo sexo não sejam mais ofensas criminais. Assim, a Índia se viu livre de um legado da colonização britânica, que introduziu as regras de identidade de gênero e baniou a homossexualidade, com o intuito de alinhar o país aos valores vitorianos<sup>76</sup>. No Brasil, podemos citar como signo de êxito da luta feminista: a Lei Maria da Penha de 2006; a Lei 12.034, que estabelece cotas mínimas de 30% e máximas de 70% para candidatas e candidatos de

---

<sup>76</sup> De acordo com a tradução do texto de Jimmy Aja para seu blog <https://asiaticospeladiversidadeblog.wordpress.com/2018/12/18/india-descolonizando-o-legado-homofobico-do-imperio-britanico/>. Consultado em 16 de junho de 2019.

cada sexo nos partidos políticos; o reconhecimento do feminicídio com a lei 13.104, em 2015; e o direito ao aborto de anencéfalos, em 2012. No Brasil e no mundo, testemunhamos a expansão do movimento feminista nas ruas e nas redes sociais, manifestando-se de várias formas, gerando debates e reações diversas. No entanto, reafirmo que ainda há muito o que fazer.

Ao lado dos dados apresentados no primeiro capítulo, ondas conservadoras tem se espalhado pelo mundo, em que a pauta do gênero é um componente central. A apropriação do conceito de gênero por movimentos conservadores, transformando suas análises críticas em um conjunto de referências que compõe a teoria da “ideologia de gênero”, é um dos mais fortes exemplos dessa reação ao desenvolvimento do campo de estudos e práticas feministas. De escolas às universidades, as reflexões sobre as desigualdades constitutivas das normas de gênero, têm sido proibidas ou rechaçadas sob pretexto de manipulação ideológica dos jovens. Na Hungria, o primeiro-ministro Viktor Orban, encaminhou às universidades do país, em agosto de 2018, um decreto que proíbe o ensino de estudos de gênero, incluindo disciplinas e linhas de pesquisa. O que acontece na Hungria se manifesta como intenção em diferentes partes do mundo, como um passo nos processos de fechamento das democracias<sup>77</sup>.

No Brasil, a ascensão do bolsonarismo é inseparável de um antifemismo fortalecido, tal como relata o estudo etnográfico "Da esperança ao ódio: Juventude, política e pobreza do lulismo ao bolsonarismo"<sup>78</sup>, que, durante dez anos, acompanhou o cotidiano de uma comunidade da periferia de Porto Alegre, para entender como as pessoas reagiram às mudanças sociais e econômicas do período. O estudo acabou por observar também, como uma comunidade, antes petista, tornou-se apoiadora de Bolsonaro. As conclusões indicam que tal apoio é decorrente de uma crise das masculinidades, instaurada pela dificuldade econômica e pela violência sofrida passivamente pelos homens jovens interlocutores. Ter uma arma apontada para sua cabeça em um assalto e não reagir, tocava aquilo que tão fortemente marcava suas concepções sobre ser homem, sobre si mesmos. O crescimento da nova geração de meninas feministas, desde as manifestações de 2013, foi tomado como ameaça, produzindo nesses homens o ódio da força das mulheres não subjugadas. O assassinato

---

<sup>77</sup> Análise realizada por Flávia Biroli, professora da Universidade de Brasília, em reunião do grupo acessor da sociedade civil à ONU Mulheres.

<sup>78</sup> Artigo acessível por meio do <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/583354-da-esperanca-ao-odio-juventude-politica-e-pobreza-do-lulismo-ao-bolsonarismo>, em 25 de março de 2019.

da vereadora Marielle Franco, mulher negra, de favela, lésbica e de esquerda, que não apenas ousou partilhar o espaço de decisão com os homens brancos do poder legislativo, mas os mandou calar para que sua voz também fosse ouvida, é sintoma do incômodo dos que sentem suas masculinidades ameaçadas pela força das mulheres.

Todavia, a movimentação reacionária às propostas progressistas no campo do gênero e da sexualidade não é nova. Jeffrey Weeks (2012)<sup>79</sup> a tratou sob o que denominou de “pânico moral”, conceito que foi seguido por diversos autores e, muitas vezes, citado ainda para explicar o conservadorismo atual. Gale Rubin (1989) o define como “‘momento político’ do sexo, em que atitudes difusas são canalizadas em ações políticas e a partir disso em mudanças sociais”<sup>80</sup> (p. 35). A autora cita a histeria sobre a escravidão branca dos anos 1880, as campanhas anti-homossexuais de 1950 e o temor da pornografia infantil dos anos 1970. Quando os muros dos guetos das minorias começam a ser quebrados, ou quando a população o preenche de tal maneira que se tornam visíveis e prosperam, ondas racistas, sexistas e discriminadoras da população LGBTQI+ começam a se levantar para barrar a concorrência por espaços, casas e cargos.

A reafirmação neoliberal também é apontada como fator relevante na ascensão do conservadorismo atual. Aparentemente contraditório, o neoliberalismo é antiliberal. Ocorre, entretanto, que o capitalismo financeirizado depende de subjetividades torpes temporariamente no poder (ROLNIK, 2017). A ausência de barreiras éticas das subjetividades racistas, classistas e machistas, que constituem a base da colonialidade, presta-se bem a destruição das conquistas democráticas, necessária à instalação da absoluta liberdade do mercado. A liberdade de expressão das opressões é reivindicada nas redes sociais, sem qualquer constrangimento. São freqüentes as narrativas de demonização das pautas emancipatórias, inimigas da mentalidade auto-exploratória dos indivíduos no neoliberalismo. O fato é que a liberdade tem sentido específico no capitalismo financeirizado.

A subjetividade livre é explorada pela técnica de poder do neoliberalismo, tal como argumenta Byung-Chul Han (2018). O sentimento de liberdade acompanha o livre desdobramento individual para o alcance de mais produtividade e desempenho. Para o

---

<sup>79</sup> A primeira publicação de *Sex, Politics and Society* é de 1981.

<sup>80</sup> Em tradução encontrada no link:

[https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1229/rubin\\_pensando\\_o\\_sex.pdf?seq](https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1229/rubin_pensando_o_sex.pdf?seq). Acessado em 10 de abril de 2019.

autor, a liberdade neoliberal está associada a deixar as emoções correrem livres, em um contexto em que, a partir de certo nível de produção, a racionalidade da sociedade disciplinar “é percebida como uma restrição, uma inibição” (HAN, 2018, p. 65). Nesse cenário, precisamos estar livres para surfar na onda da aceleração e da instabilidade, impulsionadas por transformações emotivas, em que o consumo também utiliza as emoções para criar necessidades e estimular as compras. Desse modo, a pauta dos movimentos crítico-emancipatórios não é percebida como uma luta pela liberdade. Ao contrário. As reações conservadoras têm divulgado serem os movimentos anti-opressão os que cerceiam a liberdade de opinião dos que tradicionalmente legitimam a intolerância. O feminismo, os movimentos negros e LGBTQI+ são anunciados estrategicamente como ameaça às liberdades de expressão das sexualidades cisheterossexuais e da branquidade, servindo para angariar o apoio de homens pouco afeitos a reflexões críticas e profundas das relações de poder e, conseqüentemente, para a manutenção das masculinidades patriarcais. Apropriando-se equivocadamente de preceitos liberais ou críticos das assimetrias sociais, muitos temem perder o poder e os privilégios favorecidos pela ordem capitalista mundial colonial/ moderna.

Não se pode ignorar ainda, em concordância com Butler<sup>81</sup>, que o ataque contemporâneo aos estudos de gênero é feito por grupos religiosos e conservadores que se mobilizam contra as ciências humanas, consideradas por esses grupos como área de conhecimento sem aplicação prática. As “humanidades”<sup>82</sup> foram preteridas em relação aos conhecimentos técnicos e científicos desde os esforços modernos de delimitação de pressupostos supostamente neutros e isentos de atravessamento político, característicos do avanço industrial inicial. Atualmente, essa área de conhecimento tem sido cada vez mais atacada por coletivos interessados em afastar o pensamento crítico para manter o *status quo*. É também com esta finalidade, segundo Butler, que os movimentos contrários aos estudos de gênero buscam manter os ideais de masculinidade, feminilidade e outros conceitos conservadores.

---

<sup>81</sup> Conferência na Inauguração do ano acadêmico da Universidade do Chile, em matéria publicada pela Carta Maior, acessada pelo link: <https://www.cartamaior.com.br/?%2FEditoria%2FDireitos-Humanos%2FJudith-Butler-o-ataque-contemporaneo-contra-os-Estudos-de-Genero-e-organizado-por-grupos-religiosos-e-politicos-%2F5%2F43787&fbclid=IwAR2jLtxGYivcBgpXm0kH1U7IqzbfITxHsUqhwpQ4Rkxp0YP8cj63FbuDE3M>, em 14 de abril de 2019.

<sup>82</sup> Palavra usada por Butler para se referir às ciências humanas na conferência citada na nota anterior.

Por fim, cabe considerar as críticas feministas à cisão das esferas pública e privada. O fato de as conquistas relacionadas ao enfrentamento das assimetrias de gênero serem as primeiras a serem atacadas nos momentos em que o fantasma da crise política e econômica nos assola, ainda se dá em virtude da margem dada às políticas dirigidas a esse tema, mantidas pela dualidade público *versus* privado. Nesse cenário, geralmente também acompanhado de índices altos de violência, a responsabilização das mulheres por sua ausência de casa tem sido fundamentação de propostas de aniquilamento dos direitos adquiridos, onde a ordem burguesa da família nuclear não foi contestada, segundo Flávia Biroli (2017). Sem a transformação das hierarquias que definem quem é capaz de interferir nos debates e ocupar cargos políticos, os problemas relacionados ao gênero tendem a ser considerados de pouca relevância política. Desse modo, “para a participação das mulheres na esfera pública, impõem-se filtros que estão vinculados às responsabilidades a elas atribuídas na esfera privada e à construção de sentidos do feminino que ainda guardam relação com a noção de domesticidade” (BIROLI, 2017, p.11).

Desfazer o binarismo público *versus* privado é uma das condições para que se abra espaço para que o que é considerado “particular” emerja na esfera política, ampliando perspectivas de ação e conhecimento que colocam em cheque os modos masculinos de fazer política como os únicos possíveis. O efeito da manutenção das ordens binárias público *versus* privado, economia *versus* vida, trabalho produtivo *versus* trabalho reprodutivo é que alguns problemas são alçados à condição de problemas “gerais”, enquanto outros são definidos como “particulares”. A divisão sexual do trabalho, por exemplo, não é tratada como tema para a democracia, mas reduzida às questões de gênero, consideradas como próprias do universo das mulheres (Biroli, 2017).

Longe de listar causas para as reações à pauta da equidade de gênero, o que gostaria de salientar é a multiplicidade de relações que circundam o tema, envolvendo um conjunto de fatores que põem em cheque os privilégios de determinados grupos a partir de seu poder econômico, político e epistêmico. Os homens, como parte dessa estrutura social que precisa ser transformada, fazem parte, sem dúvida, da erradicação da violência e das iniquidades. O cenário das relações humanas revela que seu engajamento não pode se resumir às mudanças de comportamentos e atitudes, comuns nos projetos de transformação das masculinidades. Tal projeto exige, porém, mudanças

profundas nas visões de mundo que sustentam o patriarcado e suas articulações com outras relações de poder.

Trata-se de um projeto de partilha, de viver juntos nas diferenças, compreendendo que tais diferenças não se resumem ao estabelecimento de fronteiras, geralmente realizado por quem está autorizado a falar sobre o outro. As diferenças se dão a cada encontro. Para tal, exige-se tempo e energia intelectual, para além de envolver os homens por meio de modelos a serem seguidos. Por conseguinte, um projeto de transformação das masculinidades envolve a problematização da ordem política cisheteropatriarcal, racista e colonialista, que produz separações sempre hierarquizadas.

Por outro lado, as lutas contra as diferentes opressões, tais como as antirracistas e anticapitalistas, também devem se articular ao questionamento das masculinidades patriarcais, de modo a evitar que as pautas de gênero sofram perseguição em momentos de crise, ou sejam facilmente negociadas quando a esquerda tem seu poder na berlinda. A exemplo dessa questão, podemos citar o presidente do Equador, de esquerda, Rafael Correa, que afirmou, em um de seus programas televisivos semanais, em 2013, que a “ideologia de gênero” é instrumento que se dirige a destruir famílias.

As conquistas femininas apresentam a potência das mudanças nas relações de opressão sociais. Os obstáculos cotidianos para seu alcance e as reações ao feminismo nos mostram que muito ainda precisa ser feito para que esse discurso ganhe mais força. Os feminismos têm muito a dizer aos homens também sobre como tornar possível uma sociedade em que as tecnologias de poder não nos roube nossa capacidade de nos inventarmos, tal como será desdobrado ao longo dos próximos capítulos.

### 2.2.1. A luta das mulheres, gênero e patriarcado

As mulheres fortaleceram a luta pela emancipação, mostrando que ser mulher é efeito de processos de produção de subjetividade. Somos nomeadas como tal ao nascer (ou antes de nascer) e, a partir de então, deparamo-nos com toda a sorte de ofertas, ordens, afetos, práticas corporais e leis que visam delinear nossos caminhos. E, se não existe uma natureza que nos torna iguais, se escapamos de toda essa produção homogeneizante, seremos ainda mais diversas quando atravessadas por outras marcas sociais. Afinal, antes mesmo que as femininas negras, em um movimento organizado na segunda metade do século XX, sinalizassem a exploração de mulheres de seu grupo social por companheiras brancas que visavam garantir sua liberação das tarefas domésticas, Sojourner Truth, mulher negra participante de encontros por direitos das mulheres, proferiu memorável discurso em uma convenção de mulheres em Akron, Ohio, em 1851, chamando a atenção para características suas que nada tinham a ver com os lugares marcados para as mulheres:

Arei a terra, enchi os celeiros, e nenhum homem podia se igualar a mim! Não sou eu uma mulher? Eu podia trabalhar tanto e comer tanto quanto um homem – quando eu conseguia comida – e agüentava o chicote da mesma forma! Não sou eu uma mulher? Dei à luz treze crianças e vi a maioria ser vendida como escrava e, quando chorei em meu sofrimento de mãe, ninguém, exceto Jesus, me ouviu! Não sou eu uma mulher? (Elizabeth Cady Stanton, Susan B. Anthony et al., *History of Woman Suffrage*, v. 1, cit., p. 115-7 apud Davis, A., 2016, p. 71).

A articulação entre os marcadores de gênero e raça interfere nos dados sobre desigualdades. É importante mencionar que na escala de remuneração, homens brancos recebem mais, seguidos de mulheres brancas, homens negros e mulheres negras. Se, no Brasil, a taxa de desocupação em 2015 era de 11,6% entre as mulheres e 7,8% entre os homens, entre as mulheres negras, a taxa foi de 13,3% e 8,5% para homens negros. Sobre o grau de escolaridade, os índices alcançados pela população negra em 2015 são os mesmos atingidos em 1995 pela população branca, que dobrou em seu tempo de estudo nos últimos 20 anos. Em relação à violência, se o número de homicídio de mulheres brancas 9,8% entre 2003 e 2013, o homicídio de mulheres negras aumentou 54,2%<sup>83</sup>.

---

<sup>83</sup> Todos os dados desse parágrafo são baseados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do IBGE. A Pesquisa Retratos das Desigualdades de Gênero e Raça faz parte de um projeto realizado pelo Ipea desde 2004 em parceria com a ONU Mulheres. O link para acessar o relatório é:

Com base nas desigualdades de gênero, as mulheres questionaram as fronteiras que as encerraram em identidades rígidas, padronizadas, denunciaram violências e demais condições desiguais. Nosso problema não está apenas nos dados de violência ou assimetrias de salários e tarefas. Queremos poder ser: masculinas ou femininas, bissexuais, lésbicas, vadias, prostitutas, recatadas, gordas, magras, brancas, pretas, lisas, crespas, peludas, delicadas, agressivas, entre outras características, e termos nossas marcas respeitadas e valorizadas. Não queremos nossa liberdade cerceada por um ideal de mulher.

Ao questionar a produção de subjetividade feminina como sendo da ordem da natureza, imutável, as mulheres apontaram também para a produção dos homens, como mencionado no primeiro capítulo. Não somos o outro de um ser humano ideal. A razão e o controle das emoções como quesitos masculinos e ideais nos processos de participação política são questionáveis. O considerado feminino na liderança dos homens e das mulheres é bem vindo, além do que se atribui ao masculino como também fazendo parte das mulheres. Ou seja, é possível para uma mulher aprender atributos considerados masculinos, assim como o feminino tem valor nos processos de decisão, gestão e participação política, por exemplo. Não existe universalidade do que é feminino ou do que é masculino, nem tais expressões se restringem aos corpos de mulheres e homens. Tal fato aponta para a desnaturalização das masculinidades e feminilidades, o que constituiu o campo dos estudos de gênero.

O conceito de gênero está envolto em uma série de debates e movimentos que permitiram a complexificação de seu sentido, bem como críticas ao seu uso por parte dos movimentos feministas, as quais trataremos brevemente adiante. Apropriado dos estudos sobre intersexualidade<sup>84</sup>, tal conceito foi utilizado amplamente por feministas, acadêmicas e não acadêmicas, bem como por estudiosas que buscaram se desvincular dos aspectos políticos das pesquisas feministas. A noção de gênero, embora ainda muito associada aos estudos das mulheres, produziu importantes deslocamentos nas análises

---

[http://www.ipea.gov.br/porta1/images/stories/PDFs/170306\\_retrato\\_das\\_desigualdades\\_de\\_genero\\_raca.pdf](http://www.ipea.gov.br/porta1/images/stories/PDFs/170306_retrato_das_desigualdades_de_genero_raca.pdf)

<sup>84</sup> John Money, psicólogo e sexólogo, foi o primeiro a utilizar o termo em seus estudos sobre pessoas que nasciam com genitálias ambíguas (hermafrodita era o termo utilizado na época). O termo “papel de gênero” foi criado para se diferenciar de “papel sexual”. “Papel de gênero” inclui todas as atividades não genitais que são estabelecidas pela sociedade como sendo masculina ou feminina.

das desigualdades entre homens e mulheres e, como visto no capítulo anterior, impulsionou a inserção dos homens nas críticas aos seus modos de ser.

Existem muitas formas de compreensão do conceito de gênero. Entre tais formas, encontramos teorias que se reduzem aos papéis sociais de sexo – opondo-se aos aspectos biológicos de homens e mulheres – e teorias pós-estruturalistas, que criticam os limites da definição de gênero como inscrição cultural de uma anatomia dada. Gênero, assim, tem sido definido como relacional não apenas por tratar de classificações hierárquicas/ binárias entre homens e mulheres, mas por estar articulado a uma série de outras categorias de pertencimento social que brindam novas formas às opressões sociais. A variação das formas de entendimento do conceito de gênero diz respeito mesmo aos desafios que foram se desenhando na luta contra as opressões sociais. Teresa de Lauretis (2019), uma das autoras que ajudaram a liberar o escopo teórico do sistema sexo/ gênero das velhas tramas do debate científico essencialismo *versus* contrutivismo, afirma que “o conceito de gênero como diferença sexual e seus efeitos derivados – a cultura da mulher, a maternidade, a escrita feminina, a feminilidade, etc. – acabaram se tornando uma limitação, como uma deficiência do pensamento feminista” (LAURETIS, 2019, p. 121).

De todo modo, o que pretendo ressaltar nesse capítulo, como o enunciou Raquel Kritzsch, é que “noções como patriarcado, gênero e sexo terminaram por fornecer, com o passar do tempo, sustentação conceitual para muitos dos temas anunciados por Beauvoir, e deram início a uma série de acirrados debates teóricos” (KRITSCH, 2012, p. 18), que foram ao encontro de perspectivas mais abrangentes das relações de poder. A partir do final da década de 1980, autoras como Judith Butler, Teresa de Lauretis, Joan Scott, Donna Haraway, entre outras, indicaram não apenas que o binarismo de gênero é um dos efeitos que encobrem diferentes expressões de desejo e comportamentos, como gênero é uma categoria de análise das relações de poder, e não apenas descritiva dos comportamentos e atitudes. É a partir dessa perspectiva que podemos pensar a inclusão dos homens.

Judith Butler é uma das autoras mais citadas atualmente na busca por uma definição que ultrapasse a gramática normativa do gênero. Segundo a autora:

Manter o termo “gênero” em separado de masculinidade e feminidade é salvaguardar uma perspectiva teórica que permite analisar como o binarismo masculino e feminino esgotou o campo semântico de gênero. Quer estejamos nos referindo à “confusão de gênero”, “mistura de gêneros”, “transgêneros” ou “cross-gêneros”, já estamos sugerindo que gênero se move além do

binarismo naturalizado. A assimilação entre gênero e masculino/feminina, homem/mulher, macho/fêmea, atua assim para manter a naturalização que a noção de gênero pretende contestar (BUTLER, 2014, p 254).

Butler (2014) afirma que podemos pensar em gênero como uma ordem compulsória e constante, heteronormativa, que exige coerência entre os genitais e o desejo. Nesse sentido, identidades inteligíveis são estruturadas a partir de uma matriz que estabelece a um só tempo uma hierarquia entre masculino e feminino e uma heterossexualidade compulsória. “Essa identidade é *performativamente* constituída, pelas próprias ‘expressões’ tidas como seus resultados” (BUTLER, 2008, p. 48), de modo que “não há identidade de gênero por trás das expressões de gênero” (idem). Não há a manifestação de uma essência interna por meio da identidade de gênero. Do mesmo modo, para Butler, gênero também não é resultado de uma simples construção social sobre um corpo determinado, mas é resultado de repetições constitutivas que geram efeitos substancializantes (CORRÊA E ARÁN, 2008).

Dizer que gênero é performativamente construído não é o mesmo que dizer que é performado, pois não é um papel que é representado. Gênero é algo vivido e que precisa ser reiterado com frequência. Consolida-se no cotidiano das práticas, das cerimônias, das relações. Somos frequentemente provocados a nos comportar como homens e mulheres. Ou seja, por meio de uma repetição incorporada de gestos, movimentos e estilos, gênero se configura como uma identidade tenuamente construída através do tempo (ARÁN e PEIXOTO JÚNIOR, 2007). Assim, gênero é ele próprio uma norma, segundo Butler (2006). Isso significa que não é o mesmo que um molde no qual os indivíduos buscam se aproximar, mas é uma forma de poder que cria um campo inteligível dos sujeitos, define os sujeitos (não definitivamente, mas mantido por processos repetitivos). Na prática social, a norma se realiza e se re-idealiza, reinstituindo-se por meio de rituais sociais diários que atravessam os nossos corpos.

As normas governam as práticas, não são o mesmo que as práticas (BUTLER, 2006). Norma não é o mesmo que lei ou uma regra, mas é a força reguladora das leis. Seu efeito no gênero tem sido a normalização das pessoas. Desse modo, uma norma pode ser ou não explícita. Quando operam sob o princípio normalizador, são implícitas, difíceis de serem reconhecidas, mas claras nos efeitos que provocam.

A partir de uma perspectiva foucaultiana, Teresa de Lauretis (2019) foi outra autora que contribuiu para desvincular o gênero de simplificações constitutivas que partem de uma associação essencializante com o sexo. Para tal, a autora lança mão da

análise do desdobramento de uma complexa tecnologia política na garantia dos efeitos reiterados do gênero sobre o corpo, comportamentos e relações sociais. As diferenças binárias, corporais, sexuais, incluindo não só as de gênero, mas as de faixa etária e raça, são promovidas, segundo a autora, por diversas “tecnologias de gênero”, como o cinema, a mídia e narrativas diversas, capazes de fazer proliferar distintas formas de subjetivação e enunciados de ação.

Apesar de sua complexidade e de suas contribuições para o debate sobre processos de produção subjetiva e relações de poder, as análises de gênero dividiram feministas entre as que utilizam o conceito de gênero para a compreensão das assimetrias entre homens e mulheres, e as que apostam no patriarcado como sistema a ser enfrentado. Bell hooks (2019a), por exemplo, menciona uma polarização no movimento feminista desde seu início entre, de um lado, as reformistas que enfatizavam a igualdade de gênero, e de outro lado, as revolucionárias que não queriam apenas reformar o patriarcado para serem incluídas, mas acabar com esse sistema. Não seria inverossímil dizer que as críticas de hooks (2019a) ao feminismo do gênero, situadas no contexto estadunidense, se dirigem principalmente a um feminismo específico, o liberal, que, tal como o liberalismo, não questionou a construção social e histórica dos conhecimentos e valores que foram privilegiados na constituição de uma sociedade liberal moderna e suas concepções de humanidade.

De fato, porém, autoras como Lia Zanotta Machado (2000), embora entendam que os dois termos – gênero e patriarcado – não sejam opostos, têm dado preferência ao uso da palavra gênero. Segundo a autora, o conceito de gênero possibilitaria maior crítica à fixidez ou universalidade das relações entre homens e mulheres, ampliando a probabilidade de indagações a respeito de tais relações. “Remete à idéia de que as relações sócio-simbólicas são construídas e transformáveis” (MACHADO, 2000, p 3). Por outro lado, a noção de patriarcado, de acordo com Lia Zanotta Machado, dificultaria pensar a mudança, pois cristaliza a dominação masculina. É importante lembrar, no entanto, como o faz Lia Zanotta Machado (2000), que o conceito de gênero veio substituir o conceito de relações sociais de sexo e não o de patriarcado. Gênero e patriarcado seriam duas dimensões distintas.

Gale Rubin (1975), a quem se atribui o pioneirismo nessa diferenciação, definiu gênero como uma categoria de análise das relações de sexo, para além do patriarcado. A autora afirma de que o sistema sexo/gênero permite uma análise das relações entre

homens e mulheres em que a opressão não é inevitável. Já o patriarcado, necessariamente, está vinculado à noção de opressão das mulheres. Como então observar relações em diferentes sociedades que escapem ao patriarcado? Segundo Gale Rubin (1975), pensar o sistema sexo/ gênero ampliaria a possibilidade de análise dessas relações, cabendo a análise também de modos mais igualitários das relações entre homens e mulheres.

Análises como a de Rubin fizeram com que muitas feministas atribuíssem um caráter despolitizado aos estudos de gênero. Mas tanto a ideia de gênero quanto a de patriarcado permitiram um exame das relações de poder e complexificaram um olhar sobre a articulação entre as diferentes relações de opressão.

Heleieth Saffioti (2015) revisita os conceitos de gênero e de patriarcado, afirmando a utilidade do segundo – então desgastado – para as análises feministas. A autora reivindica novamente o uso do patriarcado em conjugação com o gênero, considerando, como Rubin, que a noção de gênero é mais vasta que a de patriarcado. O patriarcado seria, nesse caso, uma das manifestações possíveis das relações de gênero, surgido recentemente, articulado ao nascimento do capitalismo. Diz respeito necessariamente às relações de opressão. Desse modo, embora, segundo a autora, a questão de gênero tenha ganhado centralidade no debate feminista, com suas sofisticadas teóricas variadas, o patriarcado é a maneira como as relações de sexo/ gênero têm se manifestado na maioria das sociedades que foram alcançadas pelo regime capitalista colonial moderno. Para Saffioti (2015), essa noção não deve ser colocada de lado no debate sobre gênero, para não distrair a atenção do poder do patriarca.

Com as análises mais críticas do gênero, que analisam as relações dentro das sociedades que compõem sistemas coloniais-capitalísticos modernos, é pertinente e possível pensar a transformação das relações de poder articulando-se ambos os conceitos. A partir das análises de gênero apontadas aqui, o conceito foi além da luta pela equidade ou igualdade, estendendo-se a transformações mais profundas nos regimes que produzem nossas subjetividades. Requerem o desmonte de matrizes de compreensão e organização dos sujeitos, não apenas nas categorias de homens e mulheres. Desse modo, o que julgo importante resguardar são as críticas feministas, por meio dos debates de gênero e patriarcado, que deslocaram a centralização de nossos esquemas de compreensão das relações de poder. Ou seja, ampliaram o olhar das relações de poder entre homens e mulheres para a lógica opressora com a qual operamos

a partir de métodos de olhar coloniais-capitalísticos modernos, que se estabeleceram pelo “uso de dicotomias hierárquicas e de uma lógica categorizante” (LUGONES, 2019, p 358), ou normalizadora do gênero.

Considero importante que nossas categorias de análise apontem para o que Maria Lugones (2019) denunciou: nosso processo de classificação, que além de nos encerrar em identidades fixas aparentes, se baseia na desumanização de determinados grupos. Gênero está ligado a um regime colonial-capitalístico que age sobre nossas possibilidades criativas de existência, por meio da atribuição de uma normalidade ou natureza em nossos modos de ser, tal como podemos pensar a partir dos estudos de Judith Butler e Sueli Rolnik, que me aprofundarei em capítulo mais adiante.

Segundo Julieta Paredes (2016), o patriarcado é o sistema de todas as opressões e violências que vivem a humanidade e a natureza, construído historicamente sobre o corpo das mulheres. Machismo e patriarcado não são a mesma coisa. O machismo, segundo a autora, se refere a comportamentos/ condutas sexistas que fazem parte desse sistema. O patriarcado corresponde, de acordo com Raquel Gutiérrez Aguilar (2018), a um regime que produz de forma reiterada, separações e expropriações das possibilidades criativas de existência femininas, instaurando hierarquias entre homens e mulheres, masculinidades e feminilidades. A sobrevivência desse regime se deve às suas intersecções com o sistema colonial-capitalístico, cujos mecanismos atuam na delimitação das formas de existir como humanos, incluindo a desvalorização de alguns aspectos, como o feminino.

Um complexo triplo de expropriação, exploração e dominação, que sustentam o amálgama patriarcado, capitalismo e colonialismo, “se funda em cadeias de separações e na fixação de mediações para a gestão de tais separações” (GUTIÉRREZ AGUILAR, 2018, p. 38). Dessa maneira, como trataremos em capítulo mais adiante, é necessária uma ampla atuação na transformação das segmentações e racionalidades que sustentam tal sistema, sob o risco de nos perdermos em relações de poder que o perpetuam, como bem expressou Souad Eddouada (2016), a respeito do feminismo no Marrocos:

embora o feminismo militante represente uma voz de protesto, ele é rapidamente sugado para dentro da esfera de poder, seja porque denuncia um poder apenas para estabelecer outro em seu lugar, seja porque se fundamenta nas mesmas categorias conceituais de um discurso socialmente “masculinizado”, no qual as mulheres e homens são definidos de acordo com um conjunto de binários. Ao operar de acordo com esses binários, o feminismo político reivindica para as mulheres o que os homens possuem, isto é, uma nova identidade construída segundo o modelo patriarcal. O paradoxo desse tipo de feminismo é que ele também é patriarcal. Ele requer

para as mulheres um status com identificação, mas não com diferença (Eddouada, 2016, p 66).

O que os feminismos decoloniais – ou, de modo geral, que romperam com a cegueira universalizadora dos feminismos brancos – têm apontado é que devemos evitar reproduzir “a cegueira colonial em relação com as diferenças que sustentam o próprio sujeito do feminismo” (MENA, 2017, p. 67). Oyèronké Oyewùmí (2004), por exemplo, demonstrou como conceitos centrais do feminismo – mulher, gênero e sororidade – emergiram da noção de família nuclear, que não é universal. Para a África, tal forma de organização social é alienígena, apesar de sua promoção pelos Estados coloniais, as agências internacionais de desenvolvimento e organizações feministas (OYEWÙMÍ, 2004). Ao reconhecer que a ênfase na desigualdade de gênero é relevante para mulheres brancas estadunidenses, Oyewùmí (2004) critica, entretanto, a priorização desse eixo das relações de poder sobre as demais – raça e classe social – nos trabalhos com as mulheres africanas, que são atravessadas por diversas outras relações de opressão, inclusive pela centralidade européia na produção de saberes de forma geral.

Se a respeito do gênero, muitas pesquisadoras enfatizaram a importância de se romper com a dicotomia masculino *versus* feminino, priorizando uma perspectiva concentrada nas relações (AZEVEDO, 2012), feministas negras ainda, ao apontarem para a diversidade de experiências entre as próprias mulheres, afirmaram que o caráter relacional do gênero está baseado na sua articulação com outras fontes de opressões – como raça, etnia e classe social – ampliando a análise de suas articulações interseccionais (PISCITELLI, 2008). Com base no inter cruzamento das opressões, a oposição binária entre homens e mulheres deixou de ser pensada isoladamente.

O exame de como os vários marcadores sociais interagem e se manifestam em termos de desigualdade social deu origem a um corpo teórico denominado de interseccional, em que as diferenças e as desigualdades começaram a ser consideradas entre as próprias mulheres (NOGUEIRA, 2017). Ao afirmarem o cruzamento das diversas categorias de pertença na produção das desigualdades, feministas negras criticaram a invisibilidade de suas condições e demandas, resultante da condução pretensamente universal de enfrentamento às opressões em torno das mulheres brancas (NOGUEIRA, 2013). A teoria da interseccionalidade traz a complexidade dos fatores que devem ser considerados na análise e no enfrentamento das desigualdades sociais, e chama a atenção para a necessidade de localização crítica das referências que são

tomadas pela luta social. Opõem-se assim à centralidade da branquidade no alcance de direitos, que tem como efeito encobrir uma série de especificidade de outros grupos sociais.

A teoria da interseccionalidade compôs, com outras correntes feministas pós-modernas, as críticas ao encerramento das mulheres em identidades essencializadas. De acordo com Carla Akotirene (2019), existe uma relação muito próxima entre as propostas epistemológicas da teoria interseccional e da decolonialidade, em suas análises da naturalização da branquidade, do Norte Global e do cisheteropatriarcado como sistemas de referência não problematizados. As perspectivas decoloniais, por outro lado, necessariamente enfatizam um exame dos efeitos das perspectivas euro-estadunidenses coloniais-capitalísticas dos movimentos que lutam contra as assimetrias entre seres humanos, em que os valores da modernidade e da ilustração encobrem a centralidade da branquidade, da urbanidade e da heterossexualidade na produção de saberes e na definição de um ideal de sociedade a ser alcançado. Na análise que promovo aqui, dos projetos internacionais de masculinidades, a teoria interseccional me ofereceu reflexões que expandiram a relação homem *versus* mulher no exame das relações de opressão que eu observava em campo; ajudou-me a dar significado às relações de opressão que eu observava além das de gênero. A perspectiva decolonial ampliou a problematização da centralidade do Norte Global nas análises para a transformação das masculinidades.

Por meio dessa breve análise dos sentidos de gênero e patriarcado, podemos considerar então, que os desafios enfrentados pelos feminismos oferecem perspectivas diversas para a inclusão dos homens no enfrentamento das relações de poder que são alvo da luta feminista. Embora as teorias de gênero tenham sido apontadas como mais receptivas para se pensar o papel dos homens no enfrentamento das desigualdades sociais (AZEVEDO, 2012), as definições oferecidas a respeito do patriarcado também permitem pensar que sua desconstrução não se restringe às mulheres. Bell hooks, como veremos adiante, é uma das autoras que apontam que os homens deveriam ter uma participação importante no desmonte do patriarcado. É importante atentarmos, no entanto, que a luta contra esse regime de poder depende de uma mudança integrada de mentalidades, e não apenas do comportamento dos homens. É necessário ir além de significar os papéis socialmente atribuídos para homens e mulheres, sem levar em conta as dinâmicas de opressão que se articulam ao gênero.

Desse modo, embora seja inegável que o feminismo como posição ética e marco epistemológico tenha desestabilizado o sujeito universal abstrato masculino (MENA, 2017), abrindo caminho para a transformação desse sujeito, é preciso que os homens considerem também as posições feministas que promovem uma ruptura na parcialidade das análises sobre gênero e patriarcado. As respostas políticas e metodológicas observadas nas intervenções que visam engajar os homens na transformação das masculinidades, no entanto, raramente acompanham a complexidade que envolve a produção teórica de gênero em sua articulação com outras formas de opressão. Além disso, muitas vezes, ao considerarem o papel que lhes concerne nessa luta, a partir das desconstruções de suas masculinidades, priorizam os efeitos negativos das normas de gênero para os homens. Aqui, defendo que o engajamento em uma causa social não depende de sofrermos as opressões que visamos enfrentar, mas de uma análise dos sistemas que regem nossos modos de vida e de nossas posições em tal sistema, bem como de nossos lugares nesses sistemas.

Diferente de sua elaboração conceitual sofisticada, na prática, gênero tem sido termo majoritariamente utilizado em substituição da palavra mulher, na elaboração de ações que visam atender as necessidades desse grupo específico, o que, como vimos, tem contribuído para que seja assunto relegado ao segundo plano, considerado de menos relevância política e restrito à esfera individual/ privada. A presença dos homens nos documentos ligados à ONU no que diz respeito ao gênero ainda está relegada a pano de fundo (CONNELL, 2016). Os homens, sobretudo brancos e de classe média, são percebidos como se não tivessem gênero (RESTIER e SOUZA, 2019). Assim, continuam a representar de forma acrítica referencial humano a ser alcançado para o exercício de direitos e de vida livre.

Segundo Margareth Arilha (2010), os termos “igualdade de gênero”, “equidade de gênero” continuam apontando não apenas para situações vividas por mulheres nas diferentes esferas sociais nos marcos internacionais de gênero, como estamos longe de haver compreendido e incorporado o significado das desigualdades de gênero como dimensão estrutural do ordenamento econômico e social. Em anos de incidência política do movimento feminista, houve, incontestavelmente, avanços nas políticas que atendem a necessidades específicas das mulheres em várias áreas: saúde, trabalho, prevenção da violência. Entretanto, ainda são incipientes as intervenções que alcancem o modo como

se institucionalizam as relações de gênero em nossa sociedade, em que os homens e as masculinidades estejam incluídos.

Do mesmo modo, boa parte dos projetos e dos marcos internacionais para a inclusão dos homens na promoção da igualdade de gênero pouco levou em conta os avanços dos estudos promovidos pelos feminismos ou por debates críticos a respeito da complexidade dos processos de produção de subjetividade e, por consequência, sua transformação. Nossa pressa em produzir fórmulas, ações, padronizar intervenções para serem disseminadas em larga escala, seguindo a lógica capitalista colonial moderna, pouco contribui para romper com a lógica patriarcal ou cisheteropatriarcal, quando põe destaque principal em melhorar a participação dos homens na esfera privada e em suas relações pessoais, com suas parceiras. Sendo assim, não é apenas pelo comportamento e atitudes individuais e privadas, ou pela proposição de políticas públicas que sustentam mudanças individuais e privadas, que promoveremos deslocamentos substanciais nas relações de gênero. As consequências das masculinidades no mundo vão além das pautas estritamente consideradas de gênero, tal como demonstra as experiências de muitas feministas e de muitos homens na construção de alianças internacionais articuladas às lutas por direitos.

Ser um homem pró-feminista não é suficiente para a alteração das relações de poder que sustentam o mundo, especialmente em projetos internacionais que lutam contra injustiças sociais. Devemos romper com os binarismos conservadores que normalizam as subjetividades em torno de um eixo de referência. Partiremos então, para uma análise de como tais binarismos têm sido mantidos nos discursos e nas intervenções que visam engajar os homens na promoção da equidade de gênero.

### **2.3. A inclusão individualizada e utilitarista dos homens: uma análise dos debates sobre custos e benefícios das masculinidades**

*Havia um desafio no envolvimento dos homens na igualdade com mulheres, relacionado à como convencê-los a fazer parte da transformação de algo que lhes traz vantagens. As mulheres lutariam contra uma opressão que lhes afeta claramente. Mas e os homens? Por que teriam interesse em contestar seus privilégios? Em geral, não havia uma demanda explícita por parte dos homens por mudanças em suas masculinidades. Eram financiadores, geralmente, agências internacionais, que, convencidos por representantes de ONGs, documentos e pesquisas, demandavam trabalhos que objetivavam a transformação das masculinidades para a prevenção do HIV/aids e a promoção da saúde sexual e reprodutiva. Desse modo, o processo envolve, portanto, demonstrar para os demais representantes de organizações locais, a relevância de envolver os homens nos temas antes comumente dirigidos às mulheres, além de debater formas de engajar os homens diretamente no questionamento sobre o modo como se definem. O reconhecimento dos custos das normas de gênero para os homens foi argumento desenvolvido para justificar sua inclusão no enfrentamento do machismo.*

*Discursos sobre a relação entre os custos e os privilégios de ser homem ganham forma nesse contexto, e eram expressos nos debates entre os especialistas no tema e nos manuais a serem adaptados. Assumia-se que o reconhecimento de que é bom para os homens mudarem seus comportamentos os faria abrir mão de seus privilégios e prezarem por relações mais justas com as mulheres. Era estratégico, além de significar uma ruptura na noção de que os homens são apenas parte do problema. Visando à motivação masculina em tais processos de transformação, nos materiais (apostilas, panfletos, cartazes de campanhas) que embasavam as formações e intervenções, eram citados os benefícios de não usar violência, assumir a responsabilidade pela saúde sexual e contracepção, ter mulheres como colegas de trabalho ou em cargos de chefia, partilhar tarefas domésticas e cuidados com as crianças: as empresas poderiam lucrar mais com a presença de mulheres, os homens poderiam obter mais confiança, ter menos doenças, atrair mais o amor e o desejo de mulheres, entre outros.*

*Modelos alternativos de masculinidades, considerados saudáveis, baseados nas estratégias de marketing social, eram oferecidos para orientar os caminhos da*

*mudança pretendida. Assim, além de me interrogar sobre a contradição de engajar grupos privilegiados em uma causa social a partir de seus benefícios, ou a efetividade da transformação de subjetividade a partir de comportamentos individuais (que mudam o conteúdo das normas e não a maneira como operam) e da reprodução de padrões capitalistas (o dos ganhos), interessava-me por pensar os efeitos das ações forjadas a partir da produção de saberes do Norte, mais precisamente, naquele contexto, estadunidenses e europeus. A partir desse lugar, as mudanças eram encaminhadas, e à ausência de uma crítica mais contundente dos privilégios dos homens brancos que pensavam e escreviam a respeito de tais mudanças, somava-se a omissão de análise de implicação dos proponentes das ações em outros países, com exceção do gênero.*

*Em seminários para engajamento dos homens nas questões de gênero, sobretudo relacionados à paternidade, não eram raros os discursos em que os homens foram tratados como vítimas dos sistemas de saúde e educação, considerados alienadores da aproximação dos homens de seus filhos ou do cuidado de si mesmos. “Os homens têm mais que lutar por seus direitos”, disse certa vez, em conversa informal comigo, liderança brasileira em políticas para a saúde dos homens. Os discursos conservadores, desse modo, muitas vezes contaminam os debates mais afinados à equidade com as mulheres. É uma linha tênue e disforme a que separa o movimento pelos direitos dos homens do movimento pelo engajamento dos homens pela equidade de gênero que, não de forma ocasional, usa os “custos para os homens” como método para atrair seu interesse na mudança de relação com as mulheres. Que direitos os homens não têm? De que homens falamos, se são os próprios homens brancos, com certo poder aquisitivo, que estabelecem as políticas para os países?*

*Em uma mesa redonda no VI Coloquio Internacional de Estudios sobre Varones y Masculinidades, alguns dos homens que estavam na platéia expressaram preocupações relativas ao que é ofertado aos homens quando lhes convocamos a questionar suas vantagens, em uma sociedade neoliberal onde ter maiores ganhos é o que conta. Tais homens ali presentes não negavam os privilégios masculinos e assumiam posições como ativistas e pesquisadores em apoio ao feminismo. No entanto, preocupações estratégicas de engajamento dos homens ainda os tomavam, a preocupação com as perdas dos privilégios ainda pesava. Percebia que tais debates dirigiam seu foco apenas para as formas prontas do gênero. Esqueciam-se das forças*

*que as instauravam. Que transformações sociais são de fato provocadas quando estamos preocupados em criar uma luta social sem produzir feridas?*

Jokin Azpiazu Carballo (2017), em *Masculinidades y Feminismo*, considera que para os países do Norte Global é mais possível fazer uma crítica à modernidade, à humanidade e ao humanismo, do que fazer uma crítica aos homens e às masculinidades. Uma crítica, segundo o autor, difusa e geral seria mais fácil do que uma análise concreta sobre sujeitos e suas ações. Assim, pergunta-se por que quase todos os homens do pensamento crítico (da filosofia, política, arte, literatura) têm esquecido a questão de gênero. Tal fato seria um dos efeitos das “armadilhas linguísticas do patriarcado” (CARBALLO, 2017): associar o conjunto de seres humanos ao conceito de homem. Por outro lado, Carballo (2017) reconhece que no Norte, os homens têm pensado o gênero como um sintoma que é preciso curar rápido. Segundo o autor, diante da contestação feminista do poder masculino, especialmente no eixo do gênero, a resposta foi: fazer com que não tenham escutado a pergunta; fazer com que tenham ouvido a pergunta, mas não considerá-la pertinente; escutar a pergunta, mas pensar que não é com eles; tentar devolver a pergunta com uma pergunta similar; tentar responder o mais rápido possível e sair de mansinho. Em outras palavras, os homens têm aplicado antibiótico à pergunta sobre gênero e poder, tratando-o como sintoma.

Nesse sentido, ou os homens buscaram tratar de sua dor ou os homens trabalharam sua culpa, associada a um sentimento de mérito por se engajarem numa causa nobre, tal como explicou Pease (2000). O resultado, diferente do movimento feminista, cuja luta visa o enfrentamento do regime de poder que rege a sociedade, têm sido os homens se concentrarem em mudanças individualizadas, de comportamentos que podem ser nocivos a si e às suas companheiras. Enquanto mulheres buscaram produzir cisões nas visões de mundo que regem as relações, por meio de uma série de intervenções sociais, os homens cisheterossexuais e brancos criam grupos terapêuticos e reflexivos, tais como os grupos mencionados no primeiro capítulo.

Mais recentemente no Brasil, quando as masculinidades deixaram de ser um assunto apenas de homens gays e negros, grupos de debates e reflexões sobre sagrado masculino e masculinidades tóxicas têm se espalhado. Comuns também são as campanhas de marketing social que visam à transformação de comportamentos danosos, ou atividades educativas em grupo, para a promoção de comportamentos mais saudáveis

e equânimes, impulsionadas por financiamentos associados ao desenvolvimento social e promoção da saúde às organizações da sociedade civil. Longe de desmerecer a importância dessas ações na desconstrução do machismo, a questão que me coloco é: será possível os homens se engajarem em transformações mais amplas do regime patriarcal, para além de seus comportamentos? Que efeitos são produzidos a partir da limitação dos homens ao debate de seus comportamentos tóxicos?

O discurso a respeito da marca dolorida deixada nos homens pelo patriarcado tem sido bastante proferido, não apenas dentro do movimento liberacionista dos homens – em que os custos das normas de gênero para os homens foi equiparado às marcas deixadas nas mulheres –, mas também tem consumido boa parte dos debates dos homens pró-feministas. Presentes nas teorias ou abordagens registradas nos cadernos de apoio às intervenções com homens, os dilemas acerca dos efeitos das normas de gênero para esse grupo ainda atravessam os debates dos projetos com homens, que se colocam em apoio às perspectivas feministas. Micheal Kimmel, autor pró-feminista cuja conferência para o *TedTalk* foi citada no primeiro capítulo, embora não deixe de tecer críticas à estrutura estadunidense que privilegia os homens, dedica-se a tratar de aspectos positivos da equidade de gênero para este grupo, visando convencê-los a participarem da causa. Do mesmo modo, grande destaque tem sido dado na divulgação dos benefícios da transformação das masculinidades para os homens por parte de pesquisadores e representantes de organizações da sociedade civil, no intuito de conquistar público e financiamento. As campanhas de marketing social funcionam principalmente com esta abordagem, de algo que seja atraente aos homens.

Uma abordagem que busca encontrar nos custos das masculinidades um motivo para que os homens se engajem em mudanças nas relações que lhes favorecem, não ofuscaria a complexidade e a agonia que envolve os processos de transformação? Mudanças profundas são necessárias e positivas – integralmente e individualmente –, mas elas incluem, sobretudo, alterações nos aspectos que proporcionaram conforto a uma parte dos homens, quando se constroem a partir da exploração de alguns corpos. Não falamos aqui de lhes tirar direitos, mas privilégios<sup>85</sup>. Por que a preocupação em engajá-los em uma causa que lhes traga benefícios individuais?

Juan Guillermo Figueroa, estudioso mexicano das masculinidades e das políticas públicas para o tema, em mesa de debates que abriu o colóquio mencionado no

---

<sup>85</sup> De acordo com definição oferecida em nota de rodapé 13, na página 21.

início do capítulo, reafirmou sua tese sobre os impasses que acompanham a relação entre dores e privilégios na vida dos homens, a partir da construção das masculinidades. Segundo o autor, pouco a pouco, os homens têm sido convocados a pensarem sobre suas condutas como permeadas pelo gênero. Essa condição não os eximiu da responsabilidade pelas consequências negativas de se nomearem como homens em uma sociedade patriarcal, mas os ajudou a contextualizar tais efeitos (FIGUEROA, 2014). Figueroa (2014) concorda que o engajamento reflexivo dos homens sobre suas masculinidades é efeito da difusão do pensamento feminista, que problematizou a condição da vida das mulheres, rastreando a origem de suas desigualdades. O autor reconhece que as análises críticas produzidas pelos movimentos feministas, com a desnaturalização da condição feminina, sacudiram o discurso e o sistema social, gerando políticas, programas, mudanças legislativas e ações afirmativas que buscaram reparar as injustiças que as afetam. No caso dos homens, afirma Figueroa (2009), torna-se primordial uma análise tanto das desigualdades cometidas contra as mulheres, quanto as que lhes tocam, pois o não reconhecimento de sua própria vulnerabilidade dificulta a construção de ações sociais para resolvê-las. Em sua conferência na mesa de debates mencionada, Figueroa alega que dentre as consequências perversas de ser homem está o fato de os homens considerarem que sabem tudo sobre si mesmos, o que os afasta de um cuidado de si (no sentido também da ética foucaultiana) e de alguns prazeres, como o da paternidade.

Apesar de os homens cisheterossexuais brancos adultos não se pensarem como sujeitos com gênero, orientação sexual ou raça, é importante afirmar, no entanto, que tudo o que diz respeito aos seres humanos se refere a este grupo. Quando os homens brancos pensam sobre si mesmos, pensam em seres humanos<sup>86</sup>. Não têm dúvida de que essa categoria lhes representa integralmente. As ciências humanas os têm como base, e as políticas buscam atender as necessidades julgadas como masculinas. Ponderar a invisibilidade do gênero masculino não significa que tenham sido impedidos de freqüentar determinados espaços, como os do cuidado com a saúde sexual e reprodutiva. A ausência dos homens nesses espaços se deve a delegação de tais responsabilidades de cuidado à mulher, para que eles possam se dedicar mais ao trabalho ou atividades consideradas públicas, além de acumular mais poder e representação política. É preciso,

---

<sup>86</sup> De acordo com Micheal Kimmel, em sua palestra para *The International Conference on Masculinities: Engaging Men and Boys in Gender Equality*, 2015.

nesse caso, tomar em conta uma série de mediações que atuam na estrutura político-social, que inclui, por exemplo, exigências neoliberais para dedicação e competição no trabalho, com a permanência da separação entre tarefas produtivas e reprodutivas, como mencionado nas seções anteriores. Nessa questão, os homens não são alienados, mas principalmente, desresponsabilizados dos cuidados com os filhos. Isso não significa que não sejam olhados com desconfiança quando decidem ser, por exemplo, educadores de crianças pequenas; que não sejam cobrados por terem que sair mais cedo do trabalho para levar filhos ao médico. São vistos como assumindo responsabilidades que não lhes cabe e, muitas vezes, as reações a tais comportamentos costumam ser homofóbicas e racistas.

Como tenho sustentado, muitas feministas afirmam que o feminismo não é contra os homens. bell hooks (2019a) nos conta que, antes de o movimento contemporâneo completar dez anos, “políticas feministas foram expandidas para incluir o reconhecimento de que o patriarcado despojava os homens de certas coisas, impondo-lhes uma identidade sexista masculina” (HOOKS, 2019a, p. 104). Nikki van der Gaag (2014), em *Feminism & Men*, também concorda que, nas questões de gênero, os homens estão em desvantagens em uma série de circunstâncias: suicídio, homicídio, cuidados com a saúde reprodutiva, guarda dos filhos. No entanto, não se pode ignorar toda a sorte de opressões que as mulheres, população negra, LGBTQI+ sofrem. Existe um processo de produção de dominação que precisa ser considerado. Tal processo envolve a centralização de todos os aspectos que compõem as práticas sociais nas masculinidades brancas euro-ocidentais, produzindo hierarquias que favorecem a estes grupos, embora, como dito no capítulo anterior, os sistemas de classificação também tentem delimitar as fronteiras de significação de si mesmos. A diferença é que eles criaram os recursos e possuem os privilégios políticos de se nomear e representar.

Sem desconsiderar a evidência dos efeitos negativos do patriarcado e os resultados positivos para os homens com mudanças nas masculinidades, os discursos sobre por que e como envolver os homens, que embasam uma série de intervenções espalhadas pelo globo, sempre me pareceram limitadores. Em um artigo de 2015, *Masculinidades alternativas: desconstrução de gênero?*, questioneei-me, com base em minha participação em projetos para envolver homens na promoção da equidade de gênero, sobre que mudanças resultariam das intervenções que visam transformar masculinidades, com ênfase nos benefícios que os grupos privilegiados adquiririam.

Convencer homens, por meio de outros homens, de que transformar as relações de gênero é um bom negócio, pode abrir algumas portas para as mulheres, além de reduzir o machismo. Mas não é suficiente. Pode até ter efeitos contrários, ao reforçar as vozes que definem a lógica patriarcal, articuladas a outras relações de poder. Os perigos das análises dos danos do patriarcado para os homens, foi também apontado por bell hooks (2019b), sobretudo, quando tais exames não contemplam as diferentes marcas do poder:

São principalmente os homens brancos defensores de políticas feministas que fazem o trabalho acadêmico que mostra como o patriarcado contemporâneo tem um impacto incapacitante nos homens, especialmente nos grupos de homens que não recebem os lucros máximos desse sistema. Ao escrever sobre como a masculinidade patriarcal danifica a capacidade dos homens de construir um *self* e a identidade como próprio bem-estar em mente, criando uma sensibilidade masculinista perigosa, essas obras raramente tratam dos homens negros (HOOKS, 2019b, p. 195).

Em uma análise de redes europeias de homens pró-igualdade de gênero feita por Welzer-Lang (2001), por exemplo, o autor conclui que grupos de homens pró-feministas procurariam aliviar-se do peso do masculino sem repensar sua dominação. Isso resulta de que tal dominação é parte de um sistema dinâmico no qual as desigualdades não são apenas efeitos das vantagens dadas aos homens, nem resultado neutro de um sistema global, em que cada grupo, cada gênero seria igual na análise. A opressão dos homens sobre as mulheres é produto de um conjunto de relações de poder, articulada a produção de desigualdades de classe social, orientação sexual, etnia, faixa etária entre outros fatores. Neste sentido, a resistência às normas que produzem hierarquias sociais deve ser um processo que promove a problematização integrada de tais relações e dos sistemas sócio-político-econômicos que as produzem, isto é, de seu modo de funcionamento. Caso contrário, os avanços serão circunscritos aos limites de algumas vidas privilegiadas ou mesmo poderão reforçar outras assimetrias. Em um exemplo dessa questão, citado por bell hooks (2019a, p. 21), “diante da realidade do racismo, fazia sentido que homens brancos estivessem mais dispostos a levar em consideração os direitos das mulheres, quando a garantia desses direitos pudesse servir à supremacia branca”. Dessa maneira, segundo bell hooks (2019a), bem no momento em que os homens negros começavam a disputar os postos de trabalho, com o fim próximo da discriminação racial, as mulheres brancas os ocupavam, enquanto as mulheres negras cuidavam das tarefas domésticas.

Segundo Raewyn Connell (2016), embora fosse possível fazer uma tabela separada dos benefícios e das perdas de ser homem, isso seria um engodo, pois as

desvantagens são as condições das vantagens. Não há como se beneficiar do trabalho doméstico, sem o afastamento dos filhos pequenos, por exemplo. Entretanto, é preciso acrescentar que classe, raça, nacionalidade e geração, segundo a autora, distribuem perdas e ganhos de maneira bastante desigual entre os homens. Para as masculinidades negras, homossexuais, transexuais, ou atravessadas por outros marcadores sociais, a repressão na expressão das emoções, a exigência pelo risco, a violência sofrida, o cuidado com a saúde ou a aproximação dos filhos ganham outras conotações. A homofobia, o racismo, o capacitismo, a exploração capitalista, o etarismo e o colonialismo são os responsáveis pelos efeitos sofridos pelos homens. Se existem prejuízos na tentativa de adequação à ideia do que é ser homem, forjada de forma hegemônica, é preciso associá-los à tentativa deliberada de universalização dos homens em modelos de referência determinada.

A alienação do cuidado parental, das emoções, do afeto, a assertividade e a competitividade na vida pública, apontados como custos para os homens, fazem parte de atributos elaborados pelos próprios homens para estarem à frente de um sistema de produção econômica que, para se estabelecer, lembrando Gale Rubin (1975), dependeu da mão de obra gratuita das mulheres nas tarefas domésticas e de cuidado, além de, como anuncia Federici (2017), da exploração das colônias. A transformação das subjetividades masculinas não pode estar isolada de uma análise de como o sistema colonial-capitalístico se ergueu pela produção de um sistema que restringe os sentidos de ser homem e mulher, além dos demais: ser branco, negro, jovem, adulto, ocidente e oriente.

Em entrevista concedida ao jornal *La voz*, Rita Segato (2017) corrobora com as afirmativas de que os homens seriam prejudicados pelo mandato da masculinidade, apesar de o poder masculino ser manifestado no campo sexual, bélico, econômico, intelectual, moral, político e na força física. No entanto, a autora oferece mais ferramentas para a compreensão das desigualdades entre os homens. Segundo Rita Segato (2017), o mandato da masculinidade se caracteriza por ter que se demonstrar constantemente homem e não ter meios de fazê-lo. A autora nos lembra que este poder é exercido por um grupo muito pequeno de pessoas que, acrescento, detém os privilégios de raça, língua, poder político e econômico. Perceberem-se como vítimas para os homens, significaria a ausência ou falta de masculinidade. Ou seja, a dificuldade de adequação aos modelos hegemônicos de masculinidades ou entender-se fora desses

modelos é o que lhes traria sofrimentos, exclusões e violências. Nas palavras da autora, “no brotar da violência que temos [...] a primeira vítima são os próprios homens, mas não o sabem porque não conseguem se ver como vítima, o que seria sua morte viril” (SEGATO, 2017, s/p).

Dessa maneira, os homens buscariam alcançar o poder que os define como homens, por meio do exercício de violência contra outros grupos, de homens mesmo, e mulheres. Frente ao golpe econômico (e outras formas de subordinação masculina, como racismo e homofobia), a restauração da autoridade, da moralidade, da soberania das pessoas, na ausência de espaços para trabalhá-los, se daria principalmente pelo uso da violência. Ao mesmo tempo, estar fora dos padrões hegemônicos de masculinidade os torna alvo de situações de violência, como no caso dos homens negros e dos homossexuais, ou quaisquer outros homens em que sejam associados traços da homossexualidade, por exemplo. Em outro exemplo, o artigo já citado, que vincula o acirramento do anti-feminismo a adesão de homens jovens ao bolsonarismo, oferece-nos pistas para análises de como homens de periferia encaram a humilhação por sentirem sua virilidade maculada, diante da ausência de condições para reagir a uma situação de violência:

[...] ainda que a questão de gênero seja decisiva, seria simplista o argumento de que a adesão bolsonarista seja pura e simplesmente uma reação à emergência das vozes feministas. Suas masculinidades são também desafiadas no dia a dia marcado pelo aprofundamento da crise de violência urbana de Porto Alegre. Todos os nossos interlocutores homens, adolescentes ou jovens adultos, ou sofreram tentativas ou já foram assaltados no transporte público na ida ou na volta da escola/trabalho. Marcelo, um dos adolescentes mais entusiasmados com a figura do Bolsonaro, narrou um assalto no qual teve uma arma apontada para a sua cabeça, implorou por sua vida e entregou o celular para o ladrão. Ele cedeu passivamente o único bem que detinha e que havia lhe custado meses de trabalho como aprendiz de padeiro – o que soava como profundamente injusto e revoltante. Mas além de entregar um objeto que adorava, Marcelo também se sentiu em uma situação de vulnerabilidade e humilhação (PINHEIRO-MACHADO e SCALCO, 2018, p. 11).

O anti-feminismo e o fascismo crescente, nesse caso, é o meio em que os homens afirmariam sua masculinidade ameaçada. De tal maneira, Rita Segato (2017) pensa a violência não como um problema de homens e mulheres, mas da sociedade. A violência também não seria sinônimo de poder, mas estaria relacionada a esta questão, na medida em que seria um efeito drástico da busca pela restauração do poder atribuído aos homens.

Com isso, não busco insinuar que existam causas únicas para a violência ou a hierarquia entre homens e mulheres. Ao contrário. Menos ainda cabe ressaltar o processo de vitimização dos homens pelo gênero. Com Glória Anzaldúa (2005), afirmo que, “apesar de ‘entendermos’ as origens do ódio e do medo masculinos, e a subsequente violência contra as mulheres, nós não desculpamos, não perdoamos, e não iremos mais tolerar” (ANZALDÚA, 2005, p. 711). Não é do perdão ou da culpa que se trata, mas de reconhecermos a “perda de um sentido de dignidade e respeito no macho” (ANZALDÚA, 2005, p. 710), especialmente de grupos minoritários, associado ao machismo e a brutalização das mulheres.

Ao pensar com Rita Segato (2017) que a violência é exercida como uma tentativa dos homens de restaurar seu poder econômico e político, podemos supor que, se não houver um questionamento dessas formas de poder, de uns homens sobre outros, e do masculinocentrismo de forma geral, não será possível produzir uma transformação que de fato nos leve a uma sociedade mais equânime, pois, Segundo bell hooks,

Quanto mais mulheres se afastaram de relacionamentos destrutivos com homens, foi mais fácil enxergar o cenário como um todo. Ficou óbvio: mesmo que os homens individuais abrissem mão do privilégio patriarcal, o sistema do patriarcado, o sexismo e a dominação masculina ainda estariam intactos e as mulheres ainda seriam exploradas e/ ou oprimidas. (HOOKS, 2019a, p. 103-104).

Ondas de feminicídios que mobilizaram greves de mulheres na Argentina, no México, nos Estados Unidos, além de dezenas de outros países, em atos que deram origem ao movimento 8M, mostram-nos que a violência “não é só doméstica. Nela se tramam e expressam novas formas de exploração laboral, violências econômicas, violências estatais e violências políticas” (GAGO, 2018, p. 10). Nos Estados Unidos, segundo Susana Draper (2018), onde violência é palavra geralmente usada para nomear problemas que se passam ao lado, justificando barreiras fronteiriças, a mobilização de mulheres não apenas apresenta as “formas encobertas de violência institucional, como também toda a economia política da violência no universo usualmente chamado doméstico com o que se isolam práticas sistemáticas de abuso como assunto e problema individual” (DRAPER, 2018, p. 56). A violência é apenas a face mais aparente de uma trama que conecta uma série de outros problemas sociais e políticos, num emaranhado que dá sentido e hierarquiza as pessoas. A violência que afeta a uma é a violência que afeta a todas, pois não está isolada de toda uma ordem social que dá significado às relações e nos convoca a todas e todos a pensarmos sobre nossos lugares na cadeia

humana. Assim, os encontros entre mulheres que compõem diferentes lutas, em torno das manifestações contra os assassinatos de outras mulheres, nos indicam que é necessário politizar a violência, tirá-la do lugar de cometida por um indivíduo insano e desequilibrado, bem como nos tirar do lugar de vítima a ser reparada ou tutelada.

Ser vítima requer “fé estatal e demanda redentores”, nos explica Verónica Gago (2018, p. 12). O que precisamos é ser ouvidas, lidas e eleitas. Mais do que se escutarem a respeito de suas dores e discutirem entre si melhores formas de tratarem as mulheres, os homens precisam aprender a nos admirar, não apenas como mães ou esposas, mas como intelectuais e políticas. Mulheres, povos do Sul, negras e negros, faveladas e favelados, não fornecem somente material etnográfico, mas compõem sentidos para o mundo, que devem ganhar espaços nos sistemas de representação e organização social. Se o patriarcado age de forma reiterada e cotidiana para “produzir e fomentar separações entre as mulheres, instalando outra vez algum tipo de mediação masculina entre uma mulher e outra e, portanto, entre cada mulher e o mundo” (GUTIÉRREZ AGUILAR, 2018, p. 38), bem como age articulado na criação de mecanismos para o afastamento entre as diferentes populações e os recursos de que dispõem para gerenciar suas vidas, não podemos olvidar esse mecanismo na busca por relações mais justas.

Raquel Gutiérrez Aguilar (2018) afirma que o amálgama triangular do patriarcado colonial-capitalístico é responsável por um triangulo patético e pouco útil – o de “vítima-algoz-redentor” (GUTIÉRREZ AGUILAR, 2018, p. 39) –, mais afeito aos despojos e separações múltiplas, que negam as capacidades dos povos de, conjuntamente, dar forma às vidas coletivas. Estamos sempre atravessados por mediações – tecnocráticas, financeiras, legislativas, coloniais – na definição de nossas vidas em conjunto, de modo que devemos mirar tais mediações ou forças na dissolução das formas – comportamentos, atitudes, leis – que produzem efeitos danosos na vida de homens e mulheres.

A transformação do patriarcado não pode ser apenas uma questão de ajuste da balança, em que pesamos conteúdos masculinos e femininos. Como nos ensina Rita Segato (2018), a problemática da violência letal sobre as mulheres transcende os gêneros, mas é o sintoma de uma sociedade que, por meio de uma “pedagogia da crueldade”, destruiu a compaixão, a empatia, os vínculos e os arranjos comunitários para que o patriarcado colonial moderno pudesse sobreviver. Assim, se, como mencionado anteriormente, houve o reconhecimento por parte das mulheres de que o

patriarcado também despojava os homens de certas coisas, isso não nos livra de uma crítica feroz à dominação masculina (HOOKS, 2019a), que inclui não apenas a expressão do machismo em comportamentos e atitudes, mas desmontar as engrenagens da máquina que sustenta visões de mundo universalistas, em que apenas uma parcela pequena do mundo se reconhece integralmente. Inclui mudar radicalmente o sentimento e a posição dos homens do centro em relação às periferias, e não apenas a amar suas novas masculinidades. Não se trata apenas de tratar bem às mulheres, mas de pensar uma sociedade que nos seja aberta, sem que isso signifique ou gere exploração/ manipulação de outros corpos.

Reproduzir as formas capitalistas – utilitaristas e individualistas dos custos e benefícios – pelas quais as histórias dos homens foram contadas, não nos levará muito longe. A ênfase nos custos ou ganhos, nos lugares de vítimas ou algozes, nos colocarão nos mesmos cabos de guerra que distraem a atenção do caldeirão de forças que nos subjetivam. Servem, principalmente, para convencer financiadores ou apoiadores homens dos resultados mensuráveis e positivos do investimento de seus recursos, enquanto que, na prática, as coalizações e transformações são realizadas de outras maneiras, tal como será visto no quarto capítulo.

A busca pela separação entre custos e privilégios só faz sentido dentro de um escopo teórico em que nos dedicamos a eliminar as impurezas, ocupando-nos mais em afinar conceitos do que em pensar sobre os efeitos de nossas práticas, visando à oferta de recomendações precisas por meio de universalizações reducionistas que levam à escala os projetos de vida dos grupos dominantes, tal como expresso em outros capítulos. Segundo Fassin<sup>87</sup>, resolver as contradições são problemas acadêmicos e não políticos. É uma certa ciência que requer coerência, não a ciência feminista, engajada (HARAWAY, 1995). A eliminação das impurezas, das desestabilizações, a elaboração de normativas e a aplicação em larga escala interessam quando buscamos convencer aos empresários, aos governos e aos financiadores de toda a sorte, que visam apaziguar conflitos e críticas em prol de seus interesses. Importa também às campanhas de marketing. Nesse sentido, uma perspectiva individualizada dos sujeitos tem respondido

---

<sup>87</sup> Em palestra proferida no III Seminário Gênero Ameaçado: tecendo potências democráticas de garantia dos Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, realizada na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em 28 de abril de 2019. Mais informações sobre o evento disponível em <http://gepsid.com.br/iii-seminario-genero-ameacando/>. Acessado em 04 de julho de 2019.

bem às demandas por simplificação e controle dos resultados, tal como veremos no próximo capítulo. No entanto, tal caminho, desconsidera uma série de relações de poder que existem em campo.

A manutenção das fronteiras que separam as esferas pública e privada/ pessoal e política, apontadas na seção anterior como fator de desprestígio das políticas de gênero e de uma participação mais efetiva dos homens nessas questões, são mantenedoras dos eixos que ajudam a sustentar as masculinidades como centrais e privilegiadas na produção de normas e valores sociais. Feministas críticas a vertente do movimento de mulheres liberal tem apontado a necessidade de uma perspectiva que ajude a romper com a cisão hierárquica dessas as duas esferas (KRITSCHI, 2012; BIROLI, 2018), que amparam também assimetrias entre o masculino e o feminino. O trabalho reprodutivo que deveria ser pensado como “o complexo de atividades e relações graças ao qual nossa vida e nossa capacidade laboral se reconstituem diariamente” (FEDERICI, 2013, p. 21, tradução livre), tem sido delimitado pelo espaço doméstico. Com efeito, o trabalho de manutenção da vida passou a ser visto como não produtivo e foi desvalorizado, ao passo que deveria ser uma das mais importantes tarefas da existência. Raquel Kraitschi (2012, p. 30) “a contribuição das mulheres na gestação, criação e formação moral daqueles homens adultos e fisicamente capazes que povoam as páginas dos tratados políticos” é ignorada pela maior parte das descrições liberais do âmbito do social/ privado.

Não podemos afirmar, no entanto, que engajar os homens no trabalho considerado reprodutivo, de cuidado, garanta como efeito, a valorização dessas questões como temas fundamentais de políticas públicas, bem como que as mulheres passem a ocupar posições de poder e decisão política. O apoio na divisão das tarefas domésticas, embora possam liberar as mulheres para a realização de outras atividades, por si só, não transforma o modo como as vidas humanas têm sido exploradas e afastada de seus laços comunitários. Além disso, reforça a atribuição aos indivíduos de atividades que deveriam ser prioritárias para o Estado, tais como creches e políticas trabalhistas que ponham a vida e a saúde em primeiro lugar.

A construção de relacionamentos com base no respeito, a defesa do não uso da violência por parte dos homens, a tomada de decisão compartilhada, o respeito à diversidade e aos direitos daqueles que nos cercam são requisitos que se conjugam à pauta feminista. Sem ignorar a importância dessa pauta, inclusive seus efeitos positivos

para os homens, o enfrentamento do patriarcado não passa por uma luta que visa ganhos individuais, mas deve incidir sobre as instituições, tecnologias, práticas e valores que expropriam as formas criativas de existência. A mobilização dos homens, por meio de atividades que lhes interessa, que sejam boas para si, não pode deixar de tecer considerações éticas a respeito da vida e os efeitos de sua posição social.

Ambos os pontos de vista – o que considera a culpa como intimidadora da participação masculina no debate sobre gênero, ou o que a avalia como instigadora de mudanças – partem, assim, de uma análise reducionista dos processos de transformação de subjetividade e, por consequência, de resistência às opressões. Reproduz moralismos sociais que fundaram as bases da sociedade que produziu regimes que capturaram nossas possibilidades de valorização do que é diverso. Por conseguinte, deixam de considerar “todo um conjunto de relações de poder que podem ser exercidas entre indivíduos, no seio da família, em uma relação pedagógica, no corpo político” que, segundo Foucault (2010a, p. 266), faz parte das relações humanas.

Em meio às narrativas a respeito de como os homens devem ser engajados no enfrentamento das opressões de gênero, a mudança que deveria significar mais uma abertura à transformação constante, a partir de uma crítica permanente de nossos lugares nas relações sociais, torna-se mais um dispositivo de adjetivação dos homens, respeitando o regime que ergue o próprio machismo. Cabe nos perguntar: qual o lugar dos conflitos, das dissonâncias, das dores, das nossas próprias glórias e vaidades nas narrativas das práticas de transformação social? A simplificação dos aspectos que formam nossa subjetividade, nos discursos que visam à captação de recursos e o controle financeiro dos projetos – e das próprias subjetividades – faz-nos despendar o cabedal necessário para olhar as demais relações de forças presentes nos grupos que são convocados a resistir ao gênero. Dito de outro modo, focar o debate sobre a participação dos homens na promoção da equidade de gênero na relação custos *versus* privilégios, ou homens vítimas *versus* opressores do gênero, tem, de alguma maneira, embotado o olhar para as outras linhas que tecem as relações de opressão, e para o próprio sistema opressor. Por meio de artifícios de produção de conhecimento supostamente neutros (pelo menos, não questionados) na definição de novas masculinidades, conserva as relações de poder que instauram os rumos do mundo.

Desse modo, não basta ser pró-feminista. É necessário estar atento às reflexões que os grupos minoritários promoveram dentro do próprio movimento feminista, como

visto no subcapítulo anterior. A pauta do feminismo liberal não promove as mudanças estruturais necessárias para acolher os grupos que comumente estiveram fora dos lugares centrais. Com estar alinhado ao feminismo não me refiro contribuir teoricamente ou discursivamente com os caminhos do movimento a partir das masculinidades. Aos homens, esta postura está atrelada, sobretudo, a deixar-se afetar pelos feminismos, que envolve mudanças de comportamentos machistas e, majoritariamente, das lentes e estruturas que lhes favoreceram. É necessário que nos ajude a desmontar todo um sistema político e de análise do mundo e das relações que eles mesmos criaram, a partir da naturalização de seus pontos de vista. Se o objetivo é por uma sociedade mais justa, chegou a hora de aposentar seus óculos confortáveis, sem esquecer também que não há igualdade entre os homens.

### **CAPÍTULO III: A INDIVIDUALIDADE NAS INTERVENÇÕES SOCIAIS: UM OLHAR DAS FORMAS PARA AS FORÇAS QUE AS INSTITUI**

O modelo ecológico, como teoria da mudança, indica que as transformações devem acontecer para além do nível individual. No entanto, em todas as camadas expostas nos debates teóricos e apresentações desse modelo<sup>88</sup>, tanto as campanhas comunitárias, quanto as leis que são reivindicadas, focam-se em aspectos pessoais, por exemplo, ações diretamente centradas na punição ou transformação do sujeito que cometeu um ato de violência, leis que ampliam a possibilidade de cuidado paterno, debates que se centram na transformação das masculinidades tóxicas. Sem desmerecer os efeitos de intervenções dessa ordem, este capítulo dá continuidade ao anterior, buscando pensar como a construção da individualidade nas ciências humanas modernas ocidentais – sobretudo, a psicologia, que é uma das áreas de conhecimento mais atuantes nas metodologias de transformação de masculinidades – tem afetado o olhar sobre os processos de produção de subjetividade e de resistência às opressões sociais.

A naturalização em um certo “modo-ser-indivíduo” (ABREU e COIMBRA, 2005, p. 42), blinda nosso acesso à história e as forças coletivas que instituem nossos modos de existir. Desse modo, tratarei aqui de como o olhar que busca separar o indivíduo de todas as suas relações com o meio, ao mesmo tempo em que ignora a articulação de aspectos econômicos, políticos e as convenções de classificação hierárquica dos sujeitos (raça, gênero, idade, habilidades físicas e intelectuais), invisibiliza as saídas que se produzem em meio à complexidade dos encontros nas formações, que têm como efeito as mudanças nos processos de produção de subjetividade.

---

<sup>88</sup> Mais detalhes sobre as ações sugeridas para cada camada desse modelo estão descritos no primeiro capítulo.

*A abordagem aos homens que me servia de base para o trabalho fazia parte de um escopo teórico de transformação social, que visava ampliar os alcances das mudanças das masculinidades ocorridas individualmente. O “modelo ecológico” funcionava como uma teoria da mudança para a avaliação dos alcances nas transformações das masculinidades. Tal estrutura teórica ganhou o destaque, imersa em exigências dos financiadores de projetos sociais para a demonstração objetiva dos resultados a serem alcançados e suas causas.*

*O modelo ecológico indicava como as transformações de gênero deveriam se dar nos diferentes níveis. Dentre suas qualidades, além de dar forma para iniciar o debate, aponta a necessidade de cooperação entre os diferentes setores da sociedade para que os processos de mudança sejam realizados. No entanto, na apresentação das ações consideradas necessárias, tais mudanças se concentravam em resultados esperados de comportamentos e atitudes, em diferentes níveis, que variavam, principalmente, quantitativamente. As mudanças de atitudes pretendidas e contabilizadas eram resumidas às sentenças elaboradas por uma escala. Assim, na prática, tensões localizadas, conflitos e uma série de forças atravessavam os debates. De outro lado, a teoria, publicações, relatórios, manuais, cartilhas e panfletos, buscando dar contornos impermeáveis e velocidade à execução dos projetos para envolvimento dos homens na equidade de gênero.*

*Nas práticas, as questões políticas possuem delineamentos complexos, diferenciam-se da estrutura formal do Estado, acontecem por meio de disputas relacionadas ao poder de gerir os rumos de determinado local ou projeto. As ações de “advocacy”<sup>89</sup> sugeridas e planejadas diziam respeito a leis e a novos arranjos em serviços públicos que sustentassem as mudanças de comportamentos dos homens, seja no cuidado com sua própria saúde, na relação com suas parceiras, ou na divisão da atenção às crianças. Tratava-se de atuar em uma camada diferente, mais ampla da estrutura social (as políticas públicas), para alcançar mais homens, fazendo com que, por exemplo, sua participação no cuidado das crianças fosse apoiada por licença paternidade.*

*Por meio da teoria de mudança, reduzida a mudanças do comportamento masculino heterossexual, mantinha-se a tradicional análise das relações de influência entre público e privado, indivíduo e sociedade, em que o que diz respeito ao indivíduo –*

---

<sup>89</sup> Termo sem tradução ainda para o português relacionado à ação de influenciar políticas públicas.

*suas crenças, atitudes e comportamentos – é pensado como fruto do social. O social, por outro lado, é composto pelo conjunto dos comportamentos individuais, em que leis e normas são responsáveis por homogeneizar, harmonizar e dar inteligibilidade às relações sociais. No entanto, é possível falar de mudança dos homens nos referindo apenas às formas que sustentam seus comportamentos? Tal ecologia dos processos de mudança não deveria incluir as dinâmicas que instituem as formas com as quais indivíduos e sociedades se apresentam?*

### **3.1. A universalização da individualidade nas demandas para os projetos de desconstrução de masculinidades**

Parte das questões que emergem nesta tese se inicia pela demanda naturalizada de transformação das masculinidades nos processos de formação para o engajamento dos homens no trabalho de promoção da equidade de gênero. Por naturalização, assim como o fez Heliana Conde Rodrigues (1991), refiro-me a uma procura sem história, em que os processos políticos que atravessam as escolhas são ofuscados pela construção de um arcabouço teórico que se pretende neutro e rigoroso.

A análise de demandas é aqui assumida como fundamental nas batalhas contra a hegemonia na produção de saberes, percebida também como relação de poder estruturante, em articulação às que atravessam nossos trabalhos sociais, aquelas que buscamos explicitamente enfrentar. Assim, tomo de empréstimo o debate de Heliana Conde Rodrigues (1991) sobre os sentidos das demandas naturalizadas à psicologia, em que a autora põe em análise os significados do social em nossas práticas. A autora argumenta que existem várias narrativas possíveis para explicar que uma demanda é socialmente produzida. No entanto, ela se concentra em dois dos sentidos mais comuns: um próximo a uma visão liberalista dos males da civilização e o outro apoiado numa versão marxista simplificadora. Como exemplo do primeiro caso, podemos dizer que uma demanda se dá “pela condição de miséria e exploração imposta à maioria da população que, sem alternativas políticas adequadas, adoecer” (RODRIGUES, 1991, p.44). No segundo caso, explicamos a demanda “pela estrutura das relações de produção capitalistas que alienam o ser humano dos produtos de seu próprio trabalho numa estória sem sentido” (idem). Nesses dois âmbitos, a questão sócio-histórica é entendida

como causa dos problemas (psicológico, sociais, educacionais) que geraram a demanda, o que não contribui para nos afastar das teorias de carência cultural, em que tais problemas são analisados a partir de algo que falta ao indivíduo, e não como parte de uma estrutura produtora de demandas. Muito diferente é quando o social é percebido como inventor da própria demanda, em que os especialistas estão inevitavelmente implicados como produzidos e produtores daquilo que se propõem a realizar ou tratar (RODRIGUES, 1991). Assim, nossa preocupação não é compreender como o tempo e o meio criam os sujeitos, mas como a passagem do tempo e a estrutura social mudam a concepção sobre o próprio sujeito, bem como o modo de produzir teorias sobre eles, suas demandas e também os modos de abordá-las. Aqui, minha ênfase consiste na necessidade de analisarmos, sobretudo, o olhar dos profissionais e militantes para os sujeitos que visam transformar, pois, como tive a chance de abordar no capítulo anterior, o enfrentamento do cisheteropatriarcado depende de uma crítica completa às nossas posições e às lentes que utilizamos para enxergar os problemas que nos propomos a enfrentar. Mais do que tudo, a questão problemática do cisheteropatriarcado é a do olhar para os sujeitos.

Sem uma análise de nossos lugares de poder, é comum que nossas abordagens se concentrem ou no esforço de preencher o que supostamente falta aos indivíduos, para que se adéquem a um sistema social não questionado – feminismo liberal, por exemplo –, ou na simples problematização do sistema social, sem que nossas práticas e modos de produzir conhecimento sejam desnaturalizados. Nesse sentido, ou agimos sobre indivíduos, ou sobre a sociedade, sem que as relações de poder que os classificam, os dicotomizam e hierarquizam sejam questionadas.

Nas intervenções para a prevenção à aids analisadas em meus estudos de mestrado, eram observadas três abordagens principais, dentre as citadas por autores dedicados ao tema (SCHALL e STRUCHINER, 1995; PARKER, 1998; PASSARELLI, 2002): a comportamentalista, a humanista e a político-social. Na primeira, a abordagem comportamentalista, a realidade é compreendida como algo dado e objetivo, em que o comportamento humano é visto como produto de estímulos, respostas e reforços, podendo ser observado e manipulado através de condições necessárias para o seu controle. O papel de quem trabalha com intervenções por meio dessa perspectiva, resume-se à transmissão de informação, de práticas sociais saudáveis ou consideradas mais justas, além de habilidades para promovê-las (SCHALL e STRUCHINER, 1995).

Embora a abordagem comportamentalista permita controle mais rigoroso de seus resultados, por meio da mensuração do número de pessoas alcançadas, se a informação assimilada está correta ou não, ou se os comportamentos estão sendo reproduzidos (PARKER, 1998; MONTEIRO, 2002), os efeitos de tais mudanças não costumam ser aferidos. Os Modelos de Crenças em Saúde (*Health Belief Model*), A Teoria da Auto-Eficácia (*Self-Efficacy Theory*), a Teoria da Ação Racional (*Theory of Reasoned Action*), a Teoria do Aprendizado Social (*Social Learning Theory*) e a Teoria da Ação Social (*Social Action Theory*) são exemplos dessa abordagem (PARKER, 1998). É importante destacar que questões sociais e culturais não são desconsideradas nessa abordagem, uma vez que explora maneiras pelas quais as mudanças no ambiente e as normas sociais influenciam mudanças no comportamento dos indivíduos (PARKER, 1998).

Na contramão da comportamental, a abordagem humanista toma a realidade como um fenômeno subjetivo, concretizada a partir da interpretação individual e das relações interpessoais (FONSECA, 2004). Uma vez que considera o homem um ser em busca do uso pleno de suas potencialidades, as formações humanistas estão a serviço do crescimento pessoal ou grupal, ou do que, em 1961, Carl Rogers, um dos idealizadores desta abordagem, chamou de auto-realização. A partir do respeito às diferenças de cada um, o indivíduo é estimulado a usar a criatividade e se educar de forma autônoma, com base em suas próprias motivações. A satisfação e o desejo são importantes aqui. No caso das ações de prevenção à aids, estimula-se o encontro de práticas preventivas do HIV que sejam eroticamente satisfatórias. Nos projetos que incluem as masculinidades, alinham-se a essa perspectiva as intervenções que buscam discutir os custos das normas de gênero para a saúde dos homens e suas parceiras, e estimulá-los na construção de comportamentos que os beneficie. Muitos dos grupos com homens, que têm se formado atualmente no Brasil, ou mesmo os que tiveram início na década de 1970, mencionados no primeiro capítulo, trazem elementos humanistas para suas seções. Muitas das críticas a essa abordagem, no entanto, denunciam a sua ênfase na universalidade da condição humana e no indivíduo como o centro de tudo (FADIMAN e FRAGER, 1986; SCHALL e STRUCHINER, 1995), sem levar em conta as dinâmicas de poder que nos envolvem.

As perspectivas comportamentalistas e humanistas não contribuem para escaparmos da unilinearidade das relações estabelecidas entre indivíduo e sociedade: ou o indivíduo forma o meio, ou a sociedade forma o indivíduo. Mesmo pelo prisma

bidirecional – um e outro se formam mutuamente –, a preocupação dificilmente chega a um debate sobre como são forjadas as fronteiras que definem o individual e o social. É uma questão de como os conteúdos são adquiridos e não como forjamos as marcas que nos definem. Poucas ferramentas são construídas para nos apoiar em análises críticas das referências que usamos para pensar os processos de construção de subjetividade. Considero tais análises fundamentais, uma vez que, tal como temos debatido aqui, o cisheteropatriarcado, em articulação com o regime colonial-capitalístico<sup>90</sup>, age justamente pela captura de nossas possibilidades criativas de existência, por meio dos artifícios que cria na condução de nossos modos de perceber e nos relacionar com o mundo.

Nas abordagens político-sociais, a formação é considerada um ato político, cujos métodos devem ser problematizadores da realidade, com vistas a sua transformação (SCHALL e STRUCHINER, 1995). O conhecimento mútuo dos sujeitos envolvidos no processo de formação em grupo é condição para que se influenciem e cresçam juntos. Dentre trabalhos que envolvem esta perspectiva, podemos citar os influenciados por Paulo Freire e os trabalhos de pesquisa intervenção, por exemplo. Na metodologia de educação popular de base freireana, os participantes são transformados em sujeitos questionadores e críticos de sua própria realidade, capazes de reagir às forças que os oprimem (FREIRE, 1980; PARKER, 1998; FONSECA, 2004). Nos projetos de promoção a saúde e prevenção à aids, inclusive os que envolvem as masculinidades, recomenda-se a identificação das necessidades do grupo e o planejamento de estratégias que vão ao encontro dessas necessidades.

Outro exemplo de uma abordagem político-social é a pesquisa-intervenção. A pesquisa-intervenção radicaliza a produção de resistência por meio de uma análise dos acontecimentos na cena grupal. A implicação de todas as pessoas com os processos de

---

<sup>90</sup>Uso aqui as noções desenvolvidas por Sueli Rolnik (2018) em as “Esferas da insurreição: notas para uma vida não cafetinada”, entre outras obras de sua autoria que podem ser encontradas nas referências bibliográficas desta tese. A autora trabalha há muitos anos pensando as interrupções capitalísticas dos “processos de singularização que se desencadeiam nos encontros entre os corpos e seus idiomas próprios” (ROLNIK, 2018, p. 103), a partir das propostas de Félix Guattari, com quem estabeleceu parcerias de trabalho. Sueli Rolnik, conforme afirmou Paul Beatriz Preciado no prefácio do livro citado, dá continuidade à iniciativa de Guattari em cartografar as múltiplas revoluções moleculares que se passam em determinadas intervenções sociais. O sufixo “ístico” foi acrescentado por Guattari à palavra capitalista para denotar a sobre-codificação deste regime, que incide sobre todos os domínios da existência humana, conforme salienta Sueli Rolnik (2018). A palavra cafetinagem é utilizada por Rolnik para se referir à exploração da força de trabalho e da força vital imposta pelo regime colonial-capitalístico aos nossos corpos. Tais ideias me têm sido úteis há muitos anos, na busca por compreender e acompanhar deslocamentos cujos processos não eram generalizáveis, mas atravessam os corpos, e não passavam pela reprodução de discursos esperados sobre comportamentos mais equânimes.

transformação social, que se instauram nos grupos, é posta em exame, inclusive as intenções e bases teóricas do facilitador. A transformação não é o objetivo, nem tem forma antecipada, mas é efeito das relações estabelecidas. As incertezas, os problemas e as contradições são consideradas na condução dos processos de reflexão, uma vez que, segundo Regina Benevides de Barros (2003), está posto que os recortes excludentes e binarizantes operados pelos modelos científicos já não bastam na investigação do mundo. Ou melhor, produzem silenciamentos de tensões e contradições que são inerentes a exploração do mundo e as relações que são estabelecidas entre seres humanos.

Explicar sobre as três abordagens aqui, que foram identificadas nas ações de prevenção à aids, não visa esgotar as possibilidades de classificação das intervenções realizadas com homens para a promoção da equidade de gênero. Na prática, muitos grupos não se nomeiam como seguindo uma ou outra perspectiva. Entretanto, considero pertinente analisar as ponderações a respeito de tais abordagens, porque nas intervenções, nos documentos e nas apresentações a respeito das metodologias de transformação das masculinidades, é fácil identificar tendências afinadas com uma ou outra perspectiva, ou que produzem articulações entre elas. Do mesmo modo, podemos ainda observar, em alguns grupos de base humanista ou comportamental – centrados nas mudanças individuais, seja por considerar as influências do meio ou as capacidades de auto-realização de cada um –, uma propensão mais sensível ao reconhecimento das diferentes injustiças sociais, de maneira a organizarem movimentos de reestruturação de serviços e políticas não equânimes. Por outro lado, autores dos materiais com os quais trabalhei (caderno de atividades de grupo, campanhas comunitárias) e profissionais do engajamento dos homens na promoção da equidade de gênero, que afirmam a importância de trabalhar com uma perspectiva de base freireana, tal como visto no primeiro capítulo, põem acento na necessidade das transformações comportamentais, passíveis de serem avaliadas por instrumentos que medem a repetição dos protocolos e discursos a respeito do que seria um homem “desconstruído”. Concentram-se em convencer o público de que ajudar suas parceiras nos cuidados com as crianças, com as tarefas domésticas e as tratar bem, poderia lhes retribuir o amor ofertado, em uma relação de custo-benefício.

Assim, se assumir como pró-feminista não garante que as ações com homens mergulhem no questionamento do patriarcado ou mesmo das assimetrias de gênero,

nem optar por teorias político-sociais também o garantiria, se não forem observadas as parcialidades de nossos olhares sobre os processos de produção de subjetividade. É premente pormos em análise as forças de nossas participações como especialistas, homens, brancos, nativos de regiões mais privilegiadas do globo. No curso das formações e das intervenções, como tratarei no quarto capítulo, não há como fugir das tensões e contradições. Ocorre, no entanto, como mencionado, que nas disputas por atenção e recursos, reproduz-se a corrida tanto quantitativa quanto pela produção de teorias simples e replicáveis. A inclinação, assim, é mais de apagamento do que escapa às nossas fórmulas universalizadoras, do que de investigação do que foge aos códigos, do que desterritorializa nossas ideias prontas a respeito da vida.

Com base nas abordagens apresentadas, a partir de minha experiência nos trabalhos que visam à emancipação social, atravessada pelos conhecimentos em psicologia, considero que esta área de atuação tem traçado dois caminhos. O primeiro deles passa pela tentativa de adaptação dos indivíduos às regras sociais, produzindo sujeitos supostamente civilizados. O segundo caminho visa à emancipação. Muitas práticas que buscam a liberdade, no entanto, seguirão o primeiro rumo caso não sejam questionadas as condições oferecidas para tal projeto libertário. Se tal busca pela liberdade se restringe a circular por espaços diferentes da sociedade colonial-capitalística, sem questioná-los, isso não apenas será um desafio, uma vez que mulheres e homens terão que se fazer caber em formas que não foram construídas para si (a do espaço público e do privado, respectivamente), como também não será suficiente para ruir hierarquias tradicionais.

A desnaturalização das normas de gênero tem sido apontada como primeiro passo para a transformação. Uma vez que se compreende que ser homem e ser mulher não é natural, e as normas que os constitui como tal produz efeitos prejudiciais para ambos, abre-se para a possibilidade de transformação. No entanto, ser homem e ser mulher não se restringe a comportamentos que resultam de modelos ou de uma crença a respeito das expectativas e comportamentos de nossos pares, tal como mencionado a respeito da noção de normas de gênero presentes nos cadernos de referência para intervenções nas masculinidades. Gênero é efeito de um conjunto de tecnologias que tem nos afastado de nossas possibilidades de expressar criativamente nosso modo de existir. Assim, a tendência desnaturalizadora que também precisa ser privilegiada é a da análise de tais tecnologias, da reprodução das formas instituídas, das divisões

tradicionais dos sujeitos, das referências que construímos para que todos trilhem os caminhos das mudanças sociais.

Para pensar essa questão, cabe retomar a diferença entre desnaturalização e relativização. Nos discursos dos projetos sociais, começou-se a falar de respeito às realidades locais. Quando se faz isso sem quebrar o paradigma da universalidade humana, das diferenciações entre natureza e cultura, sem pôr em xeque nossos lugares de enunciação, produz-se relativismo. Fala-se de respeito e tolerância, a partir do lugar da redenção. Olha-se para o outro como o outro de um eixo central, com um olhar condescendente. Esse é o olhar que tem sido partilhado pelos homens, em seus discursos sobre transformação das masculinidades. Não abandonam seu papel heróico, seja pela função de proteção dos mais frágeis que devem desempenhar, seja por vencerem, por meio de sua própria transformação, as adversidades que lhes produz também tantas perdas.

Para caber nos esquemas interpretativos e nos prazos financiáveis, tudo é dividido, realizado e avaliado parte por parte. As forças instituintes das formas que usamos para nos situar em nossas ações, bem como as conexões de tais partes são esquecidas. Assim, no apressar das realizações, valoriza-se mais as forças de conservação do que as potências de criação que nos atravessam (FUGANTI, 2019). A subjetividade é, então, segmentada. Dividi-la em unidades, diferenciadas por sua dimensão espacial – indivíduo e sociedade –, ajudou a fundação dos especialismos nas ciências sociais e humanas, atraídos pela compreensão das transformações geradas com os processos de industrialização das sociedades modernas.

Nas teorias psicológicas nascidas na Europa Ocidental e nos Estados Unidos, a produção de práticas individualizantes (RODRIGUES, 1991) influenciou os discursos sobre os processos de produção de subjetividade e as mudanças pretendidas. Foi, então, na configuração das humanidades na modernidade, e no esforço de sua valorização em comparação com as ditas ciências exatas e da natureza, que os seres humanos (chamado muitas vezes de homem) passaram a ser pensados de modo segmentado e apartado das forças que os fazem se representar. A psicologia, em sua fundação como ciência na modernidade, buscou encontrar aquilo que é próprio de seu campo de estudos, o que justificaria a delimitação de suas fronteiras de conhecimento, o fenômeno psicológico. Para muitos, tal fenômeno se caracteriza pelo que é específico dos indivíduos, realidades demarcadas pela pele, cuja relação com o meio que o circunda seria de causa

e efeito (BOCK, 2000). Dentro desse sistema de compreensão, os indivíduos seriam formados pelo meio e a sociedade é constituída de indivíduos. Caberia à psicologia e à sociologia, elegerem seus campos de estudos dentro de tal recorte, para fundarem suas áreas de conhecimento e darem consistência científica às suas análises.

Ao livrar-se da determinação pela fé, a razão foi eleita como condição humana conquistada oportunidade de transformar o meio. Necessitando emancipar-se para extrair fonte de riquezas da natureza e transformá-las em mercadorias, a burguesia defendeu uma concepção de ser humano (homem branco e adulto) como um ser livre e dotado de razão para transformar o mundo em que vive (BOCK, 2000). A liberdade foi considerada condição para o desenvolvimento das potencialidades racionais, em direção à autonomia, do mesmo modo que a condição individual tem sido, a partir de então, determinante nas reflexões a respeito do alcance da autonomia e da liberdade. No entanto, tal condição humana foi forjada a partir de critérios que capturaram nossa potência de diferenciação sob uma suposta uniformidade que favoreceu determinados humanos. São determinadas características, consideradas inerentes ao sentido de humanidade, que nos torna aptos a aquisição da emancipação. Desse modo, as condições da modernidade apresentadas aqui, como a especialização do trabalho e dos conhecimentos, bem como a fragmentação da vida social, estimulou um novo sentimento: o de ser único e sem repetição. Porém, não diferente/singular.

O sentimento de unidade foi marcado pelo que Guattari e Rolnik (2013) denominam de três níveis do processo de individuação: 1- pelo fato de sermos seres biológicos comprometidos com a nutrição, com a sobrevivência; 2- o da divisão sexual (homem, mulher, homossexuais); e 3 – individuação nas relações sócio-econômicas: classe social que somos coagidos a assumir. Dessa forma, os indivíduos são resultado de uma produção de massa, que os serializa, registra, modela, de modo a terem sua potência de criação da existência aprisionada (GUATTARI e ROLNIK, 2013, p. 40). Mas como mencionado, a partir dos estudos feministas e de pensadores decoloniais, a tentativa de fixação dos sujeitos em categorias sociais de pertencimento, está colada em padrões binários/ hierarquizantes de gênero, raça, classe, entre outros marcadores.

A identificação de uma universalidade ou de marcas comuns entre os seres humanos constitui-se nos esforços de uma psicologia que nasce imersa no compromisso com a revolução burguesa e industrial. Em seu processo de constituição como área de conhecimento, a psicologia trabalhou para que fossem desenvolvidas as condições de

um indivíduo apto a viver em uma sociedade liberal. Piaget é um exemplo, cujos esforços teóricos não podem ser descolados das condições materiais de sua época. Seu objetivo era criar ferramentas para desenvolver sujeitos competentes a participarem de uma sociedade liberal (MATTOS, 2012). Para tal, desenhou, segmentou, organizou em etapas o desenvolvimento humano. Buscou componentes universais, essenciais dos seres humanos. A noção de racionalidade tornou-se um elemento importante na delimitação das marcas individuais e da psicologia. A razão, tal como a definiram os pensadores europeus ocidentais e estadunidenses, foi considerada a ferramenta necessária para que os sujeitos não apenas participassem da construção da sociedade, como foi condição para a emancipação de cada um. O uso de uma certa racionalidade passou a ser também passaporte para a humanidade.

A partir da obra de Piaget (1985), a questão do social e da interação com o mundo não escapou de uma relação de causa e efeito, em que são determinados aspectos ou instrumentos encontrados no ambiente que irão facilitar o desenvolvimento cognitivo dos indivíduos, levando-os ao uso pleno de suas capacidades racionais. Desse modo, são reforçadas ainda as demarcações das fronteiras que separam os indivíduos de seu meio. O meio que aparece é genérico, às vezes social, às vezes físico, que preenche, molda, constitui, estimula, controla (BOCK, 2000). A relação do homem com a sociedade é hegemonicamente vista por uma relação binária, por vezes, dialética, e não dinâmica e integrada. Além disso, nos acostumamos a olhar mais para dentro dos territórios do que para as forças que os institui.

A noção de homem racional, como o centro do mundo, ajudou, assim, a construir os caminhos que fortaleceram as bordas que separam o indivíduo e a sociedade, associando-se à noção universalizada de humano como aquele que é capaz de dominar racionalmente as ferramentas e os recursos que o cercam. A relação entre o indivíduo e o meio é vista, portanto, nas sociedades modernas, como de dominação e não de integração e cooperação.

Para nos aprofundarmos mais nessa relação, com base nos estudos de Facchinetti, Castro e Portugal (2018), lembramos que na virada do século XIX para o XX, havia dois projetos de psicologia marcados por um contexto de Revolução Industrial, em que as migrações para as cidades, problemas de urbanização, moradia, salário, novas formas de trabalho, além de revoltas e manifestações, colocaram questões para os governos europeus. O primeiro projeto opunha o indivíduo ao grupo, apontando

o perigo das multidões. Desse modo, buscava uma lógica própria ao indivíduo, apoiando a consolidação dessa noção, a partir de demarcações claras em relação ao contexto social que o circunda. Em oposição ao caráter imprevisível e violento da multidão, a partir de perspectivas como as de Le Bon<sup>91</sup> (1980), a previsibilidade e a racionalidade eram considerados os atributos inerentes aos indivíduos, que os conduziria a uma convivência social mais adequada.

A segunda perspectiva, representada por Tarde (2005), abordava o problema do social de forma distinta, em que os comportamentos dos grupos eram pensados em articulação com as transformações sociais e técnicas em curso. Com isso, Tarde (2005) criou um conjunto de categorias mais matizado do que os da época e constatou que as multidões também poderiam manifestar laços amistosos e de amor. Sua ênfase foi no conceito de público, derivado de possibilidades técnicas e instituições históricas. A perspectiva de Tarde, no entanto, foi ofuscada pelas abordagens mais individualizantes da ação social, não por questões conceituais, mas porque não atendia tão bem as conveniências de disciplina e controle, de interesse colonial-capitalístico. O interesse de Tarde por explicar justamente a similitude de milhões de homens, pelo mundo dos detalhes, foi esmagado, segundo Deleuze e Guattari (2008, p. 98) pelas “grandes representações coletivas, geralmente binárias, ressoantes, sobrecodificadas”.

Assim sendo, a oposição entre o indivíduo e o social foi um dos componentes basilares para as produções de conhecimento próprias de um projeto moderno e colonial-capitalístico. Está na base da tecnologia política que garantiu o poder desse regime. Ao visar o controle dos corpos, a racionalidade colonial-capitalística se concentrou na delimitação de componentes individuais, separando-os de sua relação complexa com o meio. A transformação organizada e útil ao regime político e social que se instalava era a que investia nos gestos, nas crenças, nos comportamentos e atitudes, passíveis de serem alocados em uma estrutura científica de causa e efeito, em que as potências criativas da vida em sua relação com meio, incontrolláveis e imprevisíveis, são desconsideradas. É ainda esse modelo que insiste em nossas intervenções sociais que miram as masculinidades.

---

<sup>91</sup> Cabe mencionar também que Gustave Le Bon afirma que a miscigenação é um fator de degradação racial e que “mulheres, de qualquer raça, são inferiores até mesmo aos homens de raças inferiores”, segundo Ana Maria Gonçalves (2010, s/p). O livro *Psicologia das Multidões* serviu a governos autoritários como os de Hitler.

Com o auxílio das análises foucaultianas (1988, 1995, 2005), consideramos que o ser humano, tomado como objeto de conhecimento, foi produzido em sua individualidade, a partir de concepções de normal e anormal, de dentro e fora da regra, por meio de práticas de controle e vigilância, em um casamento entre a produção de saberes sobre os sujeitos e técnicas de dominação. A circunscrição de um campo individual, na busca pela garantia da eficácia nos sistemas de vigilância e controle, desinteressou-se pelas instabilidades, atualizando-se em um sistema de regras normalizadoras, que definem o verdadeiro do falso. Assim, a produção subjetiva do indivíduo, pautadas em tais formas normalizadoras da vida humana, adequou-se ao discurso científico operado pelas produções políticas da modernidade (ABREU e COIMBRA, 2005). Dessa maneira, o desenho das marcas individuais foi tracejado por toda uma produção de controle das variáveis e instabilidades dos objetos investigados, que passaram a orientar tanto práticas clínicas quanto políticas, por meio do estabelecimento de “certas naturezas, modelos e identidades” (ABREU e COIMBRA, 2005, p. 42).

Todo esse aparato produtor de saber, normalizações e poder intensifica as linhas que dividem humanos e não-humanos, reduzem a amplitude de nossas análises, da inclusão de diferentes ângulos de visão e de nossa capacidade inventiva de outras formas de ser e viver. Tal divisão, entre humanos e não humanos, baseia-se, segundo Maria Lugones (2019) na separação entre os homens brancos, como seres humanos por excelência, e os indivíduos racializados e as mulheres “como a inversão dos homens” (LUGONES, 2019, p. 359), servindo, conforme mencionado no segundo capítulo, à missão civilizatória que favoreceu o acesso à exploração e expropriação dos corpos colonizados.

A respeito da redução da amplitude de nossas análises, segundo Joan Scott (1998), ao permanecermos dentro de uma moldura epistemológica ortodoxa, a experiência é capturada por meio de discursos que produzem cortes nas situações vividas, de acordo com sua capacidade de criar evidências que corroborem determinado conhecimento. Como efeito, há o apagamento das situações que não interessam, em que transformações são descontextualizadas. Quando isso acontece, o mérito pelos deslocamentos ocorridos ao longo das intervenções sociais é limitado às condições inerentes ao indivíduo, ou ainda, à utilização de técnicas eficazes. O que temos são projetos sociais que põem suas ferramentas à frente das relações de opressão que

visamos combater. Por exemplo, comprovar mudanças de comportamentos ou a reprodução de discursos previamente estabelecidos, isto é, o que cabe dentro do instrumento, é o que vale ser observado e investido. Impulsos criativos, desejos de fazer dobrar os processos de formação, são desencorajados em nome da boa comprovação dos resultados, tal como será narrado no capítulo que se segue.

As condições que circunscreveram as noções de indivíduo, humano, humanidade e produção de subjetividade vigoram ainda hoje nas sociedades coloniais-capitalísticas, e definem planos de mudança social e promoção de direitos em um nível internacional. A demarcação das fronteiras individuais é elemento indispensável para as relações de produção nesse regime. Mas por meio de seus dispositivos de universalização e hierarquização de formas de saberes e das noções de humanidade, bem como suas teorias de mudança descomplexificadas, abreviadas aos comportamentos, a dimensão das forças que atravessam os encontros com os grupos nos processos de intervenção e formação é apagada. Contribui para a falsa ideia de exercício da meritocracia, sem que o *status quo* seja questionado. Desobriga o Estado ou a comunidade de se encarregar pelos cuidados de manutenção da vida, relegando-o à esfera privada, particularmente à mulher. Faz parecer que os processos de transformação de masculinidades estão circunscritos à divisão das tarefas domésticas. Reproduz modelos e heróis. Responsabiliza mulheres e homens, individualmente, pelo enfrentamento das relações de opressão, sem que os poderes coloniais-capitalísticos sejam de fato questionados: o da branquidade, da regionalidade, da hierarquia de saberes, entre outros, regidos sob normas que padronizam, capturam a capacidade inventiva dos processos vitais.

As noções de privacidade e de privado, que fundamentam muitos dos trabalhos com as masculinidades, são fortalecidas em consonância com os princípios que consolidaram o individualismo, marcando ainda mais as fronteiras identitárias e as desigualdades entre mulheres e homens. A manutenção das mulheres no universo privado foi essencial para a manutenção dos homens no público, para tomada de decisões ou para a produção de mais valia, de modo que foi a partir dessa premissa que muitas feministas se engajaram na produção de transformações. Como visto, enquanto feministas liberais buscaram fazer com que as mulheres de classe média ocupassem também o domínio público, outras linhas feministas defenderam a desconstrução da oposição entre o público e o privado, que havia justamente desvalorizado todo o trabalho de manutenção e cuidado da vida, que passou a ser relegado à esfera doméstica.

Por meio de uma relação entre a ideologia neoliberal, o capitalismo global e a promoção do individualismo, Ângela Davis (2018) nos convoca a identificar os riscos do individualismo para as lutas contra o racismo, a pobreza, o machismo e outras questões. Mesmo quando determinadas lideranças da resistência – a autora cita o exemplo do Nelson Mandela – explicitam suas conquistas como resultado de um esforço coletivo, somos alçados pela mídia e pelos analistas sociais e históricos a tratá-las como heróis, tal como abordaremos em mais detalhes no último capítulo. Um dos perigos disso é distanciar o coletivo de sua potência transformadora. “No momento em que se produz a individualização da responsabilidade pelas misérias humanas, produz-se ao mesmo tempo a invisibilidade de seus efeitos e de como vem se dando a fabricação de estratégias retóricas dos indivíduos e grupos” (COIMBRA, LOBO e NASCIMENTO, s/d, p.4). Nesse sentido, a individualização das práticas de resistência às diferentes opressões transforma os sujeitos ou em culpados, ou em heróis – mais de uma vez, ouvi homens ditos desconstruídos se queixarem da falta de elogios às suas contribuições nas tarefas domésticas ou cuidados dos filhos. Além disso, mais do que se concentrar em algozes ou merecedores de aplauso, desvia nosso olhar sobre os dispositivos que instauram as opressões nas sociedades coloniais-capitalísticas modernas:

A ficção do indivíduo abstrato, desencorporado é uma grande virtude da teoria democrática liberal; foi feita para garantir a igualdade completa perante a lei. Na sociedade, entretanto, os indivíduos não são iguais; sua desigualdade repousa em diferenças presumidas entre eles, diferenças que não são singularmente individualizadas, mas tomadas como sendo categóricas. A identidade de grupo é o resultado dessas distinções categóricas atribuídas (de raça, de gênero, de etnicidade, de religião, de sexualidade... a lista varia de acordo com tempo e espaço e proliferou na atmosfera política da década de 1990)” (SCOTT, 2005, p. 23).

Desse modo, o debate segue circunscrito ao fato de falarmos de custos ou benefícios, ao “ou isso, ou aquilo”. Como efeito, são os indivíduos, e não a dimensão política das relações e forças que os atravessam, que continuam como principais alvos das mudanças. Mudanças essas, arquitetadas externamente, como se fossem o único caminho possível. Esforços têm sido feitos para criar ferramentas que ignoram as forças que marcam nossas histórias e relações.

A violência tem sido tratada principalmente como expressão do machista, sem que nos indaguemos sobre como são instituídos os machismos cotidianos que enfrentamos, para além da ideia de uma cópia de modelos que se apresentam aos

homens ao longo de suas vidas. Entretanto, como referido no capítulo anterior, a partir dos estudos de Judith Butler (2014) e Teresa de Lauretis (2019), pensar gênero como norma não trata da simples reprodução de modelos, mas é consequência de “uma tecnologia política complexa” (FOUCAULT, 1988, p. 121; LAURETIS, 2019, p. 123). A culpa e a redenção, como discutido no capítulo anterior, tornam-se os motes de boa parte das ações masculinas de enfrentamento do patriarcado, mas não dá conta de fazer ruir sua máquina.

A circunscrição de uma esfera individual, que apenas considera o social causa ou efeito desse indivíduo, caminha ao lado da tentativa recorrente de separação da política das práticas profissionais, com vistas a tornar determinado campo de estudos confiável, “livre de ideologias”, imposição cada vez mais comum à psicologia, à educação ou, de modo geral, às intervenções diretas com o público de interesse. No entanto, não é possível conceber as noções de humano e de mundo fora de uma produção política. A intenção de despolitização da psicologia é justamente o que conduz nosso olhar para os processos individuais, para os seres humanos. O equívoco se dá pela correlação exclusiva entre política e leis, instituições e planos de governo. Não se associa à política o regime de forças que compõem os governos e as relações sociais.

Acompanhando Martín-Baró (2013), a partir de seus debates sobre uma prática libertária da psicologia, não basta perguntar o que determinadas áreas de conhecimento podem fazer pelos problemas sociais. É necessário pensar sobre os efeitos que os saberes têm na configuração da sociedade, de modo que não é suficiente nos questionarmos sobre o saber de determinado lugar, quando produzimos intervenção social, mas qual a epistemologia do poder que rege nossa visão sobre esse local.

Assumir um posicionamento político em defesa da equidade de gênero não é o bastante para compor a análise necessária desse plano de forças políticas e relações de poder que interferem nos processos de produção de subjetividade. As visões de mundo que sustentam os saberes, seus usos e efeitos, precisam ser tratadas como parte desse plano de forças políticas, em seu arranjo com as formas instituídas (leis, instituições, teorias) e as forças que compõem tais formas. No regime colonial-capitalístico, é justamente seu modo de interferir na instituição dessas formas o que obstrui o fluxo de nossas potências criativas.

A separação entre a política e a psicologia deve ser analisada a partir da compreensão da política “como expressão de forças coletivas que, ao permear a vida,

produzem os humanos dessa ou daquela maneira” (ABREU e COIMBRA, 2005, p. 42). Ao tratarmos de seres humanos significados por diferentes marcações (gênero, raça, etc.), não podemos nos eximir, como psicólogos ou profissionais comprometidos com a resistência às opressões, de analisarmos a composição de forças (epistêmicas, inclusive) que atuam nas dobras dos processos subjetivos, que marcam o território de expressão de nossos modos de ser. A tentativa de cisão entre nossas práticas profissionais e os vetores políticos que as atravessam, ao excluírem o plano das forças de nossas análises e ações, produz como efeito a retirada “do humano sua potência crítico-inventiva de criação de muitas maneiras de existir, pensar, agir, perceber, sentir e, enfim, viver” (ABREU e COIMBRA, 2005, p. 42).

Reduzir os horizontes da subjetividade à experiência individual, como sujeito, “implica em estarmos dissociados de nossa condição de viventes” (ROLNIK, 2018, p 55). Há a obstrução das forças do mundo em nosso corpo, em que o desejo, considerado aqui como força de criação, insiste em escolher pontos já conhecidos para fazer seus cortes. Com isso, uma ética voltada para as demandas da vida em sua insistência em persistir, em criar mundos, é suplantada. Defendo que essa ética seja recuperada em projetos de desconstrução de masculinidades, que visam minar o modo de ser masculino como estruturante e central. Precisamos “negociar com as formas vigentes na superfície do mundo, de modo a encontrar os pontos onde o desejo poderá perfurá-la para neles inscrever os cortes da força instituinte” (ROLNIK, 2018, p 64). Uma transformação emancipatória não pode ser abreviada por novos modelos. Segundo Deleuze (2013), o processo de construção de modelos é necessário às minorias<sup>92</sup> que querem fazer se representar, impor direitos. Mas a potência dos modelos reside no que se é capaz de criar, em seu processo criador mesmo, sem que se dependa dos resultados da criação.

Dar forma a algo, produzir contornos, olhar para o que há em comum são processos importantes para podermos enxergar situações que escapam aos moldes para os quais nossos olhos estão preparados. É preciso afirmar sim, as condições e as narrativas que não costumamos contar, para aprendermos a escutá-las. Porém, é preciso atentar para os perigos da homogeneização das subjetividades e dos caminhos possíveis para resistir às opressões que lutamos. Especialmente no caso das masculinidades os

---

<sup>92</sup> Segundo Deleuze (2013, p. 218), “maioria é um modelo ao qual é preciso estar conforme [...] Ao passo que uma minoria não tem modelo, é um devir, um processo”. É nesse sentido que uma minoria, se busca representação, cria modelos, o que é necessário para sua salvação. Ao fazê-lo, torna-se maioria. Mas a potência está no que soube criar e não na dependência dos modelos. VRRAAAÁ!!!!

riscos são maiores, pois sempre serviram como modelos para os seres humanos. Se as tomamos como objeto de análise é para realizar o que não estamos acostumados a fazer, equivocar seu lugar privilegiado na definição do perfil da humanidade. É preciso contestar a centralidade das masculinidades.

Os processos de produção de subjetividade nos atravessam coletivamente, como uma máquina da qual fazemos parte. Há sempre algo em comum atravessando as coletividades. Não há problema que busquemos o comum. Faz parte da resistência coletiva. Mas o comum não é um lugar de chegada. É um processo. Não é uma descoberta de nossa semelhança, é uma invenção do que é partilhado. A questão está em deixar mantida a naturalização/ normalização do que deveria ser apenas partilhado e efeito dos afetos presentes, abertos a transformação constante.

Donna Haraway (2009, p. 45), em seu “Manifesto ciborg” tem como premissa “a necessidade de uma unidade entre as pessoas que estão tentando resistir à intensificação mundial da dominação”. Unidade no sentido empregado pela autora se refere à união, coletivização das lutas, e não à homogeneização. Aqui, não é contra tal união que me manifesto, gostaria de deixar claro. A preocupação é com os efeitos, as relações de poder não questionadas e a invisibilidade das desestabilizações produzidas nas formas de captura do regime colonial-capitalístico. Destaco o que diz a autora a respeito de que uma mudança de perspectiva pode nos capacitar “para a luta por outros significados, bem como para outras formas de poder e prazer” (HARAWAY, 2009, 45). A partir das relações que nos atravessam, de nossos lugares fronteiriços com todas as formas do planeta, a luta consiste em não ter medo das identidades constantemente parciais e das posições contraditórias. Assim, como Chimamanda Nigozi Adiche (2009) sinalizou o perigo das histórias únicas, Dona Haraway (2009, p. 46) afirma que “uma visão única produz ilusões piores do que uma visão dupla ou do que a visão de um monstro de múltiplas cabeças”. Do mesmo modo, reduzir, afinar, encapsular os alcances da transformação de gênero em escopos universalizados, produz um efeito ilusório a respeito de tal transformação. Não marcar isso apenas sustenta os privilégios dos que não sofrem os efeitos de não se verem no centro das políticas e produção de conhecimento.

Nesse sentido, minha crítica não se refere a modelos ou a ter indivíduos como público de interesse principal dos trabalhos de transformação de masculinidades, nem a psicologia como área de conhecimento mais empenhada no tema. Mas concerne a uma

política da psicologia que prioriza mudanças pessoais, de comportamentos e atitudes, apartando o sujeito do coletivo de forças que o circula, o que inclui as relações de poder e conhecimento. Assim, “o problema político a ser enfrentado não diz respeito aos indivíduos numericamente ou espacialmente considerados, mas sim a uma política de individualização” (ABREU e COIMBRA, 2005, p. 46) ou de individuação<sup>93</sup>. É o governo da individualidade que buscamos enfrentar, pois:

“nosso problema diz respeito aos procedimentos e tecnologias de poder que, ao incidir de diversas maneiras sobre a vida, acabam por separar a forma-homem [humana] do coletivo de forças que a compõe. Ao ser subjetivado como indivíduo, uma política de assujeitamento se instala pela via da desconexão de um coletivo que não é um conjunto numérico de formas individuais, mas um conjunto das mais diversas forças” (ABREU e COIMBRA, 2005, p. 47).

Desindividuação não é o mesmo que dessingularização. Os processos de singularização são diferentes das práticas normalizadoras dos processos de individuação, que engessam os investimentos nos fluxos de transformação. Enquanto, segundo Guattari e Rolnik (2005), os processos de individuação são processos de responsabilização, de culpabilização e de entrada na lei dominante, de fazermos parte de determinada espécie, sexo ou classe social, os processos de singularização associam um aglomerado de dimensões de diferentes espécies. Pode ser que os vetores de desejo, que compõem os processos de singularização, encontrem os processos de individuação. Não existe disjunção entre singularidade e individualidade, mas as mudanças englobam o que está além de uma identidade individual, formada pela família e os grupos aos quais o indivíduo pertence. Ignorar isso está na base das visões redutoras da subjetividade (GUATTARI e ROLNIK, 2005), e converte em fictícios todos os nossos relatos sobre transformação das relações de opressão.

A questão aqui não está em negar a existência de indivíduos ou aspectos individuais. Mas localizar a produção deste conceito em meio a um campo de poder que buscou esvaziá-los da dinâmica de forças que o atravessam, pois, nos encontros com os grupos, todas as forças políticas estão presentes nos processos de formação, nos tensionamentos entre nós, nas disputas que emergem das diferenças. Tais disputas não podem ser ignoradas e requerem o questionamento de um processo de diferenciação forjado a partir de um eixo que foi centralizado, de onde partiram as referências que serviram de parâmetro para o estabelecimento do que é normal ou não. E qualquer

---

<sup>93</sup>Guattari e Rolnik (2005, p. 46) usam este termo para se referir aos processos que produzem as concepções sobre indivíduos, distintas dos processos de singularização.

atuação em gênero não pode prescindir de uma prática emancipatória que leve em consideração todos os pilares articulados na sustentação das relações de poder, como as epistemologias que segmentam os processos de produção de subjetividade. Isso é imprescindível de ser realizado entre os grupos que raramente têm suas referências e características postas à prova, uma vez que se adéquam bem aos parâmetros universalizantes dos seres humanos, balizados pelo capacitismo, machismo, branquitude, ocidentalismos, setentrionalismos, entre outros marcadores.

A lutas emancipatórias não podem conduzir ao individualismo, não está relacionada a uma vida voltada para si e para seu mundo íntimo e familiar. Só há sentido quando há a superação do individualismo, por processos de singularização que instauram novas formas de vida, novos vínculos sociais e comunitários, aqueles que foram capturados pelos processos patriarcais coloniais capitalísticos. Emancipação, portanto, não é percebida aqui como a capacidade do indivíduo de decidir e resolver sozinho os percalços cotidianos, mas, a partir das noções trabalhadas nesta tese, com as contribuições de Guattari (1985), Rancière (2002) e Rolnik (2019), concebo-a como um ato de singularização, que rompe com as formas instituídas de percepção do mundo, por meio da reapropriação de nossa capacidade criativa de vida, permitindo-nos aprender algo que não nos foi ensinado.

A mudança das leis por si só não obtém eficácia simbólica, retórica, não tem capacidade de convencimento ou persuasão, tampouco tem efetividade material – em termos de sentenças adequadas dos juízes (SEGATO, 2018). Assim, a psicologia, ou as demais ciências humanas que atuam no desmonte dos processos de opressão por meio de uma ação direta com os sujeitos, tem aí uma tarefa fundamental, em sua interface com o ativismo emancipatório. Seu papel não é mudar diretamente a estrutura sócio-econômica, o que não significa não tomá-la em consideração ou se eximir de responsabilidade política. Porém, qualquer ação que visa à emancipação apostando em transformações subjetivas não pode se eximir de se questionar qual é a política que orienta as práticas que visam tais transformações. Quais são as forças que atravessam nossos olhares?

Desse modo, intervenções que partem de uma perspectiva ecológica, das composições dos processos de produção de subjetividade, não são as que necessariamente abarcam as diferentes camadas, mas as que não se esquivam de uma análise dos processos que produzem normalidades não apenas a respeito do gênero, mas

de todos os marcadores sociais que se articulam com o cisheteropatriarcado. A diferença proposta aqui, não é entre o social e o individual, por meio de seus vetores de causa e efeito. A diferença é molar e molecular, definidas por Deleuze e Guattari (1996) como, respectivamente, o campo das representações, das formas, e o campo dos desejos, dos fluxos. Desse modo, a abrangência da dinâmica que forma as subjetividades e, por conseguinte, as masculinidades e feminilidades, não se limita às camadas que influenciam os sujeitos (família, comunidade, pares, sociedade), como se fosse um processo linear de influências. Diz respeito a captar os diferentes modos de operação que compõem a máquina dos processos de produção subjetiva, em suas formas e forças que atravessam as coletividades.

As experiências de cada uma das faces da superfície topológico-relacional do mundo funcionam segundo lógicas, escalas e velocidades inteiramente díspares. Sendo elas simultâneas, indissociáveis e, ao mesmo tempo, irreduzíveis uma à outra, a dinâmica da relação que se estabelece entre ambas não é de uma oposição, mas sim de um paradoxo. Tal dinâmica nunca desemboca em síntese alguma (nem sequer dialética), tampouco na dominação ou na anulação de uma pela outra (como prometem certas teorias do desenvolvimento cognitivo e psicológico, que mais são ideologias que sustentam o império do sujeito, próprio da cultura moderna ocidental colonial-capitalística). Em suma, tal relação não desemboca em qualquer tipo de harmonia ou estabilidade permanentes; ao contrário, por ser paradoxal ela é por princípio incontornável, produzindo tensão constante, que varia apenas em grau (ROLNIK, 2018, p 55).

Nossas fronteiras individuais são porosas, uma vez que somos “efeitos de forças do mundo que habitam cada um dos corpos que os [nos] compõem e seu produto são formas de expressão dessas forças” (ROLNIK, 2018, p 38). Somos em constante ação e relação; somos formas e forças. Portanto, processos de transformação de subjetividade são processos constantes, que se dão nos encontros, por sistemas de diferenciação (singularização). Tais processos de singularização nada têm a ver com o privado, mas com as diferenciações que são próprias do viver. O curso da vida produz diferenciação e mudança constantes, não há como fugir. Apagá-las em nossas intervenções nos processos de produção subjetiva só tem servido às forças que deveríamos combater se nosso objetivo é emancipatório. É esse processo de diferenciação que precisa ser acompanhado. Qualquer tentativa de controlá-lo arrisca-se a reproduzir o esquema normalizador das subjetividades. Desse modo, deveríamos nos “debruçar sobre o que poderiam ser os dispositivos de produção de subjetividade, indo no sentido de uma re-singularização individual e/ou coletiva, ao invés de ir no sentido de uma usinagem pela mídia” (GUATTARI, 2008, p.15), tal como a perspectiva do marketing social busca

seguir. O enfrentamento às práticas de controle social, dessa maneira, compreende um processo de “revolução molecular”, caracterizada pela abertura aos processos de diferenciação permanentes (GUATTARI e ROLNIK, 2005, p. 54).

“Nós somos, cada um de nós, o local de passagem e de articulação de uma quantidade de afetos, de linhagens, de histórias, de significações, de fluxos materiais que nos excedem. O mundo não nos rodeia, ele nos atravessa. O que nós habitamos nos habita” (Comitê Invisível, 2016, p. 94). Assim, o indivíduo é algo que existe na encruzilhada entre os múltiplos componentes que nos atravessam (fisiológicos, inconscientes, o que está no entorno). É por conta da encruzilhada que vivemos, que somos uma usina de diferenciação, de produção de saídas variadas para as forças que nos acometem. Devemos nos agarrar aos cruzamentos, aos nós que nos envolvem cotidianamente. Na disputa com os sistemas sócio-políticos que, com o auxílio de técnicas e epistemologias, trabalham constantemente para nos submeter em práticas divisórias, disciplinares, puras, individualizantes, normalizantes, a recusa às formas de subjetividade que nos foram impostas é que se converte na elaboração de vidas livres (CASTELO-BRANCO, 2008). É no rastro dos fluxos, do que ainda não se estabilizou, do que se insurgiu às formas pré-estabelecidas, que nos apoderamos desse processo estético – de criação – da vida. É necessário criar e recriar novas experiências.

Convido os homens, para além de mudarem seus comportamentos, a analisarem a captura das forças produtoras das formas variadas, da multiplicidade da vida que tomam as masculinidades como eixos estruturantes, necessários à emancipação. É urgente que estejam engajados, como pró-feministas, a ruir o sistema que lhes privilegia e que insiste em nos afastar das forças que instauram a vida. Não basta o respeito masculino às mulheres. A coordenação de projetos não será dividida de forma equânime se não estiver aberta à diversidade de práticas e saberes. A vida não será emancipada das normas de gênero se não partimos de metodologias acolhedoras da força produtiva das existências.

### **3.2. Das camadas e suas relações de causa e efeito bidirecionais à ecologia das formas e das forças**

O modelo ecológico apresentado neste capítulo, como teoria de mudança para o trabalho de engajamento dos homens na promoção da equidade de gênero, ao pensar os processos de transformação/emancipação das relações de poder como abrangentes, poderia significar um caminho em direção ao questionamento das fronteiras que delimitam as camadas dos processos de produção de subjetividade. Entretanto, tal como foi descrito nos materiais de referência para o trabalho de adaptação de metodologias com homens na equidade de gênero em diversos países, tal abrangência não atenta para os vetores que atuam sobre os processos de individualização e de captura subjetiva, que sustentam relações de poderes, hierarquizam saberes e produzem desejo. Limita-se ao conteúdo das leis, dos comportamentos, das políticas públicas, sem considerar os parâmetros de produção e conservação que dão contorno a tais leis.

Ao reduzir a complexidade dos processos de subjetivação, o modo de produção de conhecimentos sobre os seres humanos, que se tornou hegemônico pela colonialidade capitalística, ignora aspectos importantes que atuam nas transformações humanas, insistindo na reprodução do que se conseguiu dar forma a partir de reducionismos teóricos. Assim, uma ação transformadora não deve ignorar as formas que dão contorno aos sujeitos, mas tomá-las de assalto e analisá-las, pensar em seu modo de funcionamento, na duração, na diferenciação (ROLNIK, 2018) e a partir da problematização das epistemologias que desenham tais formas.

Seguimos a proposta de que as desigualdades e suas articulações sejam analisadas de forma mais dinâmica e contextualizada na experiência, além de localizada em relação à construção do discurso de quem as observa, uma vez que as desigualdades adquirem sua faceta no nível institucional-organizativo, intersubjetivo, pessoal e representativo-discursivo, em momento histórico específico (Coll-Planas y Cruells, 2013). Uma resposta legal ou institucional, desse modo, não deve se limitar ao terreno individual-identitário, mas ampliá-la para um campo estrutural e discursivo, onde uma perspectiva universal deveria ser aquela que não está centrada no indivíduo ou em um grupo social, generalizando-os, mas que põe atenção nas dinâmicas presentes nas relações de todos os tipos.

Antes mesmo do giro decolonial latinoamericano do qual Aníbal Quijano é representante, Homi Bhabha, teórico indiano do poscolonialismo, em sua crítica a certa superficialidade de análise a respeito do desejo do Ocidente de governar o Oriente, “concluiu que o discurso colonial não funciona apenas como uma construção instrumental de conhecimento, mas também segundo protocolos ambivalentes de desejo e fantasia” (MENA, 2017, p. 32). Segundo Bhabha (1986), o discurso colonial não está limitado a dominar o outro, mas o repudia em termos de sua diferença.

Bhabha (1986) concentra sua análise em aspectos históricos e psicanalíticos que considera estruturar o discurso colonial. Nesta seção, penso o regime colonial também como produtor de desejo. No entanto, diferente da perspectiva psicanalítica, o desejo é aqui entendido como produção de mundo. É o próprio movimento de formação das cristalizações sociais, é fluxo, força e só existe agenciado. “Não existe sociedade que não seja feita de investimentos de desejo nesta ou naquela direção” (ROLNIK, 2007, p. 58). De modo recíproco, os investimentos de desejo são os movimentos de atualização de determinado tipo de sociedade, de suas práticas e discursos (ROLNIK, 2007). Dessa maneira, um projeto de transformação emancipatório precisa estar atento aos investimentos de desejo. Esses investimentos, que são fluxos, só podem ser captados nos acontecimentos.

Para Peter Pal Pelbart (2003), o capitalismo moderno colonial compreendeu que o que o manteria seria plugar sonhos e desejos das multidões à sua megamáquina planetária. Tal regime político e econômico se expandiu vendendo “maneiras de ver e de sentir, de pensar e de perceber, de morar, de vestir” (PELBART, 2003, p. 20). Segundo o autor, consumimos modos e sentidos de viver, através do fluxo de imagens, de informação, de conhecimento e outras tantas técnicas colonialistas. O capital se instalou nas últimas décadas por uma nova relação entre o capital e a subjetividade, em que a mídia e a indústria da propaganda colonizaram as mentes. O sistema capitalista entendeu que a produção de subjetividades é mais eficaz do que a produção de energia (GUATTARI e ROLNIK, 2013). Desse modo, o marketing social, utilizado nos processos de transformação das masculinidades tóxicas, se apropriou de tal tecnologia sob pretexto de uma finalidade mais humanitária. Como forma de reproduzir resistência, criou conteúdos diferentes das masculinidades hegemônicas. Mas que mudanças são de fato possíveis quando é a maneira também como as subjetividades são forjadas, e não

apenas seu conteúdo, o que produz os problemas de gênero? É necessário reinventar as máquinas, trocar suas funções, deslocar as engrenagens.

Alliez e Guattari (1988) trabalham com a noção de um capitalismo (moderno colonial) que gera um tipo específico de relações sociais, pautadas nas leis, nos usos e nas práticas segregativas. O que se sobressai das relações desse regime de governo é a preservação de um “tipo de ordem social fundamentada na divisão dos papéis entre os que monopolizam os poderes e os que são submetidos a esses poderes, e isso tanto nos domínios do trabalho e da vida econômica, quanto nos modos de vida, do saber e da cultura” (ALLIEZ e GUATTARI, 1988, p. 238). Esse modo de funcionamento capitalístico, ressaltam os autores, “não procede a partir de uma ‘tábua da lei’ que defina, de uma vez por todas, as relações inter-humanas” (Alliez e Guattari, 1988, p. 238). “O que o capital capitaliza é o poder semiótico” (Alliez e Guattari, 1988, p. 240). O capitalismo colonial atua nos processos de produção de sentido, por meio de engrenagens semióticas que articulam tipos diversos de maquinismos: conceituais, religiosos, estéticos, perceptivos, desejantes. Nesse sentido, seu poder não é despótico, precisa dispor de um espaço relativo de liberdade e criatividade. Por isso, o que lhe importa é o domínio das engrenagens semióticas que atuam nos agenciamentos produtivos de desejo, isto é, na potência criadora da vida.

Como tenho discutido até aqui, a era moderna, sua lógica e seus princípios produziram formas de sensibilidade, de pensamento e de ação no mundo com base na homogeneização das competências semióticas, não limitadas ao campo da língua, mas extensivas ao corpo, aos desejos, às máquinas complexas que produzem as matrizes sociais. Nesse sentido, é a homogeneização das competências semióticas, por meio dos processos de capturas do desejo colonial-capitalísticas, o que devemos mirar.

As sociedades colonial-capitalísticas produzem investimentos nos corpos, extraindo sua força vital e canalizando-as para as formas e sentidos únicos, que garantem a manutenção do poder de determinados corpos (masculinos, brancos, magros, adultos, fisicamente capazes). Produz noções que “confinam e modelizam a força erótica” (ROLNIK, 2018, p. 120). A base do confinamento da força vital está no confinamento da sexualidade ao sistema cisheteropatriarcal e nas categorias de gênero supostamente universais, entre outras categorias (ROLNIK, 2018). O esforço por reproduzir os padrões de masculinidades ou de feminilidade gera em si efeitos que nos subjagam. Salientamos a necessidade de atentar para tal esforço.

O modelo ecológico que subsidiou os trabalhos de transformação de masculinidades utilizados em minhas intervenções, com suas sugestões de exercícios de grupo, campanha, influência de leis, sem questionar as linhas que dividem suas camadas, não atenta para as forças e os fluxos que precedem as formas que adquirem. O modo como se apresenta não aborda a dinâmica interativa entre tais camadas. Ao sugerir atividades no nível institucional ou social nos processos transformativos, tal modelo não vai além das ações que atuam individualmente. Por meio das técnicas sugeridas para promover as mudanças de conteúdo das masculinidades pretendidas, utiliza a mesma estrutura colonial-capitalística, de forma intencional, como um modo de alcançar subjetividades já capturadas por este regime. A questão que se coloca, então, é: em que medida podemos falar de transformação de gênero, quando nos concentramos em mudanças nas leis e nos comportamentos e deixamos de lado uma análise dos mecanismos que definem tais leis e comportamentos?

Em meu trabalho de adaptação de metodologias para o engajamento dos homens na equidade de gênero, para além dos comportamentos não violentos e respeitosos com as mulheres, era possível notar assimetrias nas relações que compunham as práticas geradoras de mudanças em busca de maior equidade entre homens e mulheres. Também notava que as mudanças que eram geradas, além de demandarem tempo e resultarem de acontecimentos aleatórios, não controláveis ou previstos, não eram as mesmas esperadas pelos escopos dos projetos, tal como será detalhado no capítulo que virá a seguir. Mais do que técnicas eficientes, tratar de benefícios ou custos para os homens de forma geral, o que me soava apropriado, ou melhor, o que me era de fato útil, era a construção de princípios ético-políticos de questionamento das relações de poder em campo, e de acolhimento das diferenças. Tomar como analisadoras as respostas procedentes dos conflitos que se davam em atividade era o que resultava em deslocamentos mais visíveis. Acompanhar, e não atrapalhar, os movimentos que surgiam dos conflitos, inquietações, empolgações geradas pelos encontros e dispositivos colocados em cena. As ferramentas oferecidas pelos manuais eram úteis, a partir de um exercício flexível, mas as transformações subjetivas são difíceis de serem previstas e controladas. Se em um primeiro momento, a reprodução do discurso sobre um homem transformado parecia indicar mudanças entre os participantes das formações, em processos mais duradouros, tal reprodução mostrava-se superficial. Os deslocamentos eram mesmo notados quando algo acontecia em suas vidas, que ressoava os debates que tínhamos, e

apresentavam reflexos em seus corpos. Embora tratemos desses processos com mais detalhes, introduzo-os aqui para reiterar que a concentração nas formas (lei, comportamento, discurso) não é suficiente na observação das forças geradoras de transformação, encarregadas de liberar a vida dos aprisionamentos, por um processo de constante construção e desconstrução de tais formas. Ignorar a complexidade desses processos tem ocasionado a liderança dos que seguem a cartilha das mudanças adequadas ao regime colonial-capitalístico em sua articulação com o cisheteropatriarcado.

No campo, as reflexões sobre mudança e as contradições nos discursos e práticas dos homens pró-feministas do Atlântico Norte atualizavam as pontuações de Foucault (1993) acerca da arte de viver contrária a todas as formas de fascismo. Essa arte é composta pela liberação da ação política de toda tentativa unitária e totalizante; pelo estímulo ao crescimento da ação, do pensamento e do desejo por justaposição e disjunção e não por subdivisão hierárquica piramidal; por deixar de lado as categorias ocidentais ligadas ao negativo (falta, lei, castração) e pela preferência ao múltiplo, a diferença, os fluxos (em vez de uniforme e unidade); pela utilização da prática política como intensificadora do pensamento e multiplicadora das formas, em vez de utilizar o pensamento como doador de verdade a uma prática política; pela “desindividualização” por multiplicação e agenciamento de combinações diferentes, em que o grupo não é um corpo que une indivíduos hierarquizados, mas um constante gerador de “desindividualização”.

Nesse sentido, o debate que busco traçar não é contrário às mudanças nas formas, nas leis, nas instituições, nas políticas públicas e nos comportamentos são necessárias. No encontro com os grupos e com as pessoas, individualmente, tais mudanças podem ganhar impulso. Entretanto, deve-se levar em conta que as engrenagens que compõem a subjetividade não são isoladas nos indivíduos. Problema já assinalado na sessão anterior, circunscrever as fronteiras do indivíduo, separá-lo das relações que compõem os processos de produção de subjetividade, foi recurso para o aprimoramento dos mecanismos de controle e normalização dos sujeitos.

Não se trata, portanto, de negar a importância das instituições na organização das relações de sociais e nas práticas de mudanças de tais relações. Mas antes, é necessário analisar as instituições a partir das relações de poder e não o inverso. Se concordarmos com Foucault (1995), que as relações de poder são ação sobre ação,

devemos considerar que elas estão profundamente enraizadas no nexos social. Elas não produzem uma estrutura suplementar acima da sociedade, com cuja obliteração radical podemos sonhar (FOUCAULT, 1995). As relações de poder se enraízam no conjunto da rede social, constituem as subjetividades, capturam desejos. Engajar os homens no desmonte do cisheteropatriarcado pressupõe ir além dos modelos, e incidir sobre o modo como nossa potência de variação é aprisionada.

A noção de um regime “colonial-capitalístico”<sup>94</sup>, desenvolvida por Sueli Rolnik (2018), me tem sido útil para uma investigação de como a potência de variação da vida é capturada, através da redução da subjetividade à experiência como sujeito. Tal experiência consiste em:

[...] nos capacitar para deciframos as formas atuais da sociedade em que vivemos, os lugares e funções, sua distribuição e suas dinâmicas relacionais, seus respectivos códigos e representações. Tal decifração se faz pela prática da cognição, viabilizada pela inteligência e pela razão, a partir do que nos indicam nossas capacidades de percepção e sentimento (emoção psicológica). Estas últimas são marcadas pelos repertórios de representações socioculturais que estruturam o sujeito e a linguagem. Associamos aquilo que percebemos e sentimos a certas representações e as projetamos sobre ele, o que nos permite classificá-lo e reconhecê-lo, de modo a defini-lo e produzir sentido. Nessa esfera da experiência subjetiva – sensorial, sentimental e racional –, o outro é vivido como um corpo externo, separado do sujeito; e a relação com o outro se dá pela via da comunicação, baseada no compartilhamento de uma mesma linguagem, o que permite a recíproca reconhecimento. É na experiência do sujeito que se constituem os hábitos, os quais imprimem uma organização no espaço (concreto) e no tempo (cronológico) em nossa cotidianidade e nos proporcionam uma sensação de familiaridade. (ROLNIK, 2018, p. 110).

De acordo com Sueli Rolnik (2018), os aspectos cognitivos narrados acima, compõem a esfera macropolítica, das formas, essencial para a existência em sociedade. É um modo de apreensão do mundo familiar, marcado por hábitos culturais que produzem os cotidianos. À macropolítica correspondem às leis, os comportamentos, as atitudes, os discursos. No modelo ecológico utilizado como teoria de mudança, bem como numa série de lutas feministas, especialmente nas de perspectiva liberal, os comportamentos, as leis, as recomendações, correspondem às formas que são alvos das transformações pretendidas. Tal teoria não considera, necessariamente, as forças que compõem os processos transformadores próprias do universo micropolítico.

Os processos de produção de subjetividade são compostos de forças e formas, de uma micropolítica e de uma macropolítica, respectivamente (ROLNIK, 2018). Os

---

<sup>94</sup> Sueli Rolnik fala também de um “inconsciente colonial-capitalístico”, para tratar de uma política do inconsciente que é própria desse regime. Eu prefiro não usar a palavra inconsciente para não produzir qualquer confusão com o conceito psicanalítico. Tratarei aqui de regime, de uma máquina que nos move sem necessariamente termos consciência de sua ação.

processos de transformação são compostos de uma dinâmica paradoxal em que, de um lado, segundo Rolnik (2010), com relativa estabilidade, está um plano extensivo, com as representações vigentes e seu mapa de formas – macropolítico, molar, visível. De outro lado, em um plano intensivo, encontram-se “as forças do mundo que não param de afetar nossos corpos, redesenhando o diagrama de nossa textura sensível” (ROLNIK, 2010, p, 20). Essa é a dinâmica que não cessa de tensionar nossos territórios subjetivos, perturbando nossos parâmetros de orientação do presente (ROLNIK, 2010). É nesse momento de suspensão das formas, em que palavras, gestos e sentidos pedem passagem para a tomada de consistência de uma nova cartografia de si e do mundo, com marcas de alteridade. Para esse processo complexo e de longo trabalho, é preciso mergulhar no caos e sustentá-lo. Não existe fórmula mágica. É seguindo o fluxo de suas águas, que o curso será revelado. É no encontro. As criações e as transformações se passam no processo da vida, em meio aos acontecimentos, às tensões e a multiplicidade de relações.

As formas e forças são distintas. As formas são captadas pela via da percepção (a experiência sensível) e do sentimento (da emoção psicológica). Mas as forças são da ordem dos afetos e perceptos que atravessam os corpos, elas antecedem as formas. Percepto é diferente de percepção. Afeto não deve ser confundido com afeição, carinho, segundo Rolnik (2018). Perceptos e afetos não têm imagem nem palavras. Diz respeito ao um saber do corpo, que não é o mesmo que um saber sobre o corpo, uma consciência do corpo (GIL, 2013). É um saber que se capta pelo corpo. Está no limite entre a língua e a inquietação, é a tensão que desestabiliza o corpo, que ocupa o que está entre alguma coisa.

O regime colonial-capitalístico, assim, com sua visão reduzida a macropolítica, interrompe “a possibilidade da força vital cumprir seu destino ético: a invenção de respostas às necessidades de mudança, advindas precisamente dos efeitos da alteridade (humana e não humana) nos corpos que compõem o tecido social” (ROLNIK, 2018, p. 120). Tal sistema não nos permite observar seu modo sorrateiro de agir pela captura do desejo, da força criadora e inventiva da existência. A medula desse regime consiste no abuso da vida enquanto força de criação, transmutação e variação. Está fundamentado justamente em buscar formas para apagar a possibilidade de variação constante, por meio de um viés antropocêntrico e naturalizador que compõem as formas de produzir conhecimentos. Seu efeito tóxico é a separação da subjetividade de sua força de

germinação, estancando-se a potência desejante de criação de mundos. Por meio de seus mecanismos de controle<sup>95</sup>, o regime colonial-capitalístico obstrui a insubordinação que emerge dos afetos que atravessam a vida coletiva. A partir da redução da subjetividade a condição de sujeitos, em que as formas ganham poder desmesurado, somos impedidos do acesso às forças criadoras do mundo em nossos corpos, rendemo-nos às normatizações de gênero, raça, classe, regionalidade, origem cultural, que garantem o domínio dos que se usam como referência na produção de artifícios supostamente neutros sobre o que é humano.

Em seu afã por ordenar o mundo, o regime colonial-capitalístico obstrui o acesso aos processos de diferenciação, fazendo com que pareça que as formas que ele mesmo cria, são imutáveis e oferecem conforto. O efeito, no entanto, é de nos afastar do reconhecimento de nossa potência criadora de nós mesmos. Instiga-nos a perseguir os modelos de racionalidade masculina, de branquidade, de magreza, de maturidade adulta. Os modelos baseados no diálogo, na divisão de tarefas domésticas podem acolher parte das demandas feministas e nos oferecer tempo e ar para continuarmos a produzir novos mundos, buscando afirmá-los como lugares também possíveis. Mas se seguimos simplesmente propondo modelos a serem copiados, nossos esforços representarão meras tentativas de acomodação da luta feminista ao regime colonial-capitalístico, em que determinados homens continuam a ditar os percursos que as transformações tomam formas, sem perturbar as dicotomias público e privado, homem e não-homem, ciência e política, heterossexual e não-heterossexual, brancos e não brancos, entre outras, que oferecem cimento às colunas que sustentam o cisheteropatriarcado.

A separação em camadas no modelo ecológico, e a descrição detalhada de estratégias em cada uma delas, inclusive no âmbito das políticas públicas, não produzem transformações de fato integradas ou estruturais. Mais do que alcançar os diferentes níveis, a questão se encontra na articulação entre as diferentes posições de poder que, por sua vez, envolve ainda o reconhecimento de que existe um sujeito tomado como referência – masculino, branco, heteronormativo e liberal. Não mapear sua produção, não pensar as condições de possibilidade que o fizeram existir, tomá-lo

---

<sup>95</sup> Por mecanismos de controle, acompanhando as análises de Foucault (1995), não nos referimos à repressão, mas ao poder como produtivo, criador de instrumentos de vigilância, de categorização humana e social e de elaboração de conhecimentos, que não necessariamente estão isentos nos projetos que visam à emancipação humana, como os das transformações das masculinidades. Por meio de formas universalizáveis, a potência de enfrentamento micropolítico é neutralizada.

como natural ou essência humana desenvolvida, cria barreiras para o acolhimento e expansão de todas as outras possibilidades humanas. Interrompe o fluxo das forças de criação que se presentificam nos processos de formação.

A questão da transformação das masculinidades, traduzida pelo modelo ecológico considerado, tal como nos manuais consultados e que serviram de referência às minhas intervenções e formações para o envolvimento de homens na promoção da equidade de gênero, está relacionada em elevar a escala internacional, políticas públicas que colaborem para introduzir socialmente determinado modelo de homem. O que defendo, no entanto, é que pensar a transformação política por meio de projetos que busquem engajar os homens no desmonte do patriarcado, precisa tensionar o modo como a política se estabelece (concentradas apenas nas formas); deve problematizar as políticas que atravessam nossos projetos localmente e internacionalmente; requer fazer ruir o poder colonial-capitalístico que articula diferentes formas de opressão, capturando a potência criativa de quem somos, como nos expressamos e produzimos fugas para as formas que nos aprisionam, cotidianamente. É mudar a política, ou o modo como o regime colonial-capitalístico atua micropoliticamente.

A resistência ao regime colonial-capitalístico, que está articulado à produção das normas de gênero, requer atuação na máquina desse poder, requer investimento nas forças de criação que fazem parte de nossos cotidianos. Requer um processo de formação alinhado ao pensamento inventivo e ao desejo. A reprodução de conteúdos, a informação por si, não transforma. Nesse sentido, tal formação se orientaria não por modelos estabelecidos, mas por princípios ético-políticos que acolham as manifestações criativas e inesperadas que se dão no processo. Isso não significa que qualquer resposta seja válida, mas que as saídas se orientam por um princípio ético, que coloca em análise tudo o que interrompa as possibilidades criativas da existência, incluindo as implicações do formador e as mudanças que espera que aconteçam.

As esquerdas tradicionais, assim como os feminismos liberais, ou as recomendações para os programas de transformações de masculinidades explanados nesta tese, ao tenderem a produção de resistência majoritariamente na esfera macropolítica, “permanecem sob o domínio dos modos de existência hegemônicos”, mantendo-se na política de subjetivação guiada pelo inconsciente colonial-capitalístico (ROLNIK, 2018, p. 121). Não rompemos com o cisheteropatriarcado, mesmo quando nos posicionamos contra o capitalismo, se nos confinamos em entidades identitárias/

individualizadas, confundidas com as próprias subjetividades, ou se nos limitamos a agir por inclusão, sem desmontar o eixo a partir de onde se estabelece quem é o diferente (BRAH, 2006; ROCHA, 2008). Incluir em quê? Quem define quem está de fora? Tais marcas foram estabelecidas a partir das masculinidades, articuladas a outros marcadores sociais, como centrais, a partir de onde as feminilidades e outras expressões de gênero se estabeleceram como as diferentes, as outras.

Nesse sentido, não trato aqui de uma simples articulação entre a luta pela equidade de gênero, contra o racismo e a luta de classes. O enfrentamento do regime colonial-capitalístico que sustenta o patriarcado precisa alcançar também as formas normalizadoras da subjetividade, fazer ruir a cartografia dominante como referência absoluta e universal, sob a qual todas as demais deveriam moldar-se. Enquanto o regime colonial-capitalístico insiste para que as normas de acomodem e se cristalizem, uma ação micropolítica olha para a possibilidade de que as formas sejam produzidas sem cessar. Uma intervenção que visa alcançar indicadores associados a um certo processo civilizatório, a do homem transformado por si só, ao qual se considera destinado o conjunto da humanidade, obstrui o acesso a “habitar a trama relacional tecida entre distintos modos de existência” (ROLNIK, 2018, p. 120).

Tomando de empréstimo as reflexões de Canguilhem a respeito da normalidade da vida, afirmo que a problemática colocada aqui não diz respeito especificamente à sugestão de normativas ou de modos de ser e existir por parte dos projetos que têm como finalidade a transformação das masculinidades. Está no modo como tais formas são divulgadas, valorizadas e trabalhadas – tomadas como metas nos processos de avaliação–, em meio às circunstâncias, já explicitadas aqui, que cristalizam lugares sociais em torno de determinadas posições privilegiadas.

Os modelos considerados alternativos às masculinidades tóxicas precisam ser entendidos apenas como possibilidades localizadas, em meio a uma infinidade de formas. O caminho às destabilizações que engendram novas possibilidades de ser não deve ser obstruído, tal como se empenha o cisheteropatriarcado. Alternativo, então, no regime cisheteropatriarcal colonial-capitalístico, é poder diferir ao longo de nossa existência, ter as saídas livres para nossa capacidade inventiva, não ser instigado a adequar-se a modelos, sobretudo de masculinidades. É dar ouvido às formas que historicamente foram postas fora do eixo. Diz respeito a mudar a cartografia e a

dinâmica das identidades. Um mapa pode ser visto de vários ângulos. Norte, Sul e Centro são apenas questões de perspectivas, não de ordem universal.

Uma vida plena de sua potência, ou saudável segundo Canguilhem (2012), é concebida como aquela que não perdeu sua capacidade de expansão e criação de saídas para as situações que o meio nos coloca. Enquanto as forças do cisheteropatriarcado-colonial-capitalístico se dedicam a nos manter em identidades fixas, nossa potência está na capacidade de produzirmos normas constantemente, adaptando-nos às adversidades à volta. Nossa autonomia consistiria não em nossas habilidades intrínsecas, mas na possibilidade de produzir conexões e saídas diversas para os problemas que nos acometem.

Nesse sentido, autonomia aqui é considerada como a nossa capacidade de criação dos processos que conduzem a própria vida ou a do grupo ao qual pertencemos. Tal capacidade não depende de estarmos livres dos laços necessários a tal processo inventivo. Inclui as conexões que conseguimos fazer. Por esse motivo, Guattari (1985) discorre sobre uma autonomia possível. Como forma de driblarmos os obstáculos das próprias teorias liberais à experiência da autonomia, a análise aqui se desloca das condições individuais – a partir do estabelecimento de critérios localizados individualmente nos seres humanos, para que possam ser considerados aptos aos processos de decisão política – para as relações que interferem nas nossas possibilidades criativas de existência.

Quando a definição dos critérios que garantem nossa autonomia se limita às fronteiras individuais, a tendência na produção de padrões comuns tem sido pela homogeneização a partir de determinadas referências humanas, produzindo efeitos de normalidade. O que é normal, para Canguilhem (2006), no entanto, não deveria estar baseado em uma média estatística generalizada, mas em uma atividade normativa ancorada na experiência singular:

“a vida não é indiferente às condições nas quais ela é possível, que a vida é polaridade e, por isso mesmo, posição inconsciente de valor, em resumo, que a vida é, de fato, uma atividade normativa. Em filosofia, entende-se por normativo qualquer julgamento que aprecie ou qualifique um fato em relação a uma norma, mas essa forma de julgamento está subordinada, no fundo, àquele que institui as normas. No pleno sentido da palavra, normativo é o que institui as normas” (Canguilhem, 2006, p 86).

Nesse sentido, viver se dá a partir de um processo dinâmico, e nunca previsível, que inclui a necessidade permanente da vida de fazer escolhas, considerando determinados modos de funcionamento como positivos, outros como negativos

(RAMMINGER, 2008), para um corpo específico e singular. Dessa maneira, a vida não está somente sujeita ao meio, mas o institui (CANGUILHEM, 2006). Se “normal é viver num meio em que flutuações e novos acontecimentos são possíveis” (CANGUILHEM, 2006, p 136), o problema estaria, portanto, ligado à incapacidade de ser normativo, isto é, de instituir normas que atendam aos acontecimentos. Entretanto, um dos fatores que limitam esta possibilidade de tirar respostas criativas para os impasses do cotidiano é a produção de normas sociais a partir da noção do que é normal. É possível dizer que o regime colonial-capitalístico, por meio de todos os seus artifícios produtores de poder, ancora-se nessa produção de normalidade.

Foucault (2010b), no curso de 1975, *Os Anormais*, retoma o trabalho de Canguilhem sobre norma e normalização para tratar da relação entre a norma e o poder. A concepção canguilheana de norma produzida pela vida é aprofundada e substituída por Foucault para a de norma como uma construção da ordem social e portadora de normalização (ROUDINESCO, 2007). Das ideias de Canguilhem, Foucault (2010b) destaca o desenvolvimento, no século XVIII, de uma normatização social, política e técnica, cujos efeitos são manifestados na educação, na medicina e na produção industrial. Realça também que a norma não é definida como uma lei natural, mas por sua função de exigência e de coerção que pode exercer nos domínios em que se aplica. Conclui, então, que “a norma é portadora de uma pretensão ao poder” (FOUCAULT, 2010b, p. 43). É a partir da norma que o poder se funda e se legitima nas sociedades coloniais-capitalísticas. É desse modo que, por meio de uma série de especialismos, o cisheteropatriarcado tem sido exportado. Assim, podemos considerar com Foucault que é por meio de um modo de funcionamento das normas sociais que o poder opera.

Como mencionado no segundo capítulo, a partir da teoria de Judith Butler (2014), gênero é uma norma social que constrói os corpos a partir de repetições constitutivas. Tal norma insiste em nos manter em determinado padrão de normalidade, em que o masculino ocupa posição privilegiada. Nesse sentido, o enfrentamento dos efeitos do gênero não pode se dar simplesmente pela oferta de novos modelos de masculinidades e pela mensuração de sua incorporação. É na maneira cotidiana e reiterada do cisheteropatriarcado de produzir separações entre nós e nossa capacidade de produzir existência que devemos agir. Precisamos atribuir às ferramentas especializadas e científicas que são criadas, o lugar acessório que lhe pertence de fato. Não são as ciências ou as áreas de conhecimento que devem julgar o que é normal, mas

a vida em si mesma, em sua capacidade de instituir normas que funcionem melhor em determinado modo de vida (RAMMINGER, 2008). O que seria saudável ou potente para o gênero, o que significaria sua emancipação, não pode ser determinado pelo especialista, pelo grupo ou qualquer agente externo, mas por cada vida, em sua experiência e relações.

Ao tentarmos traduzir e transformar nossas ações em ferramentas, manuais, leis, regras, modelos de transformação, podemos permanecer confinados na forma de mundo que nossa luta tem como alvo. Se usarmos tais ferramentas como simplificadoras de nossas ações e não como proliferadoras de possibilidades de expansão do pensamento e do desejo, continuaremos a nos enganar a respeito das transformações que podem ser engendradas a partir dos processos de formação e intervenção nas masculinidades. No rastro das ideias de Rolnik (2018), podemos dizer que a permanência sob o domínio dos modos de existência hegemônicos, por parte dos movimentos pró-equidade de gênero, reduzidos à experiência como sujeito, gera apenas respostas reativas às desigualdades.

O foco na desigualdade da distribuição de direitos é macropolítico. No entanto, uma ação restrita à esfera macropolítica não rompe com as estruturas das formas de sociedade estabelecidas pelo regime colonial-capitalístico. Uma ação macropolítica engloba o Estado e as leis que sustentam as assimetrias das relações de poder que se manifestam em relação à classe social, religião, gênero, etnicidade, colonialidade, movida pela vontade de denunciar injustiças, conscientizar a sociedade, vontade de empoderar, de insurgir-se contra a exclusão social, sair do silenciamento, da invisibilização, para ocupar o lugar da existência, da fala. A avaliação das situações é exclusivamente racional, guiada pelo juízo moral. A operação é pela negação, o combate contra os opressores e as leis que sustentam seu poder em todas as manifestações da vida individual e coletiva. No entanto, segundo Suely Rolnik (2018), a atenção dada majoritariamente às formas do universo macropolítico, pelos movimentos de transformação das masculinidades e cearas da esquerda que lutam contra as opressões de classe, não conseguiram acompanhar o alargamento do terreno de experimentação da sexualidade que abalam as noções de gênero e outras noções cristalizadoras das identidades. Tais movimentos não foram capazes de reparar nos vetores de sua assimilação pelo capitalismo colonial moderno, por meio de homogeneizações e naturalizações, que nos impedem de enxergar que saídas são criadas nos encontros, nos acontecimentos cotidianos, fazendo com que nos esforcemos por

entrar nas “caixas do gênero”. O efeito é continuar no digrama cisheteropatriarcal, mas na prática, uma variedade de masculinidades pede para se proliferar, além de corpos masculinos buscando migrar: masculinidades cisgêneras heterossexuais, homossexuais, transgêneras, mulheres transgêneras, travestis.

A apresentação e discussão de modos de ser alternativos às formas dominantes pode ser uma ferramenta que corta a unanimidade das formas, pode levar a deslocamentos quando conjugada a determinados afetos (que afetam) que atravessam as vidas no momento em que há o encontro com as novas formas. Mas ser alternativo, estar à margem, não é novidade. A questão está na maneira como ajudam a cindir a hegemonia de determinados modos de ser, se são apenas mais uma forma tomada como imutável, se utilizam o mesmo artifício normalizador do gênero.

“Estilos de vida masculinos alternativos que se opunham ao *status quo* eram encontrados na cultura negra” (HOOKS, 2019b, p.185). Homens brancos que buscavam alternativas às masculinidades patriarcais se inspiravam nos músicos negros, segundo bell hooks, sem lhes dar crédito. Os homens negros sempre estiveram por aí, falando sobre si, por meio do samba, do rap, do jazz. A variedade de formas tem se construído na existência, assim como para as masculinidades homossexuais e transgêneras. Resta nos perguntarmos por que elas não ganharam visibilidade nos movimentos por transformações nas masculinidades que circulam internacionalmente, inclusive nos países africanos. Por que as formas criadas e avaliadas pelos projetos financiáveis são as que mobilizam alianças e discursos capazes de chamar a atenção internacional, por meio de modelos a serem copiados?

Um processo de transformação política e subjetiva precisa contemplar processo de descolonização das subjetividades, das formas, dos saberes, dos olhares sobre os sujeitos, para não repetir processos de opressão. Tal processo de descolonização sacode posições binárias tradicionais de indivíduo *versus* sociedade, sujeito *versus* objeto, homem *versus* animal, masculino *versus* feminino, vistas aqui como processos pelos quais a modernidade colonial capitalística exerceu poder, aprisionando nossa potência criadora de modos de ser em normas e referenciais humanos restritos.

É necessário, portanto, transformar os sistemas de semiotização que, segundo Guattari e Rolnik (2013), não são centrados em agentes individuais, nem em grupais, mas compõem as subjetividades em seus componentes extrapessoais (sistemas maquínicos, econômicos, sociais, tecnológicos, icônicos, ecológicos, etológicos, de

mídia) e infrapessoais (sistemas de percepção, de afeto, de desejo, de representação, de imagem, de valor, memorização, corporais, orgânicos, biológicos):

Se considerarmos os grandes conjuntos binários, como os sexos ou as classes [as raças], vemos que eles ocorrem também nos agenciamentos moleculares de outra natureza e que há uma dupla dependência recíproca, pois os dois sexos remetem às múltiplas combinações moleculares, que põem em jogo não só o homem na mulher e a mulher no homem, mas a relação de cada um com no outro com o animal, a planta, etc.: mil pequenos-sexos (Deleuze e Guattari, 2008, p. 90-91, grifos meus).

Os contornos do gênero e da raça produzem efeitos substancializantes, que não podem ser negados. As estatísticas foram mencionadas aqui, embora não seja difícil reconhecer em qualquer história, muitas das marcas doloridas do gênero. Seu enfrentamento está em um exercício ético-político que nos possibilite olhar para tais marcas e nos apoderar da possibilidade de expandir e retracejar nossas fronteiras subjetivas, permanentemente, recriando nossas existências. O compromisso ético-político, no caso dos grupos privilegiados (homens cisheterossexuais brancos), é o de não se tomarem como norteadores dos caminhos das mudanças que se passam nas relações. Devem, portanto, empenhar-se em valorizar e acolher a diferença, questionando-se incessantemente, de que maneira seu ponto de vista – seus lugares de ver o mundo – se sustenta e é beneficiado.

Profissionais comprometidos com qualquer luta pela emancipação social, especialmente homens que trilham transformações entre seus pares, devem radicalizar as análises sobre as relações de poder que constituem as teorias que sustentam as práticas, uma vez que tais modelos teóricos se articulam com o modo mesmo como as masculinidades adquirem poder. Em outras palavras, os que idealizam transformações de masculinidades e expandem seus conhecimentos pelo mundo, devem estar cientes de que as metamorfoses subjetivas não podem ser meramente abreviadas a novos discursos sobre comportamentos e atitudes dos homens, em seus espaços de desabafo masculinos. Transformações não cessam de acontecer e se passam no movimento dos corpos em contato com as forças que os atravessam. Não há como parar nossas mutações na subjetividade. O que o regime colonial-capitalístico faz, por meio de suas tecnologias, métodos pedagógicos, organização do trabalho e propagandas, é tentar bloquear o acesso a nossa condição criativa. Um processo emancipatório consiste em deixar aparecer às mudanças, enfrentando as capturas colonizadoras. A mudança faz parte da vida em sua complexidade, não é fruto de nenhuma ferramenta mágica. O que os nossos

instrumentos mais fazem é mascarar essa potência transformadora da existência, atribuindo crédito às técnicas, escondendo o que as transborda. Isso mais serve para o alcance de financiamentos do que elucida o emaranhado de forças que instituem as mudanças.

As intervenções para a transformação das masculinidades não deveriam, portanto, se basear na disputa de subjetividades com o capital, tal como advoga Kimmel<sup>96</sup> quando expõe os interesses dos homens pela transformação das masculinidades. Ou seja, examinar os processos de captura colonial-capitalista não serve para, a partir das mesmas práticas, conseguirmos convencer os grupos de qual forma é mais saudável ou a melhor, tal como nos discursos sobre ganhos para os homens ou as estratégias de marketing social. A oposição entre marketing comercial e social, entre o que corrompe e o que é politicamente correto, tem como pano de fundo a concorrência pelo comportamento e atitudes do público. Uma disputa pela emancipação, no entanto, deveria ser contra as forças que capturam nossas potências criadoras de existência. Envolve formação pelo pensamento e não pela reprodução.

Nesse sentido, uma intervenção que pretende agir sobre relações de poder, utilizando metodologias participativas, depende menos de um levantamento de demandas para conhecer a realidade do público com o qual pretende trabalhar, do que utilizar as próprias ferramentas e abordagens como analisadores<sup>97</sup>. Tal análise envolve as relações de poder entre os sujeitos que fazem parte da intervenção, por seu local de referência nas técnicas que aplica, e os apagamentos que produzimos nas experiências. O público se conhece no processo, ao longo mesmo das transformações que são próprias dos processos de produção de nossos modos de ser. O papel do profissional no encontro com o público envolvido nas formações para o enfrentamento às opressões de gênero não é o de aplicar técnicas salvadoras, transformadoras dos comportamentos tóxicos, mas o de estar atento aos deslocamentos que se passam na experiência. A resistência consiste em mergulhar na experiência e viver a vida a partir dos atravessamentos das forças que produzem desejo.

Deixo registrado que a crítica não é contra ações macropolíticas, contra a mirada nas formas. É contra a invisibilidade dos processos micropolíticos, a captura do

---

<sup>96</sup> Em palestra já discutida nesta tese, disponível por meio do link: [https://www.ted.com/talks/michael\\_kimmel\\_why\\_gender\\_equality\\_is\\_good\\_for\\_everyone\\_men\\_included?language=pt-br](https://www.ted.com/talks/michael_kimmel_why_gender_equality_is_good_for_everyone_men_included?language=pt-br)

<sup>97</sup> Por analisadores me refiro, a partir da pesquisa-intervenção, como o dispositivo sobre o qual a análise será operada. É o que faz proliferar análises.

processo colonial-capitalístico da força produtora dessas formas. A concentração em modelos oferecidos pelo marketing social, bem como as técnicas de avaliação, concentradas em comportamentos, não podem ignorar todas as forças e desvios e irregularidades que atravessam o caminho, reproduzindo relações de poder a respeito de quem dita os caminhos sobre o que vale mudar. Tais recursos são ferramentas, mas não são suficientes sozinhos. Seu uso é o que vale. O que se passa no processo é o que precisa ser acompanhado, uma vez que faz aparecer as tensões, as incertezas, os rompimentos, as associações e as discordâncias que alimentam as relações e possibilitam libertações e capturas.

A experiência escapa às formas dadas, o que não quer dizer que devemos excluir “totalmente a definição de objetivos unificadores tais como a luta contra a fome no mundo, o fim do desflorestamento” (GUATTARI, 2008, p. 15), ou o fim das opressões de gênero. No entanto, acompanhando as reflexões de Guattari, (2008, p. 15), “não mais tratar-se-ia de palavras de ordem estereotipadas, reducionistas, expropriadoras de outras problemáticas mais singulares resultando na promoção de líderes carismáticos”. Reitero que mirar a multiplicidade de camadas que nos formam, tal como pretende a perspectiva ecológica, é nos situar em um campo de forças e formas que nos dão contorno e sentido.

Impõem-se, assim, a questão:

“que possibilidades restam de criar laço, de tecer um território existencial e subjetivo na contramão da serialização e das reterritorializações propostas a cada minuto pela economia material e imaterial atual? [...] Como detectar modos de subjetivação emergentes, focos de enunciação coletiva, territórios existenciais, inteligências grupais que escapam aos parâmetros consensuais, às capturas do capital e que não ganharam ainda suficiente visibilidade no repertório de nossas cidades?” (Peter, Vida Capital, p. 22).

As teorias de mudança podem servir para chamar a atenção internacional para os debates sobre os efeitos das masculinidades hegemônicas, preparar uma plataforma sobre a qual é instigada a produção criativa de ações que visam o desmonte do patriarcado a partir também dos homens. No entanto, o tempo, as demandas por formas replicáveis de ações, os documentos e esquemas que dão contorno aos caminhos para a transformação não podem ignorar as forças em campo, a complexidade de relações que compõem o diagrama das transformações subjetivas. Além do gênero, outros vetores se articulavam e apoiavam relações de poder que cercam as práticas entre diferentes países que compõe o capitalismo-colonial moderno. Na relação entre as teorias e os diferentes grupos em processo de intervenção-formação, o controle do gênero se vinculava ao

controle econômico, da natureza, da raça e do conhecimento, o que me colocavam uma série de questões que não poderia ignorar. Tais questões incluem as produções de conhecimento apressadas nas formas da psicologia comportamental estadunidense que desconsideravam críticas feministas mais além do feminismo liberal, e os estudos dos processos de subjetivação de uma psicologia que não se isenta de seus atravessamentos políticos. Meu percurso como trabalhadora social, formada em psicologia no Brasil e engajada no movimento feminista, me aproximaram das problematizações postas por essas correntes de conhecimento, ofuscadas por vieses coloniais de produção de saber.

As investigações que baseiam as intervenções no campo da psicologia social, sobretudo comprometida com transformações nas relações de gênero, não pode se eximir de uma posição feminista crítica, que ajude no tensionamento das estruturas sociais de opressão/ privilégio (NOGUEIRA, 2017). A responsabilidade do pesquisador com uma psicologia feminista crítica passa a ser, portanto, não a da busca por relativizar, mas “requer um conhecimento afinado à ressonância, não à dicotomia” (HARAWAY, 1995, p.29). Como afirmado aqui, a luta contra o cisheteropatriarcado não é uma luta de mulheres contra os homens, mas uma luta contra a expropriação de nossas forças criativas em modelos binários. Não podemos ficar satisfeitas com a reprodução de comportamentos e regras consideradas adequadas, uma vez que um dos efeitos mais perversos do cisheteropatriarcado-colonial-capitalístico é instalar mediações – masculinas, brancas, científicas – entre determinados grupos e o que está ao seu entorno, desviando nossa capacidade inventiva de existência. É no movimento da vida, nos encontros, que habitamos as tramas da interdependência – entre nós e entre nós e a natureza – que nos permite fugir das homogeneizações e agir por repercussão e proliferação. Nosso maior desafio, inspirada em Susana Draper (2018), é como manter a conectividade sem que isso implique em sínteses hegelianas, com apagamento das tensões e diferenças, “mas que nos possa levar a iluminar outros caminhos” (DRAPER, 2018, p. 65).

## **CAPÍTULO IV – TEMPO, TEXTURAS, LUGARES E TENSÕES NO INTERIOR DOS GRUPOS**

Na miudeza da vida comum os saberes se encantam e são reinventados os sentidos do mundo (SIMAS e RUFINO, 2018, p. 13)

Esse capítulo imerge em algumas passagens dos grupos de formação e intervenção para o envolvimento dos homens na promoção da equidade de gênero. Busco aqui trazer para a superfície os movimentos coletivos, as tensões que desestabilizam e provocam novas configurações, bem como os usos das ferramentas e modelos que visam à transformação das masculinidades, o que tem sido ofuscado pelas sínteses de propostas de mudanças mais concentradas nos comportamentos pré-estabelecidos, nos custos e benefícios. Assim, pretendo inverter a equação que põem ênfase em determinados resultados alcançados, sem considerar as inúmeras variações dos processos que os definem, bem como desconsideram que é a amarração rígida dos resultados às fórmulas prontas o que nos distancia de nossa apropriação dos meios que desdobram a vida – característica do cisheteropatriarcado-colonial-capitalístico.

### **4.1. Intervenções comunitárias no Rio de Janeiro: muito além das transformações das masculinidades**

*O trabalho em grupo para a emancipação de gênero começou em um Aterro Sanitário. Desdobramento de um programa mais amplo de despoluição da Baía de Guanabara, em que o desenvolvimento local e a luta pela preservação ecológica não estavam separados da valorização das demandas e saídas criadas pelos membros da comunidade, o projeto no aterro sanitário era realizado por meio de pesquisa-participante, em que uma perspectiva de gênero também era considerada fundamental para a luta contra as desigualdades que assolavam as comunidades do entorno da Baía. O projeto que se desenrolou do primeiro tinha foco ainda mais acentuado nas questões de gênero e visava, principalmente, a saúde sexual e reprodutiva. As recomendações das grandes conferências da ONU da década de 1990, especialmente, a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento de 1994, no Cairo, e a IV Conferência Mundial sobre a Mulher de 1995, em Pequim, alimentavam os projetos.*

*Com a anuência dos cooperativados e dos responsáveis pela empresa gestora das obras para a criação do aterro sanitário, freqüentamos o local por quase um ano. Semanalmente, eu circulava pelas mediações da cooperativa, conversava individualmente ou em grupo com alguns dos cooperativados, participava das atividades e registrava todos os detalhes em diários de campo. Eventualmente, quando estava sem a companhia de minhas outras colegas estagiárias, eu era procurada por alguém que queria contar sua história, algum segredo ou desabafar sobre algo. Eu circulava à vontade pelo espaço, o que parece ter lhe garantido confiança, além de ser comum estudantes de psicologia terem suas pesquisas facilitadas porque as pessoas acreditam que, ao responderem as perguntas feitas, também estão elaborando sua história. Dessa forma, eu me interava sobre a complexidade das normas de gênero. As mulheres eram fortes, sustentavam suas famílias, carregavam peso e as mais doces eram também as mais resistentes. Os homens mais cordiais e parceiros, os que pareciam acreditar na necessidade de igualdade entre homens e mulheres, eram também os mais temidos da comunidade.*

*Fazer parte de uma “tradicional família brasileira”, segundo meus interlocutores, era ter sido educado por uma mãe solo, que estava constantemente a trabalhar fora, enquanto os filhos mais velhos se encarregavam dos cuidados da casa e dos irmãos mais jovens, além de começarem a labuta antes que a adolescência apontasse. Apesar do levantamento de ideias, conseguimos realizar poucas oficinas com algumas cooperativadas e cooperativados. Os encontros eram realizados no refeitório. Os conflitos eram seu recheio e davam o tom das intervenções que eram cotidianas, em breves bate-papos, e muito mais baseadas nas nossas problematizações e estranhamentos do que nas nossas certezas.*

*Tensões políticas locais e a compreensão dos limites de nossa atuação naquele momento encerraram o projeto no local. O resultado foi importante para minha formação como psicóloga: alguns laços afetivos, muitas conversas e a percepção de que muitas forças atravessam a prática da psicologia: econômicas, territoriais, políticas, de gênero, de raça, o tempo, entre outras. O interesse pela organização das catadoras e catadores em cooperativa, a preocupação com a saúde, era também interesse de exploração e crescimento da empresa. Técnicas ou fórmulas para intervenção social eram pouco profícuas naquele contexto. Habilidade política, ética, atenção e sensibilidade não podiam deixar de complementá-las. A flexibilidade dos*

*protocolos, a atenção e registro de cada passo era o que tornava o trabalho possível. O que fugia aos indicadores pré-estabelecidos se traduzia em analisadores e os mais importantes resultados. Em vez da organização pacífica da cooperativa, tal como pretendiam os engenheiros e empresários, a desordem, a insurreição pelas regras impostas e pela ocupação de um espaço que antes lhes pertencia, com suas formas próprias de extrair bens do lixo, era a resistência às capturas do capital que se instalava, alterando laços de afeto e formas mais livres de obter renda. As formas oferecidas não lhes serviam. Não houve tempo para acompanhar os desdobramentos das lutas dos catadores.*

*O trabalho nas comunidades continuou com projetos de prevenção ao HIV/aids em uma organização não governamental. Minha primeira tarefa foi escrever um catálogo com ideias das então chamadas agentes comunitárias de prevenção. Estas eram mulheres que se destacavam em seu trabalho de cuidado e mobilização comunitária, principalmente, a partir de associações de mulheres, de moradores ou pastorais. Algumas formavam suas próprias organizações que, às vezes, funcionavam em suas casas. Essas mulheres, preocupadas com questões de saúde e violência em sua comunidade, buscavam assessoria e materiais educativos nas ONGs que os disponibilizavam. Panfletos e cartilhas sobre quaisquer temas eram porta de entrada para reuniões e conversas diversas, incluindo questões de gênero e sexualidade. Os financiamentos para aids e saúde reprodutiva facilitaram a diversidade de produção de materiais sobre o tema. Compreendendo a demanda dessas agentes, a organização em que trabalhei tinha projetos que disponibilizavam recursos para pequenas ações e também o que chamavam de assessoria técnica. Uma rede de “agentes de prevenção” se reunia a cada mês para trocar experiências e discutir estratégias de enfrentamento ao crescimento da epidemia de aids entre a população mais pobre e entre mulheres. Nós acompanhávamos as ações dessas mulheres, ajudávamos a contabilizar a distribuição de preservativos, a registrar suas atividades, realizávamos oficinas, observávamos seus modos de se aproximar dos moradores, mediávamos conflitos entre elas, acolhíamos sua fúria contra as relações de poder entre o Estado, as políticas públicas e as comunidades, elogiávamos o trabalho das agentes. Éramos coordenadoras, assistentes e aprendizes de seu trabalho.*

*As saídas criativas, engendradas a partir da relação das agentes com a comunidade, em seu cotidiano, se tornaram matéria para minha dissertação de*

mestrado. Fui movida pelo incômodo de perceber a reprodução do discurso biomédico pelas mulheres que faziam parte da rede de comunidades. Era como se fazer a lição de casa, progredir no trabalho comunitário, fosse reproduzir o discurso oficial do governo e das agências de financiamento. Era como se elas soubessem exatamente o que precisava ser dito para agradar os especialistas e demais apoiadores de seu trabalho. Havia domínio dos indicadores de resultado por parte dos membros da comunidade. Não era difícil extrair frases de efeito que comprovassem a aquisição de conhecimentos. O poder do saber biomédico foi analisado por mim, como abafador das práticas que emergiam dos problemas sentidos localmente, o que, conjugado a uma leitura foucaultiana, despertou meu interesse em combater os regimes de verdade que invalidavam os saberes locais, cotidianos, pouco oficializados, segundo Rodrigues (1991). Nas conversas de corredor, eram mencionadas práticas muito mais ricas interessantes e inovadoras que não cabiam na linguagem dos projetos sociais. Desde então, passei a me interessar em pensar o saber próprio dos membros locais, seus modos de realizar o cuidado e as intervenções para a prevenção à aids, envoltos em toda a complexidade comunitária, em que informações isoladas sobre o uso do preservativo e sua disponibilidade nos postos de saúde, burocratizados, não faziam muito sentido.

Após o mestrado, segui com o desejo de dar visibilidade aos efeitos não planejados dos projetos – o que não era previsto e não se encaixava nas linhas delgadas dos resultados contáveis. O plano do doutorado foi adiado para que eu pudesse viver com intensidade as oportunidades abertas pelo trabalho em uma nova organização, mas velha conhecida das pesquisas sobre masculinidades do primeiro estágio da graduação.

No final da década de 1990, os estudos sobre as masculinidades e as recomendações para a inclusão dos homens na luta do gênero, uniu quatro organizações não-governamentais em torno de “o que fazer” para envolver meninos e rapazes na busca por saídas aos efeitos danosos das normas de gênero. Com o apoio de International Planned Parenthood Federation – IPPF, da Organização Mundial da Saúde – OMS e Organização Panamericana de Saúde – OPS, o Instituto Promundo, o Instituto Papai, ECOS e Salud & Género (Mx) criaram um caderno<sup>98</sup> com exercícios de

---

<sup>98</sup> O caderno está disponível por meio do link <https://promundo.org.br/recursos/manual-h-trabalhando-com-homens-jovens/>. O caderno foi adaptado em mais de 35 países pelo Instituto Promundo, com

*grupos para envolver homens jovens (entre 15 e 24 anos de acordo com a definição da OMS) em reflexões que os levassem a mudar comportamentos violentos ou prejudiciais à saúde de homens e mulheres. O objetivo do caderno dirigido a educadoras e educadores foi oferecer exemplos de programas com homens na promoção da equidade de gênero, “técnicas” e fontes de informação sobre questões adicionais a respeito dos homens jovens. Lançado em 2002, tornou-se disponível a organizações e a profissionais interessadas e interessados no envolvimento dos rapazes na promoção da saúde sexual, reprodutiva e psicológica, prevenção do HIV e violência. Ainda, compôs a base de atividades para a realização de projetos comunitários com jovens, em que eles deveriam envolver-se na produção coletiva de campanhas nas suas comunidades.*

*Após a realização de alguns trabalhos com homens jovens, cuja mudança de comportamentos havia sido avaliada, mulheres feministas que integravam o conjunto de organizações criadoras do caderno de atividades com homens jovens, chamaram a atenção para a importância de desenvolver recurso semelhante para mulheres jovens. Um caderno com exercícios de grupo para o “empoderamento” de mulheres jovens estava sendo escrito em 2005, quando assumi a coordenação de um projeto misto, com moças e rapazes de três comunidades do Rio de Janeiro, que colocaria em prática as recomendações de ambos os cadernos, com o intuito de criar mais evidências da capacidade transformativa dos exercícios propostos, realizados em combinação com atividades comunitárias criadas pelos jovens. Tal projeto, intitulado por seus participantes de Jovens pela Equidade de Gênero (JPEG, em alusão ao programa de computador) introduziu o trabalho realizado de forma mista, em que os homens jovens, em diálogo com as mulheres, discutiriam mudanças para apoiar o empoderamento feminino.*

*As e os membros dos grupos que compunham o JPEG foram selecionados a partir de debates realizados em associações comunitárias com as quais foram estabelecidas parcerias. Tais associações nos apoiaram na divulgação dos encontros para a seleção entre jovens da comunidade. A escolha das e dos jovens baseou-se em*

---

organizações parceiras locais, financiadores e que compõem a Aliança MenEngage, para engajamento de homens na promoção da equidade de gênero. A mais recente adaptação, realizada em parceria com a Universidade de Pittsburgh Medical Center, “Um currículo para promover um futuro das masculinidades com equidade de gênero”, afirma ser um “currículo transformativo de gênero”, tal como mostraram as evidências da aplicação das atividades do Programa H. Tal transformação se baseia na alteração de comportamentos e atitudes considerados prejudiciais para a saúde de homens jovens e de suas parceiras, avaliados por meio da escala GEM, já apresentada aqui.

*suas ideias a respeito das relações de gênero e sua habilidade expressiva, uma vez que seriam responsáveis pela disseminação de intervenções entre suas e seus pares. Na nova organização, havia mais recursos. Todas as pessoas tinham bolsa acima da média, havia dinheiro para aluguel de espaço próprio, compra de equipamentos e o que mais fosse necessário para a realização das atividades que eram planejadas coletivamente. Além de se encontrarem autonomamente em espaços alugados pelo grupo, havia encontros semanais comigo. Para tais encontros, eu preparava dispositivos disparadores de diálogos sobre temas encadeados em uma ordem que me parecia fazer sentido, ou sugeridos pelos grupos, na sequência dos encontros. Os encontros eram registrados em diários de campo. Eu acompanhava os processos. Mas além dos recursos para dar cabo à criatividade do grupo de jovens, outra novidade era o sistema de avaliação de impacto do projeto, por meio de escala psicométrica, a escala de Equidade de Gênero para homens. Era preciso produzir evidências para a captação de novos recursos, em que a necessidade de estabelecer relações de causa e efeito impunha alguns limites à criatividade das e dos jovens.*

*Formada em psicologia, as escalas psicométricas não eram exatamente novidades, corrijo-me. Faziam parte do escopo das pesquisas cognitivo-comportamentais com os quais estava familiarizada na universidade. Entretanto, havia outro modo de se relacionar com estes instrumentos. O sistema de avaliação introduzia a preocupação dos financiadores estadunidenses com a mudança de comportamentos nos projetos, com resultados mensuráveis, números divulgáveis, demandas por normativas e arcabouços replicáveis em escala. A psicologia social cognitivista prestava-se bem ao trabalho de mensuração e controle das mudanças nos projetos sociais não apenas por sua capacidade quantitativa, mas também por fazer parte de um repertório conhecido dos estudiosos do Norte Global a respeito dos resultados esperados e do desenvolvimento de intervenções sociais e pesquisas com seres humanos. Era linguagem comum.*

*Assim como em todos os trabalhos de intervenção e formações, a escala de equidade de gênero foi aplicada antes e depois das formações com o grupo de trinta jovens e teve essa operação reproduzida nas intervenções criadas pelo grupo<sup>99</sup>. O*

---

<sup>99</sup> Em uma das comunidades, além das ações de campanha comunitária realizada pelas jovens e pelos jovens, houve um conjunto de formações, com a aplicação de dezoito exercícios de grupo do novo caderno para mulheres jovens, ministradas por facilitadoras formadas em cursos da área das ciências humanas (educação e psicologia, principalmente) e com experiência no trabalho comunitário. Nas outras

*controle rigoroso era instituído para que as mudanças encontradas fossem mais fielmente atribuídas às atividades dos manuais de exercícios de grupo, e pudéssemos averiguar qual o mais efetivo na produção de tais transformações, se campanhas ou exercícios de grupo. As ações dos grupos não poderiam vazar para as comunidades em que não haveria campanhas ou intervenções. Também não poderiam realizar ações em suas próprias comunidades, antes da aplicação dos questionários de pré-teste para a avaliação de impacto.*

*Demorou um ano para que a campanha fosse lançada. Foram seis meses de encontros de formação em grupo, participação em eventos da cidade, dez oficinas com temas relacionados à comunicação e mídia e todo o processo de elaboração da campanha. Foi duro negociar com o grupo a todo o momento, que deveriam conter sua vontade de realizar intervenções com outros jovens da comunidade. Como jovens em formação para o ativismo, queriam colocar imediatamente em prática, os debates realizados com suas companheiras e companheiros. O elo entre formação e prática e o debate Freireano sobre concienteiza-ação (uma consciência que se dá na ação e provoca ação) era atualizado nesse momento, mas, de certo modo, precisava ser adiado. A participação em eventos e ações de outras organizações fora de sua comunidade produzia contatos. Queriam convidar pessoas famosas que conheciam para realizar seminários e festas temáticas. Queriam logo participar de programas de rádio comunitária de maior alcance, dar as entrevistas para jornais conhecidos. Mas tudo precisava ser discreto até o momento do pré-teste, e bem planejado, para que fossem compreendidas as causas das mudanças. As oportunidades precisavam ser adiadas para serem colocadas em um escopo de trabalho.*

*A campanha desse projeto misto não divulgou modelos de homens bem comportados. O resultado das oficinas de elaboração da campanha foi a radionovela “Entre nós”. Em seus quinze capítulos, os conflitos eram o recheio. Jovens com problemas semelhantes aos deles, tinham que tomar decisões, negociar as relações e passavam a estranhar as opressões sofridas ou cometidas. As questões de raça, capacitismo e etarismo estavam presentes na história, embora ainda não tivéssemos conhecimento da interseccionalidade como conceito. Também não éramos críticos aos modelos de homens desconstruídos ou transformados, mas entendíamos que, apesar da*

---

duas comunidades, houve apenas campanha, enquanto uma quarta comunidade, em que o trabalho com os jovens não acontecia, houve apenas a aplicação dos exercícios de grupo. Uma quinta comunidade, sem qualquer formação ou campanha, foi usada como grupo controle.

*importância das formas nos processos de produção de subjetividade, nossa formação era fruto de dinâmica de nossas relações, compostas por diferenças, desentendimentos, afetos. Apesar das fórmulas das revistas adolescentes, nossa ideia era de que questões deveriam ser resolvidas no “entre nós”. Com o saber da vida, queríamos partir dos desafios e dos embates que atravessam o cotidiano das e dos membros do grupo. Quem escrevia bem, ajudou a redigir a história. Quem atuava, atuou. Quem era bom divulgador, prospectou a campanha. Os músicos tocaram. A trilha sonora foi feita por compositores e intérpretes, conhecidos pelo grupo, oriundos de suas favelas.*

*Meses e até anos depois do final da campanha, que foi posta em prática ao longo de seis meses, havia solicitação por cópias das histórias em quadrinhos que complementavam e resumiam a radionovela. Também encontrei aleatoriamente, professores e educadores que usaram os recursos com suas alunas e alunos adolescentes. Tal sucesso só aconteceu depois de ter sido encerrada a divulgação da campanha e a realização dos questionários de avaliação. Apesar da exibição da radionovela nas radiocomunitárias, no pátio do recreio ou na saída das escolas, em debates nas salas dos projetos com amigas, amigos, vizinhas e vizinhos, o impacto da campanha nas mudanças de atitudes e comportamentos da comunidade foi pouco notado. Visto doze anos após o projeto terminar, parece bastante plausível que poucos meses de uma campanha não seria capaz de mudar anos de reprodução de atitudes e comportamentos ligados a normas desiguais de gênero, mas é importante marcar os desafios do empreendimento de uma campanha midiática realizada em pouco tempo com jovens formados em apenas um ano de atividades comunitárias.*

*Havia uma equipe de profissionais com o contratempo de ser externa às comunidades. Ao mesmo tempo, havia uma aposta de que o grupo fosse autônomo no exercício das atividades da campanha. A execução do trabalho foi realizada pelo grupo, a partir de sua relação com a comunidade, a partir de seu cotidiano, no tempo de sua capacidade de refletir e articular encontros criativos, na dimensão do alcance de suas relações, nas brechas oferecidas por eventos comunitários, nos intervalos das violências que nos tomavam de assalto. As ferramentas disponíveis, tanto para as intervenções, quanto para sua avaliação, eram úteis de várias maneiras, mas extremamente enfadonhas quando limitavam as chances de as e os jovens inventarem atividades novas e variadas a cada oportunidade de realizar algo. Entre as e os jovens, os materiais de campanha tinham predisposição para caducar em pouco tempo. Gestar*

*novas abordagens era o que as e os motivava. Entretanto, naquele momento, garantir um padrão na execução das intervenções era necessário para conclusões fidedignas no processo de avaliação.*

*Não é difícil enxergarmos os efeitos do capitalismo nos processos de produção de subjetividade. É comum que tais efeitos sejam creditados à mídia. Sem ignorar a importância dos meios de comunicação nesses processos, não podemos desprezar a insistência incessante da articulação de todo um aparato de tecnologias de produção de subjetividades.*

*No encontro com os grupos eram os conflitos que delineavam o percurso, com respostas localizadas. As intervenções precisavam ir muito além dos cadernos de exercícios para acolher as questões que surgiam semanalmente. Os cadernos de exercícios de grupo inspiravam, mas não eram suficientes. A participação na gestão do projeto por parte dos membros da comunidade, a responsabilidade pela distribuição dos recursos do espaço e das atividades, a organização da agenda semanal do grupo, as diferenças entre cada um, a violência policial, tudo isso representava os desafios cotidianos, assim como nas experiências anteriores no aterro sanitário e no trabalho dos agentes de prevenção à aids em comunidades. Sair para fazer compras com alguns dos jovens negros era perceber o olhar de desconfiança dos seguranças das lojas e supermercados, além de serem seguidos ao longo de nosso trajeto pelo espaço comercial. A preocupação com a roupa ao sairmos da favela era relevante. Vestir-se como um evangélico para os rapazes negros era garantia de mais tranquilidade e portas abertas, do que sair de bermuda e camiseta. Debater masculinidades com aqueles meninos doces que faziam parte do grupo era discutir o medo que impunham por onde passavam, além do medo que sentiam com frequência de serem confundidos com criminosos. O dinheiro, ou a ausência dele, também atribuía papéis diferentes dos da classe média na divisão doméstica. Debater masculinidades também era afirmar que era direito querer ser uma mulher. Diante deste cenário, a abertura por parte da equipe então chamada de “Gênero e Saúde”, para tratar as e os jovens como profissionais-ativistas foi uma das condições, dentre outras, relacionadas ao desejo de algumas e alguns dos trinta jovens comporem uma militância própria. Situações de vida produziram rupturas nos enunciados reproduzidos do gênero e abriu caminhos para discursos engendrados em sua experiência. Notei que em certa altura do nosso trabalho, muitas das pessoas do grupo conseguiam com bastante presteza reproduzir o*

*discurso esperado a respeito das normas de gênero. Entretanto, em algum momento, algo entre sua experiência e as conversas que tínhamos, desconfigurava os discursos assimilados, produzia rupturas que atravessavam seus corpos.*

*As mudanças de atitudes entre os jovens da comunidade que foram alcançados pelas ações e campanhas realizadas pelo grupo de rapazes e moças foram pouco perceptíveis na aplicação da escala de equidade de gênero. Dentre o grupo, no entanto, as dobras foram várias, mas se dão na continuidade de suas histórias antes e depois do projeto que durou dois anos. Mudaram da reprodução do discurso ativista do gênero, que cabia na escala, às lutas com sentidos próprios. O tempo do projeto também não coube nas transformações que se deram em mim e nas moças e rapazes que nos acompanharam na produção das intervenções para a equidade de gênero nas comunidades. Quatorze anos depois, noto como sua inserção profissional e ativista produz mutações em suas ideias a respeito da luta por relações humanas mais justas.*

*A transformação de Gilmara não se restringiu ao seu comportamento ou atuação social. Gilmara mudou de identidade, tornou-se mulher trans e militante dos direitos da população LGBTQI+. Ela transforma-se a cada dia, no calor das opressões e oportunidades oferecidas em seu cotidiano, a partir da vida em sua manifestação. Já Ezequiel, homem negro e pobre, precisou escolher entre a dedicação ao trabalho social e a paternidade, aquilo que era mesmo objeto de sua luta. Optou por estar mais perto dos filhos, possivelmente contagiando os homens e mulheres de seu cotidiano com sua relação com as crianças. Provavelmente, ainda enfrentando os dilemas entre os discursos sobre participação paterna, sua criação como homem e suas condições materiais de sobrevivência.*

*Nossa relação não se limitou aos dezoito meses de trabalho, entre pré e pós testes, para avaliação do impacto nas atitudes e comportamentos de gênero. O feminismo ou a pauta dos direitos humanos produziu parcerias que são atuais. Os trabalhos, os dilemas, as questões que me são colocadas por essas pessoas alteram minhas concepções sobre o trabalho social a respeito das normas de gênero. Também observo metamorfoses em seus pensamentos e práticas ao longo do tempo. Se modificações foram observadas imediatamente ao término do projeto, não posso dizer que os exercícios de grupo e os modelos alternativos tiveram o poder transformador das normas de gênero, pelo menos, de maneira alguma, isolados de uma série de circunstâncias que nos atravessaram.*

*Foram muitos os empecilhos e divergências vividas ao longo do projeto que durou um ano e meio. Os deslocamentos testemunhados em seus modos de ser eram muitas vezes produzidos após as questões que me colocavam, geradas por antagonismos no grupo e em suas relações pessoais. As desigualdades reproduzidas entre nós, e entre as e os membros dos grupos, muito diversos entre si, apesar de pertencerem à mesma comunidade, incitavam problematizações que conduziam a variações em seus discursos e modos de estar no grupo.*

*O alívio que veio em forma de choro, ao descobrir que não seria pai de gêmeos, fez com que Ezequiel falasse sobre o medo que sentiu ao saber que sua namorada estava grávida. Ezequiel também se sentia envergonhado por ter engravidado sem o planejar, uma vez que pertencia a um grupo que discutia questões de saúde sexual e reprodutiva. Pensava que, como homem que era, a partir do que aprendera no grupo, não deveria abandonar mulher e cria, como faziam os outros de sua comunidade. Deveria ajudar a sustentar sua criança, saindo do grupo e arrumando um emprego em tempo integral. No início, achava que eram dois, eram gêmeos. Saber por uma nova ultrassonografia que era um, o fez chorar e respirar aliviado. No sofá laranja da recepção, me contou que não queria o filho, muito menos dois. Com o alívio que sentiu ao saber que apenas um, conseguiu admitir que estava apavorado, que não estava preparado para ser pai, tinha apenas dezessete anos. Não conseguira desabafar antes, porque imaginava que como um dos coordenadores do grupo, era esperado que se mantivesse firme em seu papel como o pai, que lhe cabia arranjar dinheiro e ajudar nos cuidados com a criança. Em uma longa conversa, sentados no sofá, pude dizer que não nos cabia esperar algo de seu relacionamento, que suas dores e temores eram compreensíveis, que olhar para elas era importante para que se preparasse para o cuidado de sua cria e a negociação de suas tarefas com a mãe do bebê que estava por vir, que sua namorada também deveria estar aflita como ele... Não foi difícil convencê-lo a continuar no projeto que não tinha horário fixo e exigia poucas horas de dedicação por semana. A permanência no grupo, no entanto, gerou conflitos com sua companheira, mais velha e trabalhadora, já mãe de outra criança. A reprodução/manutenção da vida tinha urgências que demandavam recursos para além de seu salário como garçoneiro, ela sabia. Por isso, insistia que Ezequiel dedicasse mais tempo ao ofício de pedreiro, deixando a escola e as reuniões do projeto social, que lhe rendia apenas R\$ 300,00 de bolsa, em 2005. Sua condição de pai, entre os trabalhos*

*remunerados e o trabalho de cuidado com o bebê, fez com que Ezequiel adquirisse um discurso próprio sobre paternidade e cuidado. Nos anos seguintes, engajou-se em diversos trabalhos comunitários sobre o tema, incentivados pela ONG e também proporcionados pela rede que compôs. Porém, não tardou deixar a militância, para se dedicar mais ao trabalho de melhor remuneração e ter mais tempo para os filhos.*

*Sentir a homofobia dos outros rapazes do grupo foi o que fez com que Gilmara, na época ainda com sua identidade cisgênero masculina e heterossexual, me procurasse para uma conversa privada. Eu não notava o desrespeito e desvalorização de alguns rapazes com Gilmara, mas não duvidava de suas queixas, que começaram a aparecer quando já se sentia mais à vontade no grupo. A partir de então, começamos debates sobre diversidade sexual, convidamos profissionais do grupo arco-íris para um diálogo conosco e organizamos nossa participação na “Parada LGBT do Rio de Janeiro”. Poucas pessoas do JPEG compareceram, no entanto. As pessoas que foram sentiram-se à vontade e animadas embaixo da grande bandeira do arco-íris. Houve quem dissesse que não sabia que havia tantas pessoas “normais” participando da manifestação. Por normais referia-se também aos homossexuais, lésbicas, travestis e trans, manifestando-se “adequadamente”. Curtiram.*

*Foi sentada nas escadas do edifício da ONG que Gilmara se reconheceu como homossexual e pediu ajuda. Ela queria mais, queria encontrar seus pares. Negociamos com o grupo que parte dos recursos iriam para que Gilmara organizasse atividades com pessoas LGBTQI+ da comunidade. Indiquei algumas organizações que apoiavam trabalhos comunitários. Fomos juntas a uma reunião em uma dessas organizações, para que Gilmara se sentisse segura, e frequentasse o grupo autonomamente. Gilmara criou rede e se tornou uma importante ativista trans. Sua luta se tornou própria, a partir de uma causa que fazia sentido.*

*Quatorze anos depois, muitas delas e muito deles são capazes de mobilizar milhares de pessoas em suas comunidades e fora delas, com passeatas de orgulho LGBTQI+, protagonizam documentários, recebem prêmio da revista Cláudia, são homenageadas com a medalha Tiradentes pela Câmara dos Deputados Estaduais do Rio de Janeiro, dividem mesa de debates nos EUA com personalidades famosas dos estudos de gênero. Construíram sua pauta de luta com base em suas inserções acadêmicas, militantes, profissionais, comunitárias e vivências pessoais. A cada vez que as vejo, noto variações em seus discursos.*

O acompanhamento das intervenções que atravessam transformações de subjetividades masculinas e femininas situava-se entre, de um lado, currículos, prazos, escalas de resultado, novas linguagens de projetos sociais, trabalho conjunto com agências de comunicação e parcerias em escala internacional. Do outro lado, entusiasmo, criatividade, organização espontânea, violência, tensão, diversidade de corpos, interesses e contextos. Cusei a entender que as forças ali presentes precisavam ser administradas para que nos certificássemos de que os resultados transformadores derivavam do currículo produzido e da campanha baseada nas noções de marketing social. Estava acostumada ao trabalho com pouquíssimos recursos, em que os encontros com mulheres com atuações diversas em suas comunidades eram animados por um compilado de exercícios de grupo colhidos entre uma e outra cartilha produzida por organizações do terceiro setor, e campanhas eram realizadas com cartolina, marcadores ou o que houvesse em suas casas.

O trabalho com mulheres em comunidades, até então, havia me exigido o que Marlise Matos explicou como “procurar ressonância de si mesmas na autenticidade umas das outras, superando os vínculos de dependência com o mundo masculino” (MATOS, 2018, p. 35). Era necessário, como menciona a autora, desconstruir formas enraizadas de agir e pensar a partir do homem e dos masculinos. No entanto, outras formas se colocavam entre mim e os grupos de jovens pela equidade de gênero, as das epistemologias psicológicas estadunidenses. O diálogo com os parceiros do Norte Global requeria incorporação dos métodos da psicologia social comportamental, afinados a uma lógica liberal.

O resultado que era esperado não livrava os homens de sua dependência das masculinidades, apenas intentava a mudança de conteúdos que eram considerados danosos. Tampouco parecia nos empoderar, a todas as pessoas envolvidas no processo. Embora trabalhássemos com homens comprometidos com a equidade de gênero, em nossos processos de negociação com os estrangeiros do Atlântico Norte, a sensação era de inaptidão para dar respostas eficientes às suas demandas. Esse sentimento formava a noção de que, assim como disse Galindo (2017), não é possível descolonizar sem despatriarcalizar, nem o inverso. O cisheteropatriado, o regime colonial-capitalístico, a modernidade, são todos faces da mesma figura, de acordo com Marlise Matos (2018), impondo-nos mediadores de nossas relações diretas com o que nos cerca.

Ter um currículo com exercícios de grupo e reflexões sobre o processo de engajamento de homens na promoção da equidade de gênero era útil, criava um plano de consistência. Mas a aplicação de suas ações não é processo simples, não se isenta de posicionamentos ético-políticos que façam desdobrar o pensamento. Não se trata de repetição das ideias. Não depende das perguntas e do fechamento sugerido a cada exercício de grupo. Não é a simplicidade de sua redação que garante que qualquer educador possa aplicá-las. Não é a adaptação das técnicas do currículo aos hábitos culturais dos diferentes países que garante que as relações entre saberes do Norte e do Sul Global sejam equilibradas, nem nenhuma técnica de levantamento de demandas. É a desmistificação da neutralidade de nossas metodologias que nos impede de enxergar tudo o que transborda os reducionismos masculinocentrados, além de focalizados no Atlântico Norte e na branquidade.

Gilmara não cabia nos modelos de transformação de masculinidades, confinados ao esquema patriarcal cisheteronormativo e às categorias de gênero supostamente universais. Romper com a “naturalização narrativa da solidez da identidade masculina” (AMBRA, 2019, p. 19) não se restringia a oferecer outras narrativas para a mesma identidade. Era necessário deixar aparecer as outras identidades eclipsadas pela masculina – homossexuais, femininas –, bem como possibilitar a criação de novas marcas. Com Gilmara, o trabalho era poder não ser homem. Com Ezequiel, a participação na partilha do cuidado dos filhos e das tarefas domésticas não se resumia ao debate sobre modelos de homens disponíveis e seus efeitos danosos. O casal da favela precisava contar com o apoio comunitário nesse cuidado, necessitava de dinheiro, de creche, de espaços abertos à presença de crianças. As duas pessoas, Gilmara e Ezequiel, já encarnavam, não apenas em seu desejo e em seus corpos, mas também em suas práticas e modos de vida, uma série de diferenças das masculinidades hegemônicas. Era questão de afirmar tais modos como possíveis, criando caminhos para que fossem vividos, sem que a resposta violenta fosse efeito de sua inadequação, seja voltada contra si ou contra outras pessoas.

Gilmara e Ezequiel um dia chegaram até mim sem fôlego e mareados pelo que os acontecimentos lhes traziam. Algo que ocorrera em suas histórias reverberou a partir dos diálogos traçados nos grupos. Algumas coisas colavam, e outras não, pois eram enviesadas por racismos, pobreza, homofobia, transfobia. Era urgente abrir caminhos

que só foram descobertos como necessários e possíveis nos acontecimentos, atravessados pelo diagrama de forças que se atualizava nas relações dos grupos.

Os rapazes, modelos em sua relação com as mulheres, que hoje aparecem em programas de televisão para contar sua experiência de divisão do cuidado das crianças, não entendiam Gilmara. Incentivar o respeito às diferenças, dizer que homens desconstruídos aceitam e cuidam não fazia os rapazes sair de seus lugares centrais e seguros. O ativismo de rua, visitas às instituições de luta pelos direitos LGBTQI+, conhecer e conversar com lideranças desse movimento foi o que pareceu começar a quebrar algumas de suas certezas a respeito de outras orientações sexuais e identidades de gênero. Precisaram ocupar o lugar de ouvintes de um público bastante variado para começarem a perceber que a normalidade e a potência tinham muitos vieses. Alguns dos que se recusaram a participar de passeatas LGBTQI+ na época, apenas anos depois, a partir de seu próprio ativismo, passaram a defender a causa. Gilmara precisou assim, expandir seus laços de cooperação para além daquele grupo.

Os casos de Gilmara, Ezequiel e as demais participantes dos grupos, exprimem que mudanças se dão ao longo do tempo. Não cessam de acontecer. Gilmara se transformou. Mudou de identidade. Tornou-se uma mulher e militante dos direitos da população LGBTQI+. Sua mudança não tem fim, ainda reverbera. Percebo variações em cada encontro com ela. Ezequiel, homem negro e pobre, precisou escolher entre a dedicação ao trabalho social e a paternidade, aquilo que era mesmo objeto de sua luta. Optou por estar mais perto dos filhos, possivelmente repercutindo sua relação com as crianças nos homens e mulheres de seu cotidiano. Possivelmente, ainda enfrentando os dilemas entre os discursos sobre participação paterna, sua criação como homem e suas condições materiais de sobrevivência.

#### 4.1.1. Mergulhos no caos e as dores das transformações

Dar-se conta de nossa opressão, para as mulheres, traz junto o sentimento de que temos direito ao amor, mas não gozamos dele como merecemos. É descobrir que tudo o que nos falaram a respeito do herói que um dia chegaria, bem como todas as histórias que nos contaram para que relevássemos o mau tratamento masculino dirigidos a nós, é uma mentira. Não somos admiradas. Nossos conhecimentos e nossas práticas não têm valor, e isso não depende de nossas habilidades. Em nossos movimentos de transformação, percebemos que batalhamos para ocupar um mundo que não nos quer. Há dor até na despedida que sucede ao fato de entendermos que não podemos mais fazer parte desse mundo, precisamos criar outro, em que viver junto seja possível. O encontro com o colonizador de todos os tipos – brancos para os negros e negras, os do asfalto para as faveladas e favelados, os do Atlântico Norte para latinos – nos apresenta a dor de percebermos que somos apenas distração e ganha-pão para os de fora.

Os problemas de gênero não envolvem apenas nos liberar de um Estado repressor e violento. Não trata de simplesmente aprisionar aquele que nos machuca diretamente o corpo. Concerne a uma política que produz quem somos<sup>100</sup>. Nesse sentido, na resistência a uma política de subjetivação, “o objetivo hoje não é descobrir quem somos, mas recusar quem somos” (FOUCAULT, 1995, p. 239). Na crítica às masculinidades, é necessário empenho na recusa de um modo de ser que imaginamos como inerente ao masculino. No caso das mulheres, precisamos nos livrar dos sentidos que nos foram atribuídos pelos homens, para que coubéssemos em um mundo que forçadamente disseram ser seu. Seguindo os passos de Glória Anzaldúa, a busca é por “uma exoneração, uma visão através das ficções da supremacia branca, uma visão de nós mesmas/os em nossas aparências verdadeiras, e não como a personalidade racial falsa que nos foi imposta, e que nos impusemos” (ANZALDÚA, 2005, p. 714).

Por raiz, Anzaldúa (2005) não se refere a uma essência reprimida, mas da busca por marcas próprias, que não sejam definidas pelo não lugar, ou pelo outro. Para os grupos minoritários, é necessário sim, que busquem quem são, a partir de si, por meio

---

<sup>100</sup> Por isso, dissemos em um capítulo anterior que as críticas aos trabalhos individuais não devem ser dirigidas às práticas diretamente com os indivíduos, mas a uma política da individualização. Se as relações de poder, assim como as de gênero, são mantidas por processos de subjetivação – como Foucault, feministas decoloniais, pós-estruturalistas, e autores do giro decolonial propõem, por meio dos artifícios coloniais-capitalísticos que são criados, incluindo as epistemologias – tais processos de subjetivação não se restringem, mas incluem os indivíduos, em uma crítica a um processo de subjetivação.

de um processo que não é o de lugares fixos, tal como estabelecido por uma política majoritária. É necessário que afirmemos nossas marcas, nossas potências, por meio de histórias que vão sendo tecidas nos acontecimentos. Nunca estanque. É por meio de narrativas outras, de um olhar para o cotidiano, que vamos percebendo a arbitrariedade de toda a história que são registradas como da humanidade, mas que não nos representa.

Desse modo, a partilha da dor que entremeia nossas histórias é inerente aos processos de emancipação das mulheres, carregando também um elemento pedagógico, segundo Matos (2018). Em nossas práticas de insurgência, nossos laços são traçados a partir de nossas experiências dolorosas, cujas linhas têm cores diferentes, seguindo o tom de nossa pele. Vilma Piedade (2017) nomeou *dororidade* ao que une mulheres, principalmente negras, em seus processos coletivos de resistência. A potência que decorre de estar atada a uma rede de segurança feminina, e de poder dar forma e tirar da garganta algo que nos sufoca, é também acompanhada da dor de atualizar por meio da memória, a experiência dolorosa, ou de nos darmos conta de nosso silenciamento.

Dor não é o mesmo que sofrimento. O sofrimento envolve penúria, tortura<sup>101</sup>. A dor é uma intensidade, um afeto, é indício de que algo não está bom, mas luta por recuperar suas forças. Não há como escapar da dor em nossos processos de mudança, não há como ser indolor a extração de algo tão arraigado em nossos corpos. Ao mesmo tempo, envolve alívio.

Dizer que mudanças são indissociáveis das dores, não significa que tenhamos que nos concentrar nas violências, nos custos, na vitimização das mulheres pelo cisheteropatriarcado-colonial-capitalístico. Isso é um dado, mas a resistência também pode vir do humor, da alegria. A dor a qual me refiro, envolvida nos processos de transformação, não parte da afirmação dos custos do patriarcado para um ou para outro indivíduo, do quanto sofremos. É que no reconhecimento mesmo de nossa singularidade, de nossa capacidade de diferir, nos damos conta de nossas formas silenciadas e invisibilizadas, de que o trabalho cotidiano de manutenção da vida não tem valor. É daí que surge também nossa potência, ao percebermos que, a partir de então, podemos dar voz o silenciado.

Por que os homens acham que precisam ser poupados da dor no enfrentamento do patriarcado? É exatamente sua resistência às mudanças que faz com que se

---

<sup>101</sup> Por consulta feita ao dicionário Michaelis on line. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/>. Acessado em 19 de junho de 2019.

preocupem com soluções positivas para os homens brancos cisheterossexuais. Ou, se precisam de uma dor que os motive a união, que elejam prioritariamente a dor da despedida desse sistema que os beneficia, a dor do desenraizamento. Isso vem junto com não precisarem usar máscaras ou competirem para ocupar os poucos lugares de heróis que a sociedade colonial-capitalística os reserva.

No curso dos processos formativos, o reconhecimento de nosso lugar na teia cisheteropatriarcal passa por discutir automaticamente nossas dores e nossos privilégios. Não há separação. As dores, no debate com os grupos, são situadas, ganham sentido no processo de transformação, em que nossas marcas sociais se atualizam, agem. As disputas e os conflitos estão ali colocados, fazendo se manifestar a dinâmica das marcas que nos colocam nos lugares que ocupamos socialmente. As desigualdades de gênero, raça, orientação sexual e localização na cidade eram atualizadas nos encontros e punham questões que, ao estarem imersas na teia de linhas complexas dos acontecimentos, escapam da afirmação perigosa de que os homens, ou mulheres, são vítimas do sistema político que nos cerca, sem que as forças que nos movimentam em nossas posições passivas ou ativas sejam apagadas. Gilmara e Ezequiel tinham muitas dores, mas essas dores iam além do simples fato de terem sido nomeadas como homens.

A denúncia dos artefatos fixadores das subjetividades, provenientes das normas de gênero, é um processo que “beneficia” a todos, mas não deve estar preocupada com ganhos individuais, uma vez que é justamente aí que reside toda a trama colonial-capitalística que legitima as hierarquias sociais. Diz respeito a um processo de abertura de libertação das amarras normativas que não está desligado de ouvirmos os efeitos dos espaços que ocupamos na reconfiguração da trama social. É no grupo que tais efeitos se atualizam nos conflitos e tensões que brotam da experimentação de uma organização coletiva. Assim é que libertando-nos, libertamo-nos coletivamente dos formatos coloniais – capitalísticos.

As metamorfoses que foram observadas por mim, estavam envoltas em períodos de alívio e potência, mas sucederam a mergulhos profundos no caos. Foi dos conflitos e das confusões que emergiram os primeiros sinais de uma transformação que não era a reprodução de um discurso sobre gênero. Era visível para mim, que algo atravessava seus corpos e anunciava que a vida pedia passagem, para o que não se sabia ainda. Brotavam como uma onda violenta que os arremessava e demandava apoios para que pudessem subir de volta a superfície. Essa é a imagem das minhas memórias dos

encontros com Gilmara e Ezequiel. Era como se as tensões vividas fizessem emergir as contradições, produzindo momentos de suspensão da ordem do gênero conhecida. A partir dali, por meio de um acolhimento individual, mas sem deixar de considerar um emaranhado de forças que nos atravessam coletivamente, as intervenções também cumpriam sua função, de acompanhar as dobras que se faziam, atentas a qualquer interferência de um movimento contrário às mudanças potencializadoras, atentas aos obstáculos que impedem a desnaturalização da ordem conhecida, por exemplo, os discursos discapacitantes e reacionários. Demandava de nós, muito mais do que uma lista de bons comportamentos e boas práticas nos relacionamentos. Era olhar para as rupturas e dissonâncias, para as vibrações dos corpos, e dar substância às novas formas que reclamavam acesso.

#### 4.1.2. O corpo é movimento e criação

A transformação acontece no embalo. A resistência de Andreza, uma das jovens que participou do JPEG, é agora dançada ao vento, com outras mulheres, em um projeto idealizado e coordenado por ela, após a conclusão da faculdade de dança. *Mulheres ao vento*<sup>102</sup> agrega a dança ao empoderamento feminino, à África e à africanidade. Há beleza, há prazer, há alegria ali, também. Na contramão das marcas das desigualdades,

produzindo pactos políticos frágeis e mantidos pelo medo e pela violência [...] oferecer aos feminismos e demais lutas por liberdade a possibilidade de lutarem dançando. Um corpo que dança é um corpo liberto, um território livre, que aprende, aprende e ensina de maneira muito mais ampla, apesar das marcas de violência que carrega (PIRES, 2017, p. 1, colchetes meus).

A apatia tradicional nos processos de formação é capaz de gerar informação, mas não é apenas a informação, ou a simples consciência de nossa situação, que produz mudanças. Gênero, como uma abordagem crítica em projetos que visam à emancipação social, não é um conceito que deva ser simplesmente memorizado (FONSECA, 2011). Uma discussão, se não nos toca, é apenas capaz de promover a reprodução do discurso. As experiências que visivelmente afetaram o tônus corporal de Gilmara e Ezequiel, que acompanhou a criação de discursos e de lutas que lhes eram próprias, fizeram-me

---

<sup>102</sup>Informações disponíveis em [https://www.facebook.com/pg/mulheresaovento/about/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/pg/mulheresaovento/about/?ref=page_internal). Acessada em 10 de julho de 2019.

constatar a presença de dois momentos: o primeiro o da reprodução de um discurso “politicamente correto” do gênero, capaz de apresentar as mudanças aferidas pela escala sobre comportamentos e atitudes equânimes<sup>103</sup>; o segundo foi o momento em que seus posicionamentos passaram por deslocamentos que resultaram de afetos gerados pela relação entre os debates e situações de suas vidas, que atravessaram e mexeram seus corpos.

A partir de então, interessei-me pela relação entre corpo e resistência ao gênero, não apenas pela via dos corpos dissidentes, mas pela dança, pelo movimento, pelo que é capaz de gerar afetos que atravessem os corpos. O mover o corpo de que trato aqui não se limita ao corpo que é capaz de se locomover independentemente. Falo das vibrações que perpassam este corpo, abrindo-o a reconfigurações subjetivas. Nesse sentido, mais do que palavras, as intervenções passaram a ser preenchidas com outros modos de organizar e estar no espaço; com outros modos de fazer desdobrar o pensamento, através de linguagens que estão além da fala: objetos, acontecimentos, imagens, cenas, experiências outras, capazes de liberar variadas conexões com o que nos cercam.

Atribuir lugar de relevância ao corpo nas intervenções para emancipação de gênero não se resume a discutir a relação entre corpo e as normas de gênero, mas desincorporar performances avidamente enraizadas nos corpos. É importante que possamos agir a partir do que percebemos e sentimos em contato com o mundo, ponderando como somos afetados por outros corpos, além de nossa capacidade também de afetá-los. As sociedades coloniais-capitalísticas cisheteropatriarcais têm nos privado do acesso criativo a variedade dos afetos que nos atravessam, nos incitando a copiar modelos de como nos comportar, a reproduzir conhecimento. Assim, a resistência consiste na atenção e a ativação de nossa capacidade sensível, que esteve capturada por esse regime – colonial-capitalístico cisheteropatriarcal –, exceto em determinadas tradições filosóficas e poéticas (ROLNIK, 2006).

As ciências atravessam, marcam o corpo, rotulam, recortam, o tornam efeito e agente de difusão de saber (SOUZA, ARNT E RABUSKE, 2007), de gênero, de raça. Por meio de uma rede de técnicas, que funcionam no interior das diversas instituições, o corpo é moldado, exercitado, corrigido, de acordo com recomendações científicas e pedagógicas. Assim, aprende a cumprimentar, a se sentar, a se alimentar, enfim, a se

---

<sup>103</sup> Refiro-me a escala GEM, mencionada no primeiro capítulo.

comportar de determinada maneira. Com isso, os corpos aprendem sobre si mesmos e como devem ser afetados pelo que está a sua volta (FONSECA, 2011, 2013).

Ingressamos em um conjunto de práticas (disciplinas, exercícios, vigilância, exames, correção) que deixarão para sempre marcas no corpo, em nossos sistemas de percepção e relação com o que nos cerca. Quando meninas aprendem a ser dóceis e discretas, isso lhes é transmitido por profundas imposições físicas (LOURO, 2000). Os meninos, para que sejam resistentes e competitivos, têm seus corpos marcados por uma série de exercícios, enfrentamentos e disputas (LOURO, 2000). O corpo é, dessa maneira, instância privilegiada nos processos de produção de subjetividade, superfície de contato com o que nos rodeia.

No entanto, não apenas um aliado da sociedade colonial-capitalística em seu mecanismo de controle, o corpo revelado na materialidade dos encontros, articula-se à capacidade inventiva dos sujeitos (BORGES, 2009a). É no contato com as outras pessoas, com a natureza, e tudo mais que nos cerca, que somos permeados por fontes que engendram novas possibilidades aos sentidos atribuídos as coisas do mundo. Dessa maneira, intensionando, nos trabalhos de promoção à equidade de gênero, possibilitar modos singulares de existência, não estacionados na memorização e reprodução de discursos e comportamentos, fomos conduzidas e conduzidos a encontrar práticas que deslocassem o uso exclusivo das habilidades racionais da fala, para a busca de práticas que pudessem fazer proliferar nossos recursos de atenção e vibração dos corpos.

Na crítica às certezas científicas e sua busca por neutralidade, deixar-se afetar é um dispositivo metodológico importante. Um trabalho social, politicamente engajado na resistência às normas que subjugam, não escapa a produção de tensões e vibrações que não podem ser ignoradas. Pôr em análise os afetos que nos atravessam é ainda um passo em direção à localização de nossos posicionamentos políticos na pesquisa.

Ser afetada, a partir da experiência com pesquisas etnográficas em feitiçaria de Jeanne Favret-Saada (2005), não é imaginar-se no lugar do outro, nem supõe a identificação com os sujeitos que se pretende investigar. Portanto, deixar-se afetar se distancia da ideia de empatia. Ao se deixar afetar, permite-se o “bombardeamento por intensidades”, que são significáveis. Deixar-se afetar não informa sobre o outro, mas “mobiliza e modifica o próprio estoque de imagens” (FAVRET-SAADA, 2005, p 159), abrindo a comunicação desprovida de intencionalidade, que pode ser verbal ou não verbal. Quando é verbal não é a descrição do vivido, mas diz respeito ao que a

experiência estimulou, uma cartografia do que nos moveu. A não verbal está baseada na comunicação da intensidade de que o outro está afetado. Em seu caso pessoal, Favret-Saada nos conta sobre um “distúrbio provisório de percepção, uma quase alucinação, ou uma modificação das dimensões” (FAVRET-SAADA, 2005, p 159). Trata-se, sobretudo, de uma percepção não significada, presente no corpo, própria dos processos de desterritorialização que precedem a criação de novas formas.

Os afetos não podem surgir da individualidade dos corpos. “A própria palavra afetar designa o efeito da ação de um corpo sobre outro, em seu encontro” (ROLNIK, 2007, p 37). É no encontro dos corpos (com outros corpos ou o que o rodeia) que novos universos psicossociais – que é o desejo mesmo – são produzidos. Por meio do atravessamento dos afetos, em um movimento contínuo de desencantamento, repertórios cristalizados se tornam obsoletos (ROLNIK, 2007). A aposta aqui é que os afetos promovidos pelos encontros possam fluir para a criação constante de sentidos, sair do repertório conhecido – mas que não abre caminhos para que possam fazer ligações mais afinadas ao presente. É a impossibilidade da conexão entre os afetos que, segundo Suely Rolnik (2007), caotiza a existência. Assim, no movimento da vida, que é uma constante produção de encontros e afetos, estes precisam passar e resignificar as relações. Nos grupos, as falas não apenas circulavam, como cada um e cada uma era convidada a dar sentido às comunicações, por meio da observação de como os conteúdos do debate reverberavam em seus corpos.

A constelação dos afetos resultante do contato com o outro, humano ou não humano, é capaz de formar uma realidade corpórea que, embora invisível, não é menos real. No encontro com os grupos, parecia ser justamente a produção do que Suely Rolnik (2007) chama de um corpo vibrátil o que gerava agenciamentos que faziam sentido. Assim, segundo as análises do trabalho de Lygia Clark realizadas por Suely Rolnik (1999), é a partir da escuta do corpo vibrátil que somos compelidos a criar novas paisagens existenciais. Desse modo, o enfrentamento das universalizações subjetivantes – centradas no colonizador de vários perfis – passa por criar um corpo sensível ao efeito dos encontros, um corpo que pulsa, que vibra, mergulhado nas intensidades – energia que surge dos agenciamentos que fazem os corpos em sua qualidade de vibráteis.

Tais configurações requerem, assim, considerar o corpo em seu potencial expressivo, em sua vibração, não um corpo orgânico, mas “um corpo sem órgãos” (DELEUZE e GUATTARI, 1996, p. 9). O corpo aqui não é definido como uma

unidade psicofísica, com base nas contribuições de José Gil (2004). O corpo é sim, dotado de intencionalidade e consciência do corpo, que seria, de acordo com Gil (2004), o avesso da intencionalidade. Ser o avesso da intencionalidade significa que a consciência do corpo não é subliminar, nem é a consciência que se tem do corpo, seus órgãos e membros. É a impregnação da consciência pelo corpo; a captação das mais finas vibrações e intensidades do mundo pelo corpo, sem que estas intensidades ganhem definição clara pela consciência. Abrir o corpo é, portanto, deixar vir à tona a consciência do corpo, espaço privilegiado de agenciamentos. É criar a zona em que o corpo se deixa ser contagiado pelo mundo, por meio de micropercepções. Em outras palavras, abrir o corpo é abrir o espaço de agenciamento de fluxos de intensidades, para que fluam por vias diversas (GIL, 2004).

“Estamos tão impregnados de um modo de ver o mundo que não nos damos conta das micropercepções que atravessam nosso corpo no cotidiano revelando-nos o abismo de possibilidades característico da vida em sua existência” (BORGES, 2009a, p.36).

Assim, tornar um corpo vibrátil significa abri-lo, deixar-se afetar, colocar em evidência as micropercepções e possibilitar a criação de modos de existência não tão rigidamente baseados em normas pré-estabelecidas, como as normas de gênero. Devemos aproveitar e ampliar o campo de afetação deste corpo, produzindo movimentos e o contato com uma série de objetos e outros corpos que aumentam a sensibilidade da consciência do corpo, esquecida por nossa escolarização via reprodução de moralismos e raciocínio esvaziado da experiência. São experiências, toques, produzir sentidos por meio do sentir, que amplia nosso universo de afetação. Borges (2009b) afirma que é justamente a condição sensível do corpo, em sua excitabilidade e receptividade, que se realiza a transdução necessária entre sistemas de signos. Assim, é a abertura da sensibilidade do corpo e a atenção para os micromovimentos do corpo – característicos mesmo da consciência do corpo – como campo de operação do simbólico, que faz possível a emergência de novos territórios existenciais.

Por meio da arte podemos encontrar formas não ensaiadas de contato com o mundo, que nos conduzem a novos horizontes perceptivos, repertórios não muito conhecidos. Retomando a obra e a história de Lygia Clark, Rolnik (1999) expressa como a artista, por meio de sua arte, cria pouco a pouco as condições para estimular a criação de um corpo vibrátil. Lygia Clark buscava descobrir o que há de mais profundo

no corpo, a partir de experimentos que reativam o campo de afetação corporal. Nas palavras de Rolnik:

A obra de Lygia Clark será uma obstinada investigação com o intuito de convocar na subjetividade do espectador a potência de ser contaminada pelo objeto de arte, através da descoberta não só da vida que agita o objeto internamente e em sua relação com o espaço, mas fundamentalmente, da vida que se manifesta como força diferenciadora de sua própria subjetividade, ao colocar-se em contato com a obra. O que Lygia quer produzir no espectador é que ele possa estar à altura da diferença que se apresenta na obra e cavar em sua alma a nova maneira de perceber e sentir de que a obra é portadora. Essa conquista poderá lançar o espectador em devires imprevisíveis (Rolnik, 1999, p. 9).

Na obra de Lygia Clark, o público é convidado a manipular os objetos criados pela artista, de modo que os objetos vão se revelando relacionais – e não mais neutros e indiferentes, para uma subjetividade não mais estruturada por uma identidade fixa e anestesiada para os movimentos da vida. Não é a possibilidade de transferência com a obra que é explorada, mas a potência criativa do espectador, ao abrir-se para a relação com o objeto. Assim, o que passa a interessar é não o objeto em si, mas de que modo a relação entre os corpos (humano e objeto de arte) podem produzir transformações nesta subjetividade (FONSECA, 2011).

Segundo Rolnik (1999), o acento na proposta de Lygia não está na recomposição de uma identidade, nem possui fins terapêuticos. Mas explorando o potencial terapêutico da arte, cria condições de escuta do corpo vibrátil. As investigações de Lygia, ao buscarem estratégias para acordar no espectador o corpo vibrátil, visava iniciar a experiência de vazio pleno, de modo a acessar o mundo em sua potencialidade transformadora. Deixar o vazio acontecer produz resistência às capturas cisheteropatriarcais coloniais-capitalísticas, pois

“É preciso se morrer mesmo integralmente e deixar o novo nascer com todas as implicações terríveis do ‘sentimento de perda’ da falta de equilíbrio interior do afastamento da realidade já adquirida; é o vazio vivido como tal, até o momento dele se transformar no vazio pleno, cheio de nova significação”. (Rolnik, 1999, p. 321)

A experiência de vazio-pleno corresponde ao momento em que o corpo vibrátil está operando “a silenciosa incubação de uma nova realidade sensível” (Rolnik, 1999), essencial para a manifestação da potência de diferenciação da vida.

A obra de Lygia Clark inspirou trabalhos com os grupos do JPEG e também em uma escola da rede pública, em parceria com as professoras de artes e história. Na escola, uma sala teve as cadeiras substituídas por almofadas em que instalamos objetos

interativos e utilizamos o espaço para trabalhar exercícios baseados em experimentações e movimentos corporais que utilizavam técnicas da dançarina Angel Viana<sup>104</sup> e do movimento autêntico.

Assim, por meio dos movimentos propúnhamos a observação de seu corpo e dos corpos em volta, embalados por movimentos próprios. Também nos indagando sobre o que nos leva a nos mover, o movimento autêntico criava a possibilidade de reconhecimento da diferença, além da criação de um corpo coletivo, pela sintonia e encontros que torna possível. Os encontros eram geradores de gestos, intenções, sentimentos, intensidades. Nesta relação, atentávamos para o que havia de singular e também de ressonante dos outros corpos em nós. Gênero e raça apareciam dos debates que se desenrolavam desses processos.

O movimento autêntico tomava os encontros como objeto de investigação, e ao fazê-lo, refletíamos sobre relações sociais, desejo, autonomia e direitos. Trata-se, portanto, de uma prática política e clínica. Ao assumirmos papéis de testemunha externa e movedor, o movimento autêntico revelou-se uma ferramenta interessante na busca pela singularidade na vida em comunidade, em que a comunidade não é mais constituída por um corpo homogêneo, mas um espaço em que se possibilita a expressão de infinitas singularidades, segundo as reflexões de Félix Gattari (1990) e Peter Pál Pelbart (2003). A testemunha, que observa atentamente os movimentos de outro corpo, ao dar o retorno sobre esse movimento, o faz localizando-o em seu próprio corpo, por meio dos verbos ver, pensar e sentir, conjugados em primeira pessoa.

O trabalho não foi livre de resistências, estranhamentos e expectativas diversas, como por informação sobre a biologia do corpo e da sexualidade, entre outras, que foram incluídas. Sentar no chão e relacionar o que se passava no corpo com novas possibilidades de perceber o que está em volta não era habitual, demandou tempo. Até a proposta de movimento autêntico, o corpo foi trazido aos poucos para as rodas de encontro. Lentamente, as pessoas começavam a incorporar outros modos de estar nos encontros.

Os exercícios corporais ajudaram a expressar e a verbalizar sensações, trazer perguntas, a tentar expressar sentimentos, os incômodos e o que dava prazer. Ao falar

---

<sup>104</sup> Angel Vianna é bailarina, coreógrafa, professora e pesquisadora. Fundou faculdade escola de dança que leva seu nome. Suas pesquisas se voltam para a conscientização do movimento e sensibilização do corpo. Seu método tem sido utilizado não apenas por dançarinos, mas aplica-se a clínica e as terapias de reabilitação motora (MAMBERTI, 2009).

de nós, deslocávamos o gênero das representações generalizantes. Mas embora os exercícios fossem também experimentos criados nos acontecimentos, não é qualquer modo de trazer o corpo para a cena que é dispositivo que mobiliza e movimenta. É a atenção que o trabalho pode oferecer às relações, as ressonâncias e nossos lugares de poder.

Dançar de diferentes formas, dançar o gênero, observar o que nos acontece, ensaiar devolver para as outras e outros o que observamos dos seus e dos nossos movimentos, foi uma forma que encontrei para trazer o corpo para a cena do grupo. Na dança, a consciência (intencional) dos movimentos do corpo é intervalar, não consegue acompanhar a rapidez com que estes movimentos acontecem. Nos intervalos da consciência intencional, passam movimentos tão rápidos que são captados apenas pela consciência do corpo. O corpo conduzia os movimentos, pondo em suspensão o controle habitual de nossa consciência intencional. A discussão sobre os movimentos revelavam memórias e sensações que desdobravam pensamentos, eram capazes de produzir falas incorporadas<sup>105</sup>. Mas nem a dança é ferramenta capaz de, por si só, reverberar singularidades, como não é a única possibilidade de produzir abertura nos corpos.

A experimentação de novas possibilidades de agir, de uma nova relação com o antigo, de novos espaços, da música ou outros códigos de expressão da existência, sem desviar um olhar atento para a nossa relação com essas formas ou modelos, também parecia desdobrar o pensamento. Cada ferramenta, cada exercício de grupo dispostos nos cadernos a serem adaptados, demandava pensar os afetos e os efeitos individuais e coletivos. A atenção para o vivido, para nossas potências e incômodos na extensão coletiva, era o que parecia deslocar modos habituais individualizados e de poucos cuidados nas relações com outras pessoas e com o meio. A resistência ao gênero consistia em explicitar a vida, as possibilidades criativas de cada uma e cada um, em suas articulações coletivas.

---

<sup>105</sup> Essas observações estão registradas em minha monografia intitulada *Corpo, Direitos e Educação: Promovendo equidade de gênero através do movimento na escola* (2011), para a conclusão de pós-graduação na Faculdade Escola de Dança Angel Viana, que busquei fazer após minha percepção de que os corpos de Gilmar e Ezequiel eram movidos de acordo com a produção de ideias e de ativismos que lhes eram próprios. Tentei entender como trazer o corpo para o trabalho de formação em gênero.

### 4.1.3. Gênero, existência e resistência

Gênero é uma norma que, ao mesmo tempo, produz sujeição e resistência. Para Butler, “gênero é o mecanismo pelo qual as noções de masculino e feminino são produzidas e naturalizadas, mas gênero pode muito bem ser o aparato através do qual esses termos podem ser desconstruídos e desnaturalizados” (BUTLER, 2014, p. 253). Desse modo, o próprio aparato que propõe a norma é o mesmo que a solapa. É por meio da instabilidade do gênero, que induz à necessidade de repetição constante, que se abre também para uma repetição diferencial da lei reguladora (ARÁN, 2010).

A sujeição ao gênero como forma de resistência é aprofundada por Butler (2014), com base nas análises de Foucault, para quem discorrer sobre a questão do poder é essencial para pensar a resistência, uma vez que, onde há poder, há resistência. Esta jamais ocupa uma posição de exterioridade às relações de poder, mas são componentes desse elo. A resistência é um elemento, segundo Foucault (2014), dessa relação estratégica em que consiste o poder. Se não houvesse resistência, tudo seria apenas uma questão de obediência (FOUCAULT, 2014). Mas, para este autor, resistência é um processo de criação, mais do que negação. Tal processo inclui criar e recriar, além de transformar. Isso “quer dizer que temos sempre a possibilidade de mudar a situação [...] Não podemos nos colocar de fora da situação, e em nenhum lugar estamos livres de toda relação de poder. Mas podemos sempre transformar a situação” (FOUCAULT, 2014, p 256). Entretanto, não se trata aqui de uma transformação feita à base de propaganda sobre novos modelos de existência. Trata-se de um processo constante, de apropriação da vida como produtora de diferenciação. Resistir, transformar consiste em subverter a lógica que nos afasta de nossa potência de singularização, por meio das capturas binárias na matriz do gênero, próprias do regime colonial capitalístico:

um discurso restritivo sobre gênero que insista no binarismo homem e mulher como a maneira exclusiva de entender o campo do gênero atua no sentido de efetuar uma operação *reguladora* de poder que naturaliza a instância hegemônica e exclui a possibilidade de pensar sua disrupção (Butler, 2014, 254).

Se gênero é o que dá sentido às relações (NOGUEIRA, 2017) – não pré-existe nas pessoas, nem é um atributo individual, ou uma simples associação de

comportamentos a determinados corpos – a possibilidade de transformação é despertada, quando algo interfere nesse sentido. Na prática das transações de gênero, como visto, tais sentidos são forjados em meio a inúmeros aparatos que agem de forma combinada e reiterada para nos afastar da possibilidade inventiva de nossas relações no entre nós. Mas nesse processo, há sempre disparidades e desestabilizações, que nos fazem concluir que as tecnologia de gênero operam de forma precária na produção de sujeitos de enunciação e de ação (LAURETIS, 2019).

Eventos que se passam em nossos cotidianos são capazes de provocar crises em nossas referências. Os personagens que representamos no teatro da vida, metáfora utilizada por Suely Rolnik (2018), por vezes, se encontram com situações que deslocam o roteiro original. Somos com frequência, tomados por um estranho estado de não pertencimento. Os homens, acostumados à cena machista, ao se depararem com repertórios e personagens femininos modificados, são tomados pela necessidade de improvisar, em meio a variadas possibilidades de respostas. Dentre as soluções possíveis, diante da desestabilização que a cena provoca em si, que, até então, tinha seu poder garantido, o personagem masculino pode permitir que a experiência o leve a fazer o mesmo movimento que o personagem feminino. Assim, deixando-se guiar pelos efeitos da cena em seu corpo, na superação de sua desconexão com o extra-pessoal, ele “buscará recriar a si mesmo orientado pelos afetos de sua interação com o(s) novo(s) personagem(ns) da mulher que com ele contracena, tornando-se com ela, um agente da insurgência micropolítica” (ROLNIK, 2018, p 137). Outra saída indica que, na impossibilidade de o personagem masculino seguir atuando seu papel de opressor, ele reage de forma violenta, movido “por sua exasperada vontade de conservar a cena e seu personagem na mesma a qualquer preço, por medo de colapsar” (ROLNIK, 2018, p. 137). A segunda resposta mencionada tem sido comum na cena contemporânea, tal como mostrou as pesquisas apresentadas aqui. No trabalho com os rapazes, era comum que essa violência também fosse voltada contra si, na expressão de sua sensação de impotência diante dos fatos que não se estabilizaram, tal como o enredo que lhes foi apresentado originalmente. Não havia fórmula que desse jeito ou que pudesse controlar todas as variáveis do entorno que afetavam seus corpos e produziam seus deslocamentos. Meu papel era de atenção e devolução de qualquer indício que pudesse levar às saídas autoritárias, o que também incluía o embalo nos movimentos criativos, potencializantes. Desse modo, o que reafirmo aqui, é que as ferramentas utilizadas para

produzir desestabilizações nos repertórios masculinos conhecidos, não são onipotentes, são até mesmo perigosas, como visto no segundo capítulo acerca dos reducionismos baseados nos custos *versus* benefícios. Não podemos prescindir de acompanhar as oscilações que fazem parte do próprio viver.

Nesse sentido, reafirmo que a totalização e o centramento da subjetividade nos indivíduos é precária, uma vez que “a redução ao sujeito na política de subjetivação que nelas prevalece implica em estarmos dissociados de nossa condição de viventes, o que nos separa dos afetos e perceptos e nos destitui do saber-do-vivo” (ROLNIK, 2018, p. 55). Existe algo que, no plano visível, faz com que nos reconheçamos com nossas identidades e gêneros, contudo, no plano invisível, inúmeras forças atuam na desestabilização das formas conhecidas, sem que nos apropriemos delas, pelos artifícios coloniais-capitalísticos. “Com a obstrução do acesso aos efeitos das forças do mundo em nosso corpo, embora os mundos virtuais que eles engendram nos perturbem, somos impedidos de apreendê-los, o que torna a pulsação mais estranha” (ROLNIK, 2018, p. 55). A multiplicidade de agenciamentos que compõem as subjetividades, de alguma maneira, produz rupturas na tentativa incessante de adequação aos modelos subjetivos. Mais importante do que oferecer modelos alternativos de masculinidades, é olhar para as possibilidades que se apresentam nos processos que a vida instiga.

O esforço colonial-capitalístico por manter as subjetividades estabilizadas não é suficiente. As tais “caixas” do gênero produzem efeitos calamitosos para quem nelas não se conforma, mas manter as arestas dessas caixas intactas requer imensos esforços dos aparatos de poder. As mudanças acontecem a todo o momento no mundo, forçando o rompimento das superfícies. As ferramentas que usamos em nossas intervenções servem mais como catalisadores ou binóculos do que pede passagem, daquilo que é, não sendo<sup>106</sup>, porque foi silenciado.

Feministas decoloniais, negras, latinas, asiáticas, africanas, de origens variadas, por meio de seus ativismos que buscam romper com as narrativas hegemônicas sobre os processos revolucionários, mostram-nos como as dicotomias inventadas para cercar o espaço de poder de determinados sujeitos, são permanentemente desarticuladas por experiências de mulheres que não se resignam às normatizações confinadoras de nossos lugares na sociedade. Diferente dos moldes que concorrem com os padrões

---

<sup>106</sup> Vilma Piedade, em seu livro *Dororidade* (2017), usa a expressão “não ser, sendo” (p. 17), para se referir ao silenciamento histórico das mulheres negras.

hegemônicos das masculinidades, temos notado que a resistência se faz na existência, no viver a vida<sup>107</sup>. É preciso olhar para a experiência que tem sido invisibilizada, e aplicar uma psicologia que acompanhe as linhas dos processos de produção de subjetividade. Falo aqui dos processos micropolíticos que são essenciais para a manutenção da saúde e da vida, enquanto “força de criação, transmutação e variação” (ROLNIK, 2018, p 104), mas que é confiscada ou “cafetinada”, segundo Rolnik (2018, p. 104), pelo regime colonial-capitalístico cisheteropatriarcal.

Habitar a esfera macropolítica da vida humana é essencial para a vida em si (ROLNIK, 2018) e para nossos movimentos de resistência aos processos normalizadores dos sujeitos. É preciso partilhar a linguagem, criar formas inteligíveis, organizar o tempo, o espaço, criar a sensação de familiaridade, tudo o que é próprio da esfera macropolítica (ROLNIK, 2018, p. 110). O regime colonial-capitalístico se apresenta macropoliticamente, afastando-nos, micropoliticamente, das forças instituintes das formas com as quais atua. Assim, devemos nos encarregar também do que é visível, do molar, mas não podemos reduzir, tal como tem sido argumentado aqui, a subjetividade às formas características da experiência como sujeito (ROLNIK, 2018). Temos que estar alertas às forças de constituição dessas formas. Podemos provocá-las por meio de nossas ferramentas, chamar a atenção para elas, pros afetos que atravessam os nossos corpos. Não me refiro a nomear tais formas, ou oferecer seus moldes. Refiro-me a atentar para a existência de tais afetos, de tais forças constituintes, de uma experiência “fora-do-sujeito” (ROLNIK, 2018, p. 110). Habitar esse lugar “é essencial para nos situarmos em relação à vida e fazermos escolhas que a protejam e a potencializem” (ROLNIK, 2018, p. 111-112).

É nesse sentido que a transformação é a criação de possíveis (ROCHA e AGUIAR, 2003), não o objetivo de nossas intervenções. A ação da profissional-pesquisadora-ativista é criar/ identificar “dispositivos analisadores que favorecem a produção de acontecimentos” (PAULON, 2005, p. 22). Assim, a transformação não é

---

<sup>107</sup> Essa ideia foi defendida por Teresa Cunha, em sua apresentação na “Escola de Inverno Ecologias Feministas de Saberes”, oferecido pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, entre 21 e 24 de janeiro de 2019. Em sua exposição “A crítica feminista das Epistemologias do Sul e a invenção do trabalho reprodutivo das mulheres”, a pesquisadora e ativista feminista argumenta que além de justiça cognitiva para a promoção de justiça social, é necessário justiça sexual. Desse modo, uma hermenêutica feminista das Epistemologias do Sul nos convoca a desconstruir qualquer aparato andropocêntrico explícita ou implicitamente presente nas nossas análises e teorizações, por mais críticas que aparentem ser. Assim, não é possível falar em mudança de masculinidade, promovida de forma ecológica/ integral, se não desfizemos os andropocentrismo que cerceia determinadas nossas formas de produzir e reportar nossos saberes.

mais objeto da análise de demanda dos grupos com os quais trabalhamos. A transformação, o deslocamento, é a própria intervenção. É também desse modo que saímos de nossos lugares de colonizadores/ conscientizadores, ávidos por provar o impacto no comportamento e nas falas de nossos interlocutores.

#### **4.1.4. Transformação é processo**

Comportamentos podem ser nocivos, mas o simples reconhecimento de seus custos e a apresentação de outros modelos não sustentam a mudança, se não houver investimentos de desejo, se não envolver as forças criativas de nossa existência. A formação transformadora não é a que indica que comportamentos devem ser imitados, mas é a que produz sentido, é movimento, envolve tanto emoção quanto inteligência, uso diferenciado de conceitos, encarnações que geram novas experiências, constituem novas ideias, novas conexões, segundo Marisa Rocha (2007). Desse modo, “implica em assumir que não temos garantias de efeitos” (ROCHA, 2007, p. 39).

A transformação que resiste às normas subjetivantes do gênero se dá no processo e só pode ser conhecida em seu trânsito, não em sua chegada. Nesse sentido, não pode ser medida, mas cartografada. Os homens transformados ou os homens desconstruídos são uma fraude, caso considerem que alcançaram o ponto de chegada. O acompanhamento dos deslocamentos incessantes de Gilmara e Ezequiel e dos demais membros dos grupos JPEG, como anunciado, mostra que transformação é palavra que não vira adjetivo. Se não permanece verbo conjugado no presente – transformo-me –, mantém as mesmas lentes das certezas cristalizadas que nos impedem de olhar para as relações que se atualizam nos encontros.

Acompanhando as reflexões de Marisa Rocha (2007), podemos dizer que a transformação é efeito da potencialização de um movimento que produz rupturas nos rituais cotidianos, naturalizados, e os transforma em analisadores necessários a constituição de campos problemáticos da existência. Mais do que uma técnica, mais do que a produção de conteúdos e currículos, a formação envolve, portanto, o reconhecimento de uma perspectiva ético-política em que o pensamento tenha a função de gerar novos modos de ver o mundo. Nesse sentido, o que importa não é a ferramenta, mas o uso que fazemos dela.

Pensamento é a experiência do próprio ato de pensar, com seus mergulhos nos vazios, nos afetos, nas sensações, nas forças que são condicionantes de novas formas, novas ideias. Por isso, está conectado ao corpo e os fluxos que o atravessam. Não é reprodução. Os processos crítico-emancipatórios defendidos aqui, como possibilidade de nos livrarmos das forças de interferências de invenção de nossas existências, conectando-nos com forças que são potencializadoras, requerem formações que considerem a vitalidade do pensamento não na representação, mas no ato de “encontrar a essência do que se faz enquanto se faz, confundindo o ato de conceber com o próprio ato de criar” (FUGANTI, 2008, p. 13). O trabalho com os grupos me mostrou, tal como as reflexões de Fuganti (2008), que o pensamento mescla a produção de realidades inéditas, conforme a apreendemos também. Nesse sentido, é preciso nos apropriarmos dessa potência e – inspirada em como Rancière concebe os processos de educação emancipatória – não resistir às criações que vão além do que está posto no grupo. Isso inclui considerar as inventividades que rompem com os modos de ser e pensar que estão em jogo.

Na medida em que somos forçados a pensar de outro modo precisamos ir traçando um plano que corresponda à imagem que este outro pensamento produz do que significa pensar. Pensar neste caso, implica a desconstrução das evidências do senso comum, deixando de considerar tais evidências como objetos naturais e permanentes, tornando-as objetos construídos e transitórios. (SILVA, 2005, p.9).

A expectativa da reprodução de conteúdos, próprias dos projetos que avaliam alterações no comportamento e nas atitudes que definem um “homem transformado”, não desafia as desigualdades epistêmicas entre os proponentes e os públicos de interesse dos projetos de formação e intervenção. Ao contrário do que determinados métodos científicos aplicados à psicologia ou aos projetos sociais insistem em fazer, “a subjetividade é refratária a um método de investigação que vise representar um objeto” (KASTRUP e BARROS, 2009, p. 76). Desse modo, uma ação transformadora de fato, precisa insistir na inclusão da complexidade dos processos de transformação e dos desvios e deslocamentos que são ocasionados. Precisa insistir no tempo e em outros modos de olhar para seu campo de atuação, em que a criação de planos comunicáveis, ou comuns, não se atenha a produção de formas fixas e universalizadoras.

#### **4.1.5. A formação como acompanhar processos, ocupar as encruzilhadas, fazer amarras frouxas**

Embora a competição para o financiamento dos projetos nos demande a eliminação da contradição na representação das estratégias que utilizamos para o enfrentamento das opressões de gênero, não há como fazê-lo na prática; não há fórmula que dê jeito de universalizar processos que têm localização nas relações que se estabelecem no momento. Sabemos disso, mas esquecemos ou insistimos em simplificar e organizar excessivamente o emaranhado de vetores que nos atravessam.

No cotidiano das intervenções, a complexidade dos processos coletivos aparece, impondo-nos a “criação permanente de dispositivos para que as questões estejam se colocando e se recolocando a cada momento” (AGUIAR e ROCHA, 1997, p. 95-96). Nesse sentido, o esforço por pensar uma prática de formação/ intervenção feminista afinada a uma crítica decolonial e interseccional – necessárias as questões de poder que apareceram nos projetos de engajamento de homens pela equidade de gênero – requer menos teorias de mudança bem desenhadas do que reflexões sobre posicionamentos ético-políticos.

Marlise Matos (2018), ao pensar uma prática feminista decolonial nos processos de extensão comunitária, afirma como centrais algumas tarefas:

1. Criticar (com vistas a desconstruir e reflexivamente reelaborar) profundamente os feminismos hegemônicos/ canônicos/ ocidentais/ norte globais;
2. Criar as nossas próprias estratégias autônomas de ação, mas sempre em permanente diálogo com as mulheres que estavam envolvidas nos programas;
3. Criticar nosso posicionamento como acadêmicas, como universidade pública e gratuita, como mulheres que devem e precisam ser também legitimadoras, promotoras e cocriadoras de novos conhecimentos e saberes (sempre no plural). (MATOS, 2018, p. 38).

Profissionais-ativistas engajados e engajadas em práticas de emancipação não podem perder de vista que estão imersos em um campo de diferenças, dos membros do grupo entre si, do tempo e do fluxo da vida. A crítica às nossas posições ao produzirmos recortes na experiência não deve ser abandonada. Embora seja imprescindível que tenhamos que dar contornos às experiências para comunicá-las e lhes dar a visibilidade necessária para equivocar as histórias únicas, isso não pode ser feito sem que deixemos de apresentar, inclusive na atuação prática, os caminhos que nos conduziram a determinados recortes, bem como afirmar que tais caminhos podem ser refeitos por vias

diversas. Desse modo, as amarrações que são feitas, indispensáveis às conduções nos grupos de trabalho, e às apresentações de nossas práticas com vistas a partilhá-las, precisam deixar transparecer aquilo que sabemos, mas nos esforçamos para esconder: a sua parcialidade.

Amarração é o efeito de, através das mais diferentes formas de textualidade, enunciar múltiplos entenderes em um único dizer. Assim, a amarração jamais será normatizada porque é inapreensível. Mesmo que o enigma lançado seja desamarrado, esse feito só é possível através do lançamento de um novo enigma, uma nova amarração. Ou seja, o seu desate é sempre provisório e parcial, uma vez que a leitura que o desvenda pode vir a ser apenas parte da construção do enigma e só é possível a partir de um novo verso enigmático que se adicione ao elaborado anteriormente. Nesse sentido, a noção de amarração, assim como a macumba, compreende-se como um fenômeno polifônico, ambivalente e enigmático (SIMAS e RUFINO, 2018, p. 14).

É o uso e o olhar que damos para as amarrações que a tornam normalizantes. Para escapar de tal normalização, não são experiências que demonstrem sua eficácia e replicabilidade que devemos reivindicar nas partilhas de nossas práticas, enquanto esperamos que debates sejam feitos em um *tweet*. Se o cisheteropatriarcado-colonial-capitalístico se apropria da “potência de criação e transformação [da vida] em seu nascedouro” (ROLNIK, 2018, p. 32), nos trabalhos críticos das formas de captura desse regime, a resistência passa por um esforço coletivo de reapropriação de tal potência. O uso das ferramentas serve a este propósito, deve ser crítico as interrupções da transformação enquanto processo do pensamento em ato.

Eu escolhi revisitar minhas práticas de engajamento masculino na promoção da equidade de gênero por meio desta tese, utilizando algumas das ferramentas de comunicação e pensamento que me formaram academicamente, ao mesmo tempo em que busco laços que me apoiam a experimentar novas lentes. Esse é um dos recursos que adotei para conseguir observar essa experiência de trabalho. Na prática, no encontro com os grupos, existem infinitas possibilidades e linguagens para dar sentido aos eventos que se desenrolam, todas parciais. Nenhuma dessas linguagens é capaz de exprimir a integralidade das tensões e contradições que não cessam de tocar e desviar nossos olhares. Saber disso tem apenas a função de nos colocar alertas para as totalizações e referências que garantem poderes cisheteropatriarcais. Nada aqui serve como modelo. Existem várias maneiras de habitar a luta, cuja resistência parece consistir em poder existir em nossas singularidades e coletividades. Desse modo, nas

práticas realizadas com os grupos de jovens, homens e mulheres, não atrapalhar<sup>108</sup>, acolher e acompanhar os movimentos individuais e coletivos é o que consigo associar como intervenção favorecedora de alterações subjetivas.

Nas zonas de negociação, de trocas de ideias e experiências transformadoras, é de onde podem ser vistas as fronteiras e ouvidas as diferentes línguas. É preciso ficar atento às vozes que soam mais alto e às que se calam. As linguagens que mais são usadas precisam ser tomadas como objeto de análise e não de padronização. Em um mundo com inúmeras possibilidades de interface de contatos, arquitetadas sob uma racionalidade colonial-capitalística, é preciso ocupar as fronteiras, afirmando seu inacabamento, sua ambivalência, tremores, suas rotas de fuga, assim como denunciando a direção dos fluxos e as línguas mais faladas. De fato, são as marcas das fronteiras, suas superfícies de contato, os acessos, e não apenas as paisagens do interior dos territórios que devem ser apropriadas nos processos de enfrentamento das desigualdades de gênero. Nesse sentido, reafirmo que interessam menos os modelos do que o uso dos modelos. Além disso, se os efeitos do gênero estão muito além dos papéis ou do modo como somos nomeados, mas se refletem diretamente nas assimetrias das conexões humanas e suas articulações outras, é um olhar direto para tais reflexos que precisa ser lançado.

Ser um homem em transformação deveria estar mais relacionado a ter coragem de habitar as encruzilhadas, o plano das indeterminações, as amarras frouxas, a parcialidade e a passividade da escuta. A tal personalidade forte que tanto ouvi na infância como um valor, só serve para nos afastar de nossa possibilidade mutante. A complexidade de nossas subjetividades, em sua característica vibrátil e provisória precisa ser radicalmente tratada em nossos projetos de transformação social, tirando das mãos de alguns poucos a atribuição do poder de gerar alterações, por meio de suas habilidades de produzir tecnologias e teorias de mudança. É preciso partir de referenciais variados que transgridam a noção simplista do fazer pedagógico como um mero modelo metodológico.

---

<sup>108</sup> “Não atrapalhar” é o primeiro dos oito princípios descritos por Guattari (1985) para uma esquizoanálise, em “Revolução Molecular: pulsões políticas do desejo”. Exporto esse princípio, como fundamental para as intervenções que visam o enfrentamento das opressões de gênero.

#### 4.2. Alianças e partilha de experiências que atravessam as fronteiras

*O trabalho de envolvimento dos rapazes em ações de equidade de gênero junto às mulheres jovens no Rio de Janeiro me levou a consultorias para a adaptação de metodologias para o envolvimento de homens na promoção da equidade de gênero em outros países. Percebi de modo mais claro as expectativas de controle das interferências no campo, sistematização das experiências em ferramentas-ações para serem replicadas em outros contextos, a urgência por dados quantificáveis como prova da eficácia da metodologia transformadora das masculinidades utilizada. Havia desafios no acolhimento de práticas e saídas locais. Não que as pessoas não falassem e planejassem suas atividades. Mas isso oficialmente acontecia dentro de escopos flexíveis em conteúdo, mas não em formas. Era nas conversas de bastidor, colhidas pouco a pouco, no estabelecimento de relações de mais intimidade, que dinâmicas locais apareciam para equivocar as soluções mais conhecidas para os problemas.*

*O que legitimava a minha presença em Moçambique, Costa do Marfim, Mali e tantos outros países, como especialista no envolvimento de homens na equidade de gênero? O que fazer quando me diziam que a violência de gênero em casa não é uma questão para as mulheres em Mali, e sim a excisão do clitóris? Quem criava os pressupostos para a criação dos materiais com os quais eu trabalhava? A partir de onde eram estabelecidos os critérios para os homens transformados? Interessa a quem falar dos custos das masculinidades? Por que os países não têm as mesmas chances de concorrência? Por que sou tratada tão cordialmente por esses homens daqui, diferente das mulheres que ficam constrangidas em falar na sua frente? Essas eram questões que interferiam nas relações das práticas.*

*Conheci Sra. Bamako no Mali, em uma formação, composta por organizações locais, sobre como os homens podem apoiar projetos de empoderamento de mulheres. Era esperado como resultado da formação, a criação de uma ação para o engajamento masculino, no interior de um projeto de empoderamento feminino da organização que Sra. Bamako coordenava. Ao discutir a condição feminina e as desigualdades entre homens e mulheres, com base nos dados das pesquisas sobre gênero realizadas no país, fui surpreendida com o não reconhecimento, por parte de parcela das pessoas presentes na formação, da violência sofrida por mulheres, cometida por seus parceiros, como um problema a ser considerado, embora os dados demonstrassem a relevância da*

questão. Na voz de Sra. Bamako, ecoada por outros homens e mulheres da sala em que nos encontrávamos, embora as mulheres apanhem isto não é um problema para elas. Em sua leitura do levantamento que a própria organização tinha feito para dar início as atividades do projeto em questão, as mulheres não apresentaram a questão da violência como demanda, embora tivessem apontado ter experimentado abusos físicos.

Minha primeira interpretação foi a de que a violência de gênero parece ainda ser naturalizada. Em meu diário acerca deste trabalho, aparecem justificativas que se pautam na necessidade aceita de os homens educarem suas esposas. Muitas teorias poderiam explicar a incorporação das relações de poder pelos grupos oprimidos. Feministas negras apresentam importantes e coerentes teorias sobre a opressão internalizada. Não refuto nenhuma dessas hipóteses aqui. Mas a colocação da violência em segundo plano parecia perpassar muitas questões: a possibilidade de proteção pelo apoio coletivo de mulheres na solução da violência sofrida pelos companheiros; apostar no tempo como “um agente que ‘trabalha’ nas relações” (DAS, 1999, p. 37); não transformar a violência em assunto de polícia para não haver mais criminalização dos homens, uma vez que o assunto é questão resolvida comunitariamente; rejeitar a pressão da organização internacional, em sua encomenda para que a sede local incluísse os homens em projeto de prevenção de violência de gênero; necessidade de eleger um foco para as ações. O foco era pelo prazer e gozo, pela não incisão do clitóris.

Sra. Bamako era mulher forte, assim como outras que conheci em outros países do continente africano. Não falo da força para suportar condições desiguais. Falo de sua voz firme, de sua capacidade de liderança, de se fazer ouvida, de seu corpo robusto e de sua habilidade de cuidar e coordenar o conjunto de representantes de organizações ali presentes. Sua autoridade e vigor contrastavam com o de muitas mulheres brasileiras e européias que conheci, em seu esforço por se manterem magras, aparentemente frágeis, e corresponder aos desejos masculinos. Não se trata aqui de avaliar e escalonar o empoderamento das mulheres, nem de romantizar a situação das mulheres do Mali e ignorar as violências sofridas. Mas de explicitar as múltiplas faces do poder.

Sra. Bamako ou as demais profissionais daquela sala também não eram necessariamente a voz da comunidade. Eram pessoas privilegiadas dentro do país. Havia divergências a respeito dos problemas a serem considerados. Não me cabia

*convencê-las das direções a serem tomadas, com base nos temas comumente tratados pelas organizações que compunham uma aliança internacional de organizações pelo engajamento dos homens na equidade de gênero, nem em suas metodologias endereçadas a comportamentos hegemônicos masculinos. Cada um dos problemas debatidos era permeado por particularidades que me eram absolutamente alheias.*

*O tema da excisão do clitóris, e toda a variedade cultural em torno dessa prática, eram pouco conhecidos por mim nos debates sobre gênero. Ainda, as pessoas presentes na formação afirmavam que a interferência direta dos homens nessa questão era mínima. Era tradição que as mulheres anciãs se encarregavam de manter. Era um assunto entre mulheres e seus costumes ancestrais. A questão sobre como incluir os homens na contraposição a essa prática desafiava o grupo. Era preciso convencer homens, autoridades locais, de se incumbirem de persuadir as mulheres mais velhas de pararem uma prática que violentava as mais jovens? Essa inclusão dos homens, por seu poder, no convencimento de outras mulheres seria um ato pró-feminista?*

O trabalho de assessoria internacional aconteceu em países da América Latina e África: Peru, Bolívia, El Salvador, Guatemala, Nicarágua, Costa do Marfim, Mali, Madagascar, Moçambique. Em geral, a colaboração com as organizações desses países era para adaptação de programas e currículos voltados para o engajamento dos homens na equidade de gênero, com ênfase em temas diversos, como prevenção da aids, das violências, empoderamento feminino, saúde sexual e reprodutiva e cuidado paterno. “Como convencer os homens?” e “Como transformá-los?” eram as encomendas e expectativas que atravessam os processos de formação.

As teorias de mudança de base ecológica apontavam ideias sobre como ocupar as diferentes camadas sociais para convencer os homens. Os manuais traziam sistematização de ideias sobre como, por exemplo, construir alianças com líderes religiosos, lidar com a oposição e lidar com a discórdia. Em Moçambique, o trabalho realizado com fundos da USAIDS, teve a coordenação de uma organização estadunidense, principalmente especializada no envolvimento dos homens nos serviços de saúde. As ações no país africano foram desdobramento de ações para o engajamento masculino realizadas em três outros países do continente – Nigéria, Tanzânia e Uganda – por meio da adaptação/tradução e disseminação de uma coleção de quatro cadernos de ferramentas: *Avaliação de Necessidades; Melhorando a Qualidade e a Utilização pelos*

*Homens, dos Serviços Clínicos Relacionados ao HIV, Envolvendo Meninos e Homens na Transformação das Relações de Gênero: Manual de Atividades Educativas e Envolvendo os Homens no Nível Comunitário.*

Em meio a uma série de forças, esperavam que eu, especialista estrangeira, associada aos autores estadunidenses de referência nos estudos das masculinidades, trouxesse “soluções mágicas” (AGUIAR e SILVA, 2016). Havia resistência a minha presença também. A associação com organizações estadunidenses os deixava alertas para o que diziam ser “intromissão estrangeira em sua cultura”. A idade produzia suspeitas a respeito de minhas competências. O tom da pele produzia privilégios e também desconfianças. “O que aquela *mulungo*<sup>109</sup> está fazendo aqui?”, confessou-me ter dito, quando me viu entrar na associação em que atuava, uma liderança de mulheres, após me reconhecer. Ser brasileira em países onde o Brasil é considerado mais forte, e brasileiros se comportavam como colonizadores, também misturava aberturas e suspeições. Era ao longo dos processos de formação que as relações passavam a ser estabelecidas a partir de uma maior parceria.

Contar a minha experiência no Rio de Janeiro, seus desafios, incertezas, instabilidades e sucessos – mais do que apresentar as recomendações partilhadas pela aliança internacional para engajamento de homens na equidade de gênero –, bem como vivenciar de forma crítica os exercícios de grupo com homens sugeridos e debater as saídas ali colocadas, era o que fazia reverberar ideias de intervenções com homens, por parte do grupo. Esse caminho apontava que, em vez de encaixar as demandas apresentadas nos modelos disponíveis de intervenções, a proposta era mais em dar visibilidade às reproduções, às capturas, aos antagonismos e dissonâncias que se apresentam.

O foco passa a ser, então, não exatamente em resolvê-los, mas na proliferação de questões, pensar como se forja essa categoria; que forças estão na base da constituição dos campos de saber que irão interpelar sobre ela; que discursos e práticas atualizadas por nós tecem essa trama problemática e como podemos nos agenciar com isso para o enfrentamento e criação de novos possíveis (AGUIAR e SILVA, 2016, p. 139).

É necessário habitar a fronteira que se estende às formações em grupo, em sua dupla via, a que interrogo e aquela em que eu sou interpelada por questões que eu sequer habito, no meu cruzamento para uma zona pouco familiar. Mas nessa divisa, há

---

<sup>109</sup> Termo de muitos significados, mas que também é usado em Moçambique, na língua changana, para designar o estrangeiro, o branco.

fluxos facilitados, enquanto outros são bloqueados. As regalias não podem passar despercebidas, enquanto alguns estão mais vulneráveis. Na relação com os grupos, foi preciso assumir também minha vulnerabilidade, aquela afinada a uma posição feminista, que “ama a ciência e a política da interpretação, da tradução, do gaguejar, do parcialmente compreendido” (HARAWAY, 1995, p. 31).

No encontro com os grupos, as pesquisas de análise de demanda revelavam assim, sua face parcial, bem como os riscos de seu determinismo, caso não fossem radicalmente assumidas como ferramentas para proliferar análises, e não resolvê-las. Os instrumentos utilizados para a seleção de problemas não eram mais do que lentes que são elaboradas a partir dos recursos disponíveis. Precisávamos estar abertos e abertas às leituras dos resultados, que ganhavam nuances variadas a cada observação, com base nas diferentes posições que ocupam os coletivos. A dimensão da interseccionalidade, que representa um desafio<sup>110</sup> para as pesquisas críticas à essencialização das identidades na luta contra as opressões, era a todo o momento atualizada em campo, na ação. Uma vez que as problemáticas relacionadas aos efeitos das relações de poder são complexas, é em ato que os planos que nos compõem ganham superfície, se encontram e revelam suas assimetrias, semelhanças, equilíbrios e atrações. Nasceram no movimento do cotidiano e repercutem também nos embalos dos debates em grupo. Era importante estar atenta aos obstáculos que dificultavam tal repercussão. Era também na experiência coletiva, que se organizava por meio da palavra partilhada (GUTIÉRREZ AGUILAR, 2018), que a multiplicidade de lutas – de raça, de idade, de classe – se revelava e se encontrava.

Os dispositivos de análise que eu carregava não estavam preparados para captar a dimensão da espiritualidade, a ancestralidade e a relação com a natureza e a comunidade como elementos que compunham a construção de relações mais equânimes, ensinaram-me os moçambicanos. Vânia Pedro, antropóloga moçambicana participante das oficinas para envolvimento dos homens na prevenção e cuidado da aids, explicou-me que a culpa – esse sentimento que serve ao confessionário cristão

---

<sup>110</sup> No entanto, a teoria interseccional apresenta alguns desafios, que se referem, a partir dos estudos de Conceição Nogueira (2013, 2017), a dilemas nas pesquisas a respeito de que categorias de pertença devemos visibilizar, quem não enxergamos, que questões devem ser colocadas e que questões não devem ser colocadas. No trecho que corresponde a essa nota, busco expressar que, para além do desenho das teorias que darão corpo ao trabalho, é na prática que formas variadas são oferecidas a essas questões. Os planejamentos dão corpo ao trabalho, mas nunca esgotarão os conflitos que brotam em campo. As questões que são pensadas de antemão nos ajudam a dar contorno ao trabalho. Mas não podem impedir que tal contorno ganhe novas formas a partir do processo.

(FOUCAULT, 1995), em que a salvação ou a punição pelas mazelas do mundo dependem das habilidades individuais de se eximir do pecado ou declará-lo ao representante de deus – possui pouco apelo nas comunidades de seu país. Os ganhos individuais dos homens não faziam sentido para os grupos com os quais trabalharia. A vergonha é o afeto que lhes move. A vergonha vem de atos que afetam às comunidades, às famílias, distinção de difícil compreensão para mentes ocidentais. Assim, mudanças individuais não interessam ou não fazem sentido se não há reflexo na comunidade, mais do que nas relações de casal.

Sobonfu Somé é professora e escritora nascida em Burkina Faso, país vizinho ao Mali. Por meio de sua obra, *O Espírito da Intimidade* (2003), a respeito de seu povo Dagara, da África Ocidental, podemos vislumbrar uma relação íntima desse povo com a vida, que toca partes que foram anestesiadas pelo modo como o cisheteropatriarcado-colonial-capitalístico produziu artifícios de aproximação e conhecimento do mundo. Dessa maneira, a “obsessão unidimensional de mudança comportamental” (WELLER e WELLER, 2003, p. 7) está longe de compreender ou oferecer caminhos para as formas variadas de se relacionar com as coisas do espaço que nos cerca. Sobonfu Somé (2003) nos apresenta a importância da espiritualidade, da ancestralidade, da comunidade e da natureza para as relações entre homens e mulheres, completamente distantes da primazia do privado com a qual estamos acostumadas.

Homens e mulheres do povo Dagara precisam nutrir seus lados masculinos e femininos. Entre os homens, em seus retornos aos locais de iniciação, segundo Somé (2003), há rituais que parecem ser maternais, em que há troca emocional entre eles. “Algo no ritual destrói o narcisismo que vem com as responsabilidades. Cuidam uns dos outros e choram, mesmo não sendo um funeral” (SOMÉ, 2003, p. 49). As diferenças sexuais, embora marcantes, não são organizadas de forma hierárquica entre os gêneros, há apreciação e respeito, segundo a autora, embora haja mistérios que um jamais compreenderá a respeito do outro. Os sentidos dados à comunidade também são diversos. Para o povo Dagara, comunidade é onde as pessoas se reúnem para realizar um objetivo específico, para ajudar os outros a realizarem o seu próprio e a se cuidarem mutuamente (SOMÉ, 2003). A função da comunidade é justamente cuidar para que cada membro tenha seu lugar no mundo. Não ter uma comunidade é não ter lugar onde possa ser ouvido, é não ter local de pertencimento. A comunidade também representa a

energia externa que sustenta a relação entre os casais, oferecendo-lhes uma visão mais ampla para aquilo que é difícil resolver sozinho ou em dupla.

Como a própria Somé (2003) expõe, narrar práticas do povo Dagara aqui não tem o objetivo de que sirvam como protótipo para a vida no Ocidente. A padronização não é uma prática daquele povo. Meu intuito é o de debater racionalidades e modos de interação que não podem ser apreendidas pelas mudanças de comportamento reivindicadas por agências internacionais, ou por saídas que não ponderem as forças e soluções que são criadas no cotidiano dos grupos.

Como exemplo dos efeitos contrários causados por certas soluções, que visam resolver problemas locais a partir de parâmetros de referência externo, podem ser citadas as preocupações de organismos internacionais com as longas distâncias percorridas por mulheres na coleta de baldes d'água. A resposta dada ao problema por tais organizações, em uma comunidade Moçambicana, retirou das mulheres a sua possibilidade de experimentar o sexo livremente. Em entrevista para um canal nacional, uma poetiza moçambicana narrou que era ao buscarem água na fonte distante, que as mulheres viviam as mais ardentes experiências amorosas. A construção de poços artesianos nas comunidades serviu ao controle de seus corpos.

O foco na excisão do clitóris, apontado por Sra. Bamako como prioritário para o empoderamento feminino, desafiava nossas noções construídas sobre a participação dos homens nas questões de gênero. A situação denota que a narrativa a respeito do papel dos homens não pode ser pressuposta de forma acrítica e universalizada – assim também como os feminismos já apontaram a respeito das lutas das mulheres e os sentidos de ser mulher. A participação masculina na luta do gênero não se abrevia pela transformação de seus comportamentos, mesmo que reconhecida a diversidade cultural das condutas humanas.

As problemáticas em torno dessa prática explicitavam a insuficiência de nossas ferramentas de compreensão das relações sociais, concentradas no gênero, bem como a fragilidade de nossas partilhas de práticas nos moldes de assessoria/ consultoria, para a adaptação de metodologias para engajamento dos homens nessas questões. Desse modo, a admissão das diferenças culturais não é suficiente caso não parta de uma crítica radical à capacidade dos esquemas estrangeiros de compreenderem e interferirem nos grupos locais. É uma crítica que se estende aos relativismos, como defendido aqui, que pressupõem as divisões entre razão e emoção, natureza/ vida e cultura, conhecimento

científico e conhecimento da vida, entre outras, que flertam com as hierarquias sociais e nossas noções de eficiência e alcance de resultados. Isso não significa que a partilha das ações para o enfrentamento das opressões de gênero não deva ser feita entre os diferentes países, nem que não haja desigualdades profundas entre homens e mulheres nas diferentes partes do planeta. Porém, como já revelaram as contribuições de Oyèronké Oyewùmi (2017), não há como pensar gênero como categoria social universal e atemporal, dissociado do domínio das culturas européias e estadunidense no sistema global, bem como as teorias de conhecimento a respeito dos seres humanos. É urgente incluir uma análise dos especialismos euro-estadunidenses nos projetos de interferência nas relações de gênero em diferentes países, que defina os limites para esta atuação, buscando equivocadamente os ideais de eficiência dos organismos internacionais de apoio – que vão desde a escolha das refeições<sup>111</sup>, até a necessidade de que os resultados sejam mensuráveis em curto prazo, caibam em seus sistemas de interpretação e possam gerar produtos divulgáveis. Se há recursos disponíveis, é necessário distribuí-los de forma equânime, a partir do modo como os grupos se organizam localmente. A partilha de nossas causas e ferramentas se dá por contágio, como trataremos adiante. Estar disposto a contagiar é arriscar-se também a ser contagiado.

As desigualdades de gênero estão espalhadas como vírus pelo mundo e o sofrimento de alguns concerne a todas as pessoas. Ao lembrar o espanto e a admiração pela força da mulher africana não suponho que não haja opressões ao Sul, nem defendo que países do Norte Global deixem de se importar com as condições dos grupos minoritários globalmente. Mas, para além de repetir estas palavras em nossas intervenções, é preciso ser tomada pela ideia de que tais opressões não são frutos de comportamentos não civilizados, ou resultam de relações privadas cujos parceiros homens não se livraram de uma pré-história em que mulheres foram derrotadas por sua natureza. Nesse sentido, é importante que se reconheça que parte significativa dessas opressões é resultado de centenas de anos de colonização e exploração desses países, que reconfiguraram de modo diverso – por meio de uma série de tecnologias de apropriação do mundo, que incluem a centralidade e legitimidade de alguns saberes e as ferramentas de exploração da natureza – as relações sociais de cada território. Não

---

<sup>111</sup> Aqui, refiro-me a uma cena em que uma parceira, pesquisadora estadunidense, criticou duramente a colaboradora de um país africano, pela escolha da refeição. A pesquisadora estrangeira, após dizer que entendia a escolha das refeições que, segundo ela, seriam mais pesadas no almoço, por se tratar de um país em que as pessoas não tinham tanto apreço pelo trabalho como os estadunidenses, exigiu refeições mais leves, como sanduíches no segundo dia, para que as pessoas conservassem o ânimo após o almoço.

podemos deixar de perceber como tais opressões se atualizam e se articulam por meio de quaisquer associações globais. Nossas implicações, desejos de transformação do outro, são alvo prioritário dessa análise.

Depois de partilhar as práticas brasileiras para o engajamento dos homens, discutir casos e teorias a respeito das masculinidades e afirmar a parcialidade das ferramentas das quais dispunha, meu trabalho se resumiu a apoiar o grupo no recorte e na adequação de seus planos aos modelos de mudança demandados pelas organizações de apoio.

Não foi incomum que homens presentes nos grupos ou nos debates públicos reagissem à pauta de gênero percebida como uma ideologia dos países do Norte que, como se não bastassem os anos passados de controle de seu território, estariam novamente desautorizando os homens frente às mulheres. A negação em repensar a masculinidade era expressa por grupos de homens como uma forma de manutenção de sua cultura, mas de uma cultura masculina que exerce domínio sobre as mulheres. Expressavam o receio de perder sua virilidade pela aculturação branca ocidental, sem levarem em conta as centenas de anos de colonização européia em seus países. Sua defesa era, portanto, de uma masculinidade colonizada, espelhada em padrões europeus tradicionais religiosos. Havia o temor da supressão de uma certa autoridade sobre as mulheres ou de privilégios matrimoniais que, em algum momento, talvez no passado ou ainda presente, serviram de consolo para suportar a tirania e desvalorização colonial e fazê-los se sentir mais próximos de um ideal de masculinidade atrelado ao poder. A abolição desse ideal não é simples e nem veloz, resolvida pela propaganda de um modelo alternativo de homem que eles conhecem bem, mas querem se livrar.

Nesse sentido, a desconstrução das masculinidades passava menos pela afirmação de que homens podem tratar mulheres como iguais, contribuir com as tarefas domésticas e cuidados das crianças, do que fazer ruir o valor da imagem dos homens do Atlântico Norte que lá aportavam, com seus ternos elegantes, seu domínio dos recursos materiais, seu acesso a espaços privilegiados e caros e suas histórias marcadas pelo símbolo do heroísmo conquistador do mundo. Além disso, a que mulheres homens negros africanos têm o poder de tratar como iguais?

Sem reduzir a importância e a complexidade da resistência apresentada por grupos de homens locais às propostas de organizações estrangeiras, cabe trazer à tona com esse debate, a premência de denunciar o poder masculino que esses homens

defendem como próprio de sua cultura ou tradição<sup>112</sup>. Pensar os efeitos das relações coloniais na configuração dos poderes não visa resgatar culturas e tradições, ou qualquer conceito que nos induza a imobilidade ou perseguição de um ideal irrealizável. Tampouco, pretende confirmar, padronizar e justificar relações desiguais como características (homogêneas) dos países que foram colonizados. É um olhar para a dinâmica das subjetividades e das histórias que buscamos.

Seguimos o rastro de um modo de afirmar a mobilidade da existência e a nossa possibilidade de assumir seu processo de criação permanente a partir das relações que nos atravessam, que foi justamente o que o cisheteropatriarcado-colonial-capitalístico nos tirou. Um manual para o engajamento masculino nas questões de gênero, adaptado à linguagem e à cultura não nos proporcionará isso, sem que sejam priorizados os espaços de embate em que o diálogo seja plural e equânime, entre homens e mulheres, para que as saídas das zonas subjetivas saturadas sejam feitas e refeitas. Em Moçambique, esse espaço foi construído lentamente, com a edificação de um *Movimento de Homens pela Mudança*, colado aos movimentos de mulheres, em que essas tiveram a chance de lhes responder sobre suas ilusões feministas e a respeito de suas ideias de uma cultura idílica, além de explicitar equívocos e excessos da colaboração ofertada pelos companheiros masculinos.

O movimento moçambicano de homens alcançou espaços de comunicação e articulações não conquistadas por qualquer outro país cujo movimento eu tenha conhecido, como um importante programa de TV e revistas de boa repercussão nacional. Entretanto, um dos representantes do movimento afirma:

Não sei até que ponto posso dizer que a rede teve sucesso por várias razões. Nós ainda não acabamos de fazer o que temos que fazer, nem sentimos que já percorremos sequer meio caminho daquilo que nós temos que fazer. Entendes, né? Quer dizer que nós temos uma missão, algo que temos que

---

<sup>112</sup> Atualmente, mostra-se cada vez mais urgente o enfrentamento dos discursos autoritários que se pautam na apropriação equivocada das críticas à colonialidade e ao modo como a garantia dos Direitos Humanos têm se sido promovida. Tais discursos autoritários são proferidos por grupos conservadores que defendem sua hegemonia e privilégios. A campanha “com meus filhos não se meta”, que nasceu no Peru, no âmbito do enfrentamento ao que grupos conservadores chamam de “ideologia de gênero”, se espalha pela América Latina, com o argumento de que a pauta do gênero é uma interferência das ideologias do Norte Global na cultura dos países do Sul Global. Em seu livro *La ideología del género. O el género como herramienta de poder* (2010), Jorge Scala defende que a perspectiva de gênero seria na verdade um instrumento político-discursivo com a finalidade de “impor uma nova antropologia” (SCALA, 2010, p. 8). É comum, ainda, que a defesa pela cultura tenha a tradição histórica ocidental- cristã como horizonte, como no caso da entrevista realizada pelo Ministro das Relações Exteriores do Brasil, no dia 17 de julho de 2019, para a BBC Brasil, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=wyARxri8EWA>, acessada em 20 de julho de 2019.

perseguir e ainda estamos a trabalhar muito nisso. Cada dia mais a gente descobre que nosso esforço tem que ser dez vezes mais. Falar em sucesso pode ser em uma perspectiva de tornar a rede possível, funcional, poder caminhar... Aí, mais concordaria com a palavra sucesso.

Ao acompanhar o curso desse movimento, suas conquistas de financiamentos, suas conexões com organizações internacionais, pude observar e ouvir deles mesmos que todos os rituais que tangem os encontros entre as diferentes organizações internacionais, bem como suas demandas de controle e escala numérica de público são cumpridas perfeitamente. Mas no acontecer dos projetos, isso pouco importa, mas sim as relações, o sagrado, a ancestralidade e as práticas comunitárias é que são evocadas.

A partir do debate travado aqui, não se trata, retomando as contribuições de Rita Segato (2012), de sair em retirada. Mas chamo a atenção para como o campo de trabalho para o engajamento de homens em diferentes países exigiu um olhar atento à dinâmica e aos deslocamentos das relações de poder nas intervenções com os grupos. A crítica a colonialidade de poder não valida os autoritarismos locais, nem o machismo atesta interferências colonizadoras. Em nossas práticas de coalizção internacional, é preciso ter atenção às articulações entre os diferentes poderes. O sistema euro-ocidental não apenas serviu de molde para as relações, como se consolidou pela aquisição de apoio por parte dos homens colonizados (SEGATO, 2012).

A intervenção pelos homens teve papel fundamental nos processos colonizadores, segundo Segato (2012), contribuindo principalmente para individualizar a participação e separar o público e o privado nas decisões políticas. Sem desconsiderar diferenças e iniquidades entre homens e mulheres no mundo pré-colonial, as invasões européias deslocaram funções, principalmente dos homens, que se tornaram interlocutores dos invasores, os negociadores e guerreiros, os partícipes da vida pública. A violência contra mulheres, desse modo, de acordo com Segato (2012), é efeito da destruição das instituições e do tecido comunitário que as protegia. Com o rasgar do tecido comunitário, a dependência e uma intermediação entre as mulheres e o espaço público é gerada, ao mesmo tempo em que surge o discurso igualitário da modernidade.

Os princípios do individualismo, da razão liberal e capitalista são entremeados na confecção de uma nova trama, articulada a uma relação de subordinação internacional que, ao atualizar hierarquias de raça, nacionalidade, gênero e relações de trabalho, torna mais desafiador o alcance das concepções liberais de direito equânime, liberdade e justiça. Conjuntamente, homens não brancos são submetidos ao racismo, ao

estresse e à emasculação, de modo que a destituição de sua masculinidade é resgatada, freqüentemente, no exercício de domínio sobre as mulheres de seus grupos. Esses foram efeitos que Segato (2012) considera fundamentais na solidificação desse processo. Assim, podemos novamente afirmar que a opressão pelo gênero é racializada, colonial, capitalista e heterossexualizada (LUGONES, 2019). Nesse sentido, afirmo que, não há como discutir projetos transformadores das masculinidades, com vistas ao enfrentamento das opressões de gênero, separado da crítica aos poderes articulados a uma forma de intercâmbio internacional, banhada em artifícios que individualizam e legitimam a relação de determinados países com os processos de mudanças.

Não é um retorno ao passado, o regresso a um lugar de origem imaculada e pura que se trata aqui. Algumas autoras<sup>113</sup> sustentam que, diferente do mundo colonial/moderno, desigualdades de gênero já existiam nos países colonizados. A constatação de tal desigualdade pouco nos interessa aqui, entretanto. O que importa são as condições de possibilidade que produziram as relações que são estabelecidas no momento. A constatação de um tecido comunitário que foi rasgado nos indica a urgência do restabelecimento de formas coletivistas, pela não interferência na possibilidade de os grupos assumirem a gestão de sua história. Não uma história passada, definida ou idealizada, mas uma história que se constrói nas disputas e nos debates, do presente para o futuro, em que o passado serve de análise para engrossar o caldo desses debates.

Segato (2012) afirma que é preciso abandonar argumentos relativistas e pensar os povos a partir de um pluralismo histórico. Os sujeitos dessa pluralidade são os povos emancipados para realizar seu processo histórico, sem um modelo exterior, em que o mais profícuo poderia ser uma crítica franca às masculinidades brancas, eurocêtricas, e dar contornos às possibilidades de formas que nascem no cotidiano, sem afirmá-las como modelos. Um povo, segundo Rita Segato (2012), é um agente coletivo de um projeto histórico – um vetor histórico – que não é identificado por um conteúdo fixo, mas pela autopercepção de seus membros de compartilhar uma história comum, que vem de um passado e se dirige a um futuro. Assim, o povo é um projeto de ser uma

---

<sup>113</sup> Segato menciona três abordagens feministas a respeito do processo colonizador: 1- um feminismo eurocêntrico, em que o problema do gênero é visto como universal, o que permite sustentar uma posição de superioridade moral das mulheres européias ou eurocentradas, autorizando-as a intervir com sua missão civilizadora-colonial/modernizadora; 2- uma segunda posição, representada por Maria Lugones e Oyeronke Oyewumi, que afirmam a inexistência do gênero no mundo pré colonial; 3- uma terceira posição, que se baseia no acúmulo de evidências históricas incontestáveis sobre nomenclaturas de gênero nas sociedades tribais e afro-americanas, ainda que diferentes do gênero ocidental. Seria um patriarcado de baixa intensidade. Julieta Paredes é considerada por Segato uma representante desta vertente.

história, tecida coletivamente como uma tapeçaria, onde os fios desenham figuras, às vezes se aproximando, às vezes se distanciando ou seguindo direções opostas. Interrompida pela força de uma intervenção externa, é possível retomar os fios, fazer pequenos nós, suturar a memória e continuar. Desse modo, a partir da ideia de um pluralismo histórico, abandonam-se as noções de diferença de patrimônio substantivo, estável, permanente e fixo da cultura (SEGATO, 2012), que orientam nossas relações com os coletivos diversos. O conceito de cultura apreende, estabiliza e postula usos, costumes e noções de aparência, por meio da sedimentação da experiência histórica acumulada, embora saibamos que em nossas constantes voltas ao campo, tal estabilidade não é mais do que miragem e que usos e costumes são a história em curso, como nos explica Rita Segato (2012).

A transformação de gênero, desse modo, é incessante, ainda que, sob a noção de cultura, busque-se estabilizá-la com frequência. Os costumes seguem modificando-se, pois a permanência de nenhum povo depende da imutabilidade de suas ideias ou da repetição de suas práticas (SEGATO, 2012). Ao contrário. A vida prolifera por meio de nossas predisposições inventivas. É preciso acompanhar os fluxos, que são gerados a partir do curso da vida, dos nascimentos, dos desejos. O argumento relativista sai de cena, para que cada povo possa tecer sua história pelo debate e pela deliberação interna, resolvendo as inconsistências de suas práticas.

A partir das noções tecidas por Rita Segato (2012), portanto, não desqualifico as trocas de práticas entre países. A questão está no modo em que se dão as trocas. Encontros e partilhas de conhecimento fortalecem e ensinam a ambos os lados. Mas as experiências não devem ser narradas em via de mão única. É a minha prática que eu relato, e minha escuta das experiências e conhecimentos dos grupos locais não deve estar baseada numa curiosidade etnográfica estratégica, para o desenho do que melhor pode alcançar aquele público por meio de uma propaganda sobre modos de vida. Em minha intervenção em terras estrangeiras, não me toca buscar elementos que possam se encaixar nos moldes dos manuais inteligíveis aos homens do ocidente que detém os recursos. Do mesmo modo que me deixo preencher pelo que apreendo do encontro com o estrangeiro, são meus interlocutores locais, engajados no enfrentamento das opressões, que devem se apropriar de minhas experiências e usá-las conforme lhes fizer sentido. E devem dispor de recursos para tal, com a redistribuição do que há para o Norte.

A internacionalização das lutas, desse modo, se dá por contágio, com base na dimensão comum (não homogênea) que é capaz de ressoar sentido entre os presentes. Aqui, novamente, trago a dimensão processual, do acontecimento, para a integração das lutas que são tecidas e retecidas em formações e intervenções. Isso implica também uma outra organização do tempo, “como agente que ‘trabalha’ nas relações, permitindo que sejam reinterpretadas, reescritas, modificadas no embate entre vários autores pela autoria das histórias na quais coletividades são criadas” (DAS, 1999, p. 37). As lutas das mulheres têm mostrado que as ferramentas – como a greve, a exemplo do recente movimento 8M – necessitam ter seu uso reinventado no próprio processo organizativo. As formações e as intervenções são ferramentas que são vivenciadas, se pautam no desdobramento do pensamento; são acontecimentos que, em seus cursos expõem a multiplicidade de lutas. Esses sentidos precisam disputar o lugar das apresentações e esquemas reducionistas que dão legitimidade ao trabalho de quem os domina.

Na formação como caminho e como processo, o comum também não é um lugar de chegada. É no movimento que conectividades são induzidas e histórias são visualizadas e enlaçadas (DRAPER, 2018). Como processos, as lutas passam a ser “tudo menos algo global e abstrato. Tudo menos uma técnica calculada ou estratégia profissional” (VAGO, 2018, p. 8). Nascem de uma dor. Evidencia a interdependência das variadas lutas, das mulheres e dos homens, representando aí, resistência a colonialidade do saber patriarcal que encobre tal relação. Habitar a trama da interdependência, segundo Gutiérrez Aguilar (2018), nos instiga a abandonar marcos analíticos e classificatórios homogeneizadores, que orientam a compreensão do que está acontecendo.

### 4.3. Uma feminista falando com os homens

*Ser estrangeira e representar organizações parceiras estadunidenses punham desafios e privilégios no exercício dos grupos. Mas ser mulher buscando engajar homens na promoção da equidade de gênero não estava isento de produzir marcas diferenciadas nos encontros com os grupos em formação. Nas recomendações dos manuais, não era esquecida a menção à maior efetividade de homens falando para outros homens. Era território majoritariamente masculino, esse do movimento de engajamento dos homens pela equidade de gênero. Não havia interesse em alguém cuja voz não atrairia a atenção do público de trabalho, afinal, os homens que precisariam ser mais afetados com o discurso da equidade de gênero dão pouco valor à fala de mulheres, especialmente feministas. Sobre os desafios de ser homem, suas dores e o que os motiva a se transformar, eu, de fato, não tinha o que contar além de depoimentos colhidos, das pesquisas, do acompanhamento de práticas com homens e das histórias que ouvia. Eu, como mulher, no entanto, encarnava a possibilidade de quebra de uma série de ideias equivocadas dos homens a nosso respeito, além de contribuir com a percepção de comportamentos e atitudes masculinas que nos são opressoras. Se a luta é pró-feminista, não pode prescindir da escuta das mulheres.*

Grupos mistos ou separados por gênero? Facilitadores homens ou facilitadoras mulheres para o trabalho de formação? Exclusivamente homens ou mulheres também poderiam participar das campanhas de sensibilização de homens para a equidade de gênero? Essas são questões comuns no meu trabalho com homens na promoção da equidade de gênero.

Os movimentos feministas, sobretudo negros, têm trazido à tona o debate sobre lugar de fala, para que as próprias mulheres negras, ao narrarem suas opressões a partir de suas percepções<sup>114</sup>, transgridam aquilo mesmo que temos apontado aqui, com o apoio de autoras feministas, como característica do patriarcado racista: a expropriação das mulheres e demais minorias de nossas criações (GUTIÉRREZ AGUILAR, 2018). Nossos saberes não são ouvidos a ponto de influenciar os caminhos de um mundo

---

<sup>114</sup> Penso ser importante marcar aqui, que a crítica das mulheres negras também diz respeito à universalização das mulheres em torno da luta feminista protagonizada por mulheres brancas. Tal universalização se baseou ainda na condução das propostas de mudanças sociais a partir de pesquisas a respeito das mulheres negras pautadas em padrões de referência externos, brancos, não sensíveis às suas especificidades.

compartilhado de forma equilibrada. As maiorias minoritárias são estereotipadas de formas variadas, com base em artifícios de produção de conhecimento que desumanizam e produzem controle, segundo Patricia Hill Collins (2016). A autora afirma que

A insistência quanto à autodefinição das mulheres negras remodela o diálogo inteiro. Saímos de um diálogo que tenta determinar a precisão técnica de uma imagem para outro que ressalta a dinâmica do poder que fundamenta o próprio processo de definição em si. Feministas negras têm questionado não apenas o que tem sido dito sobre mulheres negras, mas também a credibilidade e as intenções daqueles que detêm o poder de definir. (COLLINS, 2016, p. 103-104).

Ao se definirem, mulheres empurram a centralidade das visões masculinas que nos reservam o lugar de outro, o avesso deles mesmos. Assim, trazemos para a cena a ilegitimidade das histórias únicas, despertando o “pluriversal”<sup>115</sup> (MATOS, 2012, p. 62), em que o universal se mostra poroso, aberto, contingente, objeto de disputas políticas, revelador de relações de poder. A partir de então, caminhamos para uma luta a base de coalizações construídas na interdependência das múltiplas pautas, no engendramento constante do comum, e não na identificação do homogêneo, de uma unidade. Em relação com a seção anterior, é o comum em sua processualidade que vislumbramos.

A unidade nem pode ser dada de antemão, nem alicerça uma base sólida para um movimento político feminista (BUTLER, 1998, 2008). Desse modo, Butler (1998) distingue uma política que afirma a unidade, de uma política de coalização, formada pela constituição de alianças contingentes. Os movimentos sociais requerem construções constantes de laços, precisam contemplar diferentes lugares, denunciar a arbitrariedade das posições hegemônicas, para que a disputa de sentidos seja justa. Isso não exige uma categoria ampliada de quaisquer marcadores de pertença identitários, mas a abertura para disputa dos diferentes lugares de fala, de diferentes epistemologias.

Por serem normativas, e não meramente descritivas, as identidades costumam ser exclusivistas. Isso não significa não usar termos como mulheres, homens ou negras, desde que como um “lugar de permanente abertura e re-significação” (BUTLER, 1998, p. 25). Nesse sentido, embora não esteja negando efeitos positivos nas reuniões exclusivas entre os homens, aponto aqui os perigos de um movimento emancipatório

---

<sup>115</sup> A ideia de “pluriversalidade como projeto universal” também está presente em Walter Mignolo (2010, p 17).

das diferenças cujos personagens estão apenas acostumados a ouvir as experiências e pontos de vista de seus pares. É desta maneira que afirmo que se não houver um diálogo profundo com as mulheres, no sentido de ouvi-las, de buscar construir conjuntamente saídas para as relações de gênero, o movimento masculino não se diferencia do liberacionista, não torna os homens capazes de rever seus privilégios. Resume-se a um movimento estratégico de pensar os lugares mais confortáveis para os que sempre foram favorecidos pelas políticas.

A construção de coalizões em nossas lutas requer que lidemos bem com a ideia de que nossos pontos de vista são centrais apenas para nós mesmos. As relações sociais produzem questões para as quais não somos todos partícipes, ou estamos localizados em pontos diferentes de origem da problemática. Desse modo, é preciso uma pausa para a escuta, principalmente, das experiências que não têm representação efetiva nas políticas, nas divulgações hegemônicas de conhecimento, nas narrativas da história e nos meios de comunicação. Não se trata, portanto, de um silenciamento dos grupos majoritários, mas de um contrasilenciamento das experiências e práticas de grupos minoritários, que nos leve a pensar condições para um processo de aprendizado mútuo, em que todas as pessoas trazem para análise as implicações com os saberes e referências que nos constituem.

Nesse sentido, ouvir de forma corporificada, localizada na teia de relações que as produziu, as experiências constantemente narradas sob a ótica externa, é imprescindível para deslocar posições centralizadas e revelar a arbitrariedade do que se constitui como verdade única. A localização do conhecimento – trazê-lo para o campo da imanência, atribuir sua produção aos caminhos que foram percorridos por cada um e uma, forjado na disputa cotidiana dos corpos – rompe com a suposta neutralidade, que lança para fora de nossas relações, a produção do que é considerado único e verdadeiro.

O masculino possui lugar central no cisheteropatriarcado-colonial-capitalístico, em articulação com branquitude e a adulticidade, por exemplo. Todos os atributos associados aos modos de ser homem referenciam políticas, instituições e sistemas de conhecimento. O simples ato de falar publicamente, por parte de um corpo não masculino, entretanto, não tira a centralidade dos esquemas de referência (masculinos) tão arraigados nos corpos. Somos educados e atravessados cotidianamente por esses sistemas de conhecimento. No entanto, o esforço por produzir outras narrativas, assentando-as nas experiências, nas práticas, em esquemas diversos de produção e

comunicação de saberes, bem como suas condições de possibilidade, pode oferecer rupturas e possibilidades diversas às noções de veracidade e universalidade que sustentam as relações de poder.

O enfrentamento do racismo e o do machismo precisa incluir perspectivas de todos os lados da relação, de modo que lutar por posicionar a experiência racista e machista nos que foram silenciados por esses sistemas exige maior gasto de energia, precisa ser afirmado com mais fôlego. É desse modo, na busca por garantir que a construção da resistência feminista por parte dos grupos minoritários – nesse caso, as mulheres – não seja suplantada pelas vozes de referência nos rumos da sociedade, que mulheres têm sugerido que os homens, embora partícipes no enfrentamento do cisheteropatriarcado, exercitem mais sua escuta. A demanda é para que também os homens localizem em suas experiências, as condições que definiram sua posição em uma relação machista, em vez de usarem os artifícios etéreos de produção de conhecimento que validam as direções que eles tomam como se fossem neutras, para pautar o movimento feminista. Assim, “saber o lugar de onde falamos é fundamental para pensarmos as hierarquias, as questões de desigualdade, pobreza, racismo e sexismo”<sup>116</sup>. Situar nossos saberes emerge como postura ética que equivoca os mecanismos de universalização das verdades, sendo, portanto, fundamental entre os grupos que se tomaram como representantes gerais da humanidade.

Os movimentos para a inclusão dos homens no debate do gênero apresentam as muitas facetas com as quais eles assumiram seu lugar na condução da desconstrução de suas masculinidades. Muitas dessas vertentes, embora tratem do caráter forjado e dos efeitos tóxicos das masculinidades, todavia, pouco contribuíram para uma crítica aos privilégios de enunciação masculinos. Ou seja, propuseram às masculinidades conteúdos menos abrasivos às mulheres e aos homens, por meio de debates entre homens, mas pouco consideraram a centralidade das masculinidades na forma como conduzimos e acessamos as coisas do mundo. A conexão entre as masculinidades e as regras de produção e legitimidade de certos saberes e processos decisórios no regime cisheteropatriarcal raramente tem sido analisadas, como visto nos primeiros capítulos.

---

<sup>116</sup> Fala de Rosane Borges para a entrevista *O que é “lugar de fala” e como ele é aplicado no debate público*, realizada por Matheus Moreira e Tatiana Dias, em 15 de janeiro de 2017, para o jornal Nexo. Disponível em <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2017/01/15/O-que-%C3%A9-%E2%80%98lugar-de-fala%E2%80%99-e-como-ele-%C3%A9-aplicado-no-debate-p%C3%BAblico>. Acessada em 10 de julho de 2019. A fala foi também citada por Djamila Ribeiro, em *O que é lugar de fala?* (2017).

Desse modo, os homens têm garantido entre si, um espaço para reconfigurarem as masculinidades consideradas tóxicas, a partir de sua própria perspectiva, raramente dialogando com grupos minoritários, cujas relações pretendem tratar de forma equânime.

Em muitos desses movimentos, as perspectivas dos homens, de suas masculinidades não são, necessariamente, as hegemônicas. Trata-se de homens negros, homossexuais, transgêneros, entre outros, em que diferentes marcadores de pertencimento os afasta do alcance dos padrões vigentes, oferecendo-lhes a possibilidade de uma “visão de baixo”<sup>117</sup>, distinta dos processos de construção de subjetividades masculinas. Mas que ferramentas homens brancos heterossexuais adultos, especialmente do Atlântico Norte, têm para tirar de suas masculinidades a centralidade na definição da humanidade? Como já discutido, é comum que movimentos dessa natureza se pautem em uma crítica aos prejuízos de determinadas masculinidades, sem questionar a fundo as relações de poder que sustentam os homens em seus lugares de privilégio. Em suas avaliações, são eficientes em reduzir comportamentos violentos, aumentar a busca por preservativos e dividir cuidados dos filhos, mas seus estudos pouco apresentam evidências a respeito das transformações nas relações de poder que caracterizam o cisheteropatriarcado, em sua dura associação com o regime colonial-capitalístico. São mantidas as estruturas binárias que garantem vantagens aos homens adequados às lentes liberais. Assim, mesmo considerando-se pró-feministas em seus discursos, dificilmente o efeito será diferente do planejado pelos movimentos de libertação dos homens. Por isso, entendo que, além de uma crítica radical a como foram forjadas as suas posições de referência na universalização do humano e da internacionalização das práticas, é importante que se abram a escuta de experiências que ponham em cheque a imparcialidade de suas posições.

A participação feminina no trabalho de engajamento de homens pela equidade de gênero tem sido recusada ou ficado em segundo plano por diferentes motivos, inclusive estratégicos. Se a intenção é mobilizar os homens para a pauta do gênero, os

---

<sup>117</sup> Expressão utilizada por Donna Haraway (1995, p. 23). Ao tratar de tal visão, Donna Haraway afirma que “não é algo não problemático, ou que se aprenda facilmente; mesmo que ‘nós’ ‘naturalmente’ habitemos o grande terreno subterrâneo dos saberes subjugados” (p. 23). Não existe saber que esteja isento de críticas, interpretações e necessidade de desconstruções. Por isso, a localização da produção de tais conhecimentos nas mediações que o tornaram possível é um modo de produzir reconhecimento de seu caráter construído e implicado. Assim, torna-se um saber responsável e aberto às reconfigurações inerentes à vida.

que ainda não foram afetados pelos movimentos de mulheres, pouco se interessarão em participar de uma intervenção em que mulheres manifestam suas ideias a respeito das relações de gênero. Servir como modelo positivo para as mudanças também têm sido justificativa metodológica para que majoritariamente homens estejam à frente das ações dirigidas a esse grupo. Argumentos a respeito da necessidade de homens se reunirem e debaterem entre si, aspectos típicos de suas dores também têm sido encontrados, bem como o fato de que os homens se abrem de forma mais autêntica entre pares.

Por certo, as falas masculinas dirigidas diretamente às mulheres não são totalmente reveladoras da sua diminuição ou desprezo por nossos corpos e capacidades. Embora o contexto conservador atual me ponha dúvidas, acredito que dificilmente teremos acesso à radicalidade do pensamento masculino a nosso respeito, de modo que são distintas as nossas chances de marcar aspectos das subjetividades masculinas que precisam ser alterados, para que se alcance os objetivos emancipatórios pretendidos. Em um grupo privado, exclusivamente de homens em uma rede social, pude ter acesso às falas registradas por seus participantes a respeito de suas relações com mulheres. Apesar de estudiosa e alvo do machismo masculino, não foi sem surpresa que li a detalhes de nosso lugar objetificado pelos homens desse grupo.

Nenhum dos pontos considerados é irrelevante, nem se trata aqui de negar que os homens se reúnam. Entretanto, é premente considerar quais os limites para o enfrentamento das desigualdades representativas das relações com as mulheres, quando o grupo que está em situação de desvantagem não é ouvido. É mister lembrar que as barreiras para a escuta das mulheres não se caracterizam apenas por sua ausência nos debates com homens, mas também pela construção de fórmulas de apreensão de saberes centradas nos atributos das masculinidades. A produção de formas que descentalizem as masculinidades brancas heterossexuais hegemônicas começa por diversificar as narrativas que lhes chegam, a respeito da vida e do modo como as relações se estabelecem. Aposto na importância de diversificar a escuta masculina nos processos de formação e nas intervenções que visam tornar suas relações mais justas.

Em uma oficina, em país do continente africano, em que os participantes eram exclusivamente homens representantes de organizações locais ligadas à saúde, a doçura e respeito dos que estavam presentes não me pouparam de ouvir que meu movimento de me espreguiçar nos intervalos do encontro, considerado ousado, dava-lhes o direito de me tomar à força, nem de que uma mulher pratica violência psicológica caso se

proponha a ir para um motel com um parceiro e desista de ter relações sexuais ao chegar no local. Um dos exercícios se baseava em casos curtos, em que deveríamos identificar se tratava de uma relação violência sexual ou não, abrindo espaço para debate sobre o tema.

Um dos casos apresentava a situação de um casal de namorados que estava na cama. Em certo momento, a mulher desiste de ter relações com o companheiro. Pergunta-se: “é violência sexual?”. No momento em que lanço a questão, vejo caras afirmando que sim, mas com ar de dúvida. Então, interrogo qual seria o motivo da hesitação. Respondem-me que a indecisão estaria relacionada à natureza da violência: não seria violência psicológica? Peço que desenvolvam o argumento e descubro que, para o grupo, a autoria da violência seria da mulher, que “atiçou, mas não se entregou”. Uma vez seduzidos, explicaram-me os participantes, os homens, sobretudo os negros, não teriam como controlar seu impulso sexual. O debate não durou pouco tempo. O grupo pautava-se nas diferenças entre o corpo masculino e feminino, o que abria precedentes para que argumentassem que eu, como mulher, não poderia compreender o esforço para que controlassem seus apetites sexuais. Sentiam-se de fato violentados e humilhados.

Em circunstância semelhante no Brasil, mulheres jovens relatavam que seus namorados lhes diziam que, para o homem, parar o intercurso sexual depois do momento de excitação, era algo extremamente doloroso. Uma jovem relatou que, em sua primeira relação sexual, teve vontade de não seguir adiante, mas seu namorado a convenceu dizendo que sua dor na bolsa escrotal seria insuportável e não haveria outro jeito de resolver. A experiência havia sido tão traumática, que a jovem passou anos sem desejar ter relações sexuais com o namorado.

O discurso da dor física por uma excitação não consumada se complementava no grupo de profissionais da saúde africanos, ao discurso da sexualidade sem freios do homem negro. Não raro, ouvia que a masculinidade negra era principalmente definida por seu apetite sexual. Na época, alguns dos participantes teceram elogios ao presidente Jacob Zuma, acusado de abuso sexual. Segundo os participantes, Zuma teria se orgulhado da violência sexual cometida, justificando-a como símbolo da masculinidade africana. Contra os argumentos do grupo, não é difícil localizar o racismo dessa concepção. Entendemos que essa noção de masculinidade negra e africana é fruto das estratégias de colonização dos corpos negros, que podem também sobreviver em tempos

atuais por meio de políticas intervencionistas de promoção dos direitos das mulheres que, por não localizarem a origem de tais pensamentos, acabam por reforçar o lugar do negro selvagem, não capaz de domar seus apetites sexuais. Com isso, justificam-se modos de interferência locais que se abrem a propósitos que vão além do enfrentamento às injustiças sociais. Como saída para a questão colocada em grupo, podemos lançar mão de pensadores do próprio continente africano, como o ex-presidente sul-africano Thabo Mbeki, que afirmou em artigo publicado no *site* do Congresso Nacional Africano: "Dizem que nossa herança africana na cultura, tradições e religiões faz de cada homem africano um potencial estuprador. É um ponto de vista que define todo o povo africano como selvagens bárbaros"<sup>118</sup>.

Situar a herança colonial nos discursos sobre as masculinidades negras, como visto na seção anterior, era uma maneira de, diante dos grupos, resistir às justificativas para a violência sexual que recorriam a aspectos da cultura local e a natureza do corpo masculino, sobretudo negro. Como isso, seguíamos o caminho da desnaturalização dos modos de ser masculinos. A crítica decolonial não estava nos documentos de referência ou nos discursos dos homens brancos do Norte, mas era imprescindível. Aqui, embora com diferenças, mas também oriunda de um país colonizado, talvez, minha nacionalidade brasileira tivesse surtido alguma aproximação entre nós, a começar pelo reconhecimento de que a fala que servia para legitimar seus direitos em relação ao corpo feminino era também a que nos colocava em posição de inferioridade em relação aos ditos "civilizados" homens do Norte. Outra condição foi, no entanto, relevante para a problematização do tema da violência sexual: o fato de eu ser mulher.

O desconhecimento dos desejos e da anatomia feminina era também o que movia aqueles homens a alegar a validade do avanço sem consentimento sobre o corpo das mulheres. Em um momento de irritação eu lhes perguntei, usando uma expressão local: "e se o homem estiver 'seis e meia' e a mulher estiver a fim, o que ela faz?". Houve silêncio, houve concordância. A falta de ereção e de apetite sexual masculino, bastante conhecida também, foi abordada. O tesão feminino foi pautado. A partir de então, começamos a nos entender. Como seria para esse homem ser obrigado a ter relações sem ter vontade? Que escolhas teria uma mulher para se satisfazer? Essas saídas não poderiam ser usadas pelos homens também?

---

<sup>118</sup>Acessado em 21 de março de 2019, em: <https://ibccrim.jusbrasil.com.br/noticias/2272473/violencia-sexual-na-africa-do-sul>.

O debate tomou muito mais tempo do que o planejado. Esse tempo e dizer que começamos a nos entender não significa que se tornaram “homens transformados”, que iriam passar pelo crivo das escalas de equidade de gênero. Não sei dizer, nem acredito que aqueles homens, especificamente, tivessem algum dia cometido violência sexual. Todavia, seu discurso sobre a violência psicológica sofrida pelos homens pode ter sido reproduzido muitas vezes, em momentos passados e também futuros, reverberando-se de alguma forma. Isso não significa que não fossem afetados, que a discussão daquela tarde não repercutisse em seus processos de mutação cotidianos. Eu mudei um pouco, fui marcada pela experiência. Em nenhum momento tive medo ou me senti constrangida por aqueles homens. Eu era estrangeira, considerada branca, estava protegida por uma organização estadunidense. Mesmo quando me disseram, de certa maneira maliciosa, que teriam justificativas culturais para me “tomar a força” após meu espreguiçar, isso me soou didático, um alerta. Essa cena, entretanto, traz elementos que apresentam efeitos da indagação feminina feminista aos homens em seus processos de transformação em direção à equidade.

O que dessa experiência cabe na lista de resultados e recomendações dos cadernos de ferramentas? Os caminhos engendrados nessa formação foi resultante principalmente do encontro, das disputas de argumentos, de estar protegida, do meu momento de irritação, da minha falta de decoro que apelou para o fantasma da “impotência sexual masculina”. Pode também ser fruto do testemunho por eles, de uma mulher de quase 50 kg e menos de trinta anos, mas que sabia também falar alto, que se espreguiçava e crescia, que afirmava o prazer feminino, diferente do que suas ideias sobre mulheres estavam acostumadas.

A convocação por mulheres ao enfrentamento das desigualdades de gênero pode sim, surtir efeitos importantes. Estar entre homens, elaborando os sentidos de ser homem, é parte do processo, mas não é possível que homens se engajem em uma luta de apoio ao feminismo, fechados no debate sobre suas masculinidades. É na heterogeneidade que são produzidas tensões que nos deslocam das molduras estruturadas de finalidade normativa.

No projeto com jovens, moças e rapazes, na promoção da equidade de gênero, realizado no Rio de Janeiro, não raro os rapazes manifestaram surpresa ao ouvirem o depoimento de mulheres jovens sobre seus gostos e pensamentos. Mesmo que os discursos dos homens jovens no grupo fossem modulados para serem ouvidos por

mulheres, muitas vezes, a partir das palavras das moças, tinham a chance de constatar seu desconhecimento a respeito das expectativas femininas para os relacionamentos, bem como várias de suas atitudes machistas que não reconheciam enquanto tal.

Os problemas de gênero dizem respeito ao lugar marginal atribuído ao feminino. Desse modo, é necessário que os homens também se deixem atravessar pelo que é associado à feminilidade e cedam espaço para que tal feminilidade penetre nas políticas e nas organizações sociais. Não é do apoio dos homens à nossa auto-estima e empoderamento que se trata. Não precisamos dos homens enviando flores, ou compondo música para que aceitemos a chegada dos quarenta anos ou o nosso peso. Vai além do respeito ao que representamos. Trata-se da construção de uma lógica que evidencie a fragilidade das masculinidades enquanto normatividade. Nesse sentido, então, os homens precisam estar engajados, porque “o feminismo é para todo mundo” (HOOKS, 2019, título). As masculinidades serviram de eixo ao poder cisheteropatriarcal. É preciso equivocá-las, romper com a lógica que constrói estruturas rígidas e centralizadas na produção de territórios subjetivos.

Mary Beard, em *Mujeres y Poder* (2018), afirma que, embora a cultura ocidental seja herdeira de toda a sorte de influências, sem que uma ou outra herança deva ser superdimensionada, nossas tradições de debates políticos, convenções e normas seguem muito do que foi despertado na antiguidade greco-romana. Fomos capazes de derrubar muitas das convicções a respeito do gênero características da antiguidade, mas indubitavelmente as técnicas de retórica e persuasão modernas que sustentaram a colonialidade capitalística e que ainda vigoram, foram inspiradas diretamente em Aristóteles e Cícero, como assinalam presidenciáveis estadunidenses (BEARD, 2018).

Procedimentos parlamentares remontam também às teorias clássicas gregas. Isso não significa que sejamos “simplesmente vítimas ou desavisados de nosso patrimônio clássico”, Mary Beard (2018, p. 31) assinala. Todavia, a autora busca nas tradições clássicas ocidentais a gênese de um padrão de racionalidade que avalia que discurso é bom ou mau, o que convence e quem merece ser escutado. Gênero, de acordo com a autora, é uma parte importante dessa construção política.

O que é importante salientar das análises de Mary Beard (2018), conforme a autora mesma ressalta, é a premência de voltarmos para os conflitos e paradoxos dessa tradição de consciência crítica e levantar questões a respeito da autoridade oral, do

propósito da fala e como falamos em público. Por que uma voz é considerada apropriada e a quem essa voz pertence? Por que mulheres precisam impostar a voz para serem ouvidas e, ao mesmo tempo em que o fazem, são duramente criticadas? “E, em vez de empurrar as mulheres a tomarem aulas de canto para alcançar um tom agradável, profundo, rouco e, onde quer que olhem, artificial, deveríamos pensar mais nos defeitos e fraturas subjacentes ao discurso masculino dominante” (BEARD, 2014, s/p.). Transformar as masculinidades que atravessam as políticas e aos discursos autorizados, desse modo, é de interesse também das mulheres.

Com base nesse conjunto de referências, é possível afirmar que a teoria feminista não tem como objeto exatamente as mulheres, mas as instituições e as relações nas quais somos posicionadas de forma desvantajosa (VINCENT, 2004, apud BIROLI, 2017). A problematização dos limites e dos sentidos das políticas tem implicações epistemológicas que se pautam na análise da posição das mulheres, e também do domínio masculino nos discursos que dirigem a vida social e nossa relação com o saber sobre o mundo.

Fala-se muito sobre mulheres (BEARD, 2018) e pouco sobre os homens (FIGUEROA, 2014). Porém, tudo o que se diz parte de padrões e perspectivas masculinas. Os homens são invisíveis, das ciências às políticas públicas, porque sua presença foi naturalizada. São observadores onipresentes. A crítica ao atravessamento das masculinidades em nossos corpos, inteligências e práticas, nos compete a todas e todos. Não há como explorar o patriarcado sem um exame minucioso das masculinidades que o sustentam.

Outra questão que se coloca a respeito da relação entre mulheres e masculinidades, é que, na política, nós temos sido convocadas a pensar e a representar apenas mulheres. Nesse sentido, o que significa uma mulher falar sobre homens? Qual o efeito de nos limitarem a apenas nos refletir? Tratar das masculinidades é inevitável para um exame crítico das forças hegemônicas que nos atravessam, assim como os homens precisam ouvir sobre os efeitos de seus modos de ser na vida das mulheres, além de esforçarem para sair de suas zonas de referência explicativa das relações de gênero. Se Filomela perdeu a língua para não denunciar Tereu, seu violador, e se a Lavinia de Shakespeare perdeu também as mãos para não tecer a denúncia de estupro, como o fez a personagem grega (BEARD, 2018), podemos dançar as marcas do patriarcado em nossos corpos. Cabe aos homens engajados no enfrentamento das

injustiças sociais a partir de uma perspectiva feminista, o esforço para assimilarem os novos códigos de inteligibilidade das relações, retirando-se do eixo. Isso faz parte dos processos transformadores das masculinidades.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS: PARA DAR ADEUS AO HERÓI

A transformação de comportamentos masculinos tem comandado práticas de enfrentamento aos ainda numerosos casos de feminicídios e outras violências contra mulheres, bem como à sobrecarga feminina nas tarefas de cuidados das crianças e da casa e às barreiras que as mulheres enfrentam na atenção a sua própria saúde, por conta de seus relacionamentos abusivos. Diante do tão absurdo tratamento dirigido às mulheres e aos que espaçam aos padrões de expressão e comportamento cisheteropatriarcais, relatei que modelos de homens transformados ou “desconstruídos” ocupam tanto campanhas midiáticas comerciais, quanto campanhas de agências de cooperação bilateral, Nações Unidas e organizações não governamentais, em alianças, redes e projetos internacionais.

Por meio de programas e ferramentas materializadas em teorias de mudança, cadernos de atividades, folhetos com recomendações, estratégias de marketing social, entre outras, organizações do Atlântico Norte têm sido financiadas para adaptar os trabalhos de engajamento masculino em questões de gênero que tiveram início já na década de 1970, empurrados pelas mudanças promovidas pelos movimentos de mulheres. A década de 1990, por meio de conferências internacionais patrocinadas pela ONU, foi crucial para que movimentos localizados de análise da construção das masculinidades e pesquisas na área se concretizassem em marcos internacionais que incluíssem os homens como partícipes da promoção da equidade de gênero, abrindo um campo de disseminação global de ações para a transformação das masculinidades associadas a temas diversos, com destaque para a prevenção da aids.

Do homem violento ao que dialoga e estabelece relações com base no cuidado, as organizações trataram de criar instrumentos que comprovassem a eficácia de seus métodos de transformação de comportamentos masculinos. Como forma de atrair e justificar a participação dos homens na redefinição de suas masculinidades, tais organizações criaram métodos de avaliação de suas mudanças comportamentais e nos sentidos de ser homem, ressaltando os benefícios também para eles. Os custos do distanciamento paterno foram destacados. Os efeitos dos riscos que os homens assumem por terem que representar sua valentia se refletem em mortes por tentarem resistir a doenças e em dados alarmantes sobre homicídios entre homens.

A caixa intoxicante dos homens e a valentia violenta<sup>119</sup> são de fato problemas para toda a sociedade. Mas a questão de longe se resume na criação de novos modelos e heróis para serem espelhados. As problemáticas do gênero ou do patriarcado não residem apenas nos comportamentos ou em simples ideias a respeito de homens e mulheres. Comportamentos, crenças, regras sociais e leis são plataformas importantes de mudança. Mas as esferas de produção de subjetividades não podem ser esquecidas. O cisheteropatriarcado-colonial-capitalístico, que é o regime sob o qual são regidas as práticas internacionais que visam transformar gênero, em seu antropocentrismo, logocentrismo e falocentrismo – que sustentam a centralidade também das masculinidades –, produz uma série de mediações entre os que estão nas periferias do que foi estipulado como central e suas possibilidades criativas de mundo e de existência. Na matriz colonial de poder, “uma estrutura complexa de níveis entrelaçados” (MIGNOLO, 2010, p. 12), o controle do gênero e da sexualidade se articula ao controle da economia, da autoridade, da natureza, dos recursos naturais, bem como o controle dos meios de mediação com tais recursos, como as subjetividades, a linguagem, os processos de produção de desejo e de saberes.

A figura do herói alçada pela mídia e por narrativas modernas da história da humanidade, da qual se valem os projetos que visam atraí-los na produção de conteúdos não violentos, está associada a uma “insidiosa promoção do individualismo” (DAVIS, 2018, p. 19). Angela Davis (2019, p. 19) advoga, no entanto, que é “fundamental resistir à representação da história como o trabalho de indivíduos heróicos, de maneira que as pessoas reconheçam hoje sua potencial agência como parte de uma comunidade sempre em expansão”.

A perspectiva individualista-humanista coloca o homem<sup>120</sup> acima de tudo. Os homens são criados dessa maneira, para serem servidos, para serem importantes, destacados na história, o que se altera a partir de outros marcadores sociais. O uso dos custos e benefícios como justificativa para o envolvimento dos homens na garantia da equidade com mulheres não abrange o problema em sua integralidade – cuja ecologia

---

<sup>119</sup> Em alusão à iniciativa *O valente não é violento* da ONU Mulheres, dentro da campanha *Una-se pelo fim da violência contra as mulheres*, disponível em <https://nacoesunidas.org/campanha/o-valente-nao-e-violento/>, e ao iconográfico A caixa dos homens, resultante da pesquisa *Precisamos Falar com os Homens? Uma jornada pela igualdade de gênero*, do Movimento *Eles por Elas*, também coordenado pela ONU Mulheres, disponível em <http://www.onumulheres.org.br/elesporelas/>. Acessos em 10 de julho de 2019.

<sup>120</sup> Uso propositalmente a palavra homem com sentido também de humanidade, para denunciar a relação.

não está nas camadas separadas do indivíduo à sociedade, mas inclui as dinâmicas que as segmentam – podendo mesmo refundar a problemática. Assim, a transformação das masculinidades com vistas ao enfrentamento dos prejuízos causados pelo cisheteropatriarcado, inclui desconstruir toda uma racionalidade que as mantém em seu lugar central e privilegiado.

As figuras do herói e do mártir têm sido exaltadas para mobilizar paixões nacionalistas e colonizadoras. Não raro, os heróis de nossas principais narrativas históricas são os que conquistaram determinado povo, geralmente com base no massacre das populações com as quais se disputa. A narrativa do herói tem sido contada pela Europa ou pelos brancos nascidos na América Latina, cujo ímpeto libertador era para tomar da metrópole o poder de explorar seus próprios compatriotas. É a figura do herói que se busca quando se quer impor um projeto político: modelos para se orgulhar e se mirar.

Em um passeio por pontos históricos de Coimbra, dei-me conta do quanto preservamos a narrativa do herói. Lembrei-me do Brasil, que reproduz os modos de contar de seu colonizador. Não foram raros os passeios escolares por monumentos que homenageavam os que ganharam a saque e sangue terras e poder, incluindo o poder de narrar os fatos passados. Sou de uma cidade que se chama Duque de Caxias, um dos mais conhecidos assassinos de nosso país. Todos os anos, na semana do dia 25 de agosto, entre o colégio e o ponto de ônibus, eu atravessava a exposição do arsenal de guerra montado na praça principal da cidade. No dia, é feriado para todos possam assistir ao desfile dos homens de verde, branco e azul, que marcham pela rua principal, com suas armas em punho, para receber as palmas e reconhecimento da população local.

Nos livros de estudos sociais e história, homens brancos definiam a linha do tempo, com base em suas conquistas e subjugação de diferentes populações. Dos africanos e indígenas que nos formaram nada se dizia, além de que sua sujeição se devia a sua docilidade e subdesenvolvimento, ou a dificuldade de escravização dos indígenas por serem selvagens e indulgentes. Soube muito tarde que Machado de Assis e Lima Barreto eram negros. A abolição da escravatura durante muitos anos de escola era-me apresentada como fruto da sensibilidade da princesa Isabel ou apenas permitida pelos industrialistas, interessados em aumentar o número de consumidores e trabalhadores da fábrica. A coletividade da luta, a força da existência que escapa aos padrões

universalizantes, nunca era mencionada, nem mesmo representantes de tais lutas, como Luís Gama, André Rebouças, Adelina, Francisco José do Nascimento (Dragão do Mar), Maria Firmina, entre tantas outras e outros, cujas práticas e modos de vida escapuliam aos moldes nobiliárquicos de herança do poder.

Os fatos históricos e todas as grandes transformações são atribuídas a figuras solitárias de sujeitos brancos masculinos, reverenciados como paladinos da pátria, enquanto símbolos importantes das culturas ameríndias foram destruídos. Não raro podemos observar situações como as de Cuzco no Peru, em que a história dos povos locais foi soterrada por pesadas igrejas. A cultura ocidental construiu suas bases no apagamento dos símbolos e das marcas das culturas que buscavam dominar. Transformou sua própria narrativa em natural e única.

Diante da manutenção dos símbolos da invasão das Américas como significantes da proeza do homem branco europeu, precisamos ser mais radicais em afirmar que importantes transformações históricas, sobretudo as que caminharam em direção da liberdade, são fruto de resistência coletiva. Contra a figura individualizada do herói, precisamos enfatizar o poder da luta realizada comunitariamente, sobretudo por mulheres.

A visita guiada por marcos da colonização portuguesa em Coimbra aconteceu às vésperas de uma das eleições brasileiras mais estarrecedoras acompanhadas por mim, em que o atual presidente do Brasil estava prestes a vencer nas urnas com um discurso violento e messiânico, baseado na promessa do uso da força bruta das armas contra os opositores para a resolução imediata de nossa crise. Muitas análises importantes sobre a ascensão desse senhor já foram feitas. O que me interessa extrair desse ponto, nesse momento, é baseada em uma interrogação que me foi feita mesmo antes da confirmação dos candidatos à presidência: “que outra figura heróica teremos para votar para presidente?”, disse uma eleitora do presidente empossado em 2019. A escolha de nossas lideranças é produzida com base em sua possibilidade de desempenhar um papel heróico, foi o que entendi da questão de minha interlocutora. Instaurou-se no Brasil uma disputa por modelos de salvadores da pátria.

A história do herói branco sinônimo de liderança, de poder, de masculinidade, que sustentou o poder colonial, solapou o poder da resistência tecida coletivamente. Desconhecemos esse tecido. É preciso reconstituí-lo, estudá-lo, não para ser reproduzido do passado para o presente, mas para mudarmos os discursos que enfatizam

as mudanças por iniciativa individual, para produzirmos rupturas nessa mentalidade, percebê-la como fruto de criação de um projeto de sociedade. Precisamos perceber que mudanças sociais são frutos de luta coletiva, em que as mulheres, os negros, os pobres tiveram papel fundamental. Mulheres, comunitariamente, tecem por trás dos panos (ROCHA-COUTINHO, 1994). É preciso encontrar meios de visualizar e não atrapalhar a resistência tecida cotidianamente, na existência.

Não há necessidade de salvadores, mas de coalizões que estejam abertas às instabilidades, às vulnerabilidades, à imprevisibilidade e às singularidades. Precisamos ser mais críticos às produções de estabilidade e previsão de transformações que favorecem os que são identificados como especialistas nesse domínio. Transformações são processos que se dão em meio a uma multiplicidade de lutas que não devem ter como fim a homogeneidade, mas a produção de deslocamentos pelas disputas que estão em campo e não devem ser neutralizadas por meio de artifícios simplificadores. A figura do herói hierarquiza e traz a disputa para o campo individual. A valorização do homem transformado como fim, desse modo, não o tornaria superior aos demais, no discurso que o promove?

Desfazer privilégios requer desfazer as posições de onde tais privilégios se articulam, uma vez que uma das características do privilégio é não perceber o que o sustenta (MOMBAÇA, 2017). Segundo Jota Mombaça (2017), o privilégio produz uma inabilidade de o sujeito pensar a si mesmo, bem como seu acesso as estruturas de poder como um problema, o que lhe garante a manutenção de sua posição. Nesse sentido, autores citados aqui têm apontado a invisibilidade da masculinidade e da branquitude<sup>121</sup>. No entanto, saber-se em uma condição privilegiada não basta, pode até renaturalizar determinadas posições de poder. Dessa maneira, Jota Mombaça afirma que o reconhecimento do privilégio deve vir junto com “um exercício de autodestruição que termine por desfazer a própria posição de que esse reconhecimento depende” (MOMBRAÇA, 2017, S/I). Como exemplo, expus aqui, algumas análises a respeito de como movimentos que tocavam a transformação das masculinidades concentraram-se na busca por mais direitos e, ainda, utilizaram o discurso da invisibilidade da construção das masculinidades como reforço na afirmação dos custos do patriarcado para os homens, além de redefinirem comportamentos machistas sem pensar sua articulação

---

<sup>121</sup> No primeiro capítulo cito a palestra de Micheal Kimmel, além de Henrique Restier e Rolf Malungo de Souza (2019).

com outras opressões. Assim, determinados discursos para a inclusão dos homens na promoção da equidade de gênero os afastou da luta contra o patriarcado, ou mesmo da equidade de gênero em si, e produziram movimentos por garantias apenas de mais direitos.

As análises das políticas que regem as ações sociais de gênero demonstram que não cabe mais restringir o escopo da luta a simplesmente resolver o problema dos homens e o problema das mulheres. Rita Segato (2018) afirma a necessidade de desmontar as estruturas patriarcais, o que inclui:

1.A assimetria binária entre os temas de interesse geral – o meramente político – e aqueles de interesse particular – seu resto, sua margem, o não meramente político –, e 2. o mandato da masculinidade que sustenta essa assimetria, este binarismo próprio da cognição, da subjetividade e da ordem política (Segato, 2018, p. 221).

As relações de gênero são mascaradas por seu caráter binário – aquele que constrói o diferente a partir de um eixo – em que a esfera pública opera de forma totalizante, e o domínio privado ao que é individual, correlacionando e hierarquizando a vida política e a extra-política (Segato, 2018, p. 221), de modo a colocar em segundo plano o trabalho feminino e coletivo de manutenção da vida. Tal divisão tem relação direta com a validação das formas de conhecimento a respeito da vida e do mundo, estruturando as relações de poder sociais. Desse modo, afirmo que é o “esquema nocivo da minorização” (SEGATO, 2018, p. 221) que deve ser desconstruído por qualquer intervenção social que vise difundir a justiça, uma vez que tal esquema se propaga em oposição ao universalizado e o central, configurando uma estrutura binária opressiva e violenta, que busca a adequação dos excluídos aos padrões dos indivíduos conformes – homens brancos, adultos, com integralidade das capacidades físicas, ocupantes de uma esfera pública totalizante, enquanto aos demais são reservadas as posições particulares, as exceções.

A clara divisão dos domínios público e privado, nas teorias sobre mudanças de masculinidades analisadas aqui, tem produzido intervenções concentradas na responsabilização individual pela transformação de comportamentos nocivos às relações. A produção de espaços coletivos de cuidado, que fortalecem alianças, como creches, tem sido esquecida em nome apenas da afirmação de que os homens assumam seu papel nos espaços domésticos. Isso alivia a dupla jornada, mas não é suficiente para que, numa sociedade em que a vida tem menos valor do que o capital, em momentos em

que a exploração do trabalho seja facilitada pelo discurso da crise, mulheres não sejam cobradas a assumir o papel gratuito na garantia de condições para que os homens possam oferecer mais horas de serviço e aumentar sua remuneração, tal como as análises de cientistas políticas feministas apresentadas.

A emancipação de gênero requer ruir os alicerces neoliberais que desconsideram o trabalho de reprodução da vida. As atividades de reprodução da vida correspondem a um trabalho fundamental e demandam valorização e apoio irrestrito. Não é um problema limitado a homens e mulheres em sua vida privada, de quem abre mão de seu tempo de trabalho liberal/ público/ operário, e conseqüentemente de mais salário, para cuidar dos filhos. Inúmeras saídas são possíveis e necessárias, para além de buscar convencer os homens de que também são responsáveis pela manutenção da vida e que podem ganhar com isso. Mas é preciso mexer com a ordem que divide produção de reprodução, atribuindo menos valor as vidas.

Reafirmo, assim, a aposta nos processos de formação, intervenção e coalizões políticas com homens na destruição do patriarcado. Entretanto, busco chamar a atenção para a necessidade de localização dos sentidos dos verbos que usamos para significar nossas lutas. A transformação em projetos que visam à emancipação de subjetividades no interior dos regimes coloniais capitalísticos cisheteropatriarcais deve ter como alvo a lógica subjetivante, normalizadora dos sujeitos. Transformar não supõe um fim. Transformação é processo, verbo que se conjuga no presente, como mencionado. Tomada como adjetivo, reproduz as próprias capturas que nos limitam a perceber nossa capacidade de criação constante de nós mesmos, das saídas para as relações que nos atravessam, em meio a uma multiplicidade de forças.

Tais forças não são contáveis ou controláveis. Indicam que nenhum escopo de trabalho, que vise interferir nas subjetividades, pode abafar as dinâmicas das relações que se atualizam nos encontros, incluindo nossas implicações, expectativas, visões de mundo e projetos de sociedade. Como psicólogos, educadores e trabalhadores sociais, devemos colocar em análise nossos projetos de intervenção/ transformação: de onde vêm? Quais seus efeitos? Quais são suas possibilidades criadoras no encontro das singularidades? Em que medida operamos com essa racionalidade decolonial em nossos encontros em diferentes países? Quais são as tensões e os impasses que enfrentamos? Embora a partilha de experiências seja importante, não visa resolver os impasses, que não podem ser antecipados.

Reiteramos, junto a diversas autoras e autores do Sul, a necessidade de questionamento das epistemologias que produzem universalismos teóricos centrados – etnocêntrico, eurocêntrico, falocêntrico –, e da política neoliberal que dita as regras dos projetos sociais e científicos. Se, como nos explica Ballestrin (2013, p. 109), “o papel e a importância da teoria repousam não somente na sua capacidade explicativa, mas também no seu potencial normativo” e “servem para algo ou alguém”, é relevante não abandonar o exame das relações de poder que são supostas.

Assim, não se tratou aqui de uma rejeição das criações realizadas no Norte Global. Tampouco, de idealização ou defesa da busca de algo genuinamente meridional. As subjetividades não são estáticas, nem há como depurar as heranças que compõem cada sociedade. Tratei de propor um contraponto a divisão do trabalho nas ciências sociais e humanas, em que o Norte teoriza e cria escopos de intervenção, enquanto o Sul fornece as experiências (CONNELL, 2012; BALLESTRIN, 2013). Considero, portanto, crucial praticar a abertura, o desprendimento, a desobediência, a vigilância e a suspeição epistêmicas, tal como sugerido por Ballestrin (2013) como estratégias para a decolonização do conhecimento e das nossas práticas de formação-intervenção que visam o enfrentamento das opressões. É justamente isso que tem movido os grupos em seus processos emancipatórios.

Estar engajado no projeto feminista da destruição do patriarcado, que é o que defendemos como crítica radical as relações de poder, significa assumir um compromisso ético-político que requer sair do campo das oposições e maximizar o questionamento de sua própria existência e práticas naturalizadas, sobretudo as que se sobrepõem às outras. Os modelos, os exercícios são apenas apêndices de uma luta que é ético-política, pela afirmação da vida, cujo trabalho de manutenção é, inclusive, menos valorizado em nossas sociedades coloniais-capitalísticas.

Marcos analíticos e classificatórios têm garantido visibilidade e vantagens na coordenação dos recursos dos projetos sociais, mas não são suficientes para a apreensão dos acontecimentos. Manter-se no campo dos comportamentos machistas, tóxicos para os homens, é garantir a segurança das rédeas em suas mãos. É preciso que os homens assumam uma perspectiva em que não caibam ganhos, mas se preocupem em não limitar as representações outras do espaço, as heterotopias (FOUCAULT, 2013; RAGO, 2015).

Ocorre também, que o espaço é parente do tempo (FOUCAULT, 2013). Estão ligados por recortes singulares. Nesse sentido, “trata-se de pensar também o tempo como multiplicidades, como coexistência de múltiplas temporalidades em um mesmo momento, objeto, situação, relação” (RAGO, 2015, p. 13). Importa, assim, expandir a vida nesses tempos e espaços outros, uma vez que, segundo Julieta Paredes, a despatriarcalização requer a descolonização do tempo,

recuperar o paralelismo e a contemporaneidade dos tempos de cada território para entender o reducionismo e a ignorância que exhibe a Europa a conceituar o tempo em uma linha. O pensamento filosófico euro-ocidental e euro-ocidentalizado conceitua o tempo como uma linha onde o passado sempre vai caminhando até o futuro. Então, o que nós planejamos é descolonizar nossas cabeças, nossos pensamentos, para poder descolonizar nossas linguagens, corpos e cultura, para poder valorizar o que somos, o que decidimos, o que pensamos. (PAREDES, s/p)

As transformações nos atraem, marcam a narrativa da história. Projetos transformadores nos movem em nossos planos científicos, das ciências naturais às humanas. Mas tais transformações têm sido vistas a partir de perspectivas únicas, utópicas, em que o “bom” planejamento nos carrega a resultados estipulados de antemão, em que a eficiência e a eficácia dependerão das reduções dos pontos de chegada, necessárias à eliminação de tudo que não pode ser controlável. Ocorre que o enfrentamento do cisheteropatriarcado depende mesmo de liberar o controle que define os rumos dos encontros. É preciso dar chance para que as transformações se dêem de fato coletivamente, no acontecimento, no aqui e agora, e mire as multiplicidades e rupturas que não são previsíveis em sua maioria. Se os homens não assumirem o apoio a um feminismo que quebre o monopólio colonial da nomeação e normatização, que não pare a anulação das capacidades dos povos e comunidades de assegurarem a reprodução da vida coletivamente, seu engajamento crítico ao gênero, será ainda de um movimento masculinocentrado, privilegiado.

Os feminismos defendidos aqui são os que representam outros modos de ver o mundo, não apenas visam transformar os sistemas para que mulheres tenham mais direitos, ou tenham aquilo que os homens têm (HOOKS, 2019). Menos como movimentos identitários, os feminismos se constituem como uma posição política frente ao mundo, expressa por uma indignação dirigida a todas as opressões. É possível apontar mudanças, por exemplo, com o acesso das mulheres a posições de poder, mas, se tais mudanças permanecem “nos limites de outras hierarquias ou formas de exploração, seu benefício é circunscrito ao de algumas vidas privilegiadas” (BIROLI,

2018, p. 13). Como mencionado, não é possível falar em opressão contra a mulher, se ignoramos a articulação com as injustiças relacionadas à raça, capacidade física, faixa etária, peso corpóreo, entre outras, que perpassam às mulheres. Assim, como não se pode falar em custos para os homens, em sua própria busca para cumprir o mandato das masculinidades, se não forem considerados os marcadores sociais que diferenciam os homens.

As dores e privilégios, mencionados pelos teóricos das masculinidades, não podem ser analisados fora da intersecção das múltiplas forças conjugadas às masculinidades no cotidiano das práticas sociais. É no momento presente que a intersecção se manifesta – em sua dinâmica e não em um conjunto contábil de marcadores de pertencimento – e podemos agir sobre ela, como dito aqui. O personagem masculino não é nossa única referência. Outros atributos o sustentam no centro, de modo que existem muitos outros possíveis que quebram a hegemonia desse personagem.

Assim, quando em “o feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras”, bell hooks (2019a) preconiza que o impacto emancipatório do feminismo alcança a todas as pessoas, isso diz respeito a produção de uma consciência crítica e uma sociedade que constrói suas bases por vias outras que não a normalizadora dos indivíduos. Nesse sentido, não interessam os ganhos individuais nessa luta. Apoiar o feminismo em sua crítica radical às opressões é ser atravessado por uma postura que ultrapassa os esquemas individualizados e de liberdade e autonomia baseados na aquisição de recursos materiais e pessoais. O feminismo não provê carteira de identidade ou de clube, mas é uma prática social, que ocorre no cotidiano, no tensionamento da lógica epistêmica cisheteropatriarcal e racista, que apaga, em todos os sentidos, vidas racializadas, generificadas, regionalizadas.

Pensar a transformação das masculinidades é, desse modo, pensar a visão de mundo que sustenta todas essas hierarquias entre humanos. O capitalismo colonial/moderno, vivido hoje por um viés neoliberal, não se separa dos significados a respeito das masculinidades, em que o progresso econômico, a vida dedicada ao trabalho público e a competitividade estão associadas. Os sentidos de ser homem definiram a produção científica e as condições valorizadas de domínio do mundo. Se gênero é relacional, como é comum ouvir nas justificativas que embasaram as ações para o envolvimento masculino, o é, não apenas porque trata da relação homem e

mulher, mas porque se articula a um conjunto de relações de poder e visões de mundo que sustentam o domínio de certas categorias sociais de pertencimento; não deveria produzir a ilusão de identidades fixas.

Existem suspeitas a respeito da capacidade de os homens aprenderem a ver o mundo de uma perspectiva das experiências e vidas que não suas próprias e gerar conhecimento a partir da perspectiva das mulheres (PEASE, 2000). Quando são engajados em um diálogo a respeito de suas posições na sociedade, é comum, segundo estudos analisados por Pease (2000), que isso aconteça mais em termos de justificativa do que de análise crítica, de modo que seus esforços por uma sociedade mais justa são sempre suspeitos. Sem deixar de levar em conta as análises de movimentos pelo engajamento de homens que, como visto aqui, não ultrapassam as manifestações por garantia de privilégios, se consideramos que os homens estão trancados numa posição no patriarcado, de que maneira é possível que contribuam com as aspirações feministas?

Não se trata de assumir a visão das mulheres. Não se trata de se colocar no lugar de outras pessoas, o que tenho defendido aqui são princípios ético-políticos em que os homens reconheçam a interferência de seus lugares e suas implicações na obstrução de passagens de manifestações singulares de vida, no aqui e agora. Isso significa, conforme as formações demonstraram, escuta, abrir seus corpos, deixar-se impregnar pelas força dos encontros, e analisar a partir de si mesmos os deslocamentos resultantes dos afetos que lhes atravessaram. Trata-se de suspender a atividade dos padrões normativos. Isso nada tem a ver com assumir o ponto de vista das mulheres ou das minorias. Tampouco, formar unidades com as mulheres, uma vez que, como visto, as unidades não são frutíferas para a produção de deslocamentos. Concentram, não expandem. Podemos dizer que aqui se trata de um pós-estruturalismo e de uma esquerda que enfatiza as críticas às masculinidades, articulando-as ao capital e às epistemologias modernas.

As críticas ao engajamento masculino na pauta do gênero não se resumem, sob meu ponto de vista, a uma disputa sobre quem tem o direito de falar ou representar a quem. Menos ainda se os homens têm direito a tratar de suas dores ou perdas procedentes da dinâmica das relações de gênero, como não ter uma relação mais próxima e afetiva com seus filhos, ou demonstrar suas fraquezas. Mas trata de como tais debates, geralmente pautados num certo modo-ser-indivíduo ou resumidos a experiência como sujeito (ROLNIK, 2018), tem se sobreposto às necessárias análises dos efeitos dos regimes de produção de subjetividades, que apresentam como medulares as

masculinidades brancas, articuladas a outros marcadores sociais. Diz respeito a como tais políticas silenciam práticas e modos de ser diversos, por meio da universalização de formas centralizadas de produção de relações instrumentais e de conhecimento dos seres humanos e do mundo.

Enquanto, no cotidiano das práticas, a partir das disputas entre diferentes visões de mundo, produzimos transformações subjetivas que nos ajudam a enfrentar muitas fontes de opressão, temos sido limitados, por visões empobrecidas da modernidade (RAGO, 2015, p. 15) que ainda vigoram nos projetos internacionais que visam direitos e emancipação. As dinâmicas incessantes de criação e recriação da vida e das relações são ofuscadas pelas visões focadas da Modernidade colonial capitalística, o que também coloca a produção da técnica acima dos efeitos produzidos por ela, bem como do fortalecimento das condições ético-políticas necessárias a partilhada das decisões acerca dos rumos do mundo.

As coalizões – de classe, de raças, de gêneros, de visões de mundo – são necessárias, inclusive com os grupos privilegiados pelos regimes dos quais planejamos a queda, se a luta é contra as exclusões que tal regime impõe. Porém, isso não implica sínteses e apagamentos de tensões e diferenças. Ao contrário. A cisão está justamente na relutância em reconhecer as diferenças e enfrentar as distorções que resultam de ignorá-las e mal interpretá-las (LORDE, 2019). É preciso deixar-se viver na fronteira, na zona tensa e misturada da intersecção. A questão não é mais a independência, mas assumir a interdependência necessária às construções das lutas de um mundo plural.

Em resposta mais uma vez ao título, precisamos falar com os homens. Mas antes, eles precisam nos ouvir, analisando seus mecanismos que nos silenciam e mantêm suas masculinidades como privilegiadas. Mulheres há muito tempo têm lutado contra a ilusão decepcionante de aguardar o herói que nos ofereceria amor e liberdade de nossas casas paternas. Cabe também aos homens dar adeus a esse sonho pueril e tomarem seu lugar na luta coletiva. Que desçam de seus cavalos e caminhem juntos, o que implica pernas cansadas e dores nos pés. Não queremos salvação ou alguém que nos indique os caminhos. Pedimos passagem.

Não é de produção de alívio masculino que se trata a convocação dos homens na luta contra o machismo e o cisheteropatriarcado. A luta certamente não é contra os homens (HOOKS, 2019), mas contra os que os sustenta em suas posições de controle. Desse modo, transformações requerem abalo das estruturas, momentos de

desnorreamento. Mudanças, para as mulheres, exigiram contato com sabermos, por exemplo, que somos apenas um pedaço de carne para homens que admiramos, que nas aulas ou reuniões nossas ideias não interessam, mas é o tamanho de nossas saias que lhes chama a atenção. No caso dos mais beneficiados, requer mais esforço para conquistarem determinadas posições sociais; estudar mais e aprimorar os argumentos na defesa de suas ideias; passar noites em claro se estão dispostos a ter filhos.

Se “não chorar” não é mais prerrogativa do que é ser homem, pois que chorem sem medo. Que falem sobre seus medos! Isso não significa dizer que a questão dos privilégios esteja restrita aos esforços individuais, mas faz tremer o chão que ampara indivíduos detentores de vantagens, quando a luta é por políticas sociais mais abrangentes, que nos livre das garras de certos homens e suas guerras por mais concessões à exploração de nossas forças vitais.

A preocupação com a acusação ou sentimento de culpa dos homens, apresentada nos debates a respeito das práticas de transformação das masculinidades, não cabe. Se a preocupação com os proponentes de teorias, programas e políticas das masculinidades é com o sentimento de culpa dos homens, é porque suas abordagens ainda não mudaram os instrumentos com os quais espreitam as relações de força das normas do gênero. Ainda são individualizadas e reduzidas, conforme a racionalidade moderna colonial ocidental, favorecendo os que são preferidos por essa lógica: os homens brancos europeus e estadunidenses. Centrar as transformações de gênero em comportamentos masculinos alternativos em suas relações com as parceiras, promove “famílias heterossexuais saudáveis”<sup>122</sup>, o que só faz sentido entre os que estão preocupados com seus privilégios e não com o enfrentamento das opressões, tal qual é o projeto feminista.

---

<sup>122</sup> Termo utilizado pela pesquisadora Jaqueline Teixeira, antropóloga e professora da Faculdade de Educação da USP. Utilizou o termo em entrevista ao El País sobre o processo de empoderamento de mulheres atrelado às igrejas. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/11/politica/1557527356\\_335349.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/11/politica/1557527356_335349.html). Acessado em 15 de maio de 2019.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABOIM, Sofia. Masculinidade hegemónica e pluralidade no masculino: rumo a novos hibridismos do género. *In: ABOIM, Sofia et al. O que é masculinidade?*. Lisboa: Escolar Editora, 2017.

ABREU, Ana Maria do Rego Menteiro de; COIMBRA, Cecília Maria Bouças. Quando a clínica se encontra com a política. *In: MACIEL JÚNIOR, Auterives ; KUPERMANN, Daniel; TEDESCO, Silvia. Polifonias Clínica, Política e Criação*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2005.

ADICHE, Chimamanda Ngozi. O perigo da história única. **A Essência das Coisas Não Visíveis**. Conferência anual – Ted Global 2009. Oxford, Reino Unido, 2009. Disponível em:

[https://www.ted.com/talks/chimamanda\\_adichie\\_the\\_danger\\_of\\_a\\_single\\_story?language=pt](https://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story?language=pt). Acesso em 30 de julho de 2019.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

AGUIAR, Katia. & ROCHA, Marisa. Micropolítica e o Exercício da Pesquisa-intervenção: Referenciais e Dispositivos em Análise. **Psicologia: ciência e profissão**. Brasília, n. 4, v. 27, p. 648-663, dez 2007.

\_\_\_\_\_. Práticas de formação e a produção de políticas de existência. **Psicologia & Sociedade**, [S.I.], v. 24 (n.spe), p. 60-66, 2012.

AGUIAR, Katia e SILVA, Vanessa Monteiro. Das queixas à produção do problema. **Conversações em Psicologia e Educação**. Rio de Janeiro: CRP5, 2016.

ALLIEZ, Eric; GUATTARI, Félix. Posfácio: O capital no fim das contas. *In: ALLIEZ, Eric et al. Contratempo: ensaios sobre algumas metamorfoses do capital*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1988.

ALVES, Maria de Fátima Paz. Masculinidade/s: Considerações a partir da leitura crítica de alguns textos que focalizam os homens. **Ártemis**. João Pessoa, n.3, p. 01-13, dez. 2005.

AMBRA, Pedro. Dossiê Cartografias da masculinidade. Do mito aos horizontes de desconstrução. **Cult**. São Paulo: Bregantini, n. 242, p. 17-19, fev. 2019.

ANZALDÚA, Glória. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 8 (1) 2000, p 229-236.

\_\_\_\_\_. La conciencia de la mestiza/ Rumo a uma nova consciência. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 13 (3), setembro-dezembro/2005, p 704-719.

ARÁN, Márcia e PEIXOTO Jr., Carlos Augusto. Subversões do Desejo: sobre gênero e subjetividade em Judith Butler. **Cadernos Pagu**, v. 28, p. 129-147, jan./jul. 2007a.

\_\_\_\_\_. **Vulnerabilidade e vida nua: bioética e política na atualidade.** Revista de Saúde Pública. Rio de Janeiro: Instituto de Medicina Social, 2007b.

ARÁN, Márcia. **O gênero como norma e fonte de subversão e resistência.** Entrevista para Unisinus. <http://feminismo.org.br/o-genero-como-norma-e-fonte-de-subversao-e-resistencia/> Acesso em 28 de julho de 2017.

ARILHA, Margareth. **Nações Unidas, população e gênero: homens em perspectiva.** Jundiaí, SP: Editora in House, 2010.

ASSIS-CLIMACO, Danilo. **Trafico de Mulheres, Negócios de homens. Leituras Feministas e Anti-coloniais sobre os Homens, as Masculinidades e/ou o Masculino.** Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

AYRES, José. Ricardo. Repensando Conceitos e Práticas em Saúde Pública. In: PARKER, R. & VERIANO Jr., T (org). **Aprimorando o Debate: Respostas Sociais frente à AIDS: Anais do Seminário: Prevenção à Aids: Limites, Possibilidades na Terceira Década.** Rio de Janeiro: ABIA, p 12-19, 2002.

AZEREDO, Sandra. **Preconceito contra a mulher: diferença, poemas e corpos.** São Paulo: Cortez, 2011.

AZEVEDO, Mariana. **Homens feministas: a emergência de um sujeito político entre fronteiras contingentes.** Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, p. 92, 2012.

AZEVEDO, M.; MEDRADO, B. e LYRA, J. Homens e o Movimento Feminista no Brasil: rastros em fragmentos de memória. **Cadernos Pagu**, v. 54, [S.I.], 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n54/1809-4449-cpa-18094449201800540014.pdf>. Acesso em 13 de julho de 2019.

BADINTER, Elisabeth. **XY: sobre a identidade masculina.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n.11, Brasília, p. 89-117, mai/ago. 2013.

BARKER, Gary. **Men and gender equality: between the urgency and the confusion.** Helen Joseph Memorial Lecture. Faculty of Humanities. University of Johannesburg, 2011.

\_\_\_\_\_. From “menengaged” to men – and women – being enraged. Men engaged around the globe. A Voice Male Special Report. **Voice Male: the magazine for chancing men.** v. 18, n. 64, 2014.

BARKER, Gary. & AGUAYO, Francisco. **Masculinidades y Políticas de Equidad de Género: Reflexiones a partir de la Encuesta IMAGES y una Revisión de Políticas en Brasil, Chile y México.** Rio de Janeiro: Promundo, 2011.

BARROS, Regina. D. Benevides. e BRASIL, Vera Vital. Cartografia de um Trabalho Socioanalítico. In Rodrigues, H. B. C; Leitão, M. B. S. e Barros, R. D. B. (org). **Grupos e Instituições em Análise**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

\_\_\_\_\_. Modos de gestão-produção de subjetividade. **Revista do Departamento de Psicologia** da UFF – Niterói, v. 14, n. 2, p. 59-74, 2003.

BARROS, Laura Pozzana de; KASTRUP, Virgínia. Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

BEARD, Mary. La voz publica de las mujeres. Letras Libres. Disponível em <https://www.letraslibres.com/mexico-espana/la-voz-publica-las-mujeres>. Acessado em 20 de setembro de 2018. Jan, 2014.

\_\_\_\_\_. **Mujeres y poder. Un Manifiesto**. Barcelona: Editorial Planeta, 2018.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. Lisboa: Bertrand, 1976[1949]. v. I e II.

BENTO, Berenice. **Homem não tece a dor: queixas e perplexidades masculinas**. Natal, RN: EDUFRN, 2012.

BHABHA, Homi. Difference, Discrimination, and the Discourse of Colonialism. **Literature, Politics and Theory**. London: Methuen, 1986.

BIROLI, Flávia. Teorias feministas da política, empiria e normatividade. **Lua Nova** [online]. n.102, p.173-210, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n102/1807-0175-ln-102-173.pdf>. Acessado em 22 de julho de 2019.

\_\_\_\_\_. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BLY, Robert. **Iron John: A Book About Men**. Addison-Wesley Publishing Company, Inc., [S/I].

BORGES, Hélia. **Sobre o movimento: o corpo e a clínica**. Tese. Doutorado. Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva, do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009a.

\_\_\_\_\_. O trabalho de Angel Vianna como campo do possível. In Saldanha, S. (org) **Angel Vianna: Sistema, método ou técnica?** Rio de Janeiro: Funarte, 2009b.

BOCH, Ana Mercês Bahia. **As influências do Barão de Munchhausen na Psicologia da Educação**. Em: In: TONAMACHI, Elenita; PROENÇA, Marilene; ROCHA, Marisa. (Org.). *Psicologia e Educação: desafios teórico-práticos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

BOTT, Sarah et al. Intimate partner violence in the Americas: A systematic review and reanalysis of national prevalence estimates. **Pan American Journal of Public Health**. 2019, 43:26. Disponível em: <http://iris.paho.org/xmlui/bitstream/handle/123456789/50485/v43e262019.pdf?sequence=5&isAllowed=y>. Acesso em 20 de julho de 2019.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade e diferenciação. **Cadernos Pagu**, 2006, v 26, p. 329- 376.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

\_\_\_\_\_. **Cuerpos que importan: sobre los limites materiales y discursivos del “sexo”**. Buenos Aires: Paidós, 2008.

\_\_\_\_\_. Regulações de Gênero. **Cadernos pagu**, v. 42, p. 249-274, jan/jun. 2014.

\_\_\_\_\_. O ataque contemporâneo contra os Estudos de Gênero é organizado por grupos religiosos e políticos. **Carta Maior**. 05 de abril de 2019. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?%2FEditoria%2FDireitos-Humanos%2FJudith-Butler-o-ataque-contemporaneo-contra-os-Estudos-de-Genero-e-organizado-por-grupos-religiosos-e-politicos-%2F5%2F43787&fbclid=IwAR2jLtxGYivcBgpxM0kH1U71qzbfITxHsUqhwpQ4Rkxp0YP8cj63FbuDE3M>. Acesso em 10 de julho de 2019.

CÂMARA, Cristina. Espaços de Interlocução: Governo e Sociedade Civil. In PARKER, R. TERTO Jr., V e PIMENTA, M. C. **Aprimorando o debate: respostas sociais frente à AIDS: anais do seminário: princípios possíveis para as respostas ao HIV/AIDS?** Rio de Janeiro: ABIA, 2002.

CAMARGO Jr., Kenneth Rochel de. R. **Biomedicina, Saber & Ciência: Uma Abordagem Crítica**. São Paulo: Hucitec, 2003.

CANGUILHEM, G. **O conhecimento da vida**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

CARBALLO, Jokin Azpiazu. **Masculinidades y Feminismo**. Barcelona: Virus, 2017.

CASTRO, E. **Vocabulário de Foucault: Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

CELENTANI, Francesca. **Feminismos desde Abya Yala: Ideas y proposiciones de las mujeres de 106 pueblos em nuestra América**. Ciudad de México: Editorial Corte y Confeción, 2014.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

CHEVIATERES, Leandro & FONSECA, Vanessa. Direitos sexuais de crianças e adolescentes: uma reflexão foucaultiana. In OLIVEIRA, Cassia Maria Batista de & MONTEIRO, Rosana Batista. **II Colóquio sobre Direitos Sexuais da Criança e do Adolescente no marco dos Direitos Humanos**. Nova Iguaçu: UFRRJ, 2011.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**. v. 31, n. 1, Jan/Abr 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v31n1/0102-6992-se-31-01-00099.pdf>. Acessado em 20 de julho de 2019.

CONNEL, Raewyn. La organizacion social de la masculinidad. In VALDEZ . T & OLAVARRIA, J. (org.) **Masculinidad/es, poder e crisis**. Chile, Isis Internacional, 1997.p. 43-47.

\_\_\_\_\_. **Southern theory: the global dynamics of knowledge in social science**. London: Polity, 2009.

\_\_\_\_\_. A iminente revolução na teoria social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. n. 80, p. 9-20, 2012.

\_\_\_\_\_. **Gênero em termos reais**. São Paulo: nVersos, 2016.

CONNELL, Robert W. e MESSERSCHMIDT, James W. **Masculinidade hegemônica: repensando o conceito**. Estudos Feministas, Florianópolis, n. 21, v. 1, p. 241-282, jan-abril/ 2013.

CORAZZA, Sandra. Labirintos da pesquisa, diante dos ferrolhos. In COSTA, M. V. (org.) **Caminhos investigativos: novos olhares na pesquisa em educação**. Porto Alegre: Mediação, 1996.

CORNWALL, Andrea; EDSTRÖM, Jerker; GREIG, Alan (org). **Men and Development: Politicizing Masculinities**. London: Zed Books, 2011.

**CORRÊA, Marilena e Arán, Marcia**. Tecnologia e normas de gênero: contribuições para o debate da bioética feminista. **Revista Bioética**. 2008, v.16, n. 2, p. 191-206. Disponível em: [http://www.revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista\\_bioetica/article/viewFile/67/70](http://www.revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/viewFile/67/70). Acesso em 10 de Julho de 2019.

CRENSHAW, Kimberle. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color. **Stanford Law Review**, jul. 1991, v. 43, n. 6, p. 1241-1299. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1229039>. Acesso em : 31 de dezembro de 2017.

\_\_\_\_\_. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, v. 10, n.1, p. 171-188, 2002.

CUBIÉ, Juan Bautista. **Em defesa das mulheres das calúnias dos homens: com um catálogo das espanholas que mais se destacaram nas Ciências e nas Armas**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

DAS, Veena. Fronteiras, violência e o trabalho do tempo: alguns temas wittgensteinianos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 14, n. 40, p. 31-42, julho/1999.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

\_\_\_\_\_. **A liberdade é uma luta constante**. São Paulo: Boitempo, 2018.

DELEUZE, Gilles. **Conversações (1972-1990)**. São Paulo: Editora 34, 2013.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia, vol. 3**. São Paulo: Editora 34, 2008.

DEVREAUX, A. M. A teoria das relações sociais de sexo: um quadro de análise sobre a dominação masculina. **Sociedade e Estado**. Brasília, v. 20, n. 3, p. 561-584, set./dez. 2005.

DIAS, Rosa. **Nietzsche, vida como obra de arte**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

DONOVAN, Robert J. e VLAIIS, Rodney. **Review of Communication Components of Social Marketing/Public Education Campaigns Focusing on Violence Against Women**. Victoria: VicHealth, 2005.

DRAPER, Susana. El paro como proceso: construyendo poéticas de un nuevo feminismo. Em: GAGO, Veronica et al. **8M Constelación feminista**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Tinta Limón, 2018.

EDDOUADA, Souad. Feminism in Morocco: Between the Local and the Global. **Sur**, v. 24, 2016.

FACCHINETTI, Cristiana; KASTRUP, Virgínia; PORTUGAL, Francisco Teixeira. História Social dos efeitos e práticas da psicologia. *In*: PORTUGAL, Francisco Teixeira; FACCHINETTI, Cristiana; CASTRO, Alexandre de Carvalho. **História Social da Psicologia**. Rio de Janeiro: Nau, 2018.

FALQUET, Jules. **Repensar as relações sociais de sexo, classe e “raça” na globalização neoliberal**. Mediações. v. 13, n.1-2, p. 121-142, jan/jun e jul/dez, 2008.

FASSIN, Éric. National Identities and Transnational Intimacies: Sexual Democracy and

the Politics of Immigration in Europe. **Public Culture**. Duke University Press. v. 2, n.3, 2010.

FAUSTINO, Deivison Mendes. Prefácio. *In*: RESTIER, Henrique; SOUZA, Rolf Malungo de. **Diálogos Contemporâneos sobre Homens Negros e Masculinidades**. São Paulo: Ciclo Contínuo, 2019.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação**. São Paulo: Elefante, 2017.

\_\_\_\_\_. **Revolución en punto cero. Trabajo doméstico, reproducción y luchas feministas**. Madrid: Traficantes de sueños, 2013.

FONSECA, Jorge Luiz Cardoso Lyra da. **Homens, feminismo e direitos reprodutivos no Brasil: uma análise de gênero no campo das políticas públicas (2003-2006)**. Tese (Doutorado em Saúde Pública) — Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2008.

FONSECA, Vanessa N. Masculinidades alternativas: transformações de gênero? *In*: BENTO, B & FÉLIX-SILVA, V. **Desfazendo Gênero: Educação da Diferença, Masculinidades, Feminismos e Literatura**. Natal, RN: EDUFRN, 2015, p. 347-373.

\_\_\_\_\_. **Saúde, cultura e comunidade: Um Estudo Etnográfico do Trabalho de Agentes Locais na Prevenção da AIDS**. Dissertação (Dissertação em Psicossociologia). Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 126 p., 2002

\_\_\_\_\_. **Corpo, Direitos e Educação: Promovendo equidade de gênero através do movimento na escola**. Pós-graduação lato sensu (Terapia através do Movimento. Corpo e Subjetivação). Faculdade Escola Angel Vianna, Rio de Janeiro, 56 p., 2011.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A vontade de Saber**. São Paulo: Graal, 1988.

\_\_\_\_\_. O Sujeito e o Poder. *Em*: DREYFUS, H. & RABINOW, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: (para além do estruturalismo e da hermenêutica)**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

\_\_\_\_\_. La redéfinition du judiciaire. **Vacarme**. 2004/4, n. 29, p. 54-57 (Ouvrage original publié en 1977). Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-vacarme-2004-4-page-54.htm>. Acesso em 22 de junho de 2019.

\_\_\_\_\_. **Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

\_\_\_\_\_. Polêmica, Política e Problematizações. *Em* Foucault, M. **Ditos & Escritos V: Ética, Sexualidade e Política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010a.

\_\_\_\_\_. **Os Anormais**. São Paulo: Editora WMF, Martins Fontes, 2010b.

\_\_\_\_\_. **O corpo utópico, as heterotopias**. São Paulo: n-1 Edições, 2013.

\_\_\_\_\_. **Ditos e escritos IX: genealogia da ética, subjetividade e sexualidade.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

FRANKENBERG, Ruth. A miragem de uma branquidade não-marcada. In: WARE, Vron (org.). **Branquidade: identidade branca e multiculturalismo.** Rio de Janeiro: Garamond, 2004, p. 307 – 338.

FUGANTI, Luiz. **Saúde, desejo e pensamento.** São Paulo: Aderaldo & Rothschild Ed.: Linha de Fuga, 2008.

\_\_\_\_\_. **Os reais cuidados de si.** 2019. (2min17s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zrfML-5ZL5k&t=48s>. Acesso em 20 de julho de 2019.

GAGO, V. “#Nosotras paramos”: notas hacia una teoría política de la huelga feminista. Em: GAGO, Veronica et al. **8M Constelación feminista.** Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Tinta Limón, 2018.

GAAG, Nikki van der. **Feminism & men.** Londres: Zed Books, 2014.

GALINDO, María. **Presentación de ¡A despatriarcar! Feminismo urgente (No se puede descolonizar sin despatriarcalizar).** 26 de abril de 2017. Disponível em: <https://seminariodefeminismoenuestroamericano.blogspot.com/2017/04/audio-y-enlaces-presentacion-de.html>. Acesso em 20 de julho de 2019.

GIDDENS, Anthony. **A Transformação da Intimidade: Sexualidade, Amor e Erotismo nas Sociedades Modernas.** São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

GIL, José. **Abrir o corpo.** In: FONSECA, T. M. G. e ENGELMAN, S. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GREIG, Alan. Sexo e os direitos do homem. In CORNWALL, A. & JOLLY, S. (orgs). **Questões de Sexualidade – Ensaios Transculturais.** Rio de Janeiro: ABIA, 2008.

GREIG, Alan; KIMMEL, Micheal; LANG, James. Men, Masculinities & Development: Broadening Our Work Towards Gender Equality. **Gender in Development Monograph Series #10.** UNDP, 2000.

GUATTARI, Félix. **Revolução Molecular: Pulsões Políticas do Desejo.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

\_\_\_\_\_. **As três ecologias.** Campinas, SP: Papyrus, 1990.

GUATTARI, Félix. e ROLNIK, Sueli. **Micropolítica: Cartografias do Desejo.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

GONÇALVES, Ana Maria. Lobato: Não é sobre você. Em **Dossiê Monteiro Lobato.** 20 de novembro de 2010. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/ana-maria->

[goncalves-lobato-nao-e-sobre-voce-que-devemos-falar/](#). Acesso em: 10 de julho de 2019.

GUTIÉRREZ AGUILAR, Raquel. La lucha de las mujeres contra todas las violências em México: reunir fragmentos para hallar sentido. Em: GAGO, Veronica et al. **8M Constelación feminista**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Tinta Limón, 2018.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do Cansaço**. Petropolis, RJ: Vozes, 2017.

\_\_\_\_\_. **Psicopolítica - O neoliberalismo e as novas técnicas de poder**. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2018.

HABERLSTAM, Judith Jack. **Female Masculinity**. Durham: Duke University Press, 1998.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, 1995, v. 5, p 07- 41

\_\_\_\_\_. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista. In: HARAWAY, Donna; HARI, Kunzru; TADEU, Tomaz. **Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

HEILBORN, M. L. & CARRARA, S. Em cena, os homens... **Revista de Estudos Feministas**, 6(2), p. 371-374, 1998.

HOLANDA, Sérgio B. de. **O homem cordial**. São Paulo: Penguin Classics, Companhia das Letras, 2012.

HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019a.

\_\_\_\_\_. **Olhares negros: raça e representação**. São Paulo: Elefante, 2019b.

KAUFMAN, M. Los hombre, el feminismo y las experiencias contradictorias del poder entre los hombres in Género y Identidad. **Ensayos sobre el feminismo y lo masculino**. Bogotá: Tercer Mundo, 1995, p. 123-146.

KEIJZER, Beno de. Masculinidades: resistance and change. Em: Oxfam GB. **Gender Equality and Men: learning from practice**. Oxford: Oxfam, 2004.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação – Episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KIMMEL, Micheal. Toward men's studies. **American Behavioral Scientist**, ano 29, v.5, 517-529, 1986.

\_\_\_\_\_. **Angry white men: American masculinity at the end of an era**. New York: Nation, Books, 2013.

KRITSCH, R. O gênero do público. In BIROLI, F. e MIGUEL, L. F. **Teoria política e feminismo: abordagens brasileiras**. Vinhedo: Editora Horizonte, 2012.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia de gênero. Em: HOLLANDA, Heloisa Burarque de (org). **Pensamento feminista/ conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

LE BON, Gustave. **Psicologia das Multidões**. Lisboa: Edições Roger Delraux, 1980.

LIMA, Vera Maria Leal Moreira e D'AMORIM, Maria Alice Magalhães. A relação atitude-comportamento à luz da Teoria da Ação Racional. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**. Rio de Janeiro, ano 38, v.1, p.133-142, jan./mar 1986.

LORDE, Audre. Idade, raça, classe e gênero: mulheres redefinindo a diferença. Em: HOLLANDA, Heloisa Burarque de (org). **Pensamento feminista/ conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. Em: HOLLANDA, Heloisa Burarque de (org). **Pensamento feminista/ conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

MACHADO, Lia Zanotta. Perspectivas em confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo? **Série Antropologia**. Brasília: 2000. Disponível em: <http://www.dan.unb.br/images/doc/Serie284empdf.pdf>. Acessado em 20 de julho de 2019.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago e GROSFOGUEL, Ramón. (Orgs.). **El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Universidad Javeriana-Instituto Pensar/Universidad Central-IESCO/Siglo del Hombre Editores, 2007, p. 127-167.

\_\_\_\_\_. A topologia do ser e a geopolítica do conhecimento: modernidade, império e colonialidade. In: SANTOS, Boaventura de Sousa e MENESES, Maria Paula. (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009. p. 337-382.

MAMBERTI, Sérgio. Angel Vianna: sistema, método ou técnica? Em SALDANHA, Susana. **Angel Vianna: sistema, método ou técnica?** Rio de Janeiro: Funarte, 2009.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. Psicologia Política Latino-americana. **Revista Psicologia Política**. São Paulo, 2013, v. 13, n. 28, p. 559-573. Disponível em: <https://bit.ly/2HJ9gqC>. Acesso em 20 de julho de 2019.

MATOS, Marlise. O campo científico-crítico-emancipatório das diferenças como experiência da descolonização acadêmica. In: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Teoria Política e feminismo: abordagens brasileiras**. Vinhedo: Editora Horizonte, 2012.

\_\_\_\_\_. Pedagogias feministas decoloniais: o desafio da implementação de uma agenda de extensão universitária crítico-feminista. Em MATOS, Marlise (org.) **Pedagogias feministas decoloniais: a extensão universitária como possibilidade de construção da cidadania e da autonomia das mulheres de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.

MATTOS, Amana et al. O cuidado na relação professor-aluno e sua potencialidade política. **Estudos de Psicologia**, 18(2), abril-junho/2013, p. 369-377.

MATTOS, Amana. **Liberdade, um problema do nosso tempo: os sentidos da liberdade para os jovens no contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

McLAREN, Margaret. **Foucault, Feminismo e Subjetividade**. São Paulo: Intermeios, 2016.

MEDRADO DANTAS, Benedito. **O masculino na mídia. Repertórios sobre masculinidade na propaganda televisiva brasileira**. São Paulo. 148 p. Dissertação. Mestrado em Psicologia Social. PUC/SP, 1997.

MENA, Ana Marcela Montanaro. **Una mirada al feminismo decolonial en América Latina**. Madri: Dykinson, 2017.

MESSNER, Micheal A. **Politics of masculinities: Men in movements**. Thousand Oaks, CA: Sage, 1997.

MIGNOLO, Walter. **Desobediencia epistêmica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad**. Argentina: Ediciones del signo, 2010.

MISOCZKY, Maria Ceci. **O Campo de Atenção à Saúde após a Constituição de 1988: Uma Narrativa de sua Produção Social**. Porto Alegre: Dacasa Editora/PDBGSaúde, 2002.

MOHANTY, Chandra. **Feminism Without Borders. Decolonizing Theory, Practicing Solidarity**. Duke University Press: Durham & London, 2003.

MOMBAÇA, Jota. **Bio-Lencia Descolonial, Matar La Academia. Entrevista A JOTA Mombaça**. Disponível em: <https://www.contranarrativas.org/entrevistas/2017/6/29/iuw9w95jbxq42wtfecjuqmql1ymlwdk>. Acessada em 29 de outubro de 2017.

MOREIRA, Núbia Regina. **A organização das feministas negras no Brasil**. Vitória da Conquista: Editora da UESB, 2011.

NOGUEIRA, Conceição. (2013). A teoria da interseccionalidade nos estudos de gênero e sexualidades: condições de produção de “novas possibilidades” no projeto de uma psicologia feminista crítica. In ZANELLA, A. L. & GESSER, M. (orgs.). **Práticas sociais, políticas públicas e direitos humanos**. Florianópolis: Editora ABRAPSO.

\_\_\_\_\_. **Interseccionalidade e psicologia feminista**. Salvador, Bahia: Devires, 2017.

OLIVEIRA, Pedro Paulo. **A Construção Social da Masculinidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceptualizing Gender: The Eurocentric Foundations of Feminist Concepts and the challenge of African Epistemologies. African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms. **CODESRIA Gender Series**. Volume 1, Dakar, CODESRIA, 2004, p. 1-8 por Tradução para uso didático de Juliana Araújo Lopes.

PAREDES, Julieta. **Hilando fino. Desde el feminismo comunitário**. La Paz: Creative Commons, 2010.

\_\_\_\_\_. El machismo es la matriz patriarcal que sostiene a un sistema colonialista, racista, capitalista. **Alba TV**. Bolívia, novembro/ 2016. Disponível em: <http://www.albatv.org/El-machismo-es-la-matriz.html>. Acesso em: 20 de julho de 2019.

\_\_\_\_\_. El feminismo comunitario: la creación de un pensamiento propio. Corpus [On line], v. 7, n. 1, 2017. Disponível em: <http://journals.openedition.org/corpusarchivos/1835>. Acesso em: 20 de julho de 2019.

PARKER, Richard. Diversidade Sexual, Análise Sexual e Educação sobre Aids no Brasil. In: LOYOLA, M. A. (Org). **Aids e Sexualidade: O Ponto de Vista das Ciências Humanas**. p 141-159. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1998.

PASSARELLI, Carlos. Notas sobre o Seminário “Prevenção à AIDS: Limites e Possibilidades na Terceira Década”. In PARKER, R. & VERIANO, JR. (Org). **Aprimorando o Debate: Respostas Sociais frente à AIDS: Anais do Seminário: Prevenção à Aids: Limites, Possibilidades na Terceira Década**. Rio de Janeiro, ABIA, 2002, p 12-19.

PAULON, Simone Mainieri. A análise de Implicação como Ferramenta na Pesquisa-Intervenção. **Psicologia & Sociedade**. 2005, vol.17, n.3, p.18-25.

PAULON, Simoni Mainieri e ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. Pesquisa-intervenção e cartografia: melindres e meandros metodológicos. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**. Rio de Janeiro: UERJ, ano 10, n. 1, p. 85-102, 2010.

PEACOCK, Dean. e BARKER, Gary. Working with men and boys to promote gender equality: A review of the field and emerging approaches. **Expert Group Meeting/ Prevention of Violence Against Women and Girls**, v. 13. Bangkok, 2012.

\_\_\_\_\_. Working with Men and Boys to Prevent Gender-based Violence: Principles, Lessons Learned, and Ways Forward. **Men and Masculinities**. 2014, v. 17, n. 5, p. 578-599.

PEASE, BOB. **Recreating Men: Postmodern Masculinity Politics**. London: Sage, 2000.

PELBARD, Peter Pal. **Vida Capital ensaios de biopolítica**. São Paulo: Editora Iluminuras, 2003.

PELÚCIO, Larissa. Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos às margens sobre pós-colonialismos, feminismos e estudos queer. **Contemporânea**, v. 2, n. 2, 2012, p 395-418.

PEREA, Juan Guillermo Figueroa; LOBO, Josefina Franzoni. Introducción: Paternidad, espacios laborales, salud y educación a la luz de algunas políticas públicas. In: FIGUEROA, Juan Guillermo. **Paternidad, espacios laborales, salud y educación**. México, D. F.: El Colegio de México, Centro de Estudios Demográficos, Urbanos y Ambientales, 2014.

PETERSEN, Andersen. Research on Men and Masculinities: Some Implications of Recent Theory for Future Work. **Men and Masculinities**. v. 6, n. 1, 2003. Disponível em: <http://jmm.sagepub.com/cgi/content/abstract/6/1/54>

PINHEIRO-MACHADO, Rosana e SCALCO, Lucia Mury. Da esperança ao ódio: Juventude, política e pobreza do lulismo ao bolsonarismo. **Cadernos IHU ideias**. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, ano 16, n. 278, v. 16, 2018.

PINTO, Céli Regina Jardim. As ONGs e a Política no Brasil: Presença de Novos Atores. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 3, p. 651-613, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/dados/v49n3/a08v49n3.pdf>. Acesso em: 09 de maio de 2019.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, v. 11, n. 2, p 263-274, jul/dez 2008.

PIZA, Edith. **Adolescência e racismo: uma breve reflexão**. Em 1 Simp. Internacional do Adolescente May, 2005. Disponível em: [http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000082005000100022&script=sci\\_arttext](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000082005000100022&script=sci_arttext)

\_\_\_\_\_. Porta de vidro: entrada para branquitude. In: CARONE, Iray e BENTO, Maria Aparecida da Silva (org.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2002.

PROJETO ACQUIRE/ENGENDER HEALTH & PROMUNDO. **Envolvendo Rapazes e Homens na Transformação das Relações de Género: Manual de Atividades Educativas**. Moçambique: Projeto Acquire/Engender Health, Promundo, 2008.

PROJETO ACQUIRE/ENGENDER HEALTH & PROMUNDO. **Envolvendo os homens ao nível comunitário**. Moçambique: Projeto Acquire/Engender Health, Promundo, 2008

PROMUNDO; MENGENGAGE e UNFPA. **Engaging Men and Boys in Gender Equality and Health: A Global Toolkit for Action**. Disponível em: <http://promundo.org.br/recursos/page/4/?tipo=materiais-educativos>. Acesso em 06 de julho de 2017.

PROMUNDO et al. **Programa P: manual para o exercício da paternidade e do cuidado**. Rio de Janeiro: Instituto Promundo, 2014.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005, p. 117 – 142. Disponível em: [http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12\\_QUIJANO.pdf](http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_QUIJANO.pdf). Acesso em 04 de abril de 2019.

RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se: feminismos, escritas de si e invenções da subjetividade**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

\_\_\_\_\_. Inventar outros espaços, criar subjetividades libertárias. **Outras – Palavras**, v. 2. São Paulo: ECidade, 2015.

RANCIÈRE, Jacques. **O mestre ignorante – cinco lições sobre a emancipação intelectual**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

RAMMINGER, Tatiana. Entre a normatividade e a normalidade: contribuições de G. Canguilhem e M. Foucault para as práticas de saúde. **Mnemosine**, v. 14, n.2, p. 68-97, 2008.

ROCHA, Marisa Lopes da. A formação como acontecimento: solidão, pensamento e autogestão. *In*: MACHADO, Adriana Marcondes; FERNANDES, Ângela Maria Dias; ROCHA, Marisa Lopes da. **Novos possíveis no encontro da psicologia com a educação**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

\_\_\_\_\_. Inclusão ou exclusão? Produção de subjetividade nas práticas de formação. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 13, n. 3, p. 477-484, jul/set 2008

ROCHA, Marisa Lopes da e AGUIAR, Katia Faria de. Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. **Psicologia: ciência e profissão**. [online]. 2003, v. 23, n.4, pp.64-73. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932003000400010&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932003000400010&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em 10 de julho de 2019.

\_\_\_\_\_. Práticas universitárias e a formação sócio-política. **Anuário do Laboratório de Subjetividade e Política**. Niterói: UFF, n. 3/ 4, p. 87-102, 1997.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. **Tecendo por Trás do Panos: Mulher Brasileira nas Relações Familiares**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

RODRIGUES, Heliana de B. Conde. As intervenções grupais - epistemologia ou história das práticas?. **Revista do Departamento de Psicologia UFF**, Niterói, RJ, v. 3/4, n. 1 e 2, p. 41-51, jan/ dez 1991-2.

RODRÍGUEZ, Juan Carlos R. Ejes estructurales y temáticos de análisis del gênero de los hombres. Una aproximación. Em: RODRÍGUEZ, Juan Carlos R. e VAZQUÉZ, Griselda Uribe (org). **Masculinidades: el juego de gênero de los hombres en el que participan las mujeres**. Colonia San Rafael México, D. F. e Madrid: Plaza y Valdés, 2008.

RODRÍGUEZ, Juan Carlos R. e VAZQUÉZ, Griselda Uribe. El gênero de los hombres: un subcampo de estúdios em expansión. Em: RODRÍGUEZ, Juan Carlos R. e VAZQUÉZ, Griselda Uribe (org). **Masculinidades: el juego de gênero de los hombres en el que participan las mujeres**. Colonia San Rafael México, D. F. e Madrid: Plaza y Valdés, 2008

RODRÍGUEZ, Juan Carlos R. e RÍOS, José Carlos C. Estudios sobre la masculinidad y políticas públicas em México. Apuntes para una discusión. Em: ODRÍGUEZ, Juan Carlos R. e RÍOS, José Carlos C. **Los hombres em México: Veredas recorridas y por andar. Una mirada a los estudios de gênero de los hombres, las masculinidades**. México: Universidad de Guadalajara – CUCEA-AMEGH, A. C 2013.

ROGERS, Karl. **Tornar-se pessoa**. São Paulo: Martins Fontes, 1961.

ROLNIK, Sueli. Toxicômanos de identidade: subjetividade em tempos de globalização. Em: LINS, D. S. (org.). **Cultura e Subjetividade: Saberes nômade**s. Campinas, SP: Papirus, 1997a.

\_\_\_\_\_. Uma insólita viagem à subjetividade: Fronteiras com a ética e a cultura. Em: LINS, D. S. (org.). **Cultura e Subjetividade: Saberes nômade**s. Campinas, SP: Papirus, 1997b.

\_\_\_\_\_. Molda-se uma alma contemporânea: o vazio pleno de Lygia Clark. Em: **The Experimental Exercise of Freedom: Lygia Clark, Gego, Mathias Goeritz, Hélio Oiticica and Mira Schendel**. Los Angeles: The Museum of Contemporary Art, 1999. Disponível em: Acesso em: 02 de julho de 2019.

\_\_\_\_\_. **Cartografia Sentimental: Transformações Contemporâneas do Desejo**. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2007.

\_\_\_\_\_. **Esferas da Insurreição: notas para uma vida não cafetinada**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

ROUDINESCO, Elisabeth. **Filósofos na Tormenta: Canguilhem, Sartre, Foucault, Althusser, Deleuze e Derrida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

RUBIN, G. A Circulação de Mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo. In REITER, R. (ed.) **Towards an antropology of women**. New York: Monthly Review Press, 1975, p 157-210. (Tradução de Edith Piza, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social/ PUC/SP).

RÜDIGER, Francisco. **Literatura de auto-ajuda e individualismo: contribuição ao estudo da subjetividade de massa contemporânea**. Porto Alegre: Gattopardo, 2010.

SAFFIOTI, Heleith. **Gênero patriarcado violência**. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Um Discurso sobre as Ciências**. Portugal, Porto: Edições Afrontamento, 2002.

SCOTT, Joan W. O enigma de igualdade. **Estudos Feministas**. Florianópolis. v, 13, n. 1, p. 11-30, 2005.

\_\_\_\_\_. A invisibilidade da experiência. **Proj. História**. São Paulo. n 16, p. 297-325, fev.1998.

SEFFNER, Fernando. & GERRA, Oscar. U. Tradicionales, alternativas, diversas? Una reflexión sobre la producción de masculinidades en la contemporaneidad. **Revista Sexología y Sociedad**. v. 20, n. 2, p. 210-222, 2014.

SEGATO, R. L. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **E-cadernos ces** [Online], n.18, p. 106-131, 2012. Disponível em: <https://journals.openedition.org/eces/1533>. Acesso em: 15 de janeiro de 2016.

\_\_\_\_\_. Por qué la masculinidad se transforma en violencia. **La voz**. 2017. Acessível em <http://www.lavoz.com.ar/ciudadanos/por-que-la-masculinidad-se-transforma-en-violencia>. Consulta realizada em 08 de setembro de 2017.

\_\_\_\_\_. **La guerra contra las mujeres**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo Libros, 2018.

SERRA, Carlos. Introdução: masculinidade e masculinismo. *In*: ABOIM, Sofia *et al.* **O que é masculinidade?**. Lisboa: Escolar Editora, 2017.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana**. *Psicologia & Sociedade*. [online]. v.26, n.1, p.83-94, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822014000100010>. Acessado em 20 de julho de 2019.

SILVA, Rosane Neves da. **A invenção da psicologia social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

SIMAS, Luiz Antonio e RUFINO, Luiz. **Fogo no mato: a ciência encantada das macumbas**. Rio de Janeiro: Mórula, 2018.

SOMÉ, Sobonfu. **Espírito da intimidade: Ensinaamentos ancestrais africanos sobre maneiras**. São Paulo: Odisseus, 2003.

SOUZA, Nádia Geisa Silveira; ARNT, Ana e RABUSKE, Anelise. **A fabricação do**

**corpo: efeitos da disciplinarização dos saberes e do corpo nas práticas escolares.** Gênero: Revista do Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero – NUTEG. Niterói: EdUFF, v.7, n. 2, p.115-134, 2007.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

TARDE, Gabriel. **A Opinião e as Massas**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

UNFPA & PROMUNDO. **Engaging Men and Boys in Gender Equality and Health: A Global Toolkit for Action**. Rio de Janeiro: Promundo, 2010.

UNIFEM. **O Progresso das mulheres no mundo**. UNIFEM: 2008/2009. Disponível em: <http://www.unifem.org.br/sites/700/710/00000395.pdf>

VALDEZ, Tereza & OLAVARRIA, José. (org) **Masculinidad/es, poder e crisis**. Chile, Isis Internacional, 1997.p.49-52.

VALLA, Vincent. A crise de interpretação é nossa: procurando compreender as falas das classes subalternas. **Educação&Realidade**. v. 21, n. 2, p. 177-190, jul/dez 1996.

\_\_\_\_\_. Globalização e Saúde no Brasil: A busca da sobrevivência pelas classes populares via questão religiosa. In: VASCONCELOS, E. M. (org.). **A Saúde nas Palavras e nos Gestos: Reflexões da Rede Educação Popular e Saúde**. São Paulo: Hucitec, 2001.

VICTORA, C. G., KNAUTH, D. R. e RASSEN, M. N. A. **Pesquisa Qualitativa em Saúde: uma Introdução ao Tema**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.

WATSON, Jonh. **Behaviorism**. Ed. rev. New York: Norton, 1930

WEINER, Gaby. **Feminisms in Education: an introduction**. Buckingham, Philadelphia: Open University Press, 1994.

WELLER, Julia e WELLER, Francis. Prefácio. Em: SOMÉ, Sobonfu. **Espirito da intimidade: Ensinaamentos ancestrais africanos sobre maneiras**. São Paulo: Odysseus, 2003.

WELZER-LANG, D. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Estudos Feministas**, ano 9, n. 2, p 460-482, 2001.

World Health Organization. **Engaging men and boys in changing gender-based inequity in health: Evidence from programme interventions**. Geneva: WHO, 2007. Disponível em [https://www.who.int/gender/documents/Engaging\\_men\\_boys.pdf](https://www.who.int/gender/documents/Engaging_men_boys.pdf). Acessado em 24 de junho de 2019.